



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



EMENTÁRIO EXTRAORDINÁRIO TRE-PI

DECISÕES PROFERIDAS PELA CORTE DO TRE-PI NO ANO DE 2024 (DE JANEIRO A AGOSTO)



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



EMENTÁRIO EXTRAORDINÁRIO TRE-PI

DECISÕES PROFERIDAS PELA CORTE DO TRE-PI NO ANO DE 2024 (DE JANEIRO A AGOSTO)

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Praça Des. Edgar Nogueira, S/Nº
Centro Cívico – Bairro Cabral
CEP: 64000-830 | Teresina – Piauí
Fone: (86) 2107-9700
Home page: www.tre-pi.jus.br

Organização, seleção, sistematização, compilação e disposição

Edmar Holanda Luz – Seção de Jurisprudência e Biblioteca.
Athyron Miranda Fernandes – Estagiário.

Colaboração, disposição e conferência geral

Edmar Holanda Luz – Chefe da Seção de Jurisprudência e Biblioteca.

Revisão geral

Paula Maria Leal Alvarenga - Coordenadora de Jurisprudência e Documentação.
Walter Schel Alves da Costa Raposo – Secretário Judiciário.

Colaboração técnica, capa e projeto gráfico

Breno Ponte de Brito – Seção de Comunicação.

Ficha catalográfica

Jovita Maria Gomes Oliveira – Seção de Jurisprudência e Biblioteca.

Disponível em formato digital em: www.tre-pi.jus.br.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Biblioteca Des. Cristino Castelo Branco

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).

Ementário Extraordinário TRE-PI [recurso eletrônico]: decisões proferidas pela Corte do TRE-PI no ano de 2024 (de janeiro a agosto) / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. – Dados eletrônicos (521 páginas). - Teresina: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2024.

Organização, seleção, sistematização, compilação e disposição: Seção de Jurisprudência e Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Versão eletrônica (PDF)

Modo de acesso: internet

< <https://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/ementario-1/ementario> >

1. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – Jurisprudência – 2024. I. Título.

CDD .341.2805

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

PRESIDENTE

Des. Sebastião Ribeiro Martins

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

JUIZ FEDERAL

Dr. Nazareno César Moreira Rêis

JUIZ E JUÍZA DE DIREITO

Dr. Lirton Nogueira Santos
Dra. Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

JURISTAS

Dr. José Maria de Araújo Costa
Dr. Daniel de Sousa Alves

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Dr. Alexandre Assunção e Silva

MEMBROS SUPLENTE

DESEMBARGADORES

Des. Aderson Antônio Brito Nogueira
Des. José Wilson Ferreira de Araújo Júnior

JUIZ FEDERAL

Dr. Bruno Christiano Carvalho Cardoso

JUIZ DE DIREITO

Dr. João Antônio Bittencourt Braga Neto

JURISTAS

Dr. Guilardo Cesá Medeiros Graça
Dr. Fábio Leal da Silva Viana

PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTA

Dra. Luise Torres de Araújo Lima

SECRETARIA GERAL DO TRE-PI

DIRETORA-GERAL
Silvani Maia Resende Santana

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Walter Schel Alves da Costa Raposo

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
José Alves Siqueira Filho

SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS
Tadeu Almeida Martins

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Anderson Cavalcanti de Lima

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí tem a satisfação de colocar à disposição o presente Ementário Extraordinário, exercício 2024, referente aos principais julgados proferidos pelo Pleno no período de janeiro a agosto do corrente ano, visando oportunizar aos interessados o conhecimento acerca da interpretação deste Regional conferida às diversas normas eleitorais, além de importantes questões administrativas.

Os acórdãos relacionados nesta obra estão agrupados por tema e, em razão do seu cunho pragmático, identificados apenas com as respectivas ementas, a fim de facilitar o manuseio e a pesquisa por parte do usuário.

A íntegra dos julgados pode ser obtida nos diversos acervos disponibilizados por este Tribunal, notadamente no endereço eletrônico oficial do TRE-PI na internet, link "Jurisprudência" (<https://www.tre-pi.jus.br/jurisprudencia/ementario>).

A presente obra objetiva divulgar a mais recente jurisprudência desta Justiça Especializada e servir como relevante instrumento de consulta por toda a sociedade.

Assim, faço votos de uma excelente leitura e um primoroso aprendizado.

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins
Presidente do TRE-PI

SUMÁRIO

1 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	7
2 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL.....	10
3 AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA.....	15
4 AGRAVO REGIMENTAL.....	16
5 CONSULTA.....	17
6 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	18
7 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	20
8 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	66
9 HABEAS CORPUS CRIMINAL.....	67
10 INSPEÇÃO ELEITORAL	69
11 MANDADO DE SEGURANÇA	70
12 PETIÇÃO CÍVEL	74
13 PRESTAÇÃO DE CONTAS – CANDIDATAS (OS)	75
14 PRESTAÇÃO DE CONTAS – PARTIDOS POLÍTICOS.....	131
15 PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	155
16 RECURSO / ALISTAMENTO ELEITORAL.....	168
17 RECURSO CRIMINAL ELEITORAL	487
18 RECURSO / REPRESENTAÇÃO.....	490
19 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS.....	507
20 SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO.....	511

1 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

RECURSO ELEITORAL Nº 0600001-02.2021.6.18.0062. ORIGEM: GEMINIANO/PI (62ª ZONA LEITORAL – PICOS/PI). RELATOR DESIGNADO: NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 01 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 - PROCEDÊNCIA NA ORIGEM - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA - PROVAS COLHIDAS EM INQUÉRITO POLICIAL - RESPEITADOS CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA – ADMISSÃO - PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA E PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA: JUNTADA PARCIAL E OPORTUNA DO INQUÉRITO POLICIAL - INEXIGIBILIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO (ART. 219 do CE) - ADMISSÍVEL A JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS (ART. 435, DO CPC) - PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO: ALEGAÇÃO DA PRÁTICA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO. ENVOLVIMENTO DIRETO DA RECORRENTE E A INTENÇÃO ESPECÍFICA DE OBTER ILICITAMENTE OS VOTOS DOS ELEITORES DA CIDADE, DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Preliminar de nulidade da sentença: É perfeitamente admissível a utilização em processos cíveis eleitorais de elementos de provas colhidos em inquérito policial, desde que seja observado o contraditório e ampla defesa no feito em que tais provas forem aproveitadas. Por outro lado, não há falar em nulidade da sentença a quo decorrente de questão relacionada ao uso exclusivo da peça inquisitorial para fundamentar a decisão recorrida, vez que se trata de matéria ligada a análise do mérito, ao princípio do livre convencimento motivado e a valoração das provas. Preliminar rejeitada.

2. Preliminar de violação ao contraditório e ampla defesa e princípio da não surpresa: Para propositura da AIME não se exige prova pré-constituída. Nesse sentido, “[...] Ação de impugnação de mandato eletivo. Inexigibilidade de prova pré-constituída. [...] 2. A ação de impugnação de mandato eletivo não exige para o seu ajuizamento prova pré-constituída, mas tão-somente indícios idôneos do cometimento de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. [...]” (Ac. de 20.6.2000 no REspe nº 16257, rel. Min. Edson Vidigal.). Durante a instrução da presente ação as partes tiveram acesso ao processo e ampla oportunidade de contraditar a prova documental advinda de inquérito policial, inclusive, nesta esfera recursal, em que se reiteram os argumentos sobre a imprestabilidade dos documentos para fundamentar a condenação em captação ilícita de sufrágio e abuso de poder econômico. “Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo” (art. 219 do CE). É cediço que de acordo com o art. 435, *caput* e parágrafo único, do CPC, é possível a juntada de documentos novos, desde que atendidos os requisitos legais Preliminar rejeitada.

3. Mérito:

3.1 – O material apreendido em posse da candidata e de sua equipe de campanha, aliado ao conteúdo comunicacional extraído dos aparelhos celulares, constituem prova robusta e incontestável da violação do artigo 41-A da Lei das Eleições. Essas evidências demonstram de forma consistente as condutas ilegais, o envolvimento direto da recorrente e a intenção específica de obter ilicitamente os votos dos eleitores da cidade, satisfazendo assim o requisito da gravidade.

3.2 – Inegável que houve lesão aos bens jurídicos protegidos pelos dispositivos legais pertinentes, como a liberdade do voto do eleitor e a legitimidade do processo eleitoral.

3.3 – Negociar vantagens indevidas para influenciar a vontade dos eleitores na véspera da eleição é algo muito grave. Tal comportamento possui aptidão para de desequilibrar a disputa eleitoral, justificando, portanto, a condenação por abuso de poder econômico. Precedente TSE - Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº060040748, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 17/10/2023.

3.4 – Recurso desprovido. Sentença mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600001-31.2021.6.18.0020. ORIGEM: JOÃO COSTA/PI (20ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 11 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. ABUSO DE PODER POLÍTICO ENTRELACADO COM ABUSO DE PODER ECONÔMICO. PRÁTICAS DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES EM TROCA DE APOIO POLÍTICO. TRANSPORTE IRREGULAR DE ELEITORES. NOMEAÇÕES, CONTRATAÇÕES E EXONERAÇÕES DE SERVIDORES. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS VEICULADOS NA INICIAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. SENTENÇA MANTIDA.

1. O artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90 e o artigo 41-A da Lei 9.504/1997 têm por móbil proteger a higidez do pleito, de forma a evitar que o abuso de poder, bem como que a captação ilícita de sufrágio, comprometam a normalidade e a legitimidade das eleições. Nesse diapasão, as severas sanções somente devem ser aplicadas quando demonstrada de forma incontestada a compra de voto e o abuso de poder, assim como a gravidade da conduta. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral é pacificada pela necessidade de provas robustas e inequívocas para a caracterização do abuso.

2. No caso dos autos, as fotografias, os prints, as cópias de publicações e os vídeos que instruem o feito, quando muito, podem ser considerados apenas indícios de provas, porquanto frágeis e insuficientes para comprovar a ocorrência de compra de votos dos eleitores indicados, a perfuração de poços em troca de apoio político, o transporte irregular de eleitores e as contratações, nomeações e exonerações de pessoal com violações às disposições da Lei das Eleições, apontados pelo impugnante. Além disso, o impugnante desistiu de produzir prova testemunhal que poderia corroborar as alegações por ele apresentadas.

3. Patente a fragilidade probatória, não amparada por quaisquer outros elementos de provas robustos, não havendo a demonstração do abuso de poder econômico e corrupção por meio de captação ilícita de sufrágio, a manutenção da sentença, por seus fundamentos, é medida que se impõe.

4. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600400-42.2020.6.18.0005. ORIGEM: SANTA ROSA DO PIAUÍ/PI (5ª ZONA ELEITORAL – OEIRAS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - DESPROVIMENTO. ILICITUDE DA GRAVAÇÃO AMBIENTAL. DEPOIMENTOS QUE NÃO COMPROVAM A OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS. SENTENÇA MANTIDA.

"No processo eleitoral, é ilícita a prova colhida por meio de gravação ambiental clandestina, sem autorização judicial e com violação da privacidade e da intimidade dos interlocutores,

ainda que realizada por um dos participantes, sem o conhecimento dos demais" (STF - RE 1040515, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 29-04-2024, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 21-06-2024 PUBLIC 24-06-2024).

Caso em que as gravações foram realizadas por eleitor supostamente corrompido que admitiu ter gravado o diálogo para cobrar promessa, tendo partido dele a designação do local, data e horário, o que configura o flagrante preparado. Acrescente-se ter a reunião sido realizada em local particular (dentro da casa do eleitor) que embora houvessem outras pessoas no local (familiares que lá residem), há notória a expectativa de intimidade. Restou comprovada, ainda, a ausência de conhecimento dos demais interlocutores (nem mesmo os familiares tinham conhecimento da gravação), bem como também não houve autorização judicial. Os depoimentos colhidos em juízo conduzem à conclusão de que não há provas da prática dos ilícitos narrados na inicial. É impreterível que se tenha nos autos prova robusta e incontroversa da prática de ilícitos eleitorais. Recurso conhecido, porém, improvido.

2 AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL Nº 0000524–92.2016.6.18.0012. ORIGEM: PEDRO II/PI (12ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. MULTA. INELEGIBILIDADE. RECURSO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. ANULAÇÃO DO PROCESSO DESDE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

1. Preliminar de cerceamento de defesa.

1.1. A mídia que continha o depoimento da investigada e das oito testemunhas, em sede de audiência de instrução e julgamento, foi danificada e não existe cópia de segurança nos computadores e arquivos do Cartório. Tal fato consta de duas certidões do Chefe de Cartório da 12ª Zona Eleitoral.

1.2. Em um primeiro momento, o MM Juiz *a quo* chamou o feito à ordem e anulou as sentenças, mas com a certidão de que seria impossível a referida juntada da mídia aos autos, reproduziu na íntegra o julgado anterior, ressaltando a “desnecessidade da refeitura da audiência questionada, uma vez que o acervo probatório acostado aos autos é suficiente ao julgamento do feito”.

1.3. O artigo 219 do Código Eleitoral e a jurisprudência dos Tribunais Eleitorais há muito tempo estão sedimentados no sentido de o julgador abster-se de pronunciar nulidade sem demonstração de prejuízo. No caso vertente, o prejuízo aos investigados restou indubitavelmente demonstrado.

1.4. Há absoluta afronta aos princípios do contraditório e ampla defesa. Nas palavras do Procurador Regional Eleitoral, “não é difícil entender que se trata de uma circunstância que traz gravíssimas consequências processuais e materiais, já que estamos a falar do mais relevante ato instrutório, e que agora as partes se veem impedidas de utilizar os testemunhos ali colhidos para fins de demonstrar a veracidade de seus argumentos, principalmente em sede recursal. Sem dúvida alguma, a prova testemunhal, em processos complexos como os que estamos a examinar, constitui elemento decisivo para se descortinar de que lado a verdade se encontra”.

1.5. Foi constatada ainda petição de renúncia do advogado da segunda investigada, requerendo que as publicações fossem feitas em nome de outro advogado, cuja procuração encontrava-se já acostada aos autos. Não obstante, o Cartório continuou a realizar as intimações em nome do advogado desconstituído.

1.6. Ocorrência de lapso na condução dos processos, merecendo o acolhimento da preliminar para determinar o retorno dos autos ao Primeiro Grau, com a anulação do processo desde a fase da audiência de instrução e julgamento.

RECURSO ELEITORAL Nº 0000519–70.2016.6.18.0012. ORIGEM: PEDRO II/PI (12ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. MULTA. INELEGIBILIDADE. RECURSO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. ANULAÇÃO DO PROCESSO DESDE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

1. Preliminar de cerceamento de defesa.

1.1. A mídia que continha o depoimento da investigada e das oito testemunhas, em sede de audiência de instrução e julgamento, foi danificada e não existe cópia de segurança nos computadores e arquivos do Cartório. Tal fato consta de duas certidões do Chefe de Cartório da 12ª Zona Eleitoral.

1.2. Em um primeiro momento, o MM Juiz *a quo* chamou o feito à ordem e anulou as sentenças, mas com a certidão de que seria impossível a referida juntada da mídia aos autos, reproduziu na

íntegra o julgado anterior, ressaltando a “desnecessidade da refeitura da audiência questionada, uma vez que o acervo probatório acostado aos autos é suficiente ao julgamento do feito”.

1.3. O artigo 219 do Código Eleitoral e a jurisprudência dos Tribunais Eleitorais há muito tempo estão sedimentados no sentido de o julgador abster-se de pronunciar nulidade sem demonstração de prejuízo. No caso vertente, o prejuízo aos investigados restou indubitavelmente demonstrado.

1.4. Há absoluta afronta aos princípios do contraditório e ampla defesa. Nas palavras do Procurador Regional Eleitoral, “não é difícil entender que se trata de uma circunstância que traz gravíssimas consequências processuais e materiais, já que estamos a falar do mais relevante ato instrutório, e que agora as partes se veem impedidas de utilizar os testemunhos ali colhidos para fins de demonstrar a veracidade de seus argumentos, principalmente em sede recursal. Sem dúvida alguma, a prova testemunhal, em processos complexos como os que estamos a examinar, constitui elemento decisivo para se descortinar de que lado a verdade se encontra”.

1.5. Foi constatada ainda petição de renúncia do advogado da segunda investigada, requerendo que as publicações fossem feitas em nome de outro advogado, cuja procuração encontrava-se já acostada aos autos. Não obstante, o Cartório continuou a realizar as intimações em nome do advogado desconstituído.

1.6. Ocorrência de lapso na condução dos processos, merecendo o acolhimento da preliminar para determinar o retorno dos autos ao Primeiro Grau, com a anulação do processo desde a fase da audiência de instrução e julgamento.

RECURSO ELEITORAL Nº 0000520–55.2016.6.18.0012. ORIGEM: PEDRO II/PI (12ª ZONA LEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. MULTA. INELEGIBILIDADE. RECURSO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. ANULAÇÃO DO PROCESSO DESDE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

1. Preliminar de cerceamento de defesa.

1.1. A mídia que continha o depoimento da investigada e das oito testemunhas, em sede de audiência de instrução e julgamento, foi danificada e não existe cópia de segurança nos computadores e arquivos do Cartório. Tal fato consta de duas certidões do Chefe de Cartório da 12ª Zona Eleitoral.

1.2. Em um primeiro momento, o MM Juiz *a quo* chamou o feito à ordem e anulou as sentenças, mas com a certidão de que seria impossível a referida juntada da mídia aos autos, reproduziu na íntegra o julgado anterior, ressaltando a “desnecessidade da refeitura da audiência questionada, uma vez que o acervo probatório acostado aos autos é suficiente ao julgamento do feito”.

1.3. O artigo 219 do Código Eleitoral e a jurisprudência dos Tribunais Eleitorais há muito tempo estão sedimentados no sentido de o julgador abster-se de pronunciar nulidade sem demonstração de prejuízo. No caso vertente, o prejuízo aos investigados restou indubitavelmente demonstrado.

1.4. Há absoluta afronta aos princípios do contraditório e ampla defesa. Nas palavras do Procurador Regional Eleitoral, “não é difícil entender que se trata de uma circunstância que traz gravíssimas consequências processuais e materiais, já que estamos a falar do mais relevante ato instrutório, e que agora as partes se veem impedidas de utilizar os testemunhos ali colhidos para fins de demonstrar a veracidade de seus argumentos, principalmente em sede recursal. Sem dúvida alguma, a prova testemunhal, em processos complexos como os que estamos a examinar, constitui elemento decisivo para se descortinar de que lado a verdade se encontra”.

1.5. Foi constatada ainda petição de renúncia do advogado da segunda investigada, requerendo que as publicações fossem feitas em nome de outro advogado, cuja procuração encontrava-se já acostada aos autos. Não obstante, o Cartório continuou a realizar as intimações em nome do advogado desconstituído.

1.6. Ocorrência de lapso na condução dos processos, merecendo o acolhimento da preliminar para determinar o retorno dos autos ao Primeiro Grau, com a anulação do processo desde a fase da audiência de instrução e julgamento.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600466-57.2020.6.18.0058. ORIGEM: MONSENHOR GIL/PI (58ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 04 DE MARÇO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. PRELIMINAR DE OFÍCIO DE NÃO CONHECIMENTO DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA PRO ENGENHARIA EIRELLI. ACOLHIDA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADA. MÉRITO. LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES IRREGULARES. OBRIGAÇÕES E DESPESAS CONTRAÍDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA. RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS ILEGAIS. DIVULGAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS COM CLARO PROPÓSITO DE PROMOÇÃO PESSOAL DO CANDIDATO À REELEIÇÃO. CONDUTAS VEDADAS E ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. ILÍCITOS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA PELA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. MANUTENÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1 – Preliminar de ofício de não conhecimento das contrarrazões apresentadas pela empresa PRO ENGENHARIA EIRELLI. Pessoa jurídica não pode figurar no polo passivo da ação de investigação judicial eleitoral, haja vista que a ela não podem ser imputadas as sanções de inelegibilidade e cassação de registro ou de diploma. Precedentes do c. TSE.

2 – Preliminar de inépcia da inicial por ausência de individualização das condutas supostamente ilícitas e por ausência de comprovação destas. A peça inicial narra os fatos e pontua os fundamentos jurídicos de modo suficiente para o exercício do direito de defesa pela parte demandada, bem como permite o conhecimento do julgador sobre a eventual prática de ilícito de natureza eleitoral. Ademais, pela teoria da asserção, os fatos narrados na petição inicial constituem meras alegações, de modo que, nesse momento, as condições da ação devem ser avaliadas *in status assertionis*, ou seja, de forma abstrata, à luz exclusivamente da narrativa constante na exordial, sem o aprofundamento na matéria de mérito, bem como dispensando qualquer atividade probatória. Inépcia da inicial rejeitada.

3 – Prática de conduta vedada e abuso de poder. Transferência voluntária de recursos nos três meses que antecedem as eleições. Considerando que o TCE fez uma análise apurada dos fatos, apontando tanto no relatório da DFAM quanto do julgamento pelos Conselheiros que não foram realizadas as transferências voluntárias dos recursos nos três meses que antecederam às eleições de 2020, não há que se falar em prática de conduta vedada prevista no art. 73, VI, *a*, da Lei nº 9.504/97.

4 – Quanto às demais irregularidades (fracionamento de processos licitatórios) e realização de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade financeira, estas, na forma discriminada nos autos, por si só, não incidiriam em prática de conduta vedada, porém poderiam configurar abuso de poder, se auferido benefício eleitoreiro com tal conduta. No caso, no entanto, além de terem sido verificadas em pequena monta, não há prova nos presentes autos de que houve benefício eleitoreiro com tais irregularidades. O autor sequer apresentou testemunhas que pudessem esclarecer em que ponto essas despesas foram utilizadas para angariar os votos dos eleitores, de modo a configurar o abuso praticado pelos recorridos; limitaram-se apenas a produzir prova documental, a qual, no presente caso, é insuficiente para comprovar os fatos alegados. Abuso de poder afastado.

5 – Conduta vedada prevista no art. 73, VI, *b*, da Lei das Eleições. Matérias jornalísticas divulgações no blog do Miro Silva (Claudemiro de Jesus Silva), candidato a Vereador, no site www.meionorte.com. As matérias foram publicadas nos meses de março (somente uma), abril (duas), maio (três), junho (três), julho (uma) e agosto (sete). As reportagens divulgadas nos meses de março, abril e maio retratam tão somente as ações que foram feitas para o combate e controle da pandemia da COVID-19. E dentro do mês de agosto, todas as publicações foram feitas no início do mês, sendo a última delas no dia 14/08/2020. As notícias, portanto, foram propagadas antes dos três meses do pleito eleitoral, o qual se iniciou a partir do dia 15/08/2020, e, assim, não configuram a prática da conduta vedada prevista no art. 73, VI, *b*, da Lei nº 9.504/97. Conduta vedada não configurada.

6 – Desprovisionamento do recurso.

7 – Manutenção da sentença que julgou improcedentes os pedidos.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600320-66.2020.6.18.0009. ORIGEM: NAZARÉ DO PIAUÍ/PI (61ª ZONA ELEITORAL – FLORIANO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 01 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE) - ELEIÇÕES 2020 - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E ABUSO DE PODER - AUSÊNCIA DE PROVAS - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1 – Para a condenação pela prática de captação ilícita de sufrágio e abuso de poder requer-se a existência de prova harmônica e robusta acerca da ocorrência das condutas anunciadas, com gravidade suficiente para afetar a legitimidade do pleito.

2 – Quando a parte autora não consegue comprovar cabalmente a ocorrência dos ilícitos narrados, deve-se reconhecer a improcedência da demanda.

3 – Recurso desprovidos

RECURSO ELEITORAL Nº 0600376-90.2020.6.18.0012. ORIGEM: DOMINGOS MOURÃO/PI (12ª ZONA ELEITORAL – PEDRO II/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 27 DE MAIO DE 2024.

RECURSOS EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS. SUPOSTA UTILIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL PARA BENEFICIAR A CAMPANHA DE CANDIDATOS APOIADOS PELO GESTOR PÚBLICO. ALEGAÇÃO DA PRÁTICA DE UTILIZAÇÃO INDEVIDA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CONDUTA VEDADA AOS AGENTES PÚBLICOS E ABUSO DO PODER POLÍTICO (DE AUTORIDADE). FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS. INSUFICIÊNCIA DE PROVA PARA SUPORTAR O DECRETO CONDENATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Consoante jurisprudência deste Tribunal Superior Eleitoral, “o abuso do poder político ou de autoridade insculpido no art. 22, caput, da LC nº 64/90, caracteriza-se quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade e a legitimidade da disputa eleitoral em benefício de candidatura própria ou de terceiros [...]” (Precedente: Ac. de 9.5.2019 no REspe nº 40898, rel. Min. Edson Fachin).

2. Na espécie, foram veiculados, na pré-campanha e no período eleitoral, em Portal de notícias da internet cujo editor responsável é também proprietário de empresa contratada pelo município para realizar a publicidade de interesse deste, postagens de notícias de atos eventos contendo mensagens que beneficiam a campanha dos candidatos apoiados pelo então Prefeito.

3. Para afastar o mandato eletivo obtido nas urnas, é necessário que a Justiça Eleitoral, observando a reserva legal proporcional, certifique-se de que há provas robustas e incontestas da ocorrência de fatos legalmente qualificados para esse efeito, de sua autoria e da gravidade de suas consequências, no sentido de que a legitimidade do pleito foi criticamente afetada. Precedentes

4. Não se pode concluir pela procedência da presente AIJE, por mera presunção de que as postagens foram pagas pela Prefeitura como parte da execução de contrato de publicidade, em razão do estorno do pagamento de duas parcelas feito posteriormente ao ajuizamento da AIJE que questiona os fatos e alega desvirtuamento da propaganda institucional contratada, quando não foram produzidas outras provas aptas a corroborar tais alegações.

5. Ausente, no caso, a comprovação satisfatória de que a veiculação das postagens foi realizada como parte da execução do contrato de publicidade mantida com a

municipalidade e de que houve, de fato, o alegado acompanhamento exclusivo ou preferencial, pelo Portal de notícias, da agenda dos candidatos representados, é de se reconhecer a fragilidade do conjunto probatório dos autos, para manter a sentença de improcedência dos pedidos iniciais.

6. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600474-63.2020.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. SUPOSTA DOAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PAGOS PELO MUNICÍPIO COM O PROPÓSITO DE BENEFICIAR CANDIDATOS. ACERVO PROBATÓRIO COMPOSTO POR VÍDEOS DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DE POSTO DE COMBUSTÍVEL, ENVELOPES E DOCUMENTOS AUXILIARES DA NOTAS FISCAIS DE CONSUMIDOR ELETRÔNICAS, RELATÓRIO DE VENDAS FORMA DE PAGAMENTO REFERENTE AO POSTO, CÓPIA DOS AUTOS DE BUSCA E APREENSÃO E OITIVA DE TESTEMUNHAS. PROVAS QUE MESMO EM CONJUNTO NÃO SÃO SUFICIENTES PARA DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS ELEITORAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O art. 41-A da Lei 9.504/97 proíbe a compra de voto, objetivando proteger a liberdade de manifestação de voto do eleitor, sendo necessário, para sua configuração, conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral: (a) prática de qualquer das condutas previstas no art. 41-A da Lei das Eleições; (b) dolo específico de obter o voto do eleitor; (c) ocorrência dos fatos entre a data do registro de candidatura e a eleição; (d) participação, direta ou indireta, do candidato beneficiado ou a sua concordância ou conhecimento dos fatos que caracterizam o ilícito.

2. O abuso de poder econômico compreende o emprego excessivo de recursos que possam ser expressados em valor econômico com o propósito de beneficiar candidatos e partidos, afetando, desse modo, a normalidade e a legitimidade das eleições.

3. As provas que instruem os autos (imagens de pessoas com possíveis ligações com candidatos apoiados pelo Prefeito abastecendo seus veículos no posto com o qual o Município mantém contrato de abastecimento de seus automóveis, contrato esse que não é de exclusividade; documentos auxiliares de nota fiscal de consumidor eletrônica referentes ao posto de combustíveis contendo, escritos a caneta, nomes de candidatos; relatório comprobatório de que houve aumento nas vendas de combustível em período próximo ao pleito; testemunhas que negam a ocorrência de ilícitos eleitorais no abastecimento de veículos), embora aptas a ensejar suspeitas razoáveis da doação de combustíveis pagos com recursos públicos em troca de votos, não são robustas o bastante para demonstrar o alegado liame entre os abastecimentos de combustível e o pleito eleitoral.

4. Para a configuração da captação ilícita de sufrágio e do abuso de poder é imprescindível a existência de provas robustas e incontestes dos fatos, em razão da severidade das sanções previstas na norma de regência.

5. Recurso desprovido.

3 AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO Nº 0600158-59.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR DESIGNADO: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

AÇÃO DE DECRETAÇÃO DA PERDA DO MANDATO POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA. ARTIGO 1º, CAPUT, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.610/2007. PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADAS. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE GRAVE DISCRIMINAÇÃO POLÍTICA PESSOAL COMO MATÉRIA DE DEFESA. DESFILIAÇÃO EFETIVADA PELA JANELA PARTIDÁRIA (ART. 22-A, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DA LEI Nº 9.096/95), QUANDO A DEMANDADA OCUPAVA O CARGO EM SUBSTITUIÇÃO A PARLAMENTAR QUE SE AFASTOU TEMPORARIAMENTE. FILIAÇÃO EM NOVO PARTIDO. ENCERRADA A SUBSTITUIÇÃO. SURGIMENTO DE NOVA VAGA DECORRENTE DE JULGAMENTO PROCEDENTE DE AIME POR COTA DE GÊNERO QUANDO A DEMANDADA NÃO MAIS FIGURAVA NA LISTA DE SUPLENTE DA AGREMIAÇÃO DETENTORA DO CARGO E PELA QUAL CONCORREU NAS ELEIÇÕES DE 2020. POSSE DA VEREADORA NA VAGA. OFENSA ÀS REGRAS DE FIDELIDADE PARTIDÁRIA E AOS PRINCÍPIOS DO SISTEMA PROPORCIONAL. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PARA DECRETAR A PERDA DO CARGO DE VEREADORA DO MUNICÍPIO DE TERESINA NO QUAL FOI EMPOSSADA A REQUERIDA.

1. O interesse jurídico da agremiação quanto ao manejo da ação fundada no art. 22-A da Lei n. 9.096/95 surge apenas a partir da efetiva posse do parlamentar no cargo eletivo, termo inicial do prazo decadencial, de 30 (trinta) dias, previsto para sua propositura.

2. Na espécie, a requerida concorreu às eleições de 2020 pelo Partido Progressista - PP e, quando não mais ostentava a qualidade de suplente desse partido, tomou posse, em 09.05.2024, no cargo de vereadora do município de Teresina em vaga decorrente da cassação do diploma de vereador vinculado ao DRAP do Partido Liberal cassado em sede de AIME, pelo TSE. A desfiliação da requerida deu-se em 12.03.2024 pela janela partidária no final do período de substituição do mandato de outro parlamentar do Partido Progressista que se desligou para ocupar cargo de Secretário Municipal (período de 03.04.2023 a 08.04.2024). A vaga questionada surgiu cerca de um mês depois do final dessa substituição.

3. A retroatividade operada no julgamento procedente em sede de AIME por fraude na cota de gênero não tem o condão de promover a posse retroativa de candidato(a) a cargo parlamentar que não mais ostente a qualidade de suplente da agremiação detentora do cargo, por ter se desfilado anteriormente pela janela partidária.

4. Na linha do entendimento firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral, “desfilado o parlamentar do partido pelo qual eleito, ainda que reconhecida a justa causa, o mandato permanecerá com o partido”. Para a Corte Superior, “o que a justa causa possibilita é a mera continuidade do exercício do mandato pelo desfilado, sem qualquer transferência dos consectários que da representatividade decorrem, (...)” (Embargos de Declaração em Petição nº 060064336, Acórdão, Min. Alexandre de Moraes, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 25/11/2021.)

5. A vaga aberta em decorrência da decretação de perda do mandato eletivo de parlamentar pelo Poder Judiciário pertence ao Partido que foi contemplado com a recontagem dos votos e o recálculo dos correspondentes quocientes eleitoral e partidário, devendo ser preenchido o cargo pelo primeiro suplente apto da agremiação no momento do seu surgimento (decretação), isto é, aquele primeiro colocado no ordem de suplência que permanece filiado ao partido detentor do mandato.

6. Procedência da ação. Perda do cargo de vereadora do município de Teresina no qual a Sra. Maria das Graças da Silva Amorim foi empossada irregularmente.

4 AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-61.2024.6.18.0033. ORIGEM: BURITI DOS LOPES/PI (33ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

AGRAVO INTERNO. ELEIÇÕES 2024. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL. RECURSO INTEMPESTIVO. AGRAVO DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU O RECURSO. INTEMPESTIVIDADE.

1. Preliminar de intempestividade do agravo

1.1. A decisão objurgada foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 99/2024, de 04 de junho. Todavia, o agravo foi aviado apenas no dia 07/06.

1.2. De acordo com o art. 22, § 6º, da Resolução TSE nº 23.608/2019 e art. 96, §8º da Lei nº 9.504/97, o prazo para interposição do referido recurso em representação por propaganda eleitoral é de 1 (um) dia da publicação da decisão.

2. Não conhecimento do agravo.

5 CONSULTA

CONSULTA Nº 0600014—85.2024.6.18.0000. ORIGEM: CORRENTE/PI (22ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

CONSULTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. LEGITIMIDADE DO CONSULENTE. CASO CONCRETO. MATÉRIA NÃO ELEITORAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. O Presidente da Câmara de Vereadores é parte legítima para formular consultas aos Tribunais Regionais Eleitorais.
2. O Tribunal não conhecerá da consulta que traga indagação sobre situação concreta e/ou que verse sobre matéria estranha ao direito eleitoral, mesmo que levantada por parte legítima. Precedentes do c. TSE e deste Regional.
3. Consulta não conhecida.

6 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0600210–89.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019. PARTIDO INCORPORADOR. PEDIDO DE EXTINÇÃO DO FEITO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/2021. RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. INDEFERIMENTO. PROSSEGUIMENTO REGULAR DO FEITO.

– O trânsito em julgado da decisão exequenda se deu em 14/06/2023, nos termos da certidão de ID 22046838 e a publicação da EC nº 111/2021 data de 29/09/2021, portando já sob a égide do regramento disposto no art. 3º da Emenda Constitucional.

– O recolhimento ao Tesouro Nacional de recursos de origem não identificada — RONI — configura obrigação legal de natureza cível, uma vez que tais recursos não podem ser utilizados, por expressa disposição regulamentar do art. 14 da Res. TSE nº 23.546/17 e não constituem sanção assim definida em lei ou regulamento.

– Pedido de extinção do feito por perda superveniente de objeto indeferido.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0600050-64.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

ELEITORAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÃO 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS COM DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO ERÁRIO. ALEGATIVAS DE SUPOSTA NULIDADE PROCESSUAL E EXCESSO NA EXECUÇÃO. INTIMAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS REALIZADAS POR MEIO DE *WHATSAPP*, UTILIZANDO OS NÚMEROS DE CONTATO INDICADOS QUANDO DO REGISTRO DE CANDIDATURA. ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.607/19. AUSÊNCIA DE EXCESSO NA EXECUÇÃO QUE DETERMINA APENAS A DEVOLUÇÃO DE VALORES PÚBLICOS GASTOS SEM A DEVIDA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE OU ARRECADADOS SEM IDENTIFICAÇÃO DA RESPECTIVA ORIGEM. VÍCIOS INEXISTENTES. IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO.

O executado pugnou pela nulidade do processo de prestação de contas, alegando que não foi devidamente intimado para atendimento de diligências solicitadas pela unidade técnica do Tribunal, bem como que houve excesso de execução no acórdão que julgou não prestadas suas contas de campanha 2022 e determinou o recolhimento ao erário de vultosa importância, a título de irregularidades envolvendo verbas do FEFC e recebimento de RONI.

As intimações para apresentação de procuração e para atendimento às diligências requeridas pela unidade técnica nos autos de prestação de contas respectivo foram realizadas por meio do aplicativo *WhatsApp* e de *e-mail*, utilizando-se os números de telefone e o endereço virtual indicados pelo candidato quando do seu registro de candidatura, nos estritos termos da Resolução TSE n. 23.607/19.

O executado alega que sua linha telefônica estava suspensa na época da intimação via *WhatsApp*, porém, segundo o disposto no art. 98, § 4º e 9º da Resolução TSE n. 23.607/19, aos candidatos incumbe “acessar (...) os meios informados em seu registro de candidatura para o recebimento de citações, intimações, notificações e comunicações da Justiça Eleitoral” e “para os fins do disposto no § 9º deste artigo, serão utilizados os dados de

localização informados no Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) e do Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP)”.

É possível ainda tomar por analogia o que dispõe o art. 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no sentido de que “presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço”.

Aos candidatos, impõe-se o dever de agir da forma mais transparente, diligente e séria em relação às prestações de contas dos recursos públicos recebidos para a realização de suas campanhas.

O documento apresentado pelo executado para demonstrar que uma das linhas telefônicas utilizadas para sua intimação estava suspensa quando da realização do ato deixa clara, na verdade, a forma aparentemente relapsa e desidiosa com que o candidato agiu em relação à sua comunicação com a Justiça Eleitoral durante praticamente todo o período de campanha, de agosto a novembro/2022, sem que fosse tomada qualquer providência para evitar isso.

Revela-se nos autos de prestação de contas uma verdadeira sucessão de atos realizados de modo extemporâneo e/ou sem a necessária observância das formalidades legais exigidas, especialmente em se tratando de um candidato a Deputado Federal que recebeu a vultosa quantia de verbas públicas para a realização de sua campanha e não agiu com a diligência necessária para a demonstração da regularidade das despesas e transações bancárias efetuadas durante o pleito.

Não há falar também em excesso de execução quando o acórdão executado julga as contas não prestadas e determina apenas a devolução do que foi recebido e gasto sem regular comprovação a tempo e modo na prestação de contas.

Ausência dos vícios alegados na impugnação.

Improcedência da impugnação. Manutenção do acórdão.

7 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600582-51.2020.6.18.0062. ORIGEM: DOM EXPEDITO LOPES/PI (62ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AIJE. ACÓRDÃO EM RECURSO ORDINÁRIO CONTRA SENTENÇA CONDENATÓRIA PELA SUPOSTA PRÁTICA DE CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ALEGATIVAS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE ENFRENTADAS. CONDENAÇÃO EM CASSAÇÃO DE DIPLOMA E MULTA COM BASE NO ART. 41-A DA LEI DAS ELEIÇÕES. INELEGIBILIDADE COMO EFEITO REFLEXO. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL QUE NÃO É SUFICIENTE PARA ALTERAR A CONCLUSÃO DO *DECISUM*. EMBARGOS DA INVESTIGANTE REJEITADOS. EMBARGOS DOS INVESTIGADOS PARCIALMENTE PROVIDO PARA CORREÇÃO DE MERO ERRO MATERIAL.

1. Os embargos de declaração não servem para a rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente, mas viabilizam apenas o aperfeiçoamento de decisões, sentenças e acórdãos na mesma instância em que foram proferidos. Se a parte entende que há equívoco na valoração do acervo probatório ou na interpretação dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis ao caso, o meio adequado de impugnação do pronunciamento judicial deve ser um recurso apto a devolver a matéria à superior instância, e não embargos de declaração.
2. Concretamente, os pontos abordados pelos embargantes não caracterizam omissão, contradição ou obscuridade, mas, diferentemente, envolvem questões ou aspectos sobre os quais já há manifestação deste Tribunal no acórdão embargado.
3. Em se tratando, exclusivamente, de condenação por captação ilícita de sufrágio, com base no art. 41-A da Lei das Eleições, as sanções cabíveis são cassação de registro ou diploma e multa, restando a inelegibilidade como consequência indireta, externa, do julgamento pela procedência da demanda exordial, não devendo, portanto, constar no dispositivo do acórdão.
4. Correção de mero erro material insuficiente para alterar a conclusão do acórdão.
5. Embargos da investigante conhecidos e desprovidos. Embargos dos investigados parcialmente providos para correção de mero erro material.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600195-38.2020.6.18.0029. ORIGEM: PIO IX/PI (29ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 05 DE MARÇO DE 2024.

ELEIÇÕES 2020. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. MÉRITO. CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. DESPROVIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O embargante não logrou êxito em demonstrar que houve qualquer vício no acórdão guerreado, verdadeiro motivo que deve embasar os embargos de declaração.
2. Foi verificado inconformismo do embargante com o que restou decidido no acórdão ora vergastado, sendo nítida a intenção de discutir novamente o mérito, o que não se admite em sede de embargos de declaração.
3. Conhecimento e desprovimento dos embargos para manter o acórdão ora atacado.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601209-76.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MARÇO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275 DO CÓDIGO ELEITORAL C/C O ART. 1.022, DO CPC. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO ACOLHIMENTO.

1. A contradição que autoriza os embargos de declaração é a contradição interna, isto é, aquela existente no texto e conteúdo do próprio julgado, que pode apresentar proposições entre si inconciliáveis, situação de nenhuma forma depreendida no julgado embargado.

2. No caso em análise, o candidato, fez referência a um cheque sem suficiente provisão de fundos para suscitar eventual omissão no julgado. Todavia, a matéria foi devidamente analisada e a decisão que impôs a sanção de recolhimento em favor do Tesouro Nacional no respectivo numerário da despesa com serviços de publicidade foi corretamente fundamentada.

2.1. O pleito para anulação do acórdão não deve prosperar porquanto não consubstanciada omissão, contradição ou obscuridade do *decisum*,

2.2. O pedido para oficiar a instituição bancária a fim de que a matéria seja esclarecida deve ser denegado em razão da preclusão consumativa.

3. A decisão foi devidamente fundamentada pelas provas carreadas aos autos, bem como pela jurisprudência e legislação em vigor, e expôs de modo compreensível e coerente as suas razões acerca da matéria.

4. Evidenciado o mero inconformismo do embargante com a conclusão do acórdão e o nítido propósito de rejugamento de sua prestação de contas, o que não se faz pela estreita via dos aclaratórios.

5. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0600175-32.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MARÇO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PAGAMENTO GRU. COMPROVANTE NOS AUTOS. PROVIMENTO.

- Recolhimento da GRU, ocorrido em 27/10/2023, para o valor tratado nestes autos (Valor Principal R\$ 800,00, Juros R\$ 293,18, Total R\$ 1.093,18) informado pelo SEPEO.

- Com a juntada da documentação apta a regularizar sua omissão de contas relacionada às Eleições de 2018, o deferimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe.

- Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 0601549-20.2022.6.18.0000. ORIGEM: ESPERANTINA/PI (41ª ZONA ELEITORAL. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 21 DE MARÇO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AIJE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. ERRO MATERIAL. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Inexistência de erro material, omissões, contradições ou obscuridades apontadas nos presentes Embargos de Declaração.

2. Rediscussão de matéria já decidida, inviável na via aclaratória, conforme jurisprudências do colendo Tribunal Superior Eleitoral TSE.

3. Necessário que haja vícios a que se referem os arts. 275 do Código Eleitoral e 1.022 do Código de Processo Civil, mesmo para fins de prequestionamento, aptos a ocasionar a concessão de efeitos modificativos aos aclaratórios ora analisados.

4. Embargos conhecidos e desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601220-08.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 25 DE MARÇO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL – DESAPROVADA - INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS -

PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE ENFRENTADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 - Os embargos de declaração constituem modalidade recursal destinada ao aperfeiçoamento do ato jurisdicional, mediante o suprimento de omissão, desfazimento de contradição, esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material; não há suporte jurídico-processual para sua utilização com o fim de rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente.

2 - Os “outros meios idôneos de prova” referidos no artigo 60, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019 não dispensam a apresentação da nota fiscal, documento essencial para atestar a transparência e lisura das contas prestadas.

3 - Concretamente, “o voto/acórdão embargado resolveu expressamente as questões abordadas pelo embargante, Não, há, pois, omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Eventual erro de julgamento deve ser levado à instância superior, a fim de que o julgado seja revisto pelo órgão competente, descabendo rediscussão e nova deliberação no âmbito deste Colegiado. Precedentes” (v. TSE, EARO 813 – Rio Branco/AC, rel. Min. JOSÉ AUGUSTO DELGADO, DJ de 08/08/2006, p. 114).

4 - Embargos conhecidos, mas desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-79.2022.6.18.0040. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE MARÇO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEIÇÕES 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. ALEGATIVA DE OMISSÃO/CONTRADIÇÃO/OBSCURIDADE. FALTA DE CITAÇÃO VÁLIDA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. INOBSERVÂNCIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. NULIDADE DO PROCESSO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS. EFEITOS MODIFICATIVOS.

- Os embargos de declaração constituem modalidade recursal destinada ao aperfeiçoamento de pronunciamento judicial quando eivado de obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material, consoante pacífico entendimento jurisprudencial (v.g. TSE, REspe nº 57611, rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, Ac. De 19.3.2019).

- Apesar de a nulidade de citação não ter sido matéria abordada nas razões do recurso impugnado, o art. 1.022, inciso II do CPC, assegura que os embargos são cabíveis para “suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento”.

- O Presidente e a Secretária de Finanças e Planejamento do Partido dos Trabalhadores – PT em São Julião/PI não foram regularmente citados para apresentar as contas de campanha 2022, em clara a inobservância aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (Resolução TSE nº 23.607/19, art. 49, § 5º, IV, e art. 98, § 8º). Disso decorre a invalidade de todos os atos que se seguiram ao despacho que determinou a citação dos dirigentes do órgão partidário.

- Embargos parcialmente providos, com atribuição de efeitos infringentes.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600183-09.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 02 DE ABRIL DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. PARTIDO. ART. 275 DO CÓDIGO ELEITORAL C/C O ART. 1.022 DO CPC. PRELIMINARES. INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS EM SEDE DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DOS ACLARATÓRIOS. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS PONTOS OMISSOS. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. A juntada de documentos em sede de embargos está preclusa, salvo documentos novos estabelecidos no art. 435 do Código de Processo Civil, o que não é o caso dos autos. Preliminar acolhida.

2. Preliminar de não conhecimento dos embargos de declaração por ausência de indicação de ponto contraditório, obscuro, omissis e/ou erro material: acolhimento.

2.1. Os Embargos de Declaração são recursos de fundamentação vinculada, tendo o seu juízo de admissibilidade, além dos pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, a necessidade de preencher os pressupostos de admissibilidade específicos, quais sejam, as indicações de lacuna, contradição ou obscuridade na decisão embargada, nos moldes previstos no art. 1.022 do CPC.

2.2. Na hipótese, verifica-se que o embargante não apontou especificamente a omissão no acórdão guerreado. Da análise do recurso manejado, percebe-se que o embargante almeja rediscutir a matéria já decidida, inconformado com a decisão, o que não pode ser aventado em sede de embargos.

3. Embargos de declaração não conhecidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000024-05.2010.6.18.0087. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 09 DE ABRIL DE 2024.

ELEITORAL – PENAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO CRIMINAL - OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DE MATÉRIA PRELIMINAR - ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO, À AMPLA DEFESA E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DO RÉU – PRINCÍPIO DO PREJUIZO – ART. 563 DO CPP - NÍTIDA AUSÊNCIA DE PREJUIZO PARA AS PARTES – INTENÇÃO DE REDISCUSSÃO DAS ALEGATIVAS RECURSAIS – INVIABILIDADE – EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS PARA APRECIAÇÃO DE PRELIMINAR.

1. Segundo o princípio do prejuízo, não se reconhece nulidade do ato quando dele não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa - art. 563, do CPP.

2. O preciosismo formal em relação ao rito processual, quando já se apreciou o mérito da causa a favor do réu, absolvido sumariamente em duas instâncias, é que representaria óbvio prejuízo à parte.

3. Os embargos de declaração não servem para a rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente; viabilizam apenas o aperfeiçoamento de decisões, sentenças e acórdãos na mesma instância em que foram proferidos.

4. Acolhimento parcial dos embargos apenas para apreciar questão preliminar.

5. Manutenção do acórdão.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600002-43.2021.6.18.0011. ORIGEM: PIRIPIRI/PI (11ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE ABRIL DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275, DO CE, C/C O ART. 1.022, DO CPC. RECURSO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO/OMISSÃO/OBSCURIDADE DA DECISÃO EMBARGADA. HIPÓTESES NÃO CONFIGURADAS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Por remissão do art. 275, do Código Eleitoral, as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração estão previstas, de modo taxativo, no art. 1022, do Código de Processo Civil.

2. O mero inconformismo dos embargantes com a conclusão da decisão combatida e o nítido propósito de rejugamento da matéria não implicam no uso do apelo manejado para modificar a decisão combatida.

3. Embargos de declaração desprovidos. Acórdão incólume.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601039-07.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL - DESAPROVAÇÃO - INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS - PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE ENFRENTADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 - Os embargos de declaração constituem modalidade recursal destinada ao aperfeiçoamento do ato jurisdicional, mediante o suprimento de omissão, desfazimento de contradição, esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material; não há suporte jurídico-processual para sua utilização com o fim de rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente.

2 - Concretamente, o voto/acórdão embargado resolveu expressamente as questões abordadas pela embargante. Não, há, pois, omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Eventual erro de julgamento deve ser levado à instância superior, a fim de que o julgado seja revisto pelo órgão competente, descabendo rediscussão e nova deliberação no âmbito deste Colegiado. Precedentes” (v. TSE, EARO 813 – Rio Branco/AC, rel. Min. JOSÉ AUGUSTO DELGADO, DJ de 08/08/2006, p. 114).

3 - Embargos conhecidos, mas desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601091-03.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL – INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS - PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE ENFRENTADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 - A apresentação de CRLV desatualizado é o mesmo que não apresentação, de modo que os precedentes do TSE se amoldam perfeitamente ao caso em exame.

2 - A ausência da CNH do motorista contratado foi mitigada pela apresentação de nota fiscal, contrato de prestação de serviços e comprovante de transferência para a conta bancária do beneficiário.

3 - Os embargos de declaração constituem modalidade recursal destinada ao aperfeiçoamento do ato jurisdicional, mediante o suprimento de omissão, desfazimento de contradição, esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material; não há suporte jurídico-processual para sua utilização com o fim de rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente.

4 - Embargos conhecidos, mas desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601280-78.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. VÍCIOS REFERENTES ÀS IRREGULARIDADES ALUSIVAS ÀS DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE À PRESTADORA DE CONTAS DE SE MANIFESTAR SOBRE DOCUMENTOS JUNTADOS NO PARECER CONCLUSIVO PELO NÚCLEO DE CONTAS. NOTAS FISCAIS, COM OS RESPECTIVOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS SÃO SUFICIENTES PARA DEMONSTRAR OS

GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO COM RELAÇÃO ÀS DESPESAS COM SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS. PROVIMENTO PARCIAL.

- Há vício no acórdão na parte referente às despesas com combustível, ante a ausência de oportunidade à prestadora de contas manifestar-se sobre as NFC-e juntadas aos pelo Núcleo de Apoio à Análise de Contas no Parecer Técnico Conclusivo.

- No caso dos autos, considerando o entendimento de que a documentação juntada pela prestadora de contas já seria suficiente para comprovar a realização de gastos com aquisição de combustível, apresenta-se desnecessário, com base na efetividade da jurisdição e economia processual, anular a decisão embargada e intimar a parte para se manifestar sobre a documentação complementar, despendendo em face da documentação originalmente apresentada pela prestadora de contas.

- Inexistência de vício no acórdão com relação à irregularidade relativa aos serviços prestados por terceiros, porquanto a decisão embargada registra que a prestadora de contas não se desincumbiu de apresentar tempestivamente o respectivo documento fiscal idôneo, nos termos do disposto o art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019.

- Embargos de declaração conhecidos e parcialmente providos, apenas para afastar a irregularidade com relação ao gastos com a aquisição de combustível, e, por conseguinte, reduzir o montante a ser devolvido ao Tesouro Nacional.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600305-22.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. EXERCÍCIO 2018. NÃO ACOLHIMENTO.

1. No âmbito do direito eleitoral, por força do disposto no art. 275, do Código Eleitoral, os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022, do CPC.

2. Quando não vigente o órgão devedor das contas, faz-se possível direcionar a demanda ao órgão superior para que este assuma a defesa daquele, desde que se assegure os princípios máximos do contraditório e ampla defesa, conforme disposto na Resolução TSE n.º 23.571/2018, em seu art. 54-N, § 8º.

3. Quanto à existência de pedido de regularização da prestação de contas do exercício financeiro de 2018 no processo de nº 0600042-53.2024.6.18.0000, verificou-se que nele estão apresentadas as peças necessárias ao pedido de regularização da prestação de contas das eleições 2020, e não do exercício financeiro de 2018, que é o objeto desta ação.

4. Evidenciado o mero inconformismo do embargante com a conclusão do acórdão e o nítido propósito de rejugamento de sua prestação de contas, o que não se faz pela estreita via dos aclaratórios.

5. Embargos conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601387-25.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. PROVIMENTO PARCIAL.

- Acórdão alterado apenas para afastar o dever de recolhimento ao erário face a demonstração da origem e destino dos recursos, permanecendo os demais termos. Embargos conhecidos e parcialmente providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600099-84.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO. REJEIÇÃO. MÉRITO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. O embargado requer o não conhecimento dos presentes embargos de declaração, posto que não há indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão.

1.1. Trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual merece não ser acolhida a preliminar

2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o *decisum* desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

3. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência alegada no recurso do eleitor – ora embargado – faz-se mister observar que, de fato, nas contrarrazões ao recurso não consta o pedido de realização de diligência, muito menos na respectiva fundamentação.

3.1. Destaca-se que mesmo na fundamentação das contrarrazões, sequer se levantou a hipótese acerca das diligências, as quais também não foram mencionadas no pedido final, de forma que fica evidente que não há omissão a ser sanada.

4. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–Al 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

5. Embargos de declaração conhecidos, mas não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600115-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O embargado requer o não conhecimento dos presentes embargos de declaração, posto que não há indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão.

1.1. Trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual merece não ser acolhida a preliminar.

2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o *decisum* desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

3. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido, em sede de contrarrazões aos embargos de declaração, destaca que “o acórdão ora embargado analisou de forma minuciosa a

documentação apresentada”. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

4. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que o eleitor apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.

5. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraíndo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigi-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre expresso, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.

6. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

6.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

7. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

8. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

9. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

10. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-62.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O embargado requer o não conhecimento dos presentes embargos de declaração, posto que não há indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão.

1.1. Trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual merece não ser acolhida a preliminar.

2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o *decisum* desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

3. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido, em sede de contrarrazões aos embargos de declaração, destaca que “o acórdão ora embargado analisou de forma minuciosa a documentação apresentada”. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

4. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que o eleitor apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.

5. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraindo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigi-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre expresse, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.

6. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

6.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

7. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

8. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

9. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o rejuízo da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–Al 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

10. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600004-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275, DO CE, C/C O ART. 1.022, DO CPC. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA *IN LOCO* NO ENDEREÇO. INCONFORMISMO DA PARTE. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. NÃO ACOLHIMENTO.

1. Na espécie, a embargante alega omissão no acórdão, sob o argumento de que não apreciou o pedido de diligência *in loco* requerido tanto pela parte recorrente como pela parte recorrida.

2. Não é cabível a determinação, em sede recursal, de diligências a fim de instruir o feito, porquanto precluso o momento de produção probatória, que deve ser concluído e presidido na instância competente.

3. O acolhimento dos embargos de declaração pressupõe a presença de um dos vícios previstos no art. 275 do Código Eleitoral, c/c o art. 1.022, do CPC, o que não ocorreu no presente caso.

4. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600105-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar.

2. Mérito. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600014-98.2024.6.18.0028 . ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI) . RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DO ELEITOR. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DO ELEITOR RECORRIDO. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600108-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DA ELEITORA. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DA ELEITORA RECORRIDA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS, MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600100-69.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO.

PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DO ELEITOR. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DO ELEITOR RECORRIDO. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS, MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DA ELEITORA. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DA ELEITORA RECORRIDA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS, MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600001-02.2021.6.18.0062. ORIGEM: GEMINIANO/PI (62ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE MAIO DE 2024.

ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AIME. ACÓRDÃO EM RECURSO ORDINÁRIO CONTRA SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO. ALEGATIVAS DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS APONTADOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE QUESTÕES EXPRESSAMENTE ENFRENTADAS. CONDENAÇÃO EM CASSAÇÃO DE MANDATO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não servem para a rediscussão de matéria já apreciada pelo juízo competente, viabilizando apenas o aperfeiçoamento de decisões, sentenças e acórdãos na mesma instância em que foram proferidos. Se a parte entende que há equívoco na valoração do acervo probatório ou na interpretação dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis ao caso, o meio adequado de impugnação do pronunciamento judicial deve ser um recurso apto a devolver a matéria à superior instância, e não aclaratórios.
2. Concretamente, as omissões anunciadas não existem. O acórdão questionado foi expresso na manifestação sobre os pontos tidos como omissos nos embargos.
3. Embargos desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600079-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DO ELEITOR. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DO ELEITOR RECORRIDO. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600085-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DO ELEITOR. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DO ELEITOR RECORRIDO. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600007-09.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DA ELEITORA. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DA ELEITORA RECORRIDA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600093-77.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DA ELEITORA. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DA ELEITORA RECORRIDA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600216-75.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O embargante aduz que o acórdão foi omisso por não se pronunciar sobre pedido de diligência no local a ser realizada no município de Santo Antônio de Lisboa-PI com vistas à comprovação do domicílio eleitoral. Todavia, não consta dos pedidos formulados pelas partes a realização de diligência in loco, que é mencionada apenas de forma genérica na peça recursal.

2. Ausência do vício alegado no acórdão.

3. Embargos conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600129-22.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. ANÁLISE DE DOCUMENTOS NOVOS QUE COMPROVAM O ELO ENTRE A ELEITORA E O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO EXORDIAL.

1. Na véspera do julgamento colegiado, foram apresentados documentos novos que comprovam o elo entre a eleitora e o município para onde deseja transferir seu domicílio eleitoral.
2. Provimento dos embargos para acolher a documentação nova e reformar o acórdão, mantendo a sentença que deferiu o pedido exordial.
3. Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600163-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI).. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ERRO MATERIAL RECONHECIDO DE OFÍCIO. ALEGATIVA DE OMISSÃO. ANÁLISE DE DOCUMENTOS NOVOS QUE COMPROVAM O ELO ENTRE A ELEITORA E O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO EXORDIAL.

1. Reconhecido e corrigido, de ofício, erro material quanto ao nome da eleitora constante no dispositivo do voto condutor do acórdão embargado.
2. Na véspera do julgamento colegiado, foram apresentados documentos novos que comprovam o elo entre a eleitora e o município para onde deseja transferir seu domicílio eleitoral.
3. Provimento dos embargos para acolher a documentação nova e reformar o acórdão, mantendo a sentença que deferiu o pedido exordial.
4. Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600140-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. ANÁLISE DE DOCUMENTOS NOVOS QUE COMPROVAM O ELO ENTRE A ELEITORA E O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO EXORDIAL.

1. Na véspera do julgamento colegiado, foram apresentados documentos novos que comprovam o elo entre o eleitor e o município para onde deseja transferir seu domicílio eleitoral.
2. Provimento dos embargos para acolher a documentação nova e reformar o acórdão, mantendo a sentença que deferiu o pedido exordial.
3. Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600097-17.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A embargante aduz que o acórdão foi omisso por não se pronunciar sobre pedido de diligência a ser realizada no município de Santo Antônio de Lisboa-PI com vistas à

comprovação do domicílio eleitoral declarado. Todavia, não consta entre os pedidos formulados em contrarrazões a realização de diligência in loco.

2. Ausência do vício alegado no acórdão.

3. Embargos conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600084-18.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Alega-se nos embargos que o acórdão foi omisso por não se pronunciar sobre suposto pedido de diligência no endereço indicado pela eleitora no RAE, com vistas à comprovação do domicílio eleitoral. Todavia, não consta entre os pedidos formulados pela embargante em contrarrazões a realização de diligência in loco, que é mencionada apenas de forma genérica na aludida peça.

2. Ausência do vício alegado no acórdão.

3. Embargos conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600154-35.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. ANÁLISE DE DOCUMENTOS NOVOS QUE COMPROVAM O ELO ENTRE A ELEITORA E O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO EXORDIAL.

Na véspera do julgamento colegiado, foram apresentados documentos novos que comprovam o elo entre a eleitora e o município para onde deseja transferir seu domicílio eleitoral.

Provimento dos embargos para acolher a documentação nova e reformar o acórdão, mantendo a sentença que deferiu o pedido exordial.

Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600161-27.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO VERIFICADA. DOCUMENTO NOVO. JUNTADA ANTES DA CONCLUSÃO DO JULGAMENTO DO FEITO. PROVIMENTO. REFORMA DO ACÓRDÃO. DEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

1. Verifico que há omissão a ser sanada, haja vista que os documentos não analisados (IDs 22131832 a 22131836) foram juntados aos autos em 05 de maio do corrente ano, antes, portanto, do final da Sessão Judiciária Extraordinária Eletrônica, que se estendeu de 3 a 7 de maio de 2024.

2. Merece conhecimento a documentação apresentada posteriormente ao prazo de contrarrazões, posto que se tratam de documentos novos, na forma do artigo 435 do Código de Processo Civil.

3. Observo, nos documentos juntados aos autos, que, por determinação do Ministério Público junto à cidade de São Luís do Piauí, a Polícia se dirigiu ao endereço indicado pela eleitora por ocasião de seu requerimento de transferência e, lá estando, a encontrou.

4. Embargos providos. Reforma do Acórdão. Mantida a Sentença de 1º Grau. Transferência deferida.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600080-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido não apresenta embargos de declaração ao Acórdão, o que leva a crer que não o considerou omissor, havendo assim concordância com o decisum. Não cabe à embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte.

3. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que a eleitora apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.

4. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraindo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigí-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre expresso, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.

5. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

5.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

6. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

7. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

8. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

9. Embargos de declaração desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600211-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. REJEIÇÃO. MÉRITO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido não apresenta embargos de declaração ao Acórdão, o que leva a crer que não o considerou omissor, havendo assim concordância com o decisum. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

3. Destaca-se que, mesmo na fundamentação das contrarrazões, o eleitor, ora embargante, sequer levantou a hipótese acerca das diligências, as quais também não foram mencionadas no pedido final, de forma que fica evidente que não há omissão a ser sanada.

4. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

4.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência ou por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

5. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

6. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

7. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

8. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600259-12.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. REJEIÇÃO. MÉRITO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que, apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido não apresenta embargos de declaração ao Acórdão, o que leva a crer que não o considerou omissor, havendo, assim, concordância com o decisum. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

3. Destaca-se que, mesmo na fundamentação das contrarrazões, o eleitor, ora embargante, sequer levantou a hipótese acerca das diligências, as quais também não foram mencionadas no pedido final, de forma que fica evidente que não há omissão a ser sanada.

4. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

4.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência física ou por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

5. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

6. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

7. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

8. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-98.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.
2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido não apresenta embargos de declaração ao Acórdão, o que leva a crer que não o considerou omissor, havendo assim concordância com o decisum. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.
3. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que o eleitor apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.
4. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraindo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigi-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre exposto, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.
5. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.
- 5.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.
6. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.
7. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.
8. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.
9. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo,

portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido não apresenta embargos de declaração ao Acórdão, o que leva a crer que não o considerou omissor, havendo assim concordância com o decisum. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

3. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que o eleitor apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.

4. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraíndo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigi-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre expresse, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.

5. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

5.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

6. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

7. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

8. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

9. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600142-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 10 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. ANÁLISE DE DOCUMENTOS NOVOS QUE COMPROVAM O ELO ENTRE A ELEITORA E O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO EXORDIAL.

1. Na véspera do julgamento colegiado, foram apresentados documentos novos que comprovam o elo entre o eleitor e o município para onde deseja transferir seu domicílio eleitoral.
2. Provimento dos embargos para acolher a documentação nova e reformar o acórdão, mantendo a sentença que deferiu o pedido exordial.
3. Embargos conhecidos e providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-30.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 11 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS POR AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VÍCIO NO ACÓRDÃO. REJEITADA. MÉRITO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Rejeitada a preliminar de não conhecimento dos embargos, tendo em vista que a peça de aclaratórios é clara em apontar a existência de suposta omissão no acórdão.
2. A embargante aduz que o acórdão foi omisso por não se pronunciar sobre pedido de diligência a ser realizada no município de Santo Antônio de Lisboa-PI com vistas à comprovação do domicílio eleitoral declarado. Todavia, não consta entre os pedidos formulados em contrarrazões a realização de diligência in loco.
3. Ausência do vício alegado no acórdão.
4. Embargos conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600112-83.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 11 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.
2. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600088-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 11 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.
2. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-50.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 13 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1- A embargante sustentou que “a respeitável decisão faltou com o requisito dos fundamentos previstos no art. 489, § 1º, inciso IV do CPC, e assim incorre na conduta prevista, uma vez que: DEIXOU DE SE PRONUNCIAR SOBRE PEDIDO DE DILIGÊNCIA IN LOCO PARA COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL DO EMBARGANTE, ato requerido tanto pela parte recorrente, como pela parte recorrida, não tendo se pronunciado sobre fundamento trazido pelas partes em petição”.

2- A inicial do recurso apresentado não refere indeferimento de pedido de diligência pelo juiz na origem. As contrarrazões ao recurso eleitoral também nada reportam sobre eventual pedido de diligência para verificação *in loco* da alegada residência. Inexiste omissão na aferição de fundamentação jurídica de pedido não devolvido à apreciação do tribunal.

3- Embargos conhecidos, porém, desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600132-74.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 13 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. DOCUMENTO NOVO. PROVIMENTO.

1- O embargante sustentou que foram colacionados documentos novos em sede recursal e eles não foram avaliados no momento do julgamento em Segunda Instância.

2- Comprovado o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

3- Embargos conhecidos e providos. Manutenção da Transferência Eleitoral deferida em 1º grau.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600185-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar. Preliminar rejeitada.

2. Mérito. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600256-57.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar.
2. Mérito. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Contrarrazões não apresentadas. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.
3. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600170-86.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. DOCUMENTOS NOVOS. ADMISSIBILIDADE. INTEGRALIZAÇÃO DO ACÓRDÃO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Omissão existente no acórdão em face da não apreciação de novos documentos juntados em grau de recurso.
2. Juntada de documentos novos. Documentos admitidos, porquanto de conhecimento da parte somente após a apresentação das contrarrazões ao recurso.
3. Os documentos apresentados comprovam o vínculo residencial do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI.
3. Embargos conhecidos e acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600184-70.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA NO ENDEREÇO DA ELEITORA. REQUERIMENTO NÃO FORMULADO NAS CONTRARRAZÕES DA ELEITORA RECORRIDA. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar. Preliminar rejeitada.

2. Mérito. Omissão. Matéria que não foi suscitada nas contrarrazões do recurso. Inovação recursal que não se admite em sede de embargos de declaração. Precedente do STJ.

3. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600171-71.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. DOCUMENTO NOVO. PROVIMENTO

1- O embargante sustentou que foi realizado o levantamento das informações requisitadas no qual ficou comprovado que o eleitor reside no endereço informado na inicial.

2- Comprovado o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

3- Embargos conhecidos e providos. Manutenção da Transferência Eleitoral deferida em 1º grau.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600114-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1- A embargante sustentou que “a respeitável decisão faltou com o requisito dos fundamentos previstos no art. 489, § 1º, inciso IV do CPC, e assim incorre na conduta prevista, uma vez que: DEIXOU DE SE PRONUNCIAR SOBRE PEDIDO DE DILIGÊNCIA IN LOCO PARA COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO ELEITORAL DO EMBARGANTE, ato requerido tanto pela parte recorrente, como pela parte recorrida, não tendo se pronunciado sobre fundamento trazido pelas partes em petição”.

2- A inicial do recurso apresentado não refere indeferimento de pedido de diligência pelo juiz na origem. As contrarrazões ao recurso eleitoral também nada reportam sobre eventual pedido de diligência para verificação in loco da alegada residência. Inexiste omissão na aferição de fundamentação jurídica de pedido não devolvido à apreciação do tribunal.

3- Embargos conhecidos, porém, desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o voto condutor apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer omissão, contradição ou dúvida, ou mesmo erro material.

2. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência alegada no recurso da eleitora – ora embargante – faz-se mister observar que, de fato, nas contrarrazões ao

recurso não consta o pedido de realização de diligência, muito menos na respectiva fundamentação.

2.1. Destaca-se que mesmo na fundamentação das contrarrazões, sequer se levantou a hipótese acerca das diligências, as quais também não foram mencionadas no pedido final, de forma que fica evidente que não há omissão a ser sanada.

3. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

4. Embargos de declaração conhecidos, mas não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600086-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O embargado requer o não conhecimento dos presentes embargos de declaração, posto que não há indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão.

1.1. Trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual merece não ser acolhida a preliminar.

2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

3. Quanto ao fato da suposta omissão sobre a realização de diligência contida no recurso do Partido – ora embargado - faz-se mister observar que apesar de levantar a hipótese em sua peça recursal, o próprio Partido, em sede de contrarrazões aos embargos de declaração, destaca que “o acórdão ora embargado analisou de forma minuciosa a documentação apresentada”. Não cabe ao embargante, portanto, levantar um argumento pela outra parte, ainda mais se esta não está de acordo.

4. No que tange às contrarrazões ao recurso, não consta pedido de realização de diligência, seja no capítulo dos pedidos, seja em qualquer outro capítulo da peça. O que se observa é que a eleitora apenas fez constar no corpo das contrarrazões que se colocaria à disposição para eventual diligência.

5. De acordo com a doutrina de Daniel Amorim Assumpção Neves, “deve-se promover a interpretação lógico-sistemática do pedido, extraindo-se o que se pretende com a instauração da demanda de todo o corpo da petição inicial e não apenas da leitura da sua parte conclusiva, mas não se admite que a mera descrição de fatos que poderiam ensejar em tese um pedido, sem que haja qualquer cogitação tendente a exigi-lo, admita sua concessão pelo juiz. (...) O pedido, portanto, deve ser sempre expresse, ainda que conste apenas da fundamentação da petição inicial”.

6. Na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

6.1. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja

residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

7. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

8. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

9. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

10. Embargos de declaração não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600260-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. Quanto à preliminar de não conhecimento dos embargos, por ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão, trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual deve ser rejeitada.

2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o voto condutor apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, a decisão desprovida de qualquer dos vícios ensejadores de declaratórios.

3. Em relação à suposta omissão sobre a realização de diligência alegada, convém observar que a embargante sequer apresentou contrarrazões ao recurso, e que neste não consta o pedido expresso de realização de diligência. Portanto, não há omissão a ser sanada, e o pedido se traduz em indevida inovação recursal, que não merece acolhimento.

4. Destarte, na forma do artigo 370 do Código de Processo Civil, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

4.1. O artigo 52 da Resolução TSE 23.659/2021 traduz que cabe ao Juízo determinar a diligência havendo dúvida quanto à identidade da pessoa, do vínculo ou outro requisito. De fácil percepção que não afeta todo e qualquer caso.

4.2. Nos casos relativos a transferências eleitorais, devido à simplicidade da matéria e dos inúmeros meios de prova com que o eleitor pode comprovar a sua residência, seja residência esta física, seja por meio de laços afetivos, patrimoniais, sociais ou econômicos, reputo ser dispensável, nesta instância recursal, a determinação de diligências.

5. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

6. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial

à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o rejuízo da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.
 7. Embargos de declaração conhecidos, mas não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600149-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO VERIFICADA. EXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTEGRALIZAÇÃO DO ACÓRDÃO PARA ACOLHER DOCUMENTOS NOVOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

1.Omissão existente no acórdão quanto à análise dos documentos aportados aos autos em ID 22131786 e seguintes.

2. Documentos admitidos nesta instância, porquanto de conhecimento da parte após a apresentação das contrarrazões ao recurso.

3. Os documentos apresentados comprovam o vínculo residencial do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI.

3. Embargos conhecidos e acolhidos para sanar a omissão do acórdão.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600376-90.2020.6.18.0012. ORIGEM: DOMINGOS MOURÃO/PI (12ª ZONA ELEITORAL – PEDRO II/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275, DO CE, C/C O ART. 1.022, DO CPC. RECURSO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ALEGADOS. TENTATIVA DE IMPOSIÇÃO DA INTERPRETAÇÃO PARTICULAR DO EMBARGANTE EM RELAÇÃO AOS FATOS NARRADOS NA INICIAL. CORRELAÇÃO FEITA COM PARECER MINISTERIAL. ANÁLISE REGULAR, INTEGRAL E FUNDAMENTADA DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS. INCONFORMISMO COM A CONCLUSÃO DO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. NÃO ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Por remissão do art. 275, do Código Eleitoral, as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração estão previstas no art. 1022, do Código de Processo Civil.

2. Na espécie, as alegações do embargante pautaram-se em dissonante interpretação dos fatos feita em sede de parecer ministerial por ele anteriormente emitido, sob alegação de descon sideração do contexto eleitoral. Contudo, além da ausência de omissões em relação às alegações recursais, não foram encontrados vícios internos no decisor a demandar a sua integração por meio de aclaratórios.

3. Na linha da conceituação extraída da jurisprudência do STJ, “A contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão; já a omissão que enseja o acolhimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais.” (Precedente: EDcl no AgRg na PET no REsp 1359666/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 04/08/2017)

4. Conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, “o inconformismo da parte com a decisão judicial não caracteriza nenhum dos vícios que legitime a oposição de embargos

de declaração, tampouco autoriza a rediscussão de fundamentos já expostos na decisão impugnada" (Precedente: ED-PC nº 0601267-56/DF, rel. Min. Edson Fachin, julgados em 19.5.2022, DJe de 30.5.2022).

5. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601280-78.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. AFASTAMENTO DA IRREGULARIDADE COM RELAÇÃO AO GASTOS COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E CONSEQUENTE REDUÇÃO DO MONTANTE A SER DEVOLVIDO AO TESOIRO NACIONAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. TEMPESTIVIDADE. DESPROVIMENTO.

1. A Resolução TSE 23.417/2014 (que instituiu o Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral), especialmente nos arts. 21 e 22, estabelece que a contagem dos prazos reger-se-á na forma prevista na Lei 11.419/2006, salvo no período eleitoral.

2. Não sendo período eleitoral, aplica-se a referida Lei, a qual prescreve no art. 5º, §§ 1º e 3º, que a intimação será considerada como realizada no dia em que for efetivada a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

3. Inexistem vícios, porquanto todas as alegações e documentos foram devidamente analisados, tendo a decisão sido proferida em consonância com a norma de regência, de forma clara, coerente e devidamente fundamentada.

4. Não se admite na estreita via dos aclaratórios a rediscussão da matéria já apreciada e decidida.

5. Desprovimento dos embargos de declaração.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1 - A embargante sustentou que “a respeitável decisão faltou com o requisito dos fundamentos previstos no art. 489, § 1º, inciso IV do CPC, e assim incorre na conduta prevista, uma vez que: deixou de se pronunciar sobre pedido de diligência *in loco* para comprovação de domicílio eleitoral do embargante, ato requerido tanto pela parte recorrente, como pela parte recorrida, não tendo se pronunciado sobre fundamento trazido pelas partes em petição”.

2 - A inicial do recurso apresentado não refere indeferimento de pedido de diligência pelo juiz na origem. As contrarrazões ao recurso eleitoral também nada reportam sobre eventual pedido de diligência para verificação *in loco* da alegada residência. Inexiste omissão na aferição de fundamentação jurídica de pedido não devolvido à apreciação do tribunal.

3 - Embargos conhecidos, porém, desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600121-45.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. DOCUMENTO NOVO. PROVIMENTO.

1 - Conheço dos documentos anexados aos embargos considerados documentos novos, conforme dispõe o art. 435 do Código de Processo Civil, c.c. art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.659/21. O regramento acima somente autoriza a juntada de documentos em qualquer fase do processo se os mesmos forem novos ou diante de comprovação pela parte do motivo de ter sido impedida de juntá-los anteriormente, o que no caso dos autos restou comprovado, dado que a ficha de levantamento de informações (ID 22143206) decorrente da diligência realizada pela Polícia Militar está datada de 11 de maio de 2024, enquanto o julgamento do Recurso Eleitoral foi realizado em sessão virtual iniciada em 10 de maio de 2024.

2 - Quanto à alegação do embargado de cerceamento de defesa pela não oportunização de prazo para manifestação acerca dos novos documentos, entendo insubsistente, uma vez que o documento levado em consideração fora juntado exatamente em sede de embargos, sobre os quais vieram aos autos as contrarrazões, no prazo conferido de 3 (três) dias, ora analisadas.

3 - O resultado da diligência externado na ficha de levantamento de informações de ID 22143206, assegura que a eleitora reside no Povoado Borrachas, S/N, Zona Rural, São Luís do Piauí, há 2 anos. Admitido, portanto, o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Comprovado o vínculo residencial com o Município de São Luís do Piauí-PI, impõe-se a concessão de efeitos modificativos aos embargos com o consequente deferimento do pedido de transferência eleitoral.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600324-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

1 - O embargante sustentou que “a decisão guerreada deixou de enfrentar todos os argumentos trazidos pelo embargante em suas contrarrazões, em especial: pedido de diligência *in loco*, pois, de fato, o embargante reside no município de Santo Antônio de Lisboa-PI, então, surge a necessidade da diligência supra mencionada para se comprovar que todo seu grupo familiar reside no município e é nele que quer exercer seu direito ao voto”.

2 - A inicial do recurso apresentado não refere indeferimento de pedido de diligência pelo juiz na origem. As contrarrazões ao recurso eleitoral também nada reportam sobre eventual pedido de diligência para verificação *in loco* da alegada residência. Inexiste omissão na aferição de fundamentação jurídica de pedido não devolvido à apreciação do tribunal.

3 - Embargos conhecidos, porém, desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600005-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar. Rejeitada.
2. No caso dos autos, não restou configurada a presença de omissão no acórdão ora guerreado, visto que a decisão enfrentou todos os argumentos trazidos pela parte quando do julgamento do recurso eleitoral.
3. Verifica-se, porém, que os argumentos trazidos nos aclaratórios demonstram o inconformismo da parte com a decisão, estando nítido o seu interesse na rediscussão da causa, o que não é admitido em sede de embargos.
4. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600143-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. DOCUMENTOS NOVOS. ADMISSIBILIDADE. INTEGRALIZAÇÃO DO ACÓRDÃO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Omissão existente no acórdão em face da não apreciação de novos documentos juntados em grau de recurso.
2. Juntada de documentos novos. Documentos admitidos, porquanto de conhecimento da parte somente após a apresentação das contrarrazões ao recurso.
3. Os documentos apresentados comprovam o vínculo residencial da eleitora com o Município de São Luís do Piauí/PI.
3. Embargos conhecidos e acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600143-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. DOCUMENTOS NOVOS. ADMISSIBILIDADE. INTEGRALIZAÇÃO DO ACÓRDÃO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

1. Omissão existente no acórdão em face da não apreciação de novos documentos juntados em grau de recurso.
2. Juntada de documentos novos. Documentos admitidos, porquanto de conhecimento da parte somente após a apresentação das contrarrazões ao recurso.
3. Os documentos apresentados comprovam o vínculo residencial da eleitora com o Município de São Luís do Piauí/PI.
3. Embargos conhecidos e acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-24.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DOS EMBARGOS. REJEITADA. MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Preliminar de não conhecimento dos embargos. A existência ou não de contradições, obscuridades, omissões ou erro material, ou, ainda, o intuito de rediscussão da causa, constituem matérias a serem analisadas no próprio mérito recursal e não em sede de preliminar.
2. No caso dos autos, não restou configurada a presença de omissão no acórdão ora guerreado, visto que a decisão enfrentou todos os argumentos trazidos pela parte quando do julgamento do recurso eleitoral.
3. Verifica-se que os argumentos trazidos nos aclaratórios demonstram o inconformismo da parte com a decisão, estando nítido o seu interesse na rediscussão da causa, o que não é admitido em sede de embargos.
4. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-78.2024.6.18.0010. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. OMISSÃO. DOCUMENTO NOVO. PROVIMENTO.

- 1 - os documentos anexos ao ID 22131655 foram trazidos ao processo em 05/05/2024, data posterior à intimação de pauta de julgamento por meio eletrônico ocorrida em 02/05/2024 (ID 22130953). Conheço dos documentos mencionados acima considerados documentos novos, na forma do art. 435 do Código de Processo Civil.
- 2 - O resultado da diligência externado na ficha de levantamento de informações de ID 22131656, assegura que o eleitor reside no município pretendido há 2 anos.
- 3 - Admitido, portanto, o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- 4 - Comprovado o vínculo residencial com o Município de São Luís do Piauí-PI, impõe-se a concessão de efeitos modificativos aos embargos com o consequente deferimento do pedido de transferência eleitoral.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601261-72.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL – ERRO DE FATO QUANTO À DATA DO ENVIO DO RELATÓRIO FINANCEIRO – CONTRADIÇÃO NA APLICAÇÃO DE PRECEDENTES DO TSE REFERENTES A CASOS SEM SIMILITUDE FÁTICA - ERRO MATERIAL EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS COM PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS - PARCIAL PROVIMENTO – CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- 1 - O candidato registrou o recebimento do montante de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) da direção partidária estadual em 29/08/2022, às 17h03min, portanto, com menos de 01 (um) dia de atraso — art. 47, I, da Res. TSE nº 23.607/2019.

Irregularidade que deve ser relevada em decorrência do ínfimo atraso, uma vez que não ocasionou prejuízos ao concomitante controle da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.

2 - No tocante à ausência de registro nas contas parciais, aplica-se o art. 47, § 6º da Res. TSE nº 23.607/2019, segundo o qual a gravidade da irregularidade deve ser “apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final”. A despesa foi devidamente comprovada quando da prestação de contas final. A falta de registro na parcial decorreu de erros meramente técnicos, o que não comprometeu a transparência das contas em exame.

3 - A nota fiscal referente a despesas com a aquisição de material gráfico com propaganda compartilhada foi apresentada, comprovando seu efetivo pagamento. A irregularidade se baseia na falta do registro da despesa, falha meramente formal, pois não comprometeu a transparência e a fiscalização por parte desta Justiça Especializada.

4 - Os embargos devem ser parcialmente acolhidos, para julgar sanadas as irregularidades apontadas nos itens 1.1.1 e 9.1 do parecer técnico conclusivo, considerando erro meramente formal o item 4.2, razão por que as contas devem ser aprovadas com ressalvas.

5 - Embargos conhecidos e parcialmente providos, atribuindo-lhes efeitos modificativos para aprovar com ressalvas as contas de campanha do candidato — art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601180-26.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO.

- Ao contrário do que argumentou o embargante, a omissão apontada não ocorreu. - Com efeito, na decisão de ID 22107685 os documentos anexados à retificadora sequer foram conhecidos, dada a preclusão e por não caracterizarem documentos novos, nos termos do art. 435, CPC. Uma vez não conhecidos, inviável a análise dos documentos juntados inoportunamente.

- Inexistem vícios passíveis de gerar a integração e/ou correção do acórdão hostilizado, uma vez que se discorreu de maneira precisa e fundamentada acerca de todos os fatos aduzidos no feito, não se constituindo, portanto, a via eleita meio hábil para se promover a rediscussão da causa.

- A matéria foi explicitamente debatida por esta Corte, mantendo-se inalterado o acórdão objurgado. Embargos conhecidos, porém, improvidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600028-69.2024.6.18.0000 ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ERRO MATERIAL POR PREMISSE EQUIVOCADA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Omissão no acórdão não configurada. A decisão enfrentou todos os argumentos trazidos pela parte quando do julgamento do recurso eleitoral.

2. Não evidenciado erro material por premissa equivocada, não estando presente nenhuma circunstância evidente que, se considerada, teria alterado o resultado do julgamento.

3. Embargos conhecidos e rejeitados. Manutenção do acórdão em todos os seus termos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-52.2024.6.18.0021. ORIGEM: PIRACURUCA/PI (21ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ANTECIPADA. PROPAGANDA NEGATIVA. PALAVRAS MÁGICAS. MULTA. RESPONSABILIDADE DO PARTIDO POLÍTICO. CABIMENTO. EMBARGOS INFRINGENTES. PROVIMENTO PARCIAL

1. Em uma análise preliminar, verifica-se que os embargos preenchem os requisitos de admissibilidade, razões pelas quais deles conheço.

2. Os fatos cuja apreciação foi considerada omissa pelos recorridos dizem respeito à responsabilidade quanto à confecção e distribuição dos brindes aos eleitores. Os recorrentes, por sua vez, afirmaram que o Acórdão foi omissa ao ignorar a existência de palavras mágicas e a propaganda negativa, bem como contraditório ao entender pela não participação do PSDB de Piracuruca e ao aplicar multa de apenas R\$ 10.000,00 a cada um dos pré-candidatos.

3. No entanto, conforme consta expressamente do Acórdão objurgado, restou comprovada a distribuição de bonés e camisetas pelos recorridos. No que concerne às alegações dos recorrentes, o Acórdão asseverou, de maneira clara, a inexistência de palavras mágicas, bem como esclareceu as razões pelas quais aplicou a multa de R\$ 10.000,00 a cada um dos recorridos.

4. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

5. Sob outra perspectiva,, no tocante à condenação do Partido Social Democrático, tenho que assiste razão ao embargante. Um dos recorridos é o presidente da agremiação partidária, não havendo que se falar em desconhecimento da propaganda antecipada em questão. Entendo, portanto, caber multa no mesmo montante aplicado aos demais representados

6. CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO dos embargos interpostos pelos recorridos.

7. CONHECIMENTO e PROVIMENTO PARCIAL dos embargos interpostos pelos recorrentes para aplicar multa de R\$ 10.000,00 ao PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO de Piracuruca pela prática de propaganda antecipada irregular.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600090-17.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. APLICAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 111/2021. DESPROVIMENTO.

- A parte embargante sustentou que o acórdão foi omissa em relação ao disposto no inciso I, do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021. Ao contrário do que argumentou, a omissão apontada não ocorreu.

- Com efeito, consta do acórdão embargado manifestação explícita acerca da incidência da Emenda Constitucional nº 111/2021, porém, somente sobre o valor da multa — de caráter sancionatório —, que deixou de ser aplicada.

- É da jurisprudência do c. Tribunal Superior Eleitoral que o “ressarcimento ao erário não constitui penalidade, mas sim obrigação decorrente do prejuízo causado pela utilização

irregular da verba pública. Por isso, reconhecido o ilícito, a devolução dos valores é imperiosa, seja no caso de rejeição, seja no caso de aprovação das contas com ressalvas, que nada mais é do que reconhecimento de malversação de valores de menor monta em relação ao todo”. (TSE - PC: 060042020 BRASÍLIA - DF, Relator: Min. Alexandre de Moraes, Data de Julgamento: 19/05/2022, Data de Publicação: 30/05/2022)

- Inexistem vícios passíveis de gerar a integração e/ou correção do acórdão hostilizado, uma vez que se discorreu de maneira precisa e fundamentada acerca de todos os fatos aduzidos no feito, não se constituindo, portanto, a via eleita meio hábil para se promover a rediscussão da causa.

- A matéria foi explicitamente debatida por esta Corte, mantendo-se inalterado o acórdão objurgado. Embargos conhecidos, porém, improvidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-25.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI - (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO – INTEMPESTIVIDADE – RES. TSE Nº 23.478/2016 - INAPLICABILIDADE DA CONTAGEM DE PRAZO EM DIAS ÚTEIS NA SEARA ELEITORAL – DESPROVIMENTO.

1 - Embargos de declaração que visam a reforma da decisão monocrática devem ser recebidos como agravo interno — art. 1.021 do Código de Processo Civil. Precedentes TSE: Ac. de 29.4.2021 no AgR-ARE nº 060001831, rel. Min. Luis Felipe Salomão. - Ac.de 29.4.2021 no AgR-REspEI nº 060012422, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto).

2 - A Resolução TSE nº 23.478/2016, que estabelece diretrizes gerais para a aplicação Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral, dispõe que “o disposto no art. 219 do Novo Código de Processo Civil não se aplica aos feitos eleitorais” (art. 7º). Dispõe, ainda, que “os prazos processuais, fora do período definido no calendário eleitoral, serão computados na forma do art. 224 do Novo Código de Processo Civil” (art. 7º, §2º), ou seja, excluindo-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, sendo que “os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica” — art. 224, § 1º, do CPC.

3 – Como a publicação do edital com a decisão de deferimento do pedido de transferência de domicílio ocorreu em 16/05/2024, o início do prazo para recurso deu-se em 17/05/2024 e findou em 27/05/2024, de modo que o recurso protocolado em 30/05/2024 é, de fato, intempestivo.

4 - Agravo interno desprovido.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-93.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI - (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO – INTEMPESTIVIDADE – RES. TSE Nº 23.478/2016 - INAPLICABILIDADE DA CONTAGEM DE PRAZO EM DIAS ÚTEIS NA SEARA ELEITORAL – DESPROVIMENTO.

1 - Embargos de declaração que visam a reforma da decisão monocrática devem ser recebidos como agravo interno — art. 1.021 do Código de Processo Civil. Precedentes TSE: Ac. de 29.4.2021 no AgR-ARE nº 060001831, rel. Min. Luis Felipe Salomão. - Ac.de 29.4.2021 no AgR-REspEI nº 060012422, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto).

2 - A Resolução TSE nº 23.478/2016, que estabelece diretrizes gerais para a aplicação Código de Processo Civil no âmbito da Justiça Eleitoral, dispõe que “o disposto no art. 219 do Novo Código de Processo Civil não se aplica aos feitos eleitorais” (art. 7º). Dispõe, ainda, que “os prazos processuais, fora do período definido no calendário eleitoral, serão computados na forma do art. 224 do Novo Código de Processo Civil” (art. 7º, §2º), ou seja, excluindo-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, sendo que “os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica” — art. 224, § 1º, do CPC.

3 – Como a publicação do edital com a decisão de deferimento do pedido de transferência de domicílio ocorreu no DJE nº 73/2024, págs. 201 a 226, de 25 de abril 2024, o início do prazo para recurso deu-se em 26/04/2024 e findou em 06/05/2024, de modo que o recurso protocolado em 10/05/2024 é, de fato, intempestivo.

4 – Agravo interno desprovido.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 060025-55.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DECISÃO. DEFERIMENTO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ACLARATÓRIOS. PRELIMINAR DE OFÍCIO. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS PONTOS OMISSOS, OBSCUROS, CONTRADITÓRIOS E/OU DE ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO. MATÉRIA PREQUESTIONADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. Preliminar de ofício de não conhecimento dos embargos de declaração, por ausência de indicação de ponto contraditório, obscuro, omissos e/ou erro material: acolhimento.

2. Como todo recurso, o apelo aclaratório possui fundamentação vinculada, havendo limitação das matérias alegáveis, devendo conter pedido de esclarecimento ou integração, para fins de sanar aqueles vícios acima mencionados, objetos dos embargos. Assim, os embargos de declaração são cabíveis com o escopo de suprir uma das quatro espécies de vícios, alegadamente contidos na decisão embargada, previstos no art. 1.022 do CPC, e passíveis de correção, a saber: obscuridade e contradição (art. 1.022, I, do CPC), omissão (art. 1.022, II, do CPC), e erro material (art. 1.022, III, do CPC).

3. De sua parte o art. 1.023, caput, do CPC é claro ao exigir do embargante a indicação do(s) vício(s) que pretende ver sanado, quais sejam, a obscuridade, a contrariedade, a omissão ou o erro material.

4. In casu, o embargante deixou de apontar especificamente o(s) ponto(s) omissos no acórdão guerreado, verdadeiro motivo que deve embasar os embargos de declaração.

5. A irresignação do embargante com os fundamentos do acórdão não ensejam omissão, obscuridade ou contradição na decisão, nem mesmo erro material, mas tão somente nítido inconformismo com o resultado que não lhes foi favorável. Rediscussão da matéria. Inadmissibilidade na via estreita dos embargos de declaração.

6. Matéria já prequestionada. Mostra-se impróprio não considerar prequestionada a matéria já apreciada no decisum vergastado, conforme entendimento consignado pela Corte Superior Eleitoral, quando do julgamento do Acórdão n. 35.302, de 11.02.2010, Relator Ministro Fernando Gonçalves, que se pronunciou, in verbis: “o propósito de prequestionamento não tem força bastante para ensejar o acolhimento de embargos, se

não verificada omissão ou outra causa de integração do acórdão embargado”. Ademais, a teor do art. 1.025 do CPC, “consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade”.

7. Embargos de Declaração não conhecidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-56.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI - (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA DOS SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIAS. DECISÃO. DEFERIMENTO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ACLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. MATÉRIA PREQUESTIONADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. A decisão impugnada encontra-se devidamente fundamentada e apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer omissão, contradição, obscuridade, ou mesmo erro material.

2. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

3. O fato deste relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não enseja a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.

4. Embargos de declaração conhecidos, mas não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-70.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTEMPESTIVO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO RECORRIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. No caso dos autos, não restou configurada a presença de vícios na decisão embargada, visto que foi fundamentada em certidão emitida pelo Cartório Eleitoral que atestou a intempestividade do recurso.

2. Sobre o tema exposto nos aclaratórios, é necessário destacar que não é admitida a contagem dos prazos em dias úteis no processo eleitoral, seja período eleitoral ou não, conforme determinação expressa da Resolução TSE 23.478/2016. Quando se está fora do período oficial definido pelo calendário eleitoral, que é a hipótese dos autos, os prazos processuais serão computados na forma do art. 224 do Código de Processo Civil.

3. No caso, a decisão que não conheceu do recurso em razão da intempestividade foi fundamentada com base na certidão emitida pelo Cartório Eleitoral que atestou que o recurso foi interposto fora do prazo. Dessa forma, não há que se falar na existência de vícios na decisão embargada que possam afetar sua integridade ou clareza.

4. Verifica-se que os argumentos trazidos nos aclaratórios demonstram o inconformismo da parte com a decisão, estando nítido o seu interesse na rediscussão da causa, o que não é admitido em sede de embargos. Precedentes.

5. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-74.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIOS INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-23.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGATIVA DE OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Alega-se nos embargos que o acórdão foi omissso por não se pronunciar sobre diligência no endereço indicado pela eleitora no RAE, com vistas à comprovação do domicílio eleitoral. Todavia, o comprovante de endereço, emitido pela Equatorial em nome do pai da eleitora é prova cabal do seu vínculo familiar/afetivo com o município para o qual pleiteou a transferência eleitoral.

2. Ausência do vício alegado no acórdão.

3. Embargos conhecidos e não providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-38.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 06 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. No caso dos autos, não restou configurada a presença de vícios no acórdão ora guerreado, visto que a decisão enfrentou todos os argumentos trazidos pela parte quando do julgamento do recurso eleitoral.

2. Vale destacar que o entendimento recente deste Tribunal é no sentido de não aceitar documentos unilaterais, tais como boletos de compra, como prova do domicílio eleitoral. No caso, esta Corte entendeu que o documento apresentado é inservível para demonstrar a existência de vínculo do embargante com a cidade, independente da prova da relação entre o eleitor e a pessoa em cujo nome está o referido comprovante de residência. Dessa forma, não há que se falar na existência de vícios na decisão embargada que possam afetar sua integridade ou clareza.

3. Verifica-se que os argumentos trazidos nos aclaratórios demonstram o inconformismo da parte com a decisão. Assim, é nítido o seu interesse na rediscussão da causa, o que não é admitido em sede de embargos.

4. Embargos conhecidos e rejeitados.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-71.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. INTEMPESTIVIDADE. DESPROVIMENTO.

- No âmbito da Justiça Eleitoral não há contagem de prazos em dias úteis, mas sim em dias corridos, por expressa disposição do caput do art. 7º da Res. TSE 23.478/16. Outrossim, o regulamento manteve o regramento do art. 224 do CPC, de modo que os prazos processuais são contados excluído o dia do começo e incluído o dia do final.

- Tendo a publicação ocorrido no dia 25 de abril de 2024, o prazo para fins de interposição do recurso findou em 6 de maio de 2024 (primeiro dia útil após o final de semana). No entanto, o recurso foi interposto no dia 8 de maio de 2024. Impossibilidade de conhecimento do recurso. Agravo Regimental conhecido, mas improvido, mantendo-se a decisão monocrática que não conheceu do Recurso em razão da manifesta intempestividade.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601387-25.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. VÍCIOS INEXISTENTES. DESPROVIMENTO.

- Inexistem vícios passíveis de gerar a integração e/ou correção do acórdão hostilizado, uma vez que se discorreu de maneira precisa e fundamentada acerca de todos os fatos aduzidos no feito, não se constituindo, portanto, a via eleita meio hábil para se promover a rediscussão da causa.

- A matéria foi explicitamente debatida por esta Corte, mantendo-se inalterado o acórdão objurgado. Embargos conhecidos, porém, improvidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-41.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIAS. DECISÃO. DEFERIMENTO. RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. ACLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. MATÉRIA PREQUESTIONADA. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. A decisão impugnada encontra-se devidamente fundamentada e apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisor desprovido de qualquer omissão, contradição, obscuridade, ou mesmo erro material.

2. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–Al 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

3. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não enseja a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.

4. Embargos de declaração conhecidos, mas não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600089-16.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275, DO CE, C/C O ART. 1.022, DO CPC. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS. INCONFORMISMO DA PARTE. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. NÃO ACOLHIMENTO.

1. Na espécie, a embargante alega obscuridade e contradição no acórdão, sob o argumento de que os documentos juntados por ela, embora unilaterais, demonstram cabalmente o vínculo residencial e profissional com o município.

2. Não é cabível a juntada, em sede de embargos, de documentos que não são considerados novos, a fim de instruir o feito, porquanto precluso o momento de produção probatória.

3. A embargante não se desincumbiu do ônus de comprovar o seu domicílio eleitoral no município pretendido, através de documentos hábeis e idôneos, e buscou, com o apelo, rediscutir matéria regularmente decidida, o que não pode ocorrer pela via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-23.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 275, DO CE, C/C O ART. 1.022, DO CPC. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PEDIDO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS. INCONFORMISMO DA PARTE. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NA DECISÃO EMBARGADA. NÃO ACOLHIMENTO.

1. Na espécie, o embargante alega obscuridade e contradição no acórdão, sob o argumento de que os documentos juntados por ela, embora unilaterais, demonstram cabalmente o vínculo residencial e profissional com o município.

2. Não é cabível a juntada, em sede de embargos, de documentos que não são considerados novos, a fim de instruir o feito, porquanto precluso o momento de produção probatória.

3. A embargante não se desincumbiu do ônus de comprovar o seu domicílio eleitoral no município pretendido, através de documentos hábeis e idôneos, e buscou, com o apelo, rediscutir matéria regularmente decidida, o que não pode ocorrer pela via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600127-28.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIOS INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-84.2023.6.18.0038. ORIGEM: PAULISTANA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. ARTS. 36 E 36-A DA LEI 9.504/97. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIOS INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS MAS NÃO PROVIDOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-65.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL – MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. CONTRADIÇÃO VERIFICADA. DOCUMENTOS APRESENTADOS. PROVAM O VÍNCULO RESIDENCIAL E NÃO O VÍNCULO PATRIMONIAL. CERTIDÃO. DILIGÊNCIA. ELEITOR NÃO ENCONTRADO. FATURAS DE ENERGIA EM NOME DO ELEITOR. LEITURA DO QR CODE DAS FATURAS COMPROVAM A TITULARIDADE. AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE FRAUDE. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO RESIDENCIAL. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS.

1.Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art.535, I e II, do CPC.

2. O embargante alega, primeiramente, contradição sobre qual vínculo o eleitor efetivamente comprovou, haja vista que no voto foi registrado que o seria "residencial ou patrimonial".

2.1 Nesse ponto, assiste razão o embargante. De fato, os documentos acostados pelo Eleitor, referentes a faturas da Equatorial em seu nome, dos meses de fevereiro, março, abril e maio do corrente ano, provam a residência, mas não o vínculo patrimonial. Portanto, nessa parte, o acórdão merece ser reformado para reconhecer apenas a prova da residência do eleitor.

3. Ademais, o embargante alega que a diligência realizada pelo servidor do cartório, atestando que o eleitor não foi localizado, tem o condão de desconstituir o comprovante de endereço apresentado.

3.1 Já nesse aspecto, não assiste razão ao embargante, haja vista que foram juntados aos autos documentos de faturas da Equatorial, no próprio nome do eleitor.

3.2 Este egrégio Tribunal tem aceito, para a comprovação do vínculo com a municipalidade pretendida, a apresentação de fatura da equatorial inclusive em nome de terceiro, parente do eleitor.

3.3 Dessa forma, não há razões de não se reconhecer a presença do vínculo do eleitor com o município e, ainda mais, sem haver qualquer indício de fraude. Com efeito, em consulta ao QR Co das faturas de energia dos meses de fevereiro, março, abril e maio do corrente ano, realizada por esta Relatoria, ficou comprovado que todas estão no próprio nome do eleitor, provando, assim, a titularidade.

3.4 Dessa forma, importante destacar que o fato deste relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não é motivo para o provimento dos embargos nesse ponto.

3.5. Assim, restou comprovado o vínculo residencial com a municipalidade.

4. Os embargos merecem ser parcialmente providos somente para reconhecer o vínculo residencial e afastar o vínculo patrimonial, mantendo-se a parte do acórdão que deferiu a transferência eleitoral para o município pretendido

5. Embargos de declaração parcialmente providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600128-29.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. CONTAS JULGADAS APROVADAS COM RESSALVAS. ART. 275 DO CÓDIGO ELEITORAL C/C O ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO NA ANÁLISE DE NOTA FISCAL. MANTIDO ACÓRDÃO. CONTAS JULGADAS APROVADAS COM RESSALVAS. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. FUNDO PARTIDÁRIO EM PROL DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER. TRANSFERÊNCIA DO SALDO REMANESCENTE À CONTA ESPECÍFICA DESTINADA AO PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER. PARCIAL PROVIMENTO DOS EMBARGOS.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

2. Os Embargos de Declaração são recursos de fundamentação vinculada, tendo o seu juízo de admissibilidade, além dos pressupostos genéricos de admissibilidade recursal, a necessidade de preencher os pressupostos de admissibilidade específicos, quais sejam, as indicações de lacuna, contradição ou obscuridade na decisão embargada, nos moldes previstos no art. 1.022 do CPC.

3. Na hipótese, verifica-se que o embargante, na maioria dos pontos alegados, não apontou especificamente a omissão ou contradição ou erro material no acórdão guerreado. Da análise do recurso manejado, percebe-se que o embargante almeja rediscutir a matéria já decidida, inconformado com a decisão, o que não pode ser aventado em sede de embargos.

4. No que diz respeito ao item O, o embargante alega omissão no acórdão quando não se pronunciou sobre a tese da defesa ao argumentar de que a nota fiscal anexada aos autos refere-se a gasto com promoção da mulher na política, não sendo, por isso, contabilizado. Nesse ponto, assiste razão ao embargante.

4.1. De fato, não foi analisada por esta relatoria a mencionada nota fiscal. Todavia, observando tal documento, verifico que consta na descrição somente como “serviço de produção de filme para publicidade”, não havendo como precisar se a despesa foi realmente realizada para a promoção das mulheres na política. Ademais, tanto o contrato de serviço e o recibo, tem as mesmas informações contidas na nota fiscal mencionada.

4.2. Dessa forma, não restou evidente que se trata de despesa para a promoção da mulher na política, desatendendo a determinação do art. 22 da Res. TSE 23.604/2019, haja vista que não consta nos autos documento de que o conteúdo do filme produzido é sobre a “história da luta da participação da mulher na política”, como alegado pelo embargante.

5. Parcial provimento dos embargos, apenas para suprir a omissão relativa à análise da nota fiscal, mantendo o Acórdão que julgou aprovadas com ressalvas as contas do aludido partido referente ao exercício financeiro de 2020 e determinou o recolhimento ao Tesouro Nacional da importância de R\$ 141.849,60, referentes aos recursos do Fundo Partidário, além de R\$ 17.275,00, para conta específica destinada à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-75.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente aos fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto à alegação de que o vínculo que autoriza a transferência do eleitor tem que ser próprio, ressalto, inicialmente que o presente argumento não foi trazido em sede de recurso, não cabendo, portanto, ser tratada somente em sede de embargos.

2.1 Trata-se, ademais, de tema totalmente sedimentado na legislação e doutrina eleitoral, não havendo que se questionar que o domicílio eleitoral é bem mais amplo que o domicílio civil, se satisfazendo com vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. No que concerne ao prazo de 03 meses da fatura de energia, resta claro que tema foi devidamente enfrentado no Acórdão objurgado.

3.1. Na verdade, a residência mínima de três meses é exigida para o caso de vínculo residencial. No caso dos autos, entretanto, trata-se de vínculo familiar e o documento apresentado tinha como objetivo tão somente comprovar o vínculo familiar da embargada com o município.

4. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

5. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não ensejam a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.

6. Embargos de declaração desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-50.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL – MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. ERRO MATERIAL. PREMISSA EQUIVOCADA. VERIFICADA. DOCUMENTOS APRESENTADOS PROVAM O VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR E NÃO O VÍNCULO PATRIMONIAL. FATURAS DE ENERGIA EM NOME DO GENITOR. LEITURA DO QR CODE COMPROVA A TITULARIDADE. AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE FRAUDE. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR. PROVIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS.

1. No caso dos autos, assiste razão ao embargante quando afirma que a fatura de energia da equatorial, apresentada pela recorrente para comprovar seu vínculo com o município de Miguel Leão, não faz prova de propriedade de imóvel, notadamente para fins de vínculo patrimonial.
2. Os documentos acostados pela eleitora em sede de RAE (fatura da equatorial em nome do seu genitor), comprovam o vínculo residencial do pai da eleitora com o município e, portanto o seu vínculo afetivo e familiar e não patrimonial, como constou no acórdão ora embargado
3. Provimento parcial tão somente para reconhecer que o vínculo de Samilly dos Santos Saboia com a cidade de Miguel Leão é afetivo e familiar e não patrimonial, como consignado.
4. Alegação de que a diligência realizada pelo servidor do Cartório Eleitoral, atestando que a eleitora não foi localizada no endereço informado, tem o condão de desconstituir o comprovante de endereço apresentado. Argumento rejeitado.
5. Não assiste razão ao embargante neste aspecto, tendo em vista que foram juntados aos autos documentos de faturas da Equatorial, em nome do pai da eleitora, o que por si só, é suficiente para caracterizar o vínculo afetivo e familiar da embargada com o município pretendido. Precedentes.
6. Embargos conhecidos e parcialmente providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-15.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - ALEGATIVA DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO - AUSÊNCIA DOS ALEGADOS VÍCIOS NO ACÓRDÃO - INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS EM SEDE DE EMBARGOS – CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL - PARCIAL PROVIMENTO.

1. O embargante pretende rediscutir matéria de mérito já examinada por ocasião do julgamento do recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
- 2 – Os documentos anexados aos embargos não devem ser conhecidos, pois não se enquadram nas hipóteses elencadas no art. 435 do Código de Processo Civil, ou seja, “quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos”, e, ainda, “que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente”.
- 3 – Ausência dos vícios apontados pelo embargante no acórdão.
- 4 - Correção de pequeno erro material, a fim de que se faça constar na segunda parte do item 1 da ementa o seguinte: “Tais documentos não são aptos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021”
- 5 - Embargos conhecidos e parcialmente providos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601216-68.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS. ELEIÇÕES 2022. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. CONHECIMENTO. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o voto condutor apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisum desprovido de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou dúvida, ou mesmo erro material.

2. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.

3. Embargos de declaração conhecidos, mas desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600107-37.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIOS INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS.

1. Toda a documentação apresentada foi devidamente apreciada no julgamento do recurso eleitoral, tendo este Tribunal entendido que são insuficientes para demonstrar os vínculos da eleitora com o município.

2. Inexistem os vícios apontados pela embargante, que, em verdade, busca, pela via dos embargos de declaração, rediscutir a matéria já apreciada e decidida por este Tribunal, o que não se admite na via eleita.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-57.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. VÍCIO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.

1. Toda a documentação apresentada foi devidamente apreciada no julgamento do recurso eleitoral, tendo este Tribunal entendido que são insuficientes para demonstrar os vínculos da eleitora com o município.

2. Inexiste o vício apontado pela embargante, que, em verdade, busca, pela via dos embargos de declaração, rediscutir a matéria já apreciada e decidida por este Tribunal, o que não se admite na via eleita.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-44.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO. REJEIÇÃO. MÉRITO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. Quanto à preliminar de não conhecimento dos embargos, por ausência de indicação de omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão, trata-se de matéria que se confunde com o próprio mérito dos embargos de declaração, motivo pelo qual deve ser rejeitada.
2. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o voto condutor apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, a decisão desprovida de qualquer dos vícios ensejadores de declaratórios.
3. Quanto à alegação de que o vínculo que autoriza a transferência do eleitor tem que ser próprio, ressalto, inicialmente que o presente argumento não foi trazido em sede de recurso, não cabendo, portanto, ser tratada somente em sede de embargos.
- 3.1 Trata-se, ademais, de tema totalmente sedimentado na legislação e doutrina eleitoral, não havendo que se questionar que o domicílio eleitoral é bem mais amplo que o domicílio civil, se satisfazendo com vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
- 3.2. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.
4. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não ensejam a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.
5. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–Al 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.
6. Embargos de declaração desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-28.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. Rejeito a Preliminar de não conhecimento dos embargos suscitada em contrarrazões, porquanto os embargos, ainda que em tese, apontaram especificamente o vício que entendem presente no acórdão embargado, qual seja, omissão.
2. As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração são obscuridade, contradição, omissão e/ou erro material nas sentenças, acórdãos e decisões (CPC, art.1.022).
3. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente os fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisor desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.
4. Quanto à alegação de que o vínculo que autoriza a transferência do eleitor tem que ser próprio, ressalto, inicialmente que o presente argumento não foi trazido em sede de recurso, não cabendo, portanto, ser tratada somente em sede de embargos.
- 4.1 O tema já está sedimentado na legislação e doutrina eleitoral, não havendo que se questionar que o domicílio eleitoral é bem mais amplo que o domicílio civil, se satisfazendo com vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

5. O julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

6. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não ensejam a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.

7. Ausente comprovação de omissão, obscuridade ou contradição, não há qualquer reparo a ser feito no entendimento firmado no acórdão.

8. Conheço e nego provimento aos embargos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-21.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o relator o apresentou de forma clara e coerente os fatos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, o decisorio desprovido de qualquer dos vícios ensejadores de embargos de declaração.

2. Quanto à alegação de que o vínculo que autoriza a transferência do eleitor tem que ser próprio, ressalto, inicialmente que o presente argumento não foi trazido em sede de recurso, não cabendo, portanto, ser tratada somente em sede de embargos.

2.1 Trata-se, ademais, de tema totalmente sedimentado na legislação e doutrina eleitoral, não havendo que se questionar que o domicílio eleitoral é bem mais amplo que o domicílio civil, se satisfazendo com vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Ademais, o julgador não precisa enfrentar todas as “teses” trazidas no recurso, desde que os fundamentos sejam suficientes para firmar a decisão, como se depreende da inteligência do artigo 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Eleitorais.

4. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não ensejam a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.

5. Embargos de declaração desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600155-93.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTO JUNTADO EM FASE RECURSAL. REJEIÇÃO. MÉRITO. OMISSÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. DESPROVIMENTO.

1. O Acórdão impugnado encontra-se devidamente fundamentado e o voto condutor apresentou de forma clara e coerente aos fatos e fundamentos jurídicos expostos para chegar à conclusão final, sendo, portanto, a decisão desprovida de qualquer dos vícios ensejadores de declaratórios.

2. Quanto à alegação de que há omissão e obscuridade na justificativa para o indeferimento da transferência, que considerou a prova apresentada um documento unilateral e frágil, cabe destacar que ficou claro e expresso no voto condutor do acórdão que o documento consistente em boleto bancário é considerando frágil e inservível para demonstrar o vínculo eleitoral, por ser documento unilateral, conforme precedentes desta Corte.
3. Não prospera o argumento do embargante acerca da possibilidade de juntada de documentos em fase de recurso, com base na Resolução TSE n.º 23.659/2021, art. 60 e 62.
 - 3.1. Nesse ponto, cabe destacar que a fase oportuna para apresentar documentos em fase recursal foi o momento das contrarrazões, oportunidade na qual o embargante ofertou defesa, acompanhada dos documentos. Essa a fase recursal a que se refere a Resolução TSE n.º 23.659/2021, art. 60 e 62.
 - 3.2. Com efeito, está pacificado nesta Corte a impossibilidade de apresentação de documentos em fase recursal, e em sede de embargos de declaração.
4. O mero inconformismo com a justiça da decisão não conduz à conclusão de existência do vício ora apontado.
5. O fato de este relator não aderir às teses defendidas pelo embargante, assim como seu inconformismo, não ensejam a incidência dos requisitos autorizadores dos embargos de declaração.
6. O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisprudência pacificada no sentido de que “A omissão apta a ser suprida pelos declaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, não aquela deduzida com o fito de provocar o re julgamento da demanda ou modificar o entendimento manifestado pelo julgador (ED–AgR–AI 108–04, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 1º.2.2011)”.
7. Por fim, o documento apresentado aos aclaratórios não deve ser conhecido, consoante reiterada jurisprudência deste Tribunal. Com efeito, trata-se de documento antigo, o qual podia ter sido colacionados na época oportuna, das contrarrazões ao recurso. Portanto, tal documento foi atingido pela preclusão.
8. Embargos de declaração desprovidos.

8 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

RECURSO ELEITORAL Nº 0600221-38.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. PEDIDO DE INCLUSÃO EM LISTA DE FILIADOS. FICHA DE FILIAÇÃO. RELAÇÃO INTERNA DE FILIADOS DO GRÊMIO. FOTOGRAFIAS EM EVENTO. PROVAS UNILATERAIS DESTITUÍDOS DE FÉ PÚBLICA. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA 20/TSE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

1. Segundo a Súmula 20/TSE, “a prova de filiação partidária daquele cujo nome não constou da lista de filiados de que trata o art. 19 da Lei 9.096/95 pode ser realizada por outros elementos de convicção, salvo quando se tratar de documentos produzidos unilateralmente, destituídos de fé pública”.
2. Ficha de filiação partidária e relação interna de filiados emitidas no sistema dois anos depois da data de filiação alegada e fotografias de presença em eventos não são suficientes para comprovar a filiação partidária, porquanto são considerados documentos unilaterais.
3. Recurso conhecido e desprovido. Ação de reconhecimento de filiação julgada improcedente.

9 HABEAS CORPUS CRIMINAL

HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600332-05.2023.6.18.0000. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

(JULGAMENTO CONJUNTO: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600332-05.2023.6.18.0000. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL - JAICÓS/PI). RESUMO: HABEAS CORPUS CRIMINAL - AÇÃO PENAL ELEITORAL 060006-90.2020.6.18.0019 - LIMINAR - CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA - MÉRITO - TRANCAMENTO E ARQUIVAMENTO DE AÇÃO PENAL. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA). JULGADA EM 23 DE ABRIL DE 2024.

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CONCESSÃO DE LIMINAR. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE PREFEITO POR CRIME ELEITORAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO LIMITA-SE AOS CRIMES COMETIDOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E COM RELAÇÃO À ELA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Nos termos da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal nº 937, o foro por prerrogativa de função limita-se às infrações penais cometidas durante o exercício do mandato e a ele relacionado.

1.1. No caso, o crime de corrupção eleitoral constitui tipo misto alternativo, cuja prática do verbo “prometer” prescinde a investidura na função de Prefeito. Ausente, portanto, a relação com o cargo.

2. Agravo regimental conhecido e desprovido.

3. A jurisprudência remansosa admite a impetração de Habeas Corpus destinado a trancar a ação penal desde que evidente a teratologia da persecução criminal.

3.1. Na espécie, a ação penal segue os parâmetros legais e jurisprudenciais de competência processual criminal, portanto, não prospera a alegação de que a investigação é nula por ausência de competência da autoridade que a determinou.

4. Denegação da ordem do Habeas Corpus.

HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0600367-62.2023.6.18.0000. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

HABEAS CORPUS. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE CRIMES ELEITORAIS. MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO. CONFIGURAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL AOS ARTIGOS 5º, XXV, LV, E 93, IX. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Da análise dos autos, não é possível afirmar, com precisão, a existência de investigação policial preliminar, a fim de corroborar denúncia anônima de ocorrência de ilícito eleitoral, o que menoscaba as garantias constitucionais da inafastabilidade da jurisdição e o contraditório e ampla defesa.

2. A fundamentação pautada em fato não colacionado nos autos deve ser equiparada à ausência de fundamentação, o que infringe o artigo 93, IX da Carta Constitucional.

3. A simples movimentação intensa de pessoas, na residência de candidato a cargo de Chefe do Executivo Municipal, em dia de eleição, não é, por si só, motivo para deferir medida cautelar de busca domiciliar, caso não se verifique sequer indícios de cometimento de ilícitos eleitorais. A mera probabilidade de ocorrência de crime eleitoral, embora possa autorizar a abordagem policial para averiguação do que foi noticiado, não caracteriza, isoladamente, justa causa a permitir a busca domiciliar, sobretudo, no caso, em que não houve o registro formal de qualquer diligência investigativa.

4. Faz-se necessário que qualquer acusação seja acompanhada de suporte dos elementos de provas, sem os quais evidencia-se constrangimento ilegal. Tendo sido a perseguição penal deflagrada sem qualquer razão para excepcionar a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, impende reconhecer a ilicitude das provas obtidas mediante a busca e apreensão, bem como de todas que delas decorreram.

5. Ordem concedida.

10 INSPEÇÃO ELEITORAL

INSPEÇÃO Nº 0600315-32.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

Autoinspeções 2024 efetuadas nas Zonas Eleitorais do Estado do Piauí. Matéria regulamentada pelo Provimento CRE/PI nº 3/2023 e Resolução TSE nº 23.657/2021. Pedido de Homologação.

11 MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600377-09.2023.6.18.0000. ORIGEM: REDENÇÃO DO GURGUÉIA/PI (15ª ZONA ELEITORAL – BOM JESUS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. AIJE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. TERATOLOGIA OU ILEGALIDADE. QUALIFICAÇÃO NÃO SUFICIENTE DAS TESTEMUNHAS. AUDIÊNCIA DE OITIVA DAS TESTEMUNHAS REAGENDADA. PRECLUSÃO. LIMINAR DEFERIDA. AÇÃO SUSPENSA ATÉ O JULGAMENTO DO WRIT. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA ANTES DE APRECIAR A PROVA REQUERIDA. CONCESSÃO.

1 – O art. 22, V da LC 64/90 dispõe que, findo o prazo da notificação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de 6 (seis) para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação.

2 – Tornada sem efeito a determinação de regularização da qualificação do rol de testemunhas, bem como sua oitiva, pois verificada a preclusão.

3 – Afronta a direito dos impetrantes, devendo os pedidos serem deferidos como forma de garantir o devido processo legal.

4 – Para as ações fundamentadas em suposta captação ilícita de sufrágio, há expressa previsão de que, sendo deferida a produção de prova pericial, seja realizada antes da oitiva de testemunhas, nos termos do art. 44, § 2º da Resolução TSE nº 23.608/2019.

5 – O princípio da especial celeridade, que rege as ações eleitorais, não autoriza a inversão do procedimento de instrução quando se vislumbra a possibilidade de ofensa ao contraditório substancial e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF/88), como no caso em apreço. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil c/c o art. 44, § 2º, da Resolução 23.608/2019, do TSE.

6 – Concessão da segurança.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600025-17.2024.6.18.0000. ORIGEM: OEIRAS/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE ABRIL DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO QUE NEGOU SUSPENSÃO DA DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL. APENAS UM QUESITO NO QUESTIONÁRIO. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. VÍCIOS NA PESQUISA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Para viabilização do mandado de segurança contra ato jurisdicional, além da necessária inexistência de recurso próprio a combatê-lo, também é essencial restar estritamente comprovado que a decisão atacada padece de flagrante ilegalidade, abuso ou teratologia.

2. O juiz de primeiro grau afirma que houve um perigo de demora fabricado. Mas, considerando o lapso temporal para o requerente tomar conhecimento de que foi registrada a pesquisa, do teor da mesma, e elaboração da peça inaugural, entendo que o intervalo de tempo é perfeitamente válido, não sendo crível a compreensão de que se trata, inequivocamente, de perigo de demora provocado.

3. A Resolução TSE 23.600/2019 e a Lei das Eleições estabelecem os requisitos para realização da pesquisa eleitoral, dentre eles, o questionário completo aplicado ou a ser aplicado.

4. A presença de apenas um quesito no questionário viola os dispositivos normativos e, por conseguinte, torna a pesquisa eivada de vícios.

5. Segurança concedida.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0600084-05.2024.6.18.0000. ORIGEM: FLORIANO/PI (9ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 10 DE JUNHO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO. DENEGACÃO DE TUTELA URGÊNCIA. REPRESENTAÇÃO POR PESQUISA IRREGULAR. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISA SEM REGISTRO. POSTAGEM EM REDE SOCIAL COM MENÇÃO A ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE GOVERNO MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE PESQUISA ELEITORAL. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. DENEGACÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

- Caso em que foi divulgada em rede social – Instagram –, postagem informando que a gestão do Prefeito Municipal foi bem avaliada pela população, sem referência a qualquer instituto de pesquisa, sem comparar as opções dos eleitores entre possíveis candidatos e sem menção às informações relacionadas no art. 33 da Lei nº 9.504/1997 e na Resolução TSE nº 23.600/2019.

- A mera referência a um alegado índice de aprovação do gestor municipal não pressupõe, por si só, a realização de pesquisa eleitoral, cujos parâmetros de configuração encontram-se descritos na mencionada resolução do TSE.

- Agravo interno interposto contra decisão denegatória de tutela de urgência conhecido, mas não provido.

- Denegação da segurança.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600088-42.2024.6.18.0000. ORIGEM: REDENÇÃO DO GURGUÉIA/PI (15ª ZONA ELEITORAL - BOM JESUS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 11 DE JUNHO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. AIJE. DECISÃO INTERLOCUTORIA. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS E DEPOIMENTO PESSOAL DAS PARTES. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE DEPOIMENTO PESSOAL NO RITO DA AIJE, PREVISTO NA LC Nº 64/90. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE. DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE EMBARGOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CF. TERATOLOGIA DA DECISÃO. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1- O rito da LC 64/90 não prevê a oitiva das partes na audiência de instrução em sede de AIJE. Diante da inexistência de obrigatoriedade de oitiva de depoimento pessoal dos impetrantes e da manifesta solicitação de dispensa dessa prova pelos impetrantes nos autos da AIJE, a oitiva destes em audiência constitui constrangimento ilegal e enseja a violação do contraditório e da ampla defesa. Presente direito líquido o certo dos impetrantes.

2 - A decisão proferida pelo magistrado, pertinente aos embargos de declaração opostos pelos investigados, não apreciou as razões apresentadas e os pedidos solicitados, mostrando-se genérica em seus fundamentos. Violação ao art. 93, IX, da CF. Teratologia da decisão.

3 - Concessão da segurança.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600197-56.2024.6.18.0000. ORIGEM: SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI (20ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DENEGACÃO DA SEGURANÇA.

1. O direito para que possa ser apreciado na via estreita do mandado de segurança deve ser líquido e certo, ou seja, decorrente de fato inequívoco e incontestável, suscetível de imediata demonstração mediante prova literal.

2. A controvérsia discutida nos autos diz respeito a aspectos de fato e prova, inclusive quanto à própria legitimidade da prova utilizada no processo originário (o que pressuporia investigação sobre tal prova) - questões que não podem ser apreciadas em mandado de segurança.

3. Não verificadas ilegalidade ou teratologia da decisão judicial questionada.

4. Segurança denegada. Liminar confirmada.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600324-91.2024.6.18.0000. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ (72ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. PESQUISAS ELEITORAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.600/2019. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DA QUANTIDADE DE ELEITORES PESQUISADOS EM CADA BAIRRO. NÃO COMPROVADA A COMPLEMENTAÇÃO DO REGISTRO NO SISTEMA DO TSE. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), via de regra, o cabimento do Mandado de Segurança contra decisão judicial deve observar os seguintes requisitos: 1) ausência de recurso cabível para impugnar a decisão; 2) teratologia da decisão atacada ou sua manifesta ilegalidade; e 3) que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão impugnada pela ação mandamental.

2. A ausência do número de eleitores ouvidos em cada bairro ou setor indicado, a fim de permitir o exame da proporcionalidade das entrevistas, compromete a análise da fidedignidade do resultado da pesquisa eleitoral.

3. Não há prova nos autos de que houve a complementação no sistema do TSE dos dados faltantes, na forma e prazo exigidos no art. 2º, §7º, IV, da Resolução nº 23.600/2019, de maneira que a manutenção da suspensão da divulgação da pesquisa é medida que se impõe.

4. Liminar confirmada. Segurança concedida.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600338-75.2024.6.18.0000. ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE DEFERIMENTO DE RAES POR EQUÍVOCO. AUSÊNCIA DE VÍCIO EDITALÍCIO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À ANULAÇÃO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

Na ausência de qualquer vício, é nula a republicação de edital de deferimento de RAES.

Reconhecido o direito líquido e certo dos eleitores requerentes à anulação da segunda publicação.

Segurança concedida. Liminar confirmada.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600320-54.2024.6.18.0000. ORIGEM: CURRAIS/PI (15ª ZONA ELEITORAL – BOM JESUS). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE AGOSTO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO COATOR. INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISA IRREGULAR. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA SEM O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NA RESOLUÇÃO TSE N.º 23.600/2019. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE ELEITORAS E ELEITORES PESQUISADOS EM CADA SETOR CENSITÁRIO. NÃO COMPROVADA A COMPLEMENTAÇÃO DO REGISTRO NO PRAZO LEGAL. LIMINAR CONCEDIDA. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. Para viabilização do mandado de segurança contra ato jurisdicional, é essencial estar comprovado que a decisão atacada padece de flagrante ilegalidade, abuso ou teratologia.
2. Decisão que indeferiu pedido de liminar para suspender divulgação de pesquisa eleitoral irregular. Pesquisa divulgada sem a informação quanto à ausência do número de eleitores e eleitoras pesquisados em cada setor censitário.
3. Ausência de comprovação de que houve a complementação no sistema do TSE dos dados faltantes, no dia seguinte ao da divulgação da pesquisa, conforme exigência contida no art. 2º, §7º, IV, da Resolução nº 23.600/2019. Pesquisa não registrada.
4. Liminar confirmada. Segurança concedida.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600203-63.2024.6.18.0000. ORIGEM: LUÍS CORREIA/PI (91ª ZONA ELEITORAL). IMPETRANTE: PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB, COMISSÃO PROVISÓRIA DE LUÍS CORREIA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO LIMINAR DE TUTELA URGÊNCIA. REPRESENTAÇÃO POR PESQUISA IRREGULAR. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ELEITORAS E ELEITORES PESQUISADAS(OS) EM CADA SETOR CENSITÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 2º, § 7º, IV, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.600/2016. CONCESSÃO DA SEGURANÇA E CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO LIMINAR.

- Caso em que a pesquisa eleitoral foi registrada sem indicação do número de eleitoras e eleitores pesquisadas(os) em cada setor censitário, conforme exigência do art. 2º, § 7º, IV, da Resolução TSE nº 23.600/2016

- Conforme assentado na jurisprudência eleitoral, a exigência de indicação dos municípios abrangidos pela pesquisa eleitoral decorre da necessidade de se verificar o espalhamento geográfico, evitando-se a concentração da pesquisa em determinadas regiões e a eventual manipulação da opinião pública por meio do deslocamento voluntário de pesquisadores e eleitores.

- Concessão da segurança e confirmação da tutela de urgência liminarmente deferida.

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0600407-10.2024.6.18.0000. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINÓPOLIS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DE LIMINAR PARA SUSPENDER OS EFEITOS DE DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. LIMINAR REVOGADA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Não há que se falar em fake news ou manipulação da mídia através de deep fake ou outro artifício. É de fácil observação, que o ministro, quando da gravação do primeiro vídeo, o fez, segundo o mesmo, por uma informação equivocada que recebera.

1.1. Sendo o vídeo apresentado pelo impetrante legítimo, quando do ajuizamento do Mandado de Segurança e da decisão concessiva de liminar aquela era a informação que estava estabelecida à época.

2. Esclarecido o fato através do segundo vídeo, juntado pelo impetrado, a situação não mais subsiste. O único documento apresentado com a exordial pelo impetrante trata de notícia de maio de 2023 notificando uma reunião do prefeito, ora candidato à reeleição, com o governador, o que não demonstra a aliança para as eleições 2024.

3. Segurança denegada.

12 PETIÇÃO CÍVEL

PETIÇÃO CÍVEL Nº 0600021–77.2024.6.18.0000. ORIGEM: DOM EXPEDITO LOPES/PI (62ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES. DOM EXPEDITO LOPES (62ª ZONA ELEITORAL). PETIÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE NULIDADE DA RESOLUÇÃO TRE-PI Nº 476/2023. INDEFERIMENTO. RECOMENDAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO PRAZO FINAL PARA COMPOSIÇÃO DO ELEITORADO APTO A VOTAR AO DISPOSTO NO ART. 91 DA LEI Nº 9.504/1997. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA PELA CORTE.

13 PRESTAÇÃO DE CONTAS – CANDIDATAS (OS)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601217–53.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS EM SUA FORMA DEFINITIVA: IRREGULARIDADE OBSTRUTIVA DO TRABALHO DE AUDITORIA REALIZADO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO E COMPROVAÇÃO DE DESPESAS COM SERVIÇOS JURÍDICOS. DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC): SUFICIÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL EXAMINADA PELA UNIDADE TÉCNICA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS APÓS A DATA DA ELEIÇÃO: CANDIDATOS SOMENTE PODEM ARRECADAR RECURSOS E CONTRAIR OBRIGAÇÕES ATÉ O DIA DA ELEIÇÃO. RECURSOS ESTIMÁVEIS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA: IRREGULARIDADE QUE PODE OCASIONAR A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS QUANDO ANALISADA EM CONJUNTO COM AS DEMAIS FALHAS APONTADAS, PASSÍVEL, INCLUSIVE, DE DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. IRREGULARIDADES COMPROMETEDORAS DA CONFIABILIDADE DAS CONTAS. INVIABILIDADE DE APROVAÇÃO COM RESSALVAS. CONTAS DESAPROVADAS.

1 – A ausência dos extratos bancários na composição original da contabilidade de campanha, sublinhada pela inércia do prestador quando chamado a sanar a falta, configura grave irregularidade.

2 – Embora não sujeitos ao limite de gastos eleitorais, os serviços jurídicos são indispensáveis às candidaturas e, por esse motivo, as despesas que lhes são correlatas devem ser registradas na contabilidade de campanha e comprovadas na respectiva prestação de contas, pois, mesmo na hipótese de pagamento pela agremiação partidária, não consubstanciam doação de serviços estimáveis em dinheiro (Resolução TSE 23.607/2019, arts. 35, *caput*, VII, §§ 3º e 9º; 45, § 5º; e 60, *caput* e §§). A omissão dos registros e comprovantes constitui inegável inobservância de disposições normativas expressas, cujas consequências, no entanto, devem ser avaliadas de acordo com cada situação.

3 – É certo que a Justiça Eleitoral pode “exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados” (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 60, § 1º e § 3º). No entanto, essa previsão normativa não tem caráter absoluto e o desatendimento da solicitação de material suplementar só deve acarretar consequências negativas para a prestadora ou prestador de contas quando a documentação fiscal contiver erros materiais ou impropriedades que suscitem dúvida razoável sobre a veracidade do respectivo conteúdo.

4 – Sobras de campanha de valores oriundos do FEFC devem ser transferidas ao Tesouro Nacional, a teor do art. 35, § 2º, I, da citada resolução. No caso dos autos, após o dia da eleição, ao emitir nota fiscal, o candidato incorreu em desobediência ao art. 33 da norma de regência, segundo o qual partidos políticos e candidatas ou candidatos somente podem arrecadar recursos e contrair obrigações até a data do pleito.

5 – Ausência de documentação comprobatória da propriedade de veículo cedido como estimável em dinheiro configura recebimento de recurso de origem não identificada e implica a necessidade de devolução da quantia respectiva ao Tesouro Nacional, a teor do art. 32, *caput*, e § 1º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6 – Tendo em vista que as irregularidades constatadas nos autos prejudicam a transparência da contabilidade de campanha e a eficiência da atividade fiscalizadora da Justiça Eleitoral, mormente por corresponderem a mais de 13% (treze por cento) do total de recursos arrecadados no pleito, impõe-se a desaprovação das contas apresentadas a este órgão jurisdicional, nos termos do artigo 74, *caput*, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

7 – Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601220–08.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 24 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. REALIZAÇÃO DE DESPESAS JUNTO A FORNECEDORES COM AUSÊNCIA DE CAPACIDADE FINANCEIRA. OMISSÕES DE DESPESAS. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC. DOAÇÕES RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. IRREGULARIDADES COMPROMETEDORAS DA CONFIABILIDADE DAS CONTAS. INVIABILIDADE DE APROVAÇÃO COM RESSALVAS. CONTAS DESAPROVADAS.

1 – A falta dos extratos das contas bancárias abertas para a movimentação financeira do candidato configura grave irregularidade, a qual, em linha de princípio, pode ser suficiente, isolada ou conjuntamente com outras, para ocasionar a desaprovação das contas, na medida em que compromete a confiabilidade do balanço contábil trazido a juízo e prejudica a identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha.

2 – “A inscrição de fornecedores em programas sociais do Governo Federal constitui indício de irregularidade alheio à análise da prestação de contas, cabendo ao Ministério Público a adoção das providências que entender pertinentes”. Precedente: TRE/PI, RE 0600294–80.2020.6.18.0005, rel. Juiz AGLIBERTO GOMES MACHADO; julgado em 13/04/2021.

3 – A existência de notas fiscais em situação “ativa” aliada à ausência de evidências da proveniência dos recursos utilizados para sua quitação configura a utilização recursos de origem não identificada (RONI), passíveis de ser transferidos para o Tesouro Nacional, a teor do artigo 32, § 1º, VI, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

4 – É certo que a Justiça Eleitoral pode “exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados” (Res. TSE 23.607/2019, art. 60, § 1º e § 3º). No entanto, essa previsão normativa não tem caráter absoluto e o desatendimento da solicitação de material suplementar só deve acarretar consequências negativas para a prestadora ou prestador de contas quando a documentação fiscal contiver erros materiais ou impropriedades que suscitem dúvida razoável sobre a veracidade do respectivo conteúdo.

5 – A falta de notas fiscais relativas a despesas com impulsionamento de conteúdos, bem como a não devolução ao Tesouro Nacional dos respectivos valores como sobra financeira, impõe seu recolhimento ao erário (Artigos 35, § 2º, I, e 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019).

6 – A incompletude dos dados registrados na prestação de contas parcial constitui falha grave, apta a ensejar-lhe a rejeição. Segundo novel entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, “O atraso na apresentação dos relatórios financeiros e a entrega das contas parciais com inconsistências, relativas a omissões de despesas ou receitas, podem ocasionar prejuízos à correta fiscalização e confiabilidade da prestação de contas e constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitoRes. Por essas razões, este Tribunal sinalizou recentemente a adoção de postura mais rigorosa ao tema para as Eleições de 2020” (TSE, Prestação de Contas Eleitorais nº 44468, rel. Min. TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO; DJE de 26/05/2021).

7 – Tendo em vista que as irregularidades constatadas nos autos prejudicam a transparência da contabilidade de campanha e a eficiência da atividade fiscalizadora da Justiça Eleitoral, é impositiva a desaprovação das contas apresentadas a este órgão jurisdicional, nos termos do artigo 74, *caput*, inciso III, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

8 – Contas desaprovadas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052–92.2023.6.18.0013. ORIGEM: SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ/PI (13ª ZONA ELEITORAL – SÃO RAIMUNDO NONATO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JANEIRO DE 2024.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO AO CARGO DE PREFEITO. ELEIÇÕES SUPLEMENTARES. RESOLUÇÃO TSE N.º 23.607/2019. CONTAS DESAPROVADAS NA ORIGEM. DOAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS DE VALOR SUPERIOR A R\$ 1.064,10,

REALIZADAS POR MEIO DE DEPÓSITO EM ESPÉCIE. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR A SER RECOLHIDO AO TESOURO NACIONAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) somente podem ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação ou cheque cruzado e nominal, na forma do artigo 21, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. Foram realizados dois depósitos em espécie no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando o montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), diretamente na conta de campanha, em desobediência ao disposto na Resolução de Regência, devendo haver devolução ao Tesouro Nacional.

3. Cada uma das doações ultrapassou em R\$ 935,90 (novecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos) o valor disposto na Resolução. Logo, em se tratando de dois depósitos, a irregularidade traduz-se na quantia total de R\$ 1.871,80 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), o que corresponde a cerca de 18% do total de receitas arrecadadas na prestação de contas, impossibilitando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme precedentes da Corte Superior e desta Corte.

4. Esta Corte tem jurisprudência há muito sedimentada no sentido de que o valor a ser devolvido será o que ultrapassar o limite disposto na Resolução TSE 23.607/2019.

5. Provimento Parcial do Recurso. Reforma da Sentença somente para reduzir o valor de recolhimento ao Tesouro Nacional para a quantia de R\$ 1.871,80 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), mantendo-se a desaprovação das contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601377-78.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 25 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A SENADOR E RESPECTIVOS SUPLENTE. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. DÍVIDAS DE CAMPANHA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS APÓS A CONCESSÃO DO CNPJ DE CAMPANHA, MAS ANTES DA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DE CAMPANHA. DESPESAS REALIZADAS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. CONTAS DESAPROVADAS.

1 – A intempestividade da apresentação das contas finais, por si só, não tem o condão de acarretar o julgamento das contas como não prestadas (Precedente TRE/PI: Processo Nº 0601190-70.2022.6.18.0000, Relator: Juiz Lucas Rosendo Máximo de Araújo, sessão de 15 de junho de 2023).

2 – A existência de dívidas decorrentes do não pagamento de despesas contraídas e não assumidas pela agremiação partidária, nos moldes do artigo 33, §§ 2º e 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, macula a prestação de contas de campanha, podendo ser razão de sua desaprovação. No caso em tela, tem-se que os dispêndios não foram pagos nem assumidos pelo partido, remanescendo a irregularidade, a caracterizar vício grave e insanável que compromete a regularidade das contas.

3 – Consoante o art. 3º, I, “c”, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a realização de despesas somente é permitida após a “abertura de conta bancária específica destinada a registrar a movimentação financeira de campanha”. Isso se justifica para conferir transparência à movimentação financeira das contas de campanha, possibilitando a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral, o que não ocorreu no caso em comento.

4 – Ademais, tais gastos foram realizados antes da prestação de contas parcial, mas não informados à época, em desacordo com o artigo 47, *caput*, inciso II, e § 6º, da norma de regência. Tal exigência tem por escopo conferir transparência ao processo de arrecadação, viabilizando não só a fiscalização pelo órgão competente deste ramo especializado do Poder Judiciário, mas também o conhecimento pelo(a) eleitor(a) sobre de onde provêm os recursos utilizados pelo(a)

candidato(a) e pelos partidos (v. nesse sentido, TSE, Prestação de Contas Eleitorais nº 44468, rel. Min. TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO; DJE de 26/05/2021).

5 – Contas desaprovadas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, caput, III).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601096–25.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE JANEIRO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS PAGAS COM FEFC. SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA APÓS O PLEITO. FALHA AFASTADA. CONFRONTO COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. DESAPROVAÇÃO.

1. O prestador descumpriu o prazo para entrega dos relatórios financeiros. Tal falha configura irregularidade e impediu o controle concomitante por esta Justiça Especializada.
2. Houve despesas com serviços advocatícios pagas com recurso do FEFC após a eleição. A natureza intelectual da atividade de consultoria jurídica e as peculiaridades inerentes aos processos de prestação de contas, bem como o exíguo prazo para sanar todas as falhas justificam a permanência de assessoria jurídica, ainda que após a data do pleito. Irregularidade afastada.
3. Gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época são inconsistências desprovidas do condão de macular, isoladamente, as presentes contas.
4. As irregularidades subsistentes são graves, não se podendo aplicar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
5. Desaprovação das contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601266–94.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL. CONTAS DE CAMPANHA. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS. PRECLUSÃO. OMISSÃO DE DESPESA DE VALOR MÓDICO DETECTADA POR MEIO DE CIRCULARIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE JUNTADA DE PROVA MATERIAL DE SERVIÇOS CONTRATADOS E COMPROVADOS POR MEIO DE DOCUMENTOS FISCAIS IDÔNEOS. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES. INCONSISTÊNCIAS FORMAIS QUE NÃO COMPROMETEM A CONFIABILIDADE DAS CONTAS NEM PREJUDICAM A AUDITORIA DA JUSTIÇA ELEITORAL. DEVOLUÇÃO DE VALOR DE PEQUENA MONTA AO ERÁRIO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- 1 – É inadmissível a juntada de documentos após o transcurso do prazo concedido para o suprimento de omissões ou o esclarecimento de indícios de irregularidades na fase de instrução, porquanto consumada a preclusão. Precedentes.
- 2 – A base de dados da Justiça Eleitoral (Módulo Fiscaliza JE, via Odin/SPCE) apontou a existência de nota fiscal em situação ativa, mas cuja despesa não foi registrada/comprovada pela prestadora. Trata-se de aplicação de valores não provenientes de conta específica, configurando recursos de origem não identificada (RONI), a teor do artigo 32, § 1º, VI, da Resolução TSE nº 23.607/2019, cujo montante, não obstante módico, deve ser transferido ao Tesouro Nacional, nos termos do § 6º do mesmo dispositivo.
- 3 – A despeito da ausência de comprovação material da efetiva prestação de serviço de produção de vídeo para campanha, não há mácula ou omissão que conduza ao descrédito da documentação apresentada pela prestadora de contas. Todas as informações são convergentes e apontam para a regularidade formal dos dispêndios.

4 – “A não apresentação tempestiva da prestação de contas parcial ou a sua entrega de forma que não corresponda à efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, salvo justificativa acolhida pela justiça eleitoral, a ser apurada na oportunidade do julgamento da prestação de contas final” (Res. TSE 23.607/2019, art. 47, § 6º).

5 – Contas aprovadas com ressalvas (Resolução TSE nº 23.607/2019, art. 74, inciso II).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601359–57.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE JANEIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADA FEDERAL. DIVERGÊNCIA ENTRE AS INFORMAÇÕES DAS DOAÇÕES REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR. INCONSISTÊNCIAS NA DESPESA COM ASSESSORIA DE IMPRENSA. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS COM ASSESSORIA E COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO. INCONSISTÊNCIAS NA DESPESA COM ASSESSORIA ADVOCATÍCIA. IMPROPRIEDADES. ERROS FORMAIS. NÃO COMPROVAÇÃO DO GASTO COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. OMISSÃO DE RECEBIMENTO DE DOAÇÕES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. As falhas referentes às doações recebidas de partido político com informações divergentes nas prestações de contas dos doadores, inconsistências na despesa com assessoria de imprensa, inconsistências nas despesas com assessoria e coordenação de mobilização e inconsistências na despesa com assessoria e consultoria advocatícia se apresentam como erros formais, que não impediram a fiscalização pela Justiça Eleitoral. Assim, são meras impropriedades que não têm força para macular as contas sob exame.

3. Em que pese meu posicionamento pessoal que admite, em processo de prestação de contas, a juntada de documentos pelas partes a qualquer tempo, antes do trânsito em julgado da decisão, hei por bem curvar-me à jurisprudência majoritária desta Corte, que não aceita a juntada de documentos após a emissão do parecer conclusivo, sendo caso de preclusão. Precedentes. Assim, quanto à não comprovação do gasto com locação de veículo, entendo que a falha permanece como não sanada, vez que a candidata não apresentou tempestivamente os documentos fiscais que comprovem o gasto com recursos públicos.

4. A omissão do registro de recebimento de recursos pela campanha na prestação de contas parcial não prejudicou a fiscalização pela Justiça Eleitoral, vez que as doações foram devidamente registradas na prestação de contas final. Desta forma, a falha sob exame é ensejadora apenas de ressalvas às presentes contas. Precedentes desta Corte.

5. Haja vista que o valor envolvido na falha não sanada pela candidata possui valor ínfimo em relação ao total dos recursos arrecadados pela campanha, é possível aplicar ao caso em tela os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

6. Obrigação de recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos provenientes do FEFC cujo gasto não foi comprovado.

7. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601317–08.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. DIVERGÊNCIA COM INFORMAÇÕES PRÉVIAS. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO. DOAÇÕES RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E NÃO INFORMADA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DEVOLUÇÃO.

1. A Resolução TSE 23.607/2019, em seu art. 49 impõe ao candidato o dever de prestação de contas até o trigésimo dia posterior à realização das eleições. A prestação de contas ocorreu de maneira intempestiva, eis que apenas em 07/11/2022.

2. OMISSÃO DE RECEITAS E DESPESAS

2.1 Verificou-se divergência entre o valor de uma nota fiscal e as informações relativas a despesas, constantes na base de dados da Justiça Eleitoral. Compulsando os autos, verifico haver uma diferença de R\$ 0,06 (seis centavos). Entendo tratar-se de mero erro formal e de valor irrisório, não sendo razoável entender como configurada irregularidade.

2.2 Foi identificada a realização de despesas junto a fornecedores de campanha que possuem relação de parentesco com o prestador de contas em exame, o que pode indicar suspeita de desvio de finalidade. Não há ressalva nas contas, devendo o Ministério Público ser alertado, nos termos do artigo 91 da Resolução TSE 23.607/2019.

3 INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM O FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

3.1. O núcleo de contas solicitou prova do efetivo fornecimento de materiais impressos, bem como a justificativa para aquisição de santinhos ao preço unitário de R\$ 0,10 e R\$ 0,11, quando a média do mercado local é R\$ 0,0292. O descumprimento de diligência adicional e facultativa não deve ser fundamento para afirmar que o candidato descumpriu as normas obrigatórias, tampouco impor sanção de devolução do valor ao Erário, quando há outros elementos probatórios nos autos que infirmam tal assertiva, como nota fiscal e comprovante de transferência.

3.2. O núcleo técnico solicitou, no item 4.2 do parecer conclusivo, que o candidato apresentasse as notas fiscais e todos os cupons a elas vinculados, bem como o relatório no qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente. Compulsando os autos, verifico que o candidato não cumpriu todas as exigências determinadas na legislação nas despesas realizadas por meio de algumas notas fiscais, onde se comprovou pagamentos por meios não previstos na legislação e sem a identificação do candidato, além de pagamento de combustível para veículos não declarados na campanha. As irregularidades perfizeram o total de 4.074,13 (quatro mil e setenta e quatro reais e treze centavos), cabendo devolução ao Erário em razão da utilização irregular do FEFC.

3.3. O núcleo técnico solicitou, no item 4.5 do parecer conclusivo, que o candidato apresentasse as notas fiscais e a descrição detalhada da despesa com alimentação, com valores individualizados e quantidade fornecida, bem como a justificativa do valor pago. Compulsando os autos verifico que sequer constam notas fiscais das despesas realizadas, mas apenas documentos auxiliares de nota fiscal emitidos pelo fornecedor. Tampouco há identificação do candidato, discriminação dos produtos ou das quantidades adquiridas, constando apenas “gasto com alimentação” e o valor, além do comprovante de transferência do referido montante. Configurada, portanto, falha no montante de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), cabendo devolução ao Erário em razão da utilização irregular do FEFC.

4. Foram detectados gastos realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época. Este Egrégio Tribunal tem o entendimento no sentido de que as falhas devem ser levadas em consideração no cômputo de irregularidades que podem levar à desaprovação das contas. No caso em tela, verifico que a falha perfaz o valor de R\$ 1.342,21, que corresponde a 2,63% do total das receitas arrecadadas (R\$ 61.000,00), não revelando gravidade suficiente a abalar, isoladamente, a confiabilidade das contas, mas devendo ser computada no cômputo das irregularidades remanescentes.

5. As falhas apontadas perfazem o total de R\$ 5.936,34, o que corresponde a, aproximadamente, 9,73% do total de receitas arrecadadas (R\$ 61.000,00). Cabe, portanto, segundo entendimento pacífico desta Especializada, aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

6. Determino ainda, nos termos dos itens 2.2 e 2.3, o recolhimento ao Erário do valor de R\$ 4.594,13 (quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais e treze centavos), em razão da utilização irregular de recurso oriundos do FEFC, no prazo de 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado, nos termos do art. 79, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

7. Contas aprovadas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600329–43.2020.6.18.0004. ORIGEM: ILHA GRANDE/PI (4ª ZONA ELEITORAL – PARNAÍBA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA. ELEIÇÕES 2020. CANDIDATA. CARGO. PREFEITO. DESAPROVAÇÃO. PRELIMINAR. PRECLUSÃO DO DOCUMENTO JUNTADO AO RECURSO. REJEIÇÃO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE 23.607/2019. FALHAS. IRREGULARIDADE NOS GASTOS COM PUBLICIDADE. IRREGULARIDADE NA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS COM COMBUSTÍVEL. FALHAS GERADORAS DE RESSALVAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE PARA APROVAR COM RESSALVAS AS CONTAS. RESOLUÇÃO TSE N. 23.607/2019, ART. 74, II C/C LEI N. 9.504/97, ART. 30, II. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. REFORMA DA SENTENÇA. APROVAÇÃO COM RESSALVA DAS CONTAS.

1. Não se admite, em processo de prestação de contas, a juntada de documentos em sede recursal, ante a operação da preclusão, mormente quando oportunizada sua apresentação na instância ordinária, e cumprido o disposto no art. 69, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Precedentes reiterados deste Tribunal.

1.1. No entanto, o documento juntado ao recurso refere-se a cópia de precedente de outro Tribunal, não havendo vedação ao seu conhecimento. Preliminar rejeitada.

2. No mérito, o objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

3. A primeira falha refere-se à irregularidade nos gastos com publicidade.

3.1. Verifica-se a ausência de registro de gastos com publicidade para outros candidatos, como doações estimáveis de campanha, nos termos do artigo art. 7º, § 10º c/c do artigo 35, § 8º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3.1. A teor do art. 60, §§ 4º e 5º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, não obstante seja dispensada a comprovação das doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos relativas a uso comum de materiais de propaganda eleitoral, essa desobrigação da comprovação não afasta a obrigatoriedade do registro, na prestação de contas, dos respectivos valores.

3.2. No entanto, conforme mencionado no opinativo do Ministério Público Eleitoral, os gastos estão registrados, não havendo falar em omissão de despesas, tratando-se de falha formal, sem aptidão para desaprovar as contas.

3.3. Já em relação aos gastos com confecção de bandeiras, não houve o necessário detalhamento nas respectivas notas fiscais (art. 60, *caput* e § 8º da Res.–TSE nº 23.607/2019). Porém, como o valor do gasto relativo a este vício não ultrapassa os 10% do total de gastos da referida campanha, cabe a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para impedir a desaprovação e apor meras ressalvas nas contas.

4. A segunda falha refere-se à irregularidade da comprovação das despesas com combustível, tanto pela ausência de apresentação do relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para abastecimento dos veículos, nos termos do art. 35, § 11, “b”, da Resolução TSE n. 23.607/2019, quanto pela inconsistência dos quantitativos de combustíveis adquiridos com os tipos de veículos locados.

4.1. A ausência de apresentação do relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para abastecimento dos veículos, viola o disposto no art. 35, § 11, “b”, da Resolução TSE n. 23.607/2019. No entanto, como o vício é inferior a 10% do total das despesas, há possibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para fins de afastar a gravidade desta falha.

4.2. No que se refere à inconsistência dos quantitativos de combustíveis adquiridos com os tipos de veículos locados, embora a recorrente alegue erro na emissão das notas fiscais, o cancelamento das notas fiscais não foram comprovados, de forma que a simples declaração do emissor das notas fiscais não é suficiente para afastar a irregularidade dos documentos fiscais. No

entanto, há possibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, na forma pleiteada pela recorrente, vez que o gasto irregular revela-se inferior a 10% do total de receitas auferidas e gastos realizados.

5. Portanto, as falhas subsistentes não revelam a magnitude suficiente para desaprovar as contas, pois em patamar inferior aos 10% do total de gastos da campanha da recorrente, possibilitando o provimento do apelo para impor meras ressalvas nas contas, nos termos do art. 30, II da Lei nº 9.504/1997 e art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019

6. Recurso conhecido e provido parcialmente, para reformar a sentença e aprovar com ressalvas as contas, nos termos do art. 30, II da Lei nº 9.504/1997 e art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, mantida a determinação de devolução de valor ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601400–24.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS JUNTO A FORNECEDORES COM AUSÊNCIA DE CAPACIDADE FINANCEIRA. DESPESAS REALIZADAS COM COMBUSTÍVEIS SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO DE LOCAÇÕES E/OU CESSÕES DE VEÍCULOS. OMISSÃO DE DESPESA DETECTADA MEDIANTE CONSULTA À BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). AUSÊNCIA DE EXTRATOS DAS CONTAS BANCÁRIAS EM SUA FORMA DEFINITIVA. IRREGULARIDADES QUE ENVOLVEM SIGNIFICATIVO PERCENTUAL DOS RECURSOS ARRECADADOS. CONTAS DESAPROVADAS – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. A Resolução TSE nº 23.607/2019 veicula regra impositiva do dever de informação à Justiça Eleitoral acerca do recebimento de recursos no decorrer da campanha (Art. 47, II, §§ 6º e 7). Tal exigência tem como escopo conferir transparência ao processo de arrecadação, viabilizando não só a fiscalização pelo órgão competente deste ramo especializado do Poder Judiciário, mas também o conhecimento do(a) eleitor(a) sobre de onde provêm os recursos utilizados pelo(a) candidato(a). (Precedente TSE: Prestação de Contas Eleitorais nº 44468, rel. Min. TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO; DJE de 26/05/2021).

2. A inscrição de fornecedores em programas sociais do Governo Federal constitui indício de irregularidade alheio à análise da prestação de contas, cabendo ao Ministério Público a adoção das providências que entender pertinentes.

3. “(...) o gasto com combustível sem o registro da respectiva despesa ou receita estimável com veículos e motoristas, configura omissão de receitas/despesas” (Precedente: TRE/PI no RE nº 0600100–57.2020.6.18.0045, Relator: Desembargador Erivan José da Silva Lopes, sessão de 03 de agosto de 2021).

4. A ausência de evidências da proveniência dos recursos utilizados para a quitação de despesas com combustível configura recurso de origem não identificada (RONI), passível de ser transferido ao Tesouro Nacional, a teor do artigo 32, § 1º, VI, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

5. A ausência de elementos comprobatórios (materialidade) da efetiva confecção e/ou entrega dos produtos ou prestação dos serviços relacionados à publicidade não configura, por si só, irregularidade que, contextualmente, conduza a um juízo de reprovação pontual da prestação de contas. Na espécie, ao menos formalmente, as informações da unidade técnica indicam a regularidade desse tipo de gasto, descabendo, no particular, a adoção de mais providências para a apuração dos eventos, que envolvem o desembolso de recursos originários dos cofres públicos.

6. A confecção e distribuição de camisas são explicitamente vedadas pela Resolução TSE nº 23.610/2019 (art. 18), impondo-se a necessidade de devolução ao Tesouro Nacional do valor correspondente, a teor do artigo 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

7. Faz-se imprescindível o detalhamento de despesa com hospedagem e alimentação, de modo a se atestar o liame entre os gastos e as correspondentes necessidades da campanha, sobretudo em razão do vultoso valor envolvido. Assim, não havendo como se comprovar o real e efetivo gasto com recursos do FEFC, impõe-se a necessidade de sua devolução ao Tesouro Nacional, a teor do artigo 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

8. A ausência dos extratos bancários configura grave irregularidade, a qual, em linha de princípio, pode ser suficiente, isolada ou conjuntamente com outras, para ocasionar a desaprovação das contas, na medida em que compromete a confiabilidade do balanço contábil trazido a juízo e prejudica a identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha.

9. Tendo em vista que a expressão monetária das irregularidades efetivamente existentes corresponde a mais de 44% (quarenta e quatro por cento) do total de recursos arrecadados, é imperativa a desaprovação das contas ora submetidas a julgamento, dada a impossibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem embargo da determinação de devolução, ao Tesouro Nacional, dos valores originários do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, cuja regularidade de aplicação não ficou comprovada, bem como de recursos de origem não identificada (RONI), a teor do art. 32, § 1º, VI, e art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

10. Contas desaprovadas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, *caput*, III).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601299–84.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS DAS CONTAS BANCÁRIAS. INDÍCIO DE RECEBIMENTO DIRETO DE FONTES VEDADAS DE ARRECADAÇÃO. PAGAMENTO DE DESPESAS ELEITORAIS COM RECURSOS QUE NÃO TRANSITARAM PELA CONTA BANCÁRIA DE CAMPANHA E SEU POSTERIOR LANÇAMENTO NAS CONTAS IRREGULARMENTE COMO DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO. DESPESA REALIZADA JUNTO A FORNECEDORES DE CAMPANHA QUE POSSUEM RELAÇÃO DE PARENTESCO COM A PRESTADORA DE CONTAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DOS SERVIÇOS DE CONDUTOR DE VEÍCULOS CONTRATADOS, BEM COMO DE SUA EFETIVA PRESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO E DO CUPOM FISCAL DE ABASTECIMENTO REFERENTE AO FORNECEDOR P O CORTEZ LIMA. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS JUNTO À FORNECEDORA JESSICA L P L SANTOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESSOAL. INCONSISTÊNCIA NAS DESPESAS COM MATERIAL GRÁFICO. ATRASO NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. DIVERGÊNCIA ENTRE OS EXTRATOS JUNTADOS E OS DADOS INFORMADOS NA QUALIFICAÇÃO DO PRESTADOR DE CONTAS. EXTRATOS IMPRESSOS NÃO FORAM APRESENTADOS EM SUA FORMA DEFINITIVA OU CONTÊM A EXPRESSÃO “SEM VALIDADE LEGAL” OU “SUJEITO A ALTERAÇÃO”. EXTRATOS BANCÁRIOS JUNTADOS NÃO APRESENTAM SALDO ZERADO E/OU NÃO EVIDENCIAM QUE AS CONTAS FORAM ABERTAS ESPECIFICAMENTE PARA A CAMPANHA. EXTRATOS BANCÁRIOS JUNTADOS NÃO ABRANGEM TODO O PERÍODO DA CAMPANHA ELEITORAL. RECURSOS ESTIMADOS EM DINHEIRO NÃO DETALHADOS ADEQUADAMENTE. AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO/REGISTRO DE DESPESA COM CONSULTORIA/ASSESSORIA ADVOCATÍCIA E COMPROVAÇÃO DO ALUDIDO GASTO POR TERCEIROS. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL.

1. A ausência de apresentação de extrato de conta bancária constitui irregularidade grave e insanável, ensejando, por si só, a desaprovação das contas, pois impede a aferição da integralidade da movimentação financeira da campanha.

2. É vedado o recebimento de doação procedente de pessoa física permissionária de serviço público.

3. Os serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço e de suas atividades econômicas.
4. Os recibos eleitorais são documentos imprescindíveis para a comprovação das doações recebidas.
5. As doações de bens estimáveis em dinheiro devem ser comprovadas por instrumento de cessão e comprovante de propriedade do bem cedido pela doadora ou pelo doador.
6. Inexiste vedação legal para a realização de despesas junto a fornecedora que pode possuir relação de parentesco com o prestador de contas, sendo necessário a demonstração do desvio do recurso ou a ausência de contraprestação do serviço para configurar irregularidade.
7. Caracteriza irregularidade nas contas, na hipótese de o pagamento ser posterior à emissão da nota fiscal.
8. A comprovação dos gastos de campanha, inclusive de combustível, é demonstrada por notas fiscais que descrevem os bens e/ou serviços contratados e por comprovantes de pagamentos, não havendo necessidade de se exigir cupom fiscal como prova adicional, que seria exigência desproporcional ou desarrazoada.
9. A juntada das respectivas notas fiscais e dos comprovantes de pagamento é suficiente para comprovar os gastos com serviço de mídia social.
10. A Resolução 23.607/2019, no seu art. 35, § 12, exige que “as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado”.
11. Exigir a fotografia de uma única impressão do material de campanha adquirido mostra-se desarrazoado, pois um único registro fotográfico não é hábil a elidir, peremptoriamente, as dúvidas quanto à veracidade do contrato, notadamente quando apresentada a nota fiscal e o comprovante de pagamento.
12. Os candidatos devem obrigatoriamente abrir conta bancária específica destinada ao recebimento de doações para campanha, devendo ser realizada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de concessão do CNPJ pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
13. Com relação às receitas estimáveis em dinheiro, deve constar na Prestação de Contas a descrição do bem recebido, da quantidade, do valor unitário e da avaliação pelos preços praticados no mercado, com a identificação da fonte de avaliação.
14. As despesas decorrentes da prestação de serviços advocatícios no curso das campanhas eleitorais, embora estejam excluídas do limite de gastos de campanha, são considerados gastos eleitorais, devendo-se, portanto, proceder ao lançamento de tais despesas na prestação de contas.
15. A ausência do registro da despesa com advogado na prestação de contas configura omissão de despesa eleitoral, não comportando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que não é possível mensurar o valor total desse gasto.
16. As irregularidades na utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) ensejam a devolução da quantia correspondente ao Tesouro Nacional, com base no art. 79, § 1º da Resolução TSE 23.607/2019.
17. Desaprovação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601176–86.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. REALIZAÇÃO DE DESPESAS JUNTO A FORNECEDORES COM AUSÊNCIA DE CAPACIDADE FINANCEIRA. NÃO ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA QUE DETERMINOU A APRESENTAÇÃO DE PROVA MATERIAL

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NÃO ESPECIFICADA. AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DE DOAÇÕES ESTIMADAS EM DINHEIRO. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). IRREGULARIDADES GRAVES QUE ENVOLVEM SIGNIFICATIVO PERCENTUAL DOS RECURSOS ARRECADADOS E AFASTAM A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. CONTAS DESAPROVADAS – RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. A Resolução TSE nº 23.607/2019 veicula regra impositiva do dever de informação à Justiça Eleitoral acerca do recebimento de recursos no decorrer da campanha (Art. 47, II, §§ 6º e 7). Tal exigência tem como escopo conferir transparência ao processo de arrecadação, viabilizando não só a fiscalização pelo órgão competente deste ramo especializado do Poder Judiciário, mas também o conhecimento do(a) eleitor(a) sobre de onde provêm os recursos utilizados pelo(a) candidato(a). (Precedente TSE: Prestação de Contas Eleitorais nº 44468, rel. Min. TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO; DJE de 26/05/2021). Nessa perspectiva, o atraso e a incompletude dos dados na forma apresentada nestes autos constitui falha grave, apta a ensejar a rejeição das contas.

2. A inscrição de fornecedores em programas sociais do Governo Federal constitui indício de irregularidade, alheio à análise da prestação de contas, cabendo ao Ministério Público a adoção das providências que entender pertinentes.

3. A ausência de elementos comprobatórios (materialidade) da efetiva confecção e/ou entrega dos produtos ou prestação dos serviços não configura, por si só, irregularidade que, contextualmente, conduza a um juízo de reprovação pontual da prestação de contas. Na espécie, ao menos formalmente, a documentação que integra a prestação de contas indica a regularidade dos gastos com assessoria em *marketing*, fotografia, produção de programas de rádio, televisão, vídeo e publicidade por materiais impressos, descabendo, no particular, a adoção de mais providências para a apuração dos eventos, que envolvem o desembolso de recursos originários dos cofres públicos.

4. O artigo 35, § 12, da Resolução TSE nº 23.610/2019 dispõe que “as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado”. No caso em exame, a documentação carregada aos autos (notas fiscais, contratos de prestação de serviços e comprovantes de pagamento) aludem apenas a “serviço de panfletagem” de forma genérica, em patente desacordo com a citada resolução. Assim sendo, dada a impossibilidade da comprovação do real e efetivo gasto de recursos públicos oriundos do FEFC, impõe-se a necessidade de devolução do valor envolvido ao Tesouro Nacional, a teor do artigo 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

5. O artigo 25 da Resolução TSE nº 23.6047/2019 estabelece que “os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens, devem integrar seu patrimônio”. Pela inteligência da norma supra, no caso dos autos, o serviço de motorista deve, necessariamente, ser demonstrado por meio da apresentação de Carteira Nacional de Habilitação – CNH, além do termo de cessão do veículo e do recibo eleitoral. No caso, ausentes tais documentos, resta configurada irregularidade quanto à doação estimada recebida de Giovane Candeira de Sousa.

6. Tendo em vista que a expressão monetária das irregularidades efetivamente existentes corresponde a mais de 44% (quarenta e quatro por cento) do total de recursos arrecadados, é imperativa a desaprovação das contas ora submetidas a julgamento, dada a impossibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem embargo da determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos valores originários do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, cuja regularidade de aplicação não ficou comprovada, bem como de recursos de origem não identificada (RONI), a teor do artigo 32, § 1º, VI, e artigo 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

7. Contas desaprovadas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, *caput*, III).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601436–66.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. CONFIGURAÇÃO DE IRREGULARIDADES GRAVES QUE COMPROMETEM A TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS E A FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. NÃO APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Extrapolação do limite de gastos com contratação de aluguel de veículos previsto no art. 42, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, sendo falha grave pela simples configuração do excesso. Contudo, não há que se falar em aplicação da multa prevista no artigo 6º da Resolução, pois o posicionamento do TSE é no sentido de que a sanção pecuniária estabelecida no art. 6º da Res. TSE nº 23.607/2019 (art. 18–B da Lei 9.505/97) se restringe ao excesso de despesas globais com a campanha de cada candidato, e não a todo e qualquer limite determinado pela lei. Precedentes.

2. Gastos eleitorais e o recebimento de recursos antes da data de divulgação da prestação de contas parcial e nela não informados não necessariamente conduzirão à desaprovação das contas, porquanto terão que ser aferidos, caso a caso, a extensão da falha e o comprometimento no controle exercido pela Justiça Eleitoral, especificamente no exame final das contas. Precedentes do TSE e desta Corte.

3. Impossível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 16,98% (dezesesseis inteiros e noventa e oito décimos por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha, o que se apresenta como suficiente para comprometer a análise e higidez das contas.

4. Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601276–41.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS O PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO. ACOLHIMENTO. INCONSISTÊNCIA NAS DESPESAS COM MILITÂNCIA, PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

1. Nos autos de prestação de contas, não é admitido a apresentação de documentos depois da emissão do parecer conclusivo, por incidência da regra da preclusão, salvo se tratar de documentos novos.

2. A ausência de apresentação dos extratos bancários da conta–corrente sem identificação do CPF da pessoa doadora e fornecedora de campanha acarreta mera aposição de ressalva nas contas.

3. Aprovação com ressalvas das contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601256–50.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL. DESPESAS COM CONTADOR. INEXISTÊNCIA DE LIMITE LEGAL PARA CONTRAÇÃO DO SERVIÇO. NÃO OCORRÊNCIA DE DESVIO DE FINALIDADE. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS AO CONTADOR. INCONSISTÊNCIAS EM DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO CAMPANHA (FEFC) – OMISSÃO DE DESPESAS. EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS COM ALUGUEL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. IRREGULARIDADES QUE ENVOLVEM SIGNIFICATIVO PERCENTUAL DOS RECURSOS ARRECADADOS. CONTAS DESAPROVADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. Na espécie, ao menos formalmente, as informações relativas à despesa constante do que compõe o documento fiscal evidenciam a regularidade dos dispêndios com serviços contábeis,

descabendo, no particular, a adoção de mais providências para a apuração da veracidade do gasto. Não havendo provas da ocorrência de desvio de finalidade na aplicação dos recursos oriundo do FEFC, seja para fins de favorecimento financeiro do próprio candidato ou do profissional contratado, a despesa contábil acima do preço habitualmente praticado no mercado não é apta, por si só, a ensejar a rejeição das contas, pois não há indícios de violação às normas eleitorais e aos postulados que regem a gestão de recursos públicos. Além de tudo, em não constatada má-fé por parte do candidato e tendo em vista a evidência da efetiva prestação do serviço contábil e sua vinculação à campanha eleitoral, não cabe a devolução do valor envolvido ao Tesouro Nacional na forma sugerida no parecer conclusivo.

2. Não há nos autos evidências da origem de parte dos recursos utilizados para total quitação da despesa com locação de veículos, de sorte que a diferença entre os valores extraídos da base de dados da Justiça Eleitoral e os valores consignados na prestação de contas, corresponde a uma dedução que configura recursos de origem não identificada (RONI) passíveis de ser transferidos para o Tesouro Nacional, a teor do artigo 32, § 1º, VI, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. Houve a inobservância do disposto no art. 42, inciso II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, que estabelece como limite para as despesas com aluguel de veículos automotores o percentual de 20% (vinte por cento) do total de “gastos de campanha contratados”.

4. Tendo em vista que a expressão monetária das *irregularidades efetivamente existentes corresponde a cerca de 20% (vinte por cento) do total de recursos arrecadados*, é imperativa a desaprovação das contas ora submetidas a julgamento, sem embargo da determinação de devolução, ao Tesouro Nacional, dos valores originários do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC cuja regularidade de aplicação não ficou comprovada, nos termos do artigo 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

5. Contas desaprovadas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, *caput*, III).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601416–75.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). OBRIGATORIEDADE DE DEVOLUÇÃO AO TESOURO NACIONAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. ART. 79, § 1º. IRREGULARIDADE QUE ENVOLVE MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. A Resolução TSE nº 23.607/2019 dispõe que “os gastos com combustível são considerados gastos eleitorais apenas na hipótese de apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o CNPJ da campanha, para abastecimento de veículos utilizados a serviço da campanha, decorrentes da locação ou cessão temporária, desde que: a) os veículos sejam declarados originariamente na prestação de contas; e b) seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim” (Art. 35, § 11, II, “a” e “b”).

2. No caso dos autos, o prestador não se desincumbiu de associar as despesas com a aquisição de combustível com o único veículo locado para a campanha. Isso porque, ao passo em que as notas fiscais dos combustíveis se referem a gasolina e etanol, o veículo utilizado no pleito era movido a diesel. Tal irregularidade compromete a hígidez das contas quanto a esse aspecto.

3. No entanto, tendo em vista que a expressão monetária da irregularidade remanescente corresponde a menos de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados no pleito, aprova-se com ressalvas as contas ora submetidas a julgamento, dada a possibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem embargo da determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos valores originários do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, empregados mediante irregularidade (Resolução TSE nº 23.607/2019 – art. 79, § 1º).

4. Contas aprovadas com ressalvas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, *caput*, II).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601325–82.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. DOAÇÃO RECEBIDA DE PARTIDO POLÍTICO COM INFORMAÇÕES DIVERGENTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO DOADOR. DESPESA JUNTO A FORNECEDOR DE CAMPANHA QUE POSSUI RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O PRESTADOR DE CONTAS. IRREGULARIDADES NAS DESPESAS. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

– Divergência nas informações lançadas nas contas do candidato e do partido doador. Embora a prestadora tenha esclarecido cuidar de mero erro contábil, o fato é que não se houve nos autos a retificação das contas para corrigir a informação de modo que a inconsistência persiste e configura irregularidade por ausência de confiabilidade nos dados lançados na prestação de contas. Com efeito, o mesmo veículo está registrado como receita estimada (RE 131130700000PI000005) e despesa com locação (ID 21924784).

– Despesas junto a fornecedores de campanha que possuem relação de parentesco com o prestador de contas em exame. Esse Tribunal possui jurisprudência consolidada no sentido de que a realização de despesas junto a fornecedores inscritos em programas sociais e com prováveis parentes do candidato, sem a devida apuração e comprovação dos fatos, configuram indícios de irregularidade. Precedente. (TRE-PI – RE 0600324–18.2020.6.18.0005, Rel. Juiz Teófilo Rodrigues Ferreira, julgado em 27-04-2021, DJe de 04-05-2021).

– Despesa com alimentação paga em duplicidade. A prestadora reconheceu ter ocorrido o pagamento em duplicidade com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (ID 21924798 e ID 21924815), entretanto deixou de recolher o valor respectivo ao Tesouro Nacional, conforme registrado pela órgão técnico. Constatada a irregularidade no gasto com recurso público, a quantia de R\$ 91,30 (noventa e um reais e trinta centavos) deve ser recolhida ao Tesouro Nacional, com fundamento no art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/19.

– Ausência de CRLV de veículo locado. Na documentação de ID 21924796, constam o contrato de locação do veículo, a nota fiscal e o comprovante de pagamento por transação bancária em nome do contratado, sendo tais documentos suficientes para comprovação do gasto. A ausência do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRLV) do veículo em caso de locação não compromete a confiabilidade das contas, porquanto a comprovação foi realizada por meio de outros documentos idôneos e atende ao disposto no art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019. Irregularidade afastada. Precedente. (TRE-PI – Acórdão: 060045767 SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA – PI, Relator: Des. LUCICLEIDE PEREIRA BELO, Data de Julgamento: 26/01/2022, Data de Publicação: DJE – Diário da Justiça Eletrônico, Data 04/02/2022).

– Aquisição irregular de combustível. Inexistente nas contas a utilização de veículo movido a diesel, resta comprovado o gasto irregular de recursos públicos, no valor de R\$ 596,16 (quinhentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), referente à nota fiscal de nº 6353 (ID 21924821), a ser recolhido ao Tesouro Nacional, com fundamento no art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

– Proporcionalidade e razoabilidade. No caso presente, o valor das falhas remanescentes (item 2.2 – R\$ 91,30 e item 3.8 – R\$ 596,16) totalizando R\$ 687,46 (seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) corresponde a 0,77 % do valor total arrecadado (R\$ 89.024,00), o que torna aplicável os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para fins de aprovação das contas com ressalvas.

– Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601213–16.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. ELEIÇÕES 2022. ATRASO NA ENTREGA DO RELATÓRIO FINANCEIRO DE CAMPANHA. DESPESAS COM MATERIAL GRÁFICO. PROVA MATERIAL. DESPESAS COM PESSOAL. MILITÂNCIA DE RUA. REGULARIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE CONTAS PARCIAL E FINAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

– Relatório financeiro de campanha entregue fora do prazo estabelecido pela legislação eleitoral. Conforme dispõe o art. 47, I da Res. TSE nº 23.607/19, é devida a entrega dos dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de campanha eleitoral, em até 72 (setenta e

duas) horas contadas do recebimento. O próprio órgão técnico deixou registrado que “tal inconsistência” não prejudicou a análise final das contas. Houve, no caso específico, a constatação do efetivo recebimento da quantia em questão, com origem devidamente identificada, sendo a irregularidade insuficiente para, isoladamente, acarretar um juízo de reprovação.

– Ausência de prova material do fornecimento de impressos. O art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, em seu § 1º, permite que a Justiça Eleitoral admita a comprovação de gastos por qualquer meio idôneo de prova, inclusive documentos diversos das notas fiscais, tais como: contrato, comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço, comprovante bancário de pagamento; ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP). A comprovação das despesas, na forma do § 8º do art. 60, foi atendida através da juntada da nota fiscal da contratação — identificada pela análise das contas — que contempla a descrição detalhada da confecção, sendo o aludido documento suficiente para comprovação do gasto sem que se tenha nos autos qualquer outro elemento que conduza à irregularidade por ausência de prova material.

– Aquisição ao preço médio unitário acima da média de preços praticados no mercado local. Verificada a planilha de formação de preço médio de aquisição de material gráfico (ID 22087486), constato que a amostra tem pouca representatividade no universo total de candidatos no Estado do Piauí. Os preços nela inseridos variam entre R\$ 0,02 e R\$ 0,065 centavos de real considerando quantidades que variam de 10.000 até 2.000.000 de unidades, sendo fortemente impactados na formação do custo médio por candidatos que contrataram os serviços em escala de milhão. Nesse contexto, a aquisição de santinhos pelo ora requerente, ao preço unitário de R\$ 0,13 centavos e em quantidades de 40.000 unidades não autoriza concluir, inequivocamente, que houve superfaturamento de preços, motivo suficiente para afastar a falha, bem como o recolhimento de recursos proposto pelo órgão técnico, podendo caracterizar mero indício de irregularidade.

– Serviços de militância e mobilização de rua sem especificação dos locais e das horas trabalhadas. Na forma do § 12 do art. 35 da Resolução TSE nº 23.607/19 as “despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado”. O prestador de contas apresentou notas fiscais, comprovantes dos pagamentos e os respectivos contratos nos IDs 22076392, 22076393, 22076394 e 22076395. Analisada a documentação referida verifico que todos os contratos possuem a identificação detalhada de cada um dos prestadores dos serviços. A cláusula de objeto aponta “serviço de mobilização de rua de campanha 2022 executados em carreatas e nas ruas da zona urbana e rural” dos municípios de Piri-piri (ID 22076392 e ID 22076393), Miguel Alves (ID 22076394) e Barras (ID 22076395). Consta, ainda, cláusula que define o horário de trabalho a ser realizado “de comum acordo estipulado entre as partes no horário adequado e nas condições das agendas políticas do candidato ou candidata e comparecer nas suas reuniões políticas, bem como fazer a militância de mobilização de rua para fins eleitorais”. Os pagamentos estão adequadamente comprovados por transação bancária e as notas fiscais dos serviços emitidas junto ao município de prestação dos serviços. Nas circunstâncias acima, entendo suficientemente atendidas as exigências do § 12, do art. 35 da Resolução TSE nº 23.607/19, sendo excessiva a nota de irregularidade por falta de “elemento adicional de prova da realização dos serviços” sugerida pelo NAAPC.

– Divergência entre as contas parcial e final. Detectada doação recebida em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informada à época, frustrando a execução tempestiva das medidas de controle concomitante, transparência e fiscalização. Entretanto, o relatório conclusivo ressaltou “não ter prejudicado a análise final das contas” e nada mais se registrou nos autos que denotasse a impossibilidade de aferir com exatidão o recebimento da receita verificada no extrato bancário e comprovada por recibo eleitoral no exato valor declarado. A irregularidade presente, embora constatada, não impediu a aferição do recebimento e da utilização do recurso correspondente, razão por que, isoladamente, deve gerar a imposição de ressalvas.

– Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601280-78.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 04 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADO FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DOS DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS O PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO. ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. OMISSÃO DE GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA UTILIZAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS ADQUIRIDOS JUNTO AO FORNECEDOR REDE MV COMBUSTÍVEIS LTDA. EPP. NÃO APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL CORRESPONDENTE À DESPESA COM SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DETALHADA DA DESPESA COM CESSÃO OU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOIRO NACIONAL.

1. Nos autos de prestação de contas, não é admitido a apresentação de documentos depois da emissão do parecer conclusivo, por incidência da regra da preclusão, salvo se tratar de documentos novos.

2. A Resolução TSE 23.607/2019, no seu art. 47, I, estabelece expressamente a obrigatoriedade de as candidatas ou os candidatos, no período das campanhas eleitorais, encaminharem à Justiça Eleitoral, os dados relativos aos recursos financeiros recebidos para financiamento de sua campanha eleitoral, no prazo de até 72h (setenta e duas horas), contadas do recebimento.

3. Ausência do registro das despesas correspondentes às notas fiscais “ativas” acarreta irregularidade nas contas, por omissão de gastos eleitorais, por ofensa ao disposto no art. 53, I, “g” e II, “c” da Resolução TSE 23.607/2019.

4. A realização de despesa com recursos financeiros que não provenham das contas específicas de campanha configura utilização de recurso de origem não identificada, nos termos do art. 32, IV da Resolução TSE 23.607/2019 e, ainda, a situação das notas não declaradas pode denotar o recebimento de recurso de fonte vedada.

5. Os gastos de campanha só podem ser efetivados a partir data da realização da respectiva convenção partidária.

6. A comprovação dos gastos eleitorais devem ser feita por meio de documento fiscal idôneo.

7. Ausência de CRLV dos veículos locados não é hábil a comprometer a confiabilidade das contas, uma vez que a comprovação pode ser realizada por meio de outros documentos.

8. Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade autorizam a aprovação das contas com ressalvas, quando ausentes má-fé e o valor da irregularidade corresponder a menos de 10% do total arrecadado.

9. A aprovação das contas com ressalvas não obsta a devolução de valores ao Tesouro Nacional.

10. Aprovação com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601233-07.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 05 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL - DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. CUPONS FISCAIS. PRESCINDIBILIDADE - IRREGULARIDADE QUE PERFAZ MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS - APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1 - Esta Corte Eleitoral já firmou entendimento segundo o qual “a comprovação dos gastos de campanha, inclusive de combustível, é demonstrada por notas fiscais que descrevem os bens e/ou serviços contratados e por comprovantes de pagamentos, não havendo necessidade de se exigir cupom fiscal como prova adicional, que seria exigência desproporcional ou desarrazoada” (TRE/PI – PC nº 060129984 – Relator: Des. José James Gomes Pereira – Julgamento: 19/02/2024; Publicação: 22/02/2024).

2 - Contas aprovadas art. 74, I, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601345-73.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 11 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022.CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. DESPESAS COM PUBLICIDADE PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). DESPESA COMPROVADA. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E A REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS. VALORES ÍNFIMOS. REALIZAÇÃO DE DESPESAS ANTES DA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA. IRREGULARIDADE AFASTADA. GASTOS ELEITORAIS NÃO INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESA COM CONSULTORIA/ASSESSORIA ADVOCATÍCIA OU DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO RESPECTIVO GASTO POR TERCEIROS. IRREGULARIDADE GRAVE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS

1.1. No caso dos autos, embora tenha havido atraso de 14 dias no envio do relatório financeiro com a informação de recebimento de recursos para a campanha, esta falha, isoladamente, merece tão-somente anotação de ressalva, pois, a despeito do descumprimento do prazo legal, o candidato apresentou, a esta Justiça Especializada, os relatórios financeiros atinentes ao recurso mencionado, permitindo, portanto, a fiscalização pela Justiça Eleitoral.

2. DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

2.1.O Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas aponta irregularidade com relação aos serviços de publicidade por materiais impressos adquiridos junto aos fornecedores C DE SOUSA CUNHA ME e LUIZ DE BRITO ABREU EIRELI, ante a inexistência de prova material da publicidade contratada, bem como a inexistência gastos com pessoal para distribuição de propaganda.

2.2. A Justiça Eleitoral não pode presumir falhas circunstanciais sem que haja evidências da irregularidade. Ou seja, comprovada a contratação dos serviços de publicidade e de impressão de materiais gráficos pelas notas fiscais, exigir a foto de uma única impressão do material adquirido mostra-se desarrazoado, pois um único registro fotográfico não elidiria, peremptoriamente, as dúvidas quanto à veracidade do contrato.

2.3. No caso dos autos, verifica-se que foram colacionados notas fiscais e comprovantes de pagamento de R\$ 37.500,00 e de R\$ 34.500,00 (IDs 21938748 e 21938747) alusivos aos serviços de confecção de santinhos, praguinhas, adesivos perfurados, praguão e bandeiras, os quais são suficientes para comprovar os gastos, conforme exigida do art. 60 da Resolução TSE 23.607/2019.

3. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E A REGISTRADA NOS EXTRATOS ELETRÔNICOS

3.1.Consoante o órgão de contas, foram encontrados nos extratos eletrônicos dois depósitos de R\$ 21,95, (equivalendo a 0,02% do total da receita do candidato) sem o devido registro na prestação de contas.

3.2. Ocorre que a omissão de despesa eleitoral de valor irrisório, em termos percentuais, não enseja a desaprovação das contas, sendo passível de ressalva.

4. REALIZAÇÃO DE DESPESAS ANTES DA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DE CAMPANHA.

4.1. Embora o candidato tenha registrado em sua prestação de contas a contratação da despesa com serviços contábeis no valor de R\$ 3.000,00 no dia 16/08/2022, antes da abertura da conta bancária de campanha em 17/08/2022, o seu pagamento com recursos do FEFC só ocorreu em 11.09.2022, logo, o serviço foi pago com recursos que transitaram pela conta bancária de campanha, razão pela qual, neste ponto, entendo caracterizada mera impropriedade, sujeita a mera ressalva.

5. GASTOS ELEITORAIS NÃO INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

5.1. Na Prestação de Contas Final, o candidato juntou o contrato de prestação de serviços contábeis no valor de R\$ 3.000,00 prevendo que esses serviços seriam prestados tanto à campanha do candidato Francisco das Chagas (R\$ 2.000,00), como também à campanha ao cargo de Deputado Federal de MARCOS KARDOSO (R\$ 1.000,00). Assim, a despesa com contador foi paga integralmente pelo candidato, que não lançou a doação desse serviço na Prestação de Contas Parcial, daí a falha apontada pelo órgão técnico.

5.2. Contudo, nesta prestação de contas, o que é relevante é o registro da despesa com contador, a juntada do documento fiscal, e isso foi feito pelo candidato na sua prestação de contas. Na prestação de contas do candidato Marcos Kardoso é que se deve averiguar se o registro dessa doação foi feita ou não.

6. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESA COM CONSULTORIA/ASSESSORIA ADVOCATÍCIA OU DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO RESPECTIVO GASTO POR TERCEIROS

6.1. No caso dos autos, o órgão técnico constatou que o candidato juntou procuração nos autos, mas não juntou comprovante de pagamento da despesa, muito menos a declarou seu registro na prestação de contas, caracterizando omissão de despesa, que impede a Justiça Eleitoral mensurar o valor despendido com o serviço.

6.2. A ausência do registro de despesa com serviços advocatícios, que por si só autoriza desaprovação das contas, além do não atendimento ao chamado desta Justiça Especializada para sanar as múltiplas falhas detectadas nos pareceres técnicos, não autorizam a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

7. Desaprovação das contas.

8. Desnecessidade de devolução de recursos do FEFC, uma vez que as irregularidades apontadas nos itens 2.1 e 2.2 do Primeiro Parecer de Diligências, que ensejavam o recolhimento ao Tesouro Nacional, foram afastadas em face da regularidade das despesas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601039-07.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA REIS. JULGADO EM 12 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL - IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FEFC - AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS - ART. 35, § 12, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019 - DOAÇÕES RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADAS À ÉPOCA - IRREGULARIDADES QUE PERFAZEM MAIS DE 10% (DEZ POR CENTO) DA RECEITA AUFERIDA NA CAMPANHA - INVIABILIDADE DE INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE PARA APLICAÇÃO DE MERAS RESSALVAS ÀS CONTAS - NECESSIDADE DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO TOCANTE ÀS VERBAS DO FEFC - CONTAS DESAPROVADAS.

1 - A ausência de detalhamento dos serviços prestados em campanha, a fim de justificar os gastos com recursos do FEFC, compromete a higidez e a transparência das contas — art. 35, § 12, da Res. TSE nº 23.607/2019.

2 - A intempestividade ou a incompletude dos dados relativos à arrecadação de recursos pelo candidato em campanha não necessariamente conduz à desaprovação das contas. No caso em exame, as informações foram registradas na prestação de contas final, de modo que sua ausência nas parciais constitui falha meramente formal.

3 - Quando as irregularidades remanescentes nas contas correspondem a mais de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados no pleito, não há como fazer incidir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas às contas.

4 - Obrigatoriedade de ressarcimento ao erário dos valores correspondentes a despesas realizadas com verbas do FEFC cuja regularidade não foi comprovada — art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

5 - Contas desaprovadas art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601429-74.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL - CONTAS DE CAMPANHA - DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS ENCONTRADAS NA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL - VALOR IRRISÓRIO - MERA IMPROPRIEDADE - OMISSÃO DE DESPESAS ELEITORAIS - PROPRIEDADE DE IMÓVEL NÃO COMPROVADA - RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA - DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO - DESPESA COM COMBUSTÍVEIS - AUSÊNCIA DOS CUPONS FISCAIS - DESPESA COM PUBLICIDADE - PRESCINDIBILIDADE DE JUNTADA DE PROVA MATERIAL DE SERVIÇOS CONTRATADOS E COMPROVADOS POR MEIO DE DOCUMENTOS FISCAIS IDÔNEOS - IRREGULARIDADE AFASTADA - SUPOSTO SOBREPREGO NOS GASTOS COM PUBLICIDADE - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - GASTOS COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS - IRREGULARIDADE AFASTADA - GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IRREGULARIDADES QUE PERFAZEM MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DA RECEITA AUFERIDA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1 - A existência de divergências entre as informações constantes na prestação de contas e aquelas encontradas na base de dados da Justiça Eleitoral, em regra, ensejam a devolução da diferença entre os respectivos valores; entretanto, neste caso específico, a soma a ser devolvida é insignificante (R\$ 0,08) e, além dessa irregularidade, não foi evidenciada mais nenhuma no presente item, uma vez que demonstrado que tal quantia foi efetivamente empregada na campanha com o impulsionamento de conteúdo na internet, conforme atestado pelos documentos apresentados. Dessa maneira, trata-se de mera impropriedade, sem o condão de macular a prestação das contas.

2 - No que tange à cessão de imóvel para a campanha, para que ser considerada regular, deve ser acompanhada do seu respectivo termo, do recibo de doação eleitoral, bem como de documento que comprove a propriedade do imóvel. No particular, o prestador, além de apresentar o termo de cessão de imóvel extemporâneo, não trouxe o recibo de doação eleitoral e também não anexou o documento de comprovação da propriedade do imóvel. Tendo isso em conta, a irregularidade resiste, sendo possível, ainda, enquadrar a conduta como uso de recurso de origem não identificada, o que leva a um juízo de desaprovação das contas, especialmente, quando analisada em conjunto com as demais falhas apontadas, passível, inclusive, de devolução ao erário, a teor do art. 32, *caput*, da Res. TSE nº 23.607/2019.

3 - Esta Corte Eleitoral já firmou entendimento segundo o qual “a comprovação dos gastos de campanha, inclusive de combustível, é demonstrada por notas fiscais que descrevem os bens e/ou serviços contratados e por comprovantes de pagamentos, não havendo necessidade de se exigir cupom fiscal como prova adicional, que seria exigência desproporcional ou desarrazoada” (TRE/PI – PC nº 060129984 – Relator: Des. José James Gomes Pereira – Julgamento: 19/02/2024; Publicação: 22/02/2024).

4 - A intempestividade ou a incompletude dos dados relativos à arrecadação de recursos pelo candidato em campanha não necessariamente conduz à desaprovação das contas. No caso em exame, as informações foram registradas na prestação de contas final, de modo que sua ausência nas parciais constitui falha meramente formal.

5 - A despeito de a prova material da despesa com publicidade não se encontrar legível, além de o arquivo exibido com os correspondentes layouts/modelo não constituírem prova material aceitável em razão da facilidade com que podem ser adulterados, não há mácula ou omissão que conduza ao descrédito da documentação fiscal apresentada pelo prestador de contas. No ponto, todas as informações são convergentes e apontam para a regularidade formal dos dispêndios.

6 - Quanto ao suposto sobrepreço apontado pela unidade técnica no tocante ao gasto com santinhos, no particular, não se observou a desproporcionalidade aventada, considerando que as

diferenças de valores cobrados pela mesma gráfica para o fornecimento do mesmo produto se justifica pela diferença entre as tiragens de cada pedido.

7 - No que se refere ao gasto com locação de veículo, observa-se, no caderno processual, a presença do respectivo contrato, do certificado de registro e licenciamento de veículo, do extrato bancário com identificação do pagador e beneficiário, CPF/CNPJ, valor e outros dados necessários para comprovar a idoneidade da transação, além de nota fiscal e recibo. Diante disso, estando comprovada a regularidade formal do dispêndio, a exigência de prova material da despesa realizada afigura-se despicienda.

8 - Tendo em vista que a expressão monetária das irregularidades efetivamente existentes corresponde a menos de meio por cento do total de recursos arrecadados, aprova-se com ressalvas as contas, dada a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem embargo da determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos recursos de origem não identificada (RONI), a teor do art. 32, § 1º, VI, e art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

9 - Contas aprovadas com ressalvas art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601091-03.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL - SOBRAS DE CAMPANHA - RECEBIMENTO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA - IRREGULARIDADES EM DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FEFC - IRREGULARIDADES QUE PERFAZEM MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS - APROVAÇÃO COM RESSALVAS - NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO ERÁRIO.

1 – O Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) é documento imprescindível à comprovação da propriedade de veículos cedidos ou locados em campanhas eleitorais. Eximir a candidata de apresentá-lo impede a efetiva fiscalização do destino dos recursos de campanha e compromete a transparência das contas. (Precedentes TSE: PC-PP nº 060168239 – Acórdão BRASÍLIA – DF – Relator(a): Min. Mauro Campbell Marques - Julgamento: 12/08/2022 – Publicação: 08/09/2022 e AREspEI nº 060118309 – Acórdão PORTO VELHO – RO - Relator(a): Min. Mauro Campbell Marques Julgamento: 04/08/2022 – Publicação: 30/08/2022).

2 – A ausência de elementos comprobatórios complementares sobre a criação de peças publicitárias para campanha eleitoral não configura, por si só, irregularidade que, contextualmente, conduza a um juízo de reprovação da prestação de contas, quando presente nos autos a documentação fiscal exigida pela norma em vigor.

3 – Não é razoável penalizar a prestadora pela ausência de documento não exigido pela Resolução TSE nº 23.607/2019 (CNH), sobretudo quando constam nos autos provas de que o serviço foi efetivamente prestado, tais como nota fiscal, contrato de prestação de serviços e comprovante de pagamento via transferência bancária.

4 – Irregularidades que correspondem a menos de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados, circunstância que autoriza a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de ressalvas às contas.

5 – Obrigatoriedade de ressarcimento ao erário de verbas do FEFC empregadas para pagamento de despesas cuja regularidade não foi comprovada, bem como de devolução ao erário dos recursos tidos como de origem não identificada — artigos 32, § 1º, I, e 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

6 – Contas aprovadas com ressalvas — art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601337-96.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 19 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E A FINAL. NÃO COMPROMETIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA

RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

1. A comprovação dos gastos de campanha, inclusive de combustível, é comprovada por notas fiscais que descrevem os bens e/ou serviços contratados e por comprovantes de pagamentos. A nota fiscal, que descreve os bens e/ou serviços contratados, é o principal documento que o candidato deve demonstrar, sendo, portanto, hábil a comprovar a regularidade dos gastos apontados, e, não havendo indício de fraude no documento fiscal, mostra-se desproporcional ou desarrazoado exigir, no caso, cupom fiscal como prova adicional, conforme precedentes desta Corte. Havendo documento fiscal idôneo apto a demonstrar a regularidade da despesa eleitoral, a falha fica afastada, não havendo que impor devolução de qualquer valor ao Tesouro Nacional.
2. Gastos eleitorais e o recebimento de recursos antes da data de divulgação da prestação de contas parcial e nela não informados não necessariamente conduzirão à desaprovação das contas.
3. Divergência entre a prestação de contas parcial e a final. A divergência entre a prestação de contas parcial e final pode demonstrar ausência de confiabilidade das contas. Todavia, neste caso a inconsistência não impediu a fiscalização pela Justiça Eleitoral da arrecadação e da aplicação de recursos. Falha que não leva à desaprovação das contas, gerando apenas ressalvas. Precedentes desta Corte.
4. Possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 0,11% (zero vírgula onze por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha. Montante insuficiente a comprometer a análise e higidez das contas.
5. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601387-25.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. EM 21 DE MARÇO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. EXTRATOS BANCÁRIOS INCOMPLETOS. EXTRATOS ELETRÔNICOS. REGISTROS CONTÁBEIS. DESPESAS COM PESSOAL. JUSTIFICATIVA. IRREGULARIDADE. FEFC. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. MATERIAL IMPRESSO. COMPROVAÇÃO. NOTA FISCAL DETALHADA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- Extratos bancários incompletos. O Núcleo de Assistência e Apoio às Prestações de Contas se manifestou no sentido de que a verificação das despesas e receitas não foi comprometida, considerada a análise dos extratos eletrônicos que indica a ausência de movimentação financeira no período omissos. A falha, isoladamente, deve gerar apenas ressalva.
- Doação direta realizada por partido político, mas não registrada na prestação de contas em exame. O relatório de análise indica haver nos extratos bancários físicos (ID 21990055) e nos eletrônicos “a identificação do CNPJ do doador, confirmando que a transferência eletrônica foi realizada pela Direção Nacional do PMN”. Caracterização de falha formal no registro da receita como oriunda do órgão regional.
- Divergências entre os dados dos fornecedores na prestação de contas e as informações da base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Verificado o documento de ID 21927800, constata-se a regularidade da despesa comprovada através de nota fiscal (NFS-e 134), tendo como prestador dos serviços de “Criação, cadastro e hospedagem de site para candidato político” a empresa ALEKSANDE DA ROCHA MARTINS — CNPJ: 34.824.106/0001-21 — acompanhada do comprovante de pagamento bancário no exato valor do serviço e em nome do prestador constante do documento fiscal. Afastada qualquer irregularidade na comprovação da despesa e seu pagamento, persistindo a falha apenas formal quanto ao registro nas contas.
- Omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral. Não houve a comprovação do recolhimento do valor de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) ao Tesouro Nacional, pagos a maior pelo serviço de impulsionamento junto ao FACEBOOK. Em que pese a evidência da irregularidade, o valor correspondente de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) autoriza a aplicação do princípio da

insignificância, para afastar a falha, considerados, ainda, a comprovação da despesa e respectivo pagamento.

- Despesa com serviço de coordenação de campanha. Quanto à ausência de notas fiscais detectada pelo NAAPC para fins de comprovação das despesas, o art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, em seu § 1º, permite que a Justiça Eleitoral admita a comprovação de gastos por qualquer meio idôneo de prova, inclusive documentos diversos das notas fiscais, tais como: contrato, comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço, comprovante bancário de pagamento; ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP). No caso presente, o requerente apresentou todos os contratos que tinham como objeto “serviços de coordenação de campanha” acompanhados dos respectivos pagamentos, de modo que a realização das despesas encontra-se comprovada nos termos do art. 60, § 1º, I e III da Resolução TSE nº 23.607/19. - Acerca do pagamento realizado a um único prestador em valor divergente dos demais contratados pela realização de serviços de coordenação de campanha, registro que os relatórios de atividades anexados pelo requerente também não divergem em seu conteúdo, de modo que não se justifica o pagamento diferenciado realizado pelos mesmos serviços que, como bem detectado pelo NAAPC, “equivale a mais de sete vezes o valor pago aos demais. Enquanto remuneração média daqueles foi de R\$ 100,00 a 108,50/dia, deste foi de R\$ 769,23 por dia”. Demonstrado que houve pagamento pelos mesmos serviços, em valor superior ao preço médio pago aos demais contratados no montante de R\$ 26.099,97 (vinte e seis mil e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), impõe-se configurada a irregularidade, devendo o valor do aludido sobrepreço ser recolhido ao Tesouro Nacional, devidamente atualizado, a partir data final do prazo para apresentação das contas (1º de novembro de 2022) com fundamento no art. 35, §12, e art. 79, § 1º, todos da Resolução TSE nº 23.607/19, c.c. art. 39, IV da Resolução TSE nº 23.709/2022.

- Despesa com materiais impressos. A comprovação das despesas, na forma do § 8º do art. 60, foi atendida através da juntada das notas fiscais de ID 21927791, ID 21927787 e ID 21927788 que contemplam a descrição detalhada dos materiais confeccionados, sendo os aludidos documentos suficientes para comprovação da despesa sem que se tenha nos autos qualquer outro elemento, ainda que indiciário, que conduza à irregularidade do gasto por ausência de prova material. - Descabe a conclusão do NAAPC no sentido de ser necessário o registro no SPCE das doações estimadas em dinheiro realizadas a outros candidatos e candidatas por meio do compartilhamento de materiais impressos. É que, no caso presente, a diligência foi formulada exigindo tal registro, “caso a despesa tenha sido compartilhada com outros candidatos” o que não ficou demonstrado autos previamente pela análise técnica para fins de comprovação pelo prestador. - Afasto a glosa das despesas em questão.

- Divergências entre as informações da conta bancária informada na prestação de contas em exame e aquelas constantes dos extratos eletrônicos encaminhados à Justiça Eleitoral. - Segundo a própria conclusão do parecer técnico final: “o prestador de contas apresentou todos os extratos bancários das contas vinculadas ao seu CNPJ (item 1.1), bem como através dos extratos eletrônicos ficou constatada a ausência de movimentação financeira nessas contas não registradas. - Ausente prejuízo acerca da análise movimentação financeira, resta caracterizada falha contábil formal de omissão na prestação de contas à Justiça Eleitoral relativa ao registro integral das informações, em desacordo com o art. 53, I, alínea “a”, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

- Proporcionalidade e razoabilidade. O valor da falha remanescente (R\$ 26.099,97) no item 3.1, corresponde a 8,69 % do valor total arrecadado (R\$ 300.000,00), o que torna aplicáveis os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para fins de aprovação das contas com ressalvas.

- Aprovação com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601339-66.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. EM 26 DE MARÇO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS 2022. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL. NÃO APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. CITAÇÃO. INÉRCIA DO INTERESSADO. CONTAS NÃO PRESTADAS. IMPEDIMENTO DE OBTER QUITAÇÃO ELEITORAL. ART. 80, I DA RES. TSE 23.607/2019. DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. Art. 79, § 1º DA RES. TSE Nº 23.607/2019.

1. O art. 45, I, da Res. TSE nº 23.607/2019 estabelece a obrigatoriedade dos candidatos e candidatas prestarem contas à Justiça Eleitoral.
2. Devidamente citado, o candidato permaneceu inerte, deixando de constituir advogado e de apresentar as contas relativas às eleições 2022.
3. O órgão técnico constatou a existência de repasse ao candidato de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), oriundos do Diretório Estadual do Partido, bem como que aquele efetuou transferências com tais recursos.
4. A ausência de comprovação da utilização dos recursos oriundos FEFC é irregularidade grave e tem como consequência a devolução dos valores ao Erário, em conformidade com o art. 79, § 1º, da Resolução 23.607/2019.
5. Contas não prestadas. Aplicação da sanção de impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas, nos moldes do art. 80, I, da Resolução de regência. Determinação de devolução do valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ao Tesouro Nacional com fundamento no art. 79, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601372-56.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 01 DE ABRIL DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E A FINAL. NÃO COMPROMETIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.
2. A Emissão de recibos eleitorais após a entrega da prestação de contas final infringe os arts. 7º, § 4º e 33, § 1º, da Resolução TSE n. 23.607/2019, descumprindo os termos da norma regente, que dispõe que os recibos eleitorais deverão ser emitidos em ordem cronológica concomitantemente ao recebimento da doação.
3. Gastos eleitorais e o recebimento de recursos antes da data de divulgação da prestação de contas parcial e nela não informados não necessariamente conduzirão à desaprovação das contas.
4. Doações e gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, desde que estejam regularmente lançados na prestação de contas final e devidamente comprovados por meio de contratos, documentos fiscais e comprovantes de transferência bancária, não tem o condão de macular isoladamente as contas. Precedentes desta Corte.
5. Possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha. Montante insuficiente a comprometer a análise e higidez das contas.
6. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601140-44.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 02 DE ABRIL DE 2024.

ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL - INCONSISTÊNCIAS EM DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC - IRREGULARIDADES QUE PERFAZEM MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS - APROVAÇÃO COM RESSALVAS – DEVOLUÇÃO DE VALORES AO ERÁRIO.

1 – Esta Corte Eleitoral já firmou entendimento segundo o qual o artigo 60, *caput*, e § 3º, da Res. TSE nº 23.607/2019 não têm caráter absoluto, de modo que “a solicitação de material suplementar só deve acarretar consequências negativas para a prestadora ou prestador de contas quando a documentação fiscal contiver erros materiais ou impropriedades que suscitem dúvida razoável sobre a veracidade do respectivo conteúdo” (Acórdão 060121753, Relator: Nazareno César Moreira Reis, sessão de 22 de janeiro de 2024). No caso em exame, ao menos formalmente, as informações do NAAPC indicam a regularidade dos gastos, não cabendo, no particular, a adoção de mais providências para a apuração dos eventos, que envolvem o desembolso de recursos originários dos cofres públicos.

2 – Dispensa-se a apresentação de cupons fiscais para comprovação da regularidade das despesas com combustíveis (TRE/PI – PC nº 060129984 – Relator: Des. José James Gomes Pereira – Julgamento: 19/02/2024; Publicação: 22/02/2024).

3 – Imperioso se comprovar que o valor do aluguel do imóvel locado apresenta-se compatível com os praticados no mercado.

4 – Tendo em vista que a expressão monetária da irregularidade remanescente corresponde a menos de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados no pleito, aprova-se as contas com ressalvas, dada a possibilidade de aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem embargo da determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos valores originários do FEFC, irregularmente aplicados art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601335-29.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 02 DE ABRIL DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. ATRASO NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E A FINAL. NÃO COMPROMETIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

1. O atraso na entrega dos relatórios financeiros, a realização de gastos eleitorais e o recebimento de recursos antes da data de divulgação da prestação de contas parcial, mas não informados à época, desde que estejam regularmente lançados na prestação de contas final e devidamente comprovados por meio de contratos, documentos fiscais e comprovantes de transferência bancária, não tem o condão de macular isoladamente as contas. Precedentes do TSE e desta Corte.

2. As despesas com hospedagem e alimentação precisam ser especificadas, com o detalhamento dos nomes de hóspedes para fim de garantir a transparência e a confiabilidade das contas. Isso porque não são consideradas gastos eleitorais e não podem ser pagas com recursos da campanha as despesas com hospedagem e alimentação do próprio candidato e da pessoa condutora de veículo utilizado pelo candidato, a teor do art. 35, § 6º, *b* e *c*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. Possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha. Montante insuficiente a comprometer a análise e higidez das contas.

4. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601117-98.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 09 DE ABRIL DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM EXAME E AQUELAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO. COMPROVAÇÃO DE DESPESAS. PUBLICIDADE. FACEBOOK E INSTAGRAM. GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS. DESPESA COM PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. MOTORISTA. DESPESA COM PESSOAL COORDENADOR DE CAMPANHA. APOIO ADMINISTRATIVO. MILITÂNCIA. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. ART. 32, *CAPUT*, RES. TSE Nº 23.607/2019. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. OMISSÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS CONSTANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM EXAME E AQUELAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, OBTIDAS MEDIANTE CIRCULARIZAÇÃO E/OU INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE CAMPANHA E/OU CONFRONTO COM NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS DE GASTOS ELEITORAIS. Na hipótese, constatou-se nota fiscal em “situação ativa” sem estar registrada na prestação de contas e sem indicação de seu cancelamento. Falha grave, por impossibilitar a fiscalização da origem do dinheiro, revelando indícios de omissão de gastos eleitorais. Assim, o valor utilizado para pagamento de despesa não declarada configura recurso de origem não identificada, o que acarreta a obrigação de seu recolhimento ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 32, *caput*, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

2. EXAME DA REGULARIDADE DE DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

2.1 PUBLICIDADE. No caso, baseado no art. 60, § 3º da Res. TSE nº 23.607/2019, foi solicitada ao prestador de contas a prova do efetivo fornecimento de materiais impressos, contendo a respectiva tiragem e CNPJ do candidato e de quem confeccionou. Foram apresentadas notas fiscais onde constam a discriminação dos serviços contratados, a quantidade e o tamanho dos impressos, além dos comprovantes de transferência dos valores pagos. Dessa maneira, o candidato cumpriu todas as exigências determinadas na legislação.

2.2 FACEBOOK E INSTAGRAM. O núcleo de contas diligenciou, baseado no art. 60, § 3º da Res. TSE nº 23.607/2019, para que o candidato apresentasse relatório com a descrição detalhada da despesa, com valores individualizados, bem como a justificativa para o valor pago, indicando quantidade e preços unitários de cada serviço prestado, assim como a prova da efetiva prestação dos serviços. Apresentados, no caso, os comprovantes de pagamento bancário, contratos de prestação de serviços, constando a discriminação dos serviços e as notas fiscais. No caso vertente, os documentos constantes dos autos são

suficientes para comprovar a regularidade e o pagamento dos serviços ora contratados. Afastadas as irregularidades, não há quaisquer devoluções a serem feitas.

2.3 GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS (WhatsApp e Twiter). Despesa comprovada com a nota fiscal, constando a discriminação dos serviços, comprovante bancário de pagamento; contrato contendo a discriminação do serviço de gerenciamento de redes sociais-whatsapp e twiter o valor e prazo do contrato, dentre outras cláusulas. Ademais, foi anexado o comprovante de inscrição e de situação cadastral. Dessa forma, no mesmo sentido do item anterior, entendo que as formalidades do art. 60, *caput*, Res. TSE nº 23.607/19, foram cumpridas pelo prestador de contas. Isto posto afasto a irregularidade.

2.4 PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO E TELEVISÃO. Nesse caso, o prestador apresentou a documentação fiscal exigida para comprovação do dispêndio eleitoral, com a discriminação do contratado, do serviço prestado, do valor e o comprovante bancário de transferência eletrônica. Ademais, no mesmo ID foram juntados o contrato de prestação de serviços e o comprovante de inscrição e de situação cadastral da empresa contratada. Afastada suposta irregularidade.

2.5 MOTORISTA. No caso vertente, apesar da ausência de apresentação de documento fiscal hábil a comprovar o uso de recursos do FEFC, o candidato conseguiu demonstrar, por outros meios de prova, a regularidade desses gastos, juntando os contratos de trabalho e os comprovantes bancários de pagamento. Dessa forma, diante dos documentos apresentados, nos termos do art.60, § 1º da Res. TSE nº 23.607/2019, entendo sanada a falha.

2.6 DESPESAS COM PESSOAL. A unidade técnica diligenciou para que o candidato apresentasse o relatório detalhado das atividades realizadas bem como da efetiva prestação de serviços de coordenador de campanha, apoio administrativo e militância.

2.6.1 Quanto às despesas com serviços de coordenador de campanha foram juntadas as notas fiscais e contratos que justificam, através do detalhamento do serviço, a diferença do valor contratado de somente um coordenador, além dos comprovantes de pagamento. (Precedente).

2.6.2. Quanto ao serviço apoio administrativo e a despesa de militância, entendo que os documentos apresentados são aptos a comprovar os referidos gastos.

2.6.3 Dessa forma, conforme os documentos apresentados, quais sejam, contratos com detalhamento dos serviços e comprovantes de pagamentos, entendo que os serviços de coordenação de campanha, apoio administrativo e militância, foram claramente especificados nos contratos e as despesas foram comprovadas, nos termos do art. 60, § 1º, I e III da Resolução TSE nº 23.607/19. Afastadas as falhas, não há qualquer devolução a fazer.

2.7 É importante salientar que o art. 60, §3º da Resolução TSE nº 23.607/2019, ao facultar a possibilidade de serem exigidos outros documentos como meio de prova de despesas, tem como desiderato o cotejo com outros elementos já existentes diante de eventual dúvida, quando há insuficiência de documentos, indícios de omissão de despesas ou desvio de verbas, o que não é o caso dos autos.

2.8 O descumprimento de diligência adicional e facultativa não deve ser fundamento para afirmar que o candidato descumpriu as normas obrigatórias, tampouco impor sanção de devolução do valor ao Erário, quando há outros elementos comprobatórios nos autos que infirmam tal assertiva.

2.9 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

2.9.1. Quanto à exigência de CRLV em caso de locação, essa Corte já tem entendimento firmado sobre a desnecessidade.

2.9.2. No que concerne à ausência de despesa com combustíveis, apesar de constar nos autos os contratos de locação de veículos, não há qualquer documentos que comprovem a utilização e o pagamento de combustíveis, como relatório constando o valor e o volume do combustível adquirido, nem mesmo as notas fiscais dos abastecimentos, o que contraria o art. 35, § 11, II, b, da Res. TSE nº 23.607/2019. Ademais, na hipótese, o Demonstrativo de Despesas com Combustível Semanal encontra-se “sem movimentação”. Assim, inconteste a omissão de informação quanto às despesas financeiras com combustíveis.

2.9.3 Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que não é possível mensurar o valor total dessas despesas. Descumprimento das exigências determinadas na legislação. Falha grave persiste, por comprometer a transparência, a confiabilidade e a fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo apta a impor a desaprovação das contas.

3. Recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 9.750,00, por se tratar de recurso de origem não identificada, nos termos do art. 32, *caput*, da Resolução TSE n.º 23.607/2019.

4. Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601328-37.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 09 DE ABRIL DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADA ESTADUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E A FINAL. NÃO COMPROMETIMENTO DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS.

1. O objetivo da prestação de contas eleitoral é identificar todos os recursos e receitas arrecadadas pelo candidato e as despesas efetuadas para esse fim, com vistas a empregar o maior grau de transparência possível à campanha eleitoral, bem como proporcionar um melhor controle por parte da Justiça Eleitoral.

2. Comprovada a efetiva realização de gastos nas prestações de contas de campanha, torna-se desnecessária a juntada de documentação acessória quando o serviço contratado e a sua vinculação com a atividade eleitoral forem comprovados por notas fiscais idôneas, mormente quando acompanhadas de contratos de prestação dos serviços contratados.

3. Gastos eleitorais e o recebimento de recursos antes da data de divulgação da prestação de contas parcial e nela não informados não necessariamente conduzirão à desaprovação das contas.

4. Doações e gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, desde que estejam regularmente lançados na prestação de contas final e devidamente comprovados por meio de contratos, documentos fiscais e comprovantes de transferência bancária, não tem o condão de macular isoladamente as contas. Precedentes desta Corte.

5. Possível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 1,7% (um vírgula sete por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha. Montante insuficiente a comprometer a análise e higidez das contas.

6. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601210-61.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE ABRIL DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADO FEDERAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. ATRASO NA ENTREGA DO RELATÓRIO FINANCEIRO REFERENTE A RECEITA DO FEFC TRANSFERIDA PELA AGREMIÇÃO. DOCUMENTOS FISCAIS SEM O DETALHAMENTO DE PREÇOS DOS ITENS CONTRATADOS. IMPROPRIEDADES. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ACERCA DOS LOCAIS DE TRABALHO E DAS HORAS LABORADAS PELOS AGENTES TERCEIRIZADOS. NÃO APRESENTAÇÃO DE CUPONS FISCAIS REFERENTES AOS ABASTECIMENTOS COMPROVADOS POR NOTA FISCAL. FALHAS AFASTADAS. NÃO IMPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE RECURSOS (ART. 79, § 1º, DA RES. TSE Nº 23.607/2019). DESAPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS RAZOÁVEIS DE DESVIO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS PÚBLICOS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Na linha do entendimento firmado por este Regional, “O não detalhamento dos valores de cada serviço de publicidade, a despeito da prova material da publicidade produzida, configura mera impropriedade, dispensando-se qualquer recolhimento ao Tesouro Nacional.(Precedente: Acórdão TRE-PI nº 060114481. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601144-81.2022.6.18.0000. Relator: Juiz Charles Max Pessoa Marques da Rocha. Julgamento em 02.10.2023)

2. Na contratação de mão de obra (pessoal) para a campanha, a ausência de informação sobre o detalhamento das horas trabalhadas e dos locais de trabalho, quando comprovadas as despesas por Notas Fiscais e termo de contratação dos serviços terceirizados, não tem o condão de tornar irregular a despesa, quando ausente indícios nos autos de que os serviços não foram efetivamente prestados.

3. A Resolução TSE nº 23.731/2024 alterou o § 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019, para exigir a comprovada utilização indevida de recursos públicos, para fins de imposição da devolução do valor envolvido. Mesmo antes dessa alteração pelo TSE, este Regional já entendia que o “*não detalhamento dos valores de cada serviço de publicidade, a despeito da prova material da publicidade produzida, configura mera impropriedade, dispensando-se qualquer recolhimento ao Tesouro Nacional.*” Precedentes.

4. A imposição do dever de devolução de recursos públicos previstoS no § 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019, demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea, o que não se observa na espécie.

5. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601408-98.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATAS. CARGOS. GOVERNADOR. VICE-GOVERNADOR. DESPESAS JUNTO A FORNECEDORES, COM AUSÊNCIA DE CAPACIDADE FINANCEIRA. INCONSISTÊNCIA NAS DESPESAS COM HOSPEDAGEM, COM RECURSOS DO FEFC. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADO À ÉPOCA. RECIBOS ELEITORAIS EMITIDOS APÓS A ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. OMISSÃO DE RECIBOS DE DOAÇÕES ESTIMADAS REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS RETIFICADORA. DOAÇÕES RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. FALHAS PARCIALMENTE AFASTADAS. FALHAS

REMANESCENTES. PERCENTUAL ABAIXO DE 10%. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PARA FINS DE APROVAR AS CONTAS COM RESSALVA. A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DAS DESPESAS PAGAS COM FEFC ENSEJA O RECOLHIMENTO DO VALOR AO TESOURO NACIONAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Em relação à alegada falta de capacidade financeira de fornecedores, consta-se que estão anexadas aos autos as notas fiscais capazes de comprovar a regularidades dos gastos apontados. Ademais, quanto à falha em análise o TRE-PI possui o firme e reiterado entendimento de que se trata de um indiferente eleitoral, inclusive incapaz de apor ressalvas nas contas, conforme precedente citado.

2. Foram detectadas inconsistências nas despesas com hospedagem custeadas com recursos do FEFC, em relação aos fornecedores MAK TUB HOTEL, HOTEL UNIÃO SARAIVA, TUDE RODRIGUES Pousada dos Ventos Ltda e Neuma Berlamino da Silva, vez que se constatou que determinados militantes mencionados nas notas fiscais não tiveram seus nomes registrados na prestação de contas como militantes ou prestadores de qualquer outro serviço. Com relação a essa falha, o TRE-PI já fixou entendimento nos seguintes termos: "[...] 3. As contratações de pessoal (militância) devem estar detalhadas com a identificação das pessoas contratadas. Exigência do art. 35, § 12, da Resolução TSE nº 23.607/2019. [...]]"(TRE-PI - PCE: 06014219720226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Thiago Mendes De Almeida Ferrer, Data de Julgamento: 06/07/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 125, Data 11/07/2023)

2.1. Portanto, fica configurada a irregularidade, com a necessidade de imposição do recolhimento ao Tesouro Nacional do valor total de R\$ 1.374,61 (mil, trezentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), mediante GRU, nos termos do art. 79, §1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

3. Gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época são inconsistências desprovidas do condão de macular, isoladamente, as presentes contas. Acerca da matéria, está pacificado neste Tribunal que "Gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época são inconsistências desprovidas do condão de macular, isoladamente, as presentes contas.". Com esse entendimento, destaca-se a PCE: 0601096-25.2022.6.18.0000 - TERESINA - PI 060109625, Relator Juiz Lírton Nogueira Santos, julgada dia 25/01/2024, data de Publicação: DJE-17, data 30/01/2024, bem como o mais recente julgado que pacificou a questão perante esta Corte Regional: PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601429-74.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI, Relator: Juiz Nazareno César Moreira Rêis, julgado dia 18/3/2024.

4. Em relação à emissão de recibos eleitorais após a entrega da prestação de contas finais, há precedente nesta Corte pelo entendimento de que se trata de falha ensejadora de ressalvas. No caso em questão, com ressalva à manifestação do Ministério Público, entendo que a emissão tardia dos recibos não se revela de gravidade suficiente para macular as contas, uma vez que o percentual dos gastos estimados ficou abaixo dos 10%, bem como os gastos foram declarados e emitidos os recibos, ainda que na prestação de contas retificadora, e após a apresentação das contas finais, revelando-se como falha apta a apor meras ressalvas nas contas.

5. Em relação à falta da apresentação dos recibos eleitorais referentes doações estimadas registradas na prestação de contas retificadora, concordo com a unidade técnica e o opinativo do Ministério Público, pois tal omissão revela a ausência de consistência das contas prestadas, eis que os canhotos dos recibos eleitorais e os documentos de

comprovação são necessários à comprovação das doações recebidas. A falha, não sanada, ensejaria, em princípio, a desaprovação das contas. No entanto, conforme visto no item analisado acima, como o valor total da falha refere-se a 5,40 % do total das receitas (232.627,66), e embora não possa, por si só, levar à desaprovação das contas, deve ser analisada no conjunto das demais falhas.

6. Em relação às doações recebidas em dada anterior à data inicial da entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, a situação contraria o art. 47, § 6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019. No entanto, o valor dessa discrepância, por si só, não constitui motivo suficiente para justificar a desaprovação, mesmo quando somado às demais irregularidades, cabendo apenas a aposição de ressalvas. Para além, cabe aplicar à referida falha o mesmo entendimento jurisprudencial aplicado à falha do item 4.1.(2). Precedente citado (PCE Nº 0601429-74.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI, Relator: Juiz Nazareno César Moreira Rêis, julgado dia 18/3/2024).

7. As irregularidades subsistentes não revelam gravidade suficiente para desaprovar as contas, eis que abaixo do percentual de 10%, de forma que, conforme entendimento desta Corte, podem ser aplicados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade para fins de aprovar as contas com ressalvas.

8. Aprovação das contas com ressalvas e determinação de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601133-52.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. FALHAS GRAVES QUE COMPROMETEM A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. SANÇÃO DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL DE RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA – RONI.

1. Ausência de peça obrigatória que deve integrar a prestação de contas. Foi constatada a existência de dívida de campanha que não foi assumida pelo partido político. Consequentemente, o candidato não apresentou as peças obrigatórias que devem compor a prestação de contas, quais sejam, a autorização do órgão nacional de direção partidária, acordo formalizado e cronograma de quitação da dívida, em desobediência ao disposto nos arts. 33 e 53, II, “e”, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Falha grave, não sendo possível mitigar sua inconsistência, em razão de o valor da dívida de campanha corresponder a 11,42% (onze inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) do total das receitas arrecadadas pelo candidato, o que impossibilita, por si só, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

2. O candidato não apresentou comprovante da propriedade de 2 (dois) veículos cujo uso foi cedido para a campanha eleitoral, o que caracteriza irregularidade grave não sanada, vez que não é possível identificar a origem e propriedade dos bens utilizados na campanha eleitoral. Os respectivos valores se enquadram na hipótese de recurso de origem não identificada (RONI), conforme preceitua o art. 32 da aludida resolução, e devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional.

3. A unidade técnica identificou que o candidato não comprovou a propriedade de alguns veículos locados para a campanha eleitoral. Porém, entende-se ser descabida a exigência da unidade técnica em apresentar os documentos de propriedade dos veículos locados, pois tal obrigatoriedade refere-se apenas à cessão de uso de veículos para a campanha.

4. A unidade técnica apontou a falha relativa à ausência de registro na prestação de contas dos gastos com água, energia, internet e IPTU do imóvel locado para funcionamento do comitê de campanha, os quais deveriam ser custeados pelo candidato, conforme previsto no contrato de locação acostado aos autos. Entende-se que a presente falha evidencia omissão de gastos e possui natureza grave por afetar a transparência e integridade das contas.

5. Foi constatada a ausência de registro, na presente prestação de contas, do recebimento de doação estimada em dinheiro relativa à propaganda eleitoral compartilhada em materiais impressos, todavia a falha sob exame não tem natureza grave pois não impediu a análise das contas e nem prejudicou a fiscalização pela Justiça Eleitoral.

6. O setor técnico entendeu como irregular o desconto dado pela empresa ao candidato no contrato de locação de bens para serem utilizados durante a campanha eleitoral. Entretanto, não há evidências que demonstrem a ocorrência de falha no ponto sob exame, de modo que a presente falha deve ser afastada.

7. A unidade técnica apontou irregularidade na contratação do motorista com a habilitação vencida, o que põe em dúvida a efetiva prestação do serviço e a regularidade da despesa paga com recursos públicos oriundos do FEFC. Não obstante, entende-se que não há evidências nos autos de que o serviço não foi efetivamente prestado, vez que o gasto foi registrado na prestação de contas e que o candidato juntou aos autos os documentos respectivos que comprovam a prestação do serviço contratado. Assim, a fiscalização pela Justiça Eleitoral não foi prejudicada e não houve embaraços à transparência das contas, de modo que a falha não subsiste.

8. Foram verificadas a existência de doações recebidas em data anterior à data de entrega da prestação e contas parcial, mas não informadas à época, bem como divergências entre as informações relativas às despesas constantes da prestação de contas final e da prestação de contas parcial. Esta Corte vem se posicionando no sentido de que a irregularidade em questão não tem o condão de macular isoladamente as contas, desde que a movimentação esteja regularmente lançada na prestação de contas final, conforme julgamento da Prestação de Contas Eleitoral nº 0601429-74.2022.6.18.0000, julgada na sessão ordinária de 18/03/2024. Assim, entende-se que as falhas ora apontadas não impediram a fiscalização por esta Justiça Eleitoral e que não tem o condão de macularem isoladamente as contas, tratando, portanto, de meras inconsistências.

9. Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram 11,74% (onze inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha.

10. Contas desaprovadas, com a aplicação da sanção de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor apontado como recurso de origem não identificada – RONI.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601099-77.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 28 DE MAIO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATA. DEPUTADA FEDERAL. FALHAS QUE NÃO COMPROMETERAM A REGULARIDADE DAS CONTAS. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS.

1. Verificou-se que houve propaganda eleitoral compartilhada em adesivo perfurado cuja doação estimada em dinheiro não foi registrada no SPCE, em desacordo com o art. 7º, § 10, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Entretanto, constata-se que a despesa respectiva foi registrada na prestação de contas da candidata, vez que esta foi a responsável pelo custo da referida propaganda conjunta. Portanto, a falha sob exame não tem natureza

grave, vez que não impediu a análise das contas e nem trouxe embaraços à fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo geradora apenas de ressalvas às contas.

2. A falha relativa ao recebimento de doações antes da data para entrega da prestação de contas parcial e não informada à época não tem o condão de macular isoladamente as contas, desde que a movimentação esteja regularmente lançada na prestação de contas final. Precedente deste TRE/PI. No presente caso, a receita omitida na prestação de contas parcial foi devidamente registrada na prestação de contas final e os documentos respectivos foram juntados aos autos. Assim, entendendo que não houve prejuízo à análise das contas, haja vista que a doação estimada em dinheiro recebida pela candidata foi efetivamente registrada na prestação de contas final. Dessa forma, a falha sob análise não tem o condão de macular isoladamente as contas, sendo ensejadoras de meras ressalvas.

3. Possibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, uma vez que as irregularidades remanescentes representaram menos de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha, o que se apresenta como insuficiente para comprometer a análise e higidez das contas.

4. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601203-69.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. NÃO APRESENTAÇÃO DE PROVA MATERIAL DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE CONTRATADOS NA CAMPANHA E COMPROVADOS POR MEIO DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL IDÔNEA. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CNHs DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTORISTA. APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE CUPONS FISCAIS REFERENTES A ABASTECIMENTOS COMPROVADOS POR NOTA FISCAL E DEMAIS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO EXIGIDOS PELA NORMA DE REGÊNCIA. IRREGULARIDADES AFASTADAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL DOS RECURSOS DO FEFC NÃO UTILIZADOS NA CAMPANHA. IRREGULARIDADE. ÍNFIMA REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AO MONTANTE DE RECURSOS ARRECADADOS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. Pelo que se extrai das disposições do § 5º do art. 50 da Resolução TSE nº 23.607/2019, c/c as de seu art. 52, caso o candidato não recolha ao Tesouro Nacional, no momento da prestação de contas, o montante de recursos do FEFC não utilizados na campanha, o valor deve ser transferido ao Tesouro pela instituição bancária, com ciência ao Juízo ou Tribunal competente para a análise da respectiva prestação de contas.

2. No caso dos autos, a maioria das falhas apontadas versavam sobre complementação de documentos adicionais para a comprovação da efetiva prestação dos serviços ou fornecimento de materiais contratados na campanha. O candidato deixou transcorrer in albis o prazo a ele assinalado para manifestação.

3. Tratando-se de contas de campanha, regida pela Resolução TSE nº 23.607/2019, o reconhecimento de irregularidade apta à devolução dos recursos públicos envolvidos decorrente da não apresentação de prova material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais demanda a identificação de indícios razoáveis de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos, ou, ainda, a falta de comprovação por documentação fiscal idônea (§ 1º, do art. 79, da Resolução TSE nº 23.607/2019), o que não se observa na espécie.

4. Na linha do entendimento perfilado por esta Corte Regional, em decorrência dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, aprovam-se as contas com ressalvas, quando o valor envolvido nas irregularidades não ultrapassem 10% do total de receitas. Precedentes.

5. Contas aprovadas com ressalvas. Determinação de recolhimento do valor correspondente aos recursos do FEFC não utilizados na campanha.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601218-38.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 10 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. FALHAS QUE NÃO COMPROMETERAM A REGULARIDADE DAS CONTAS. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. SANÇÃO DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL DE RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA – RONI E DE GASTOS COM RECURSOS DO FEFC NÃO COMPROVADOS.

1. O descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral não acarretou nenhum prejuízo à transparência das contas, tampouco obstáculo à fiscalização desta Justiça Eleitoral e da sociedade, pois o relatório foi apresentado, de forma que a entrega, ainda que a destempo, cumpriu sua finalidade. A falha sob exame não apresentou gravidade capaz para reprovar as contas do candidato, sendo capaz de impor-lhes apenas ressalvas.

2. Ausência de documentos fiscais que comprovem a regularidade das despesas pagas com recursos públicos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Falha de natureza grave. Gastos não comprovados pagos com recursos públicos, cujos valores devem ser devolvidos, a teor do disposto no art. 79, § 1º da Res. TSE nº 23.607/2019.

3. Omissões relativas às despesas constantes da prestação de contas em exame e aquelas constantes da base de dados da Justiça Eleitoral, obtidas mediante circularização e/ou informações voluntárias de campanha e/ou confronto com notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais, revelando indícios de omissão de gastos eleitorais. Restou constatado que o recurso utilizado para o pagamento de tal despesa foi considerado de origem não identificada, pois não transitou pelas contas bancárias específicas abertas em nome da campanha eleitoral do candidato. Falha não sanada e que possui natureza grave, haja vista que compromete a regularidade das contas e prejudica a fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo passível de devolução ao Tesouro Nacional, na forma do art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

4. Doações recebidas em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informadas à época. Esta Corte vem se posicionando no sentido de que a irregularidade em questão não tem o condão de macular isoladamente as contas, desde que a movimentação esteja regularmente lançada na prestação de contas final. A citada falha não impede a fiscalização por esta Justiça Eleitoral e que não tem o condão de macular isoladamente as contas, tratando, portanto, de mera inconsistência.

5. Possibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, haja vista que as irregularidades remanescentes representaram menos de 10% (dez por cento) do total de recursos arrecadados para a campanha, o que se apresenta como insuficiente para comprometer a análise e higidez das contas.

6. Contas aprovadas com ressalvas, com a aplicação da sanção de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor apontado como recurso de origem não identificada – RONI e

obrigação de recolhimento ao Tesouro Nacional dos recursos provenientes do FEFC cujo gasto não foi comprovado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601348-28.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 13 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATO. CARGO. DEPUTADO FEDERAL. FALHAS. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS. PEÇAS OBRIGATÓRIAS FALTANTES (EXTRATOS BANCÁRIOS. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO PROVENIENTES DE SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC (PUBLICIDADE, COMBUSTÍVEIS E ATIVIDADES DE MILITÂNCIA). TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FEFC DESTINADOS A CANDIDATOS SEM INDICAR O BENEFÍCIO PARA A CANDIDATURA NEGRA. DIVERGÊNCIAS ENTRE A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NO SPCE E NOS EXTRATOS. OMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE DOAÇÃO DE BENS E/OU SERVIÇOS ESTIMÁVEIS. DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS REALIZADOS ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E NÃO INFORMADOS, À ÉPOCA. OMISSÃO DE DESPESAS COM TARIFAS BANCÁRIAS. FALHAS REMANESCENTES. GRAVIDADE. PERCENTUAL ACIMA DOS 10%. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RESOLUÇÃO TSE nº 23.607/2019. **DESAPROVAÇÃO**. IMPOSIÇÃO DE RECOLHIMENTO E/OU DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL.

1. O prestador descumpriu o prazo para entrega dos relatórios financeiros. Tal irregularidade, no entanto, não prejudicou a fiscalização pela Justiça Eleitoral, vez que as doações foram devidamente registradas, inclusive na prestação de contas final. Portanto, a falha, por si só, é ensejadora de ressalvas às presentes contas. Precedentes desta Corte.

2. A falta dos extratos das contas bancárias abertas para a movimentação financeira da campanha configura grave irregularidade, a qual, em linha de princípio, pode ser suficiente, isolada ou conjuntamente com outras, para ocasionar a desaprovação das contas *ou o julgamento das contas como não prestadas*, na medida em que compromete a confiabilidade do balanço contábil trazido a juízo e prejudica a identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha.

2.1 Dessarte, in casu, a ausência dos extratos bancários de todas as contas na composição original da contabilidade de campanha, sublinhada pela inércia do prestador quando chamado a sanar a falta, ainda mais quando o setor técnico detecta que houve movimentação na conta destinada à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, configura grave irregularidade, que, no caso, é suficiente, isoladamente, para ocasionar a desaprovação, na medida em que compromete a confiabilidade e transparência das contas, impedindo o controle acerca da identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha. Portanto, a falha em questão é grave e, por si só, leva à desaprovação das contas, conforme precedentes citados.

3. A CNH do prestador do serviço de motorista é o documento que prova a aptidão para dirigir. Acrescente-se que o prestador não juntou termo de doação, recibo eleitoral ou qualquer outro documento capaz de dar robustez à realização da doação do serviço. Logo, diante da falta desses documentos, não houve comprovação de que os serviços de motorista foram efetivamente prestados.

3.1. Portanto, resta configurada irregularidade, que enseja a devolução ao Tesouro Nacional do valor correspondente, por ser considerado recurso de origem não identificada (RONI), conforme art. 32, da Res. TSE 23.607/2019. A gravidade do vício, embora apto,

por si só, a apor ressalvas nas contas, ante o percentual inferior a 10%, deve ser aferida no conjunto das irregularidades verificadas nas contas em exame.

4. Em relação às despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, ficou demonstrada a regularidade em relação aos gastos com publicidade e combustíveis. No entanto, os gastos com serviços de militância não foram regularmente comprovados.

4.1. Essa Corte possui o entendimento de que as notas fiscais são aptas a comprovar os gastos com material de publicidade, não havendo mácula quanto a esse ponto. Precedentes desta Corte.

4.2. O gasto com combustível foi provado mediante a nota fiscal, atendendo à regra do art. 60, da Res. TSE 23.607/2019, de modo que a exigência dos cupons fiscais somente se justificaria diante da existência de eventual indício de fraude no documento fiscal. Precedentes desta Corte.

4.3. No entanto, em relação ao gasto relativo aos serviços de militância e mobilização de rua, o prestador ficou omissos e deixou de apresentar as notas fiscais, documentos e relatório detalhado que constem a “identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado”, contrariando o art. 60, caput, e art. 35, § 12, da Res. TSE 23.607/2019. A despesa irregular gera o dever de ressarcir o valor correspondente ao Erário, nos termos do art. 79, § 1º, da Res. TSE 23.607/2019.

5. Foi identificada a transferência de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC da prestação de contas da candidatura negra para outros candidatos, sem a indicação de benefício para a campanha do(a) candidato(a) negro(a), contrariando o disposto nos §§ 6º e 7º do Art. 17 da Resolução TSE nº 23.607/2019, configurando desvio de finalidade nos termos do § 8º desse artigo, devendo o valor repassado irregularmente ser recolhido ao Tesouro Nacional, conforme o § 9º desse artigo.

6. As divergências entre a movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos (art. 53, I, alínea "g" e II, alínea "a", da Resolução TSE nº 23.607/2019), refere-se às despesas com tarifas bancárias de valor ínfimo, que não formam informadas no SPCE. A falha gera ressalvas nas contas.

7. A omissão de apresentação dos recibos da doação do serviço de motorista, contraria o art. 7º, I, da Resolução TSE 23.607/2019.

8. A ausência de documentação de doação de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro, relacionado à cessão de veículo (CRLV), e a falta de avaliação pelos preços praticados no mercado, ocasiona a falta de comprovação desta despesa, falha que enseja o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor correspondente, por ser considerado recurso de origem não identificada (RONI), com base no art. 32 da Res. TSE 23.607/2019.

9. Doações recebidas e gastos realizados em data anterior à entrega da prestação de contas parciais e não informadas, à época, foram registradas na prestação de contas final, de forma que a omissão *não impediu o exame técnico e a transparência das contas, aferidas na prestação de contas final. Precedentes nesta Corte.*

10. A omissão de despesas com tarifas bancárias, gerou aparente sobra de recursos do FEFC, conforme extrato eletrônico verificado pela unidade técnica. A falha, devido ao valor ínfimo, gera ressalva nas contas.

11. Destarte, as falhas graves levam ao julgamento das contas como desaprovadas, havendo necessidade de imposição de recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores recebidos do FEFC e cujos gastos não foram devidamente comprovados, assim como dos valores recebidos e tidos como de origem não identificada.

12. O vício grave apontado, somado às falhas subsistentes verificadas, que correspondem a mais de 10% das receitas e gastos e, portanto, impedem a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para afastar a reprovação das contas.

13. Contas **desaprovadas**, com a determinação de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional dos valores referentes a não comprovação da utilização regular dos recursos do FEFC, a teor do art. 79, § 1º, c/c art. 17, § 9º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e relativos ao recebimento de recurso de origem não identificada, nos termos do art. 21, § 3º, daquela Resolução.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601410-68.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 13 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. CARGOS DE GOVERNADOR E VICE-GOVERNADORA. OMISSÃO DO REGISTRO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS E ADESIVOS COMO DOAÇÕES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE GASTOS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA NO CONFRONTO DAS INFORMAÇÕES PRÉVIAS. DAS DESPESAS COM PESSOAL DESACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES. RECEBIMENTO DE DOAÇÕES RECEBIDAS ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL QUE NÃO FORAM INFORMADAS À ÉPOCA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. A omissão do registro de doação de serviços de publicidade por materiais impressos e adesivos, na prestação de contas do doador, constitui irregularidade que, no entanto, não se deve impor o recolhimento dos respectivos recursos quando não houver indícios de inexecução do serviço ou qualquer outra hipótese de locupletamento ilícito do valor.

2. O cupom fiscal emitido na compra de combustível não gera duplicidade com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), salvo se já tivesse sido emitida outra nota fiscal de mesma natureza. Assim, o cancelamento de nota fiscal relativa à despesa lançada pelo candidato gera irregularidade e o recolhimento do valor respectivo, uma vez que o prestador de contas não comprovou o alegado acerca do referido cancelamento.

3. A não apresentação de Nota Fiscal e a ausência do registro no SPCE da despesa com o impulsionamento de conteúdos impõe o recolhimento do respectivo valor.

4. A ausência do registro da despesa correspondente a nota fiscal ativa configura irregularidade passível de recolhimento ao Tesouro Nacional.

5. À luz da legislação de regência e das normas brasileiras de contabilidade, em especial, do princípio da competência (art. 9º, da Res. CFC nº 750/93), entendo que há falha grave de natureza contábil quando a nota fiscal é emitida após o período eleitoral, motivo suficiente para a imposição do recolhimento da respectiva quantia ao Tesouro Nacional.

6. A ausência do relatório de atividades desempenhadas pelo pessoal contratado constitui irregularidade quando o contrato não expõe, suficientemente, as matérias exigidas pela resolução regente, como o horário e local de trabalho. Contudo, não se impõe o recolhimento dos valores correspondentes quando não há indícios de malversação dos recursos eleitorais.

7. A omissão do registro de doações recebidas antes da prestação de contas parcial que não foram informadas à época constitui irregularidade, sem, contudo, se impor o recolhimento da quantia, quando as informações são devidamente lançadas e comprovadas na prestação de contas final.

8. Em decorrência dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, deve-se aprovar com ressalvas as contas quando o valor das irregularidades não ultrapassem 10% do total

de receitas; as falhas não são graves a ponto de produzirem quebra da higidez do balanço contábil; e quando não seja identificada a má-fé do prestador. No caso dos autos, impõe-se a devolução ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 15.238,98 (quinze mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos).

9. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601547-50.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI.. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL - INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS - DIVERGÊNCIAS ENTRE DADOS DE FORNECEDORES REGISTRADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - INCONSISTÊNCIAS EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO FISCAL DE FORNECEDORES - OMISSÕES DE DESPESAS - REALIZAÇÃO DE DESPESAS JUNTO A FORNECEDORES DE CAMPANHA QUE POSSUEM RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O PRESTADOR DE CONTAS EM EXAME - INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES DA CONTA BANCÁRIA INFORMADA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AQUELAS CONSTANTES DOS EXTRATOS ELETRÔNICOS ENCAMINHADOS À JUSTIÇA ELEITORAL - INTEMPESTIVIDADE NA ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA DESTINADA AO RECEBIMENTO DE DOAÇÕES PARA CAMPANHA - DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E A PARCIAL - DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E A PARCIAL - GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA - DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS – DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DE VALORES REFERENTES A DESPESAS REALIZADAS COM VERBAS DO FEFC CUJA REGULARIDADE NÃO FOI COMPROVADA E DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA.

1 - O atraso na apresentação das contas não resulta necessariamente na sua desaprovação, mas na análise de cada caso em específico pelo órgão julgador, podendo configurar, no contexto geral, falha formal a ensejar mera anotação de ressalva. Precedente: TSE - Prestação de Contas 060026313/DF, rel. Min. SÉRGIO SILVEIRA BANHOS; DJE de 15/03/2021, Tomo 46.

2 - Segundo a jurisprudência consolidada desta Corte (PCE nº 0601400-24.2022.6.18.0000 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis), “a ausência dos extratos bancários configura grave irregularidade, a qual, em linha de princípio, pode ser suficiente, isolada ou conjuntamente com outras, para ocasionar a desaprovação das contas, na medida em que compromete a confiabilidade do balanço contábil trazido a juízo e prejudica a identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha”.

3 - Em razão de se haver provado a devida aplicação de recursos, a divergência das razões sociais dos fornecedores registrados em relação aos efetivamente pagos configura mero erro material, não apto a macular, por si só, as contas em exame.

4 – A inaptidão por parte de empresa tem o condão de gerar apenas ressalvas, devendo o valor ser devolvido ao Tesouro Nacional se proveniente do Fundo Especial de

Financiamento de Campanha” (TSE - REspe: 06003272320196000000. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, Data de Julgamento: 03/02/2020).

5 - Em consulta ao módulo Fiscaliza JE, via Odin/SPCE, a unidade técnica detectou a existência de notas fiscais em situação “ativa”, o que caracteriza omissão de gastos eleitorais — art. 53, I, “g”, da Res. TSE nº 23.607/2019.

6 - Esta Corte Eleitoral é no sentido de que “inexiste vedação legal para a realização de despesas junto a fornecedora que pode possuir relação de parentesco com o prestador de contas, sendo necessário a demonstração do desvio do recurso ou a ausência de contraprestação do serviço para configurar irregularidade” (TRE-PI - PCE: 0601299-84.2022.6.18.0000, Relator: José James Gomes Pereira, Data de Julgamento: 19/02/2024).

7 - Dispensada a exigibilidade da apresentação de cupons fiscais para comprovação da regularidade das despesas com combustíveis.

8 - O candidato registrou despesas com aluguel de som, aquisição de camisas, prestação de serviços de filmagem, fotografia, edição de vídeos, design, gestor de tráfego, copywriter e, ainda, serviços de fornecimento de imagens, vídeos e áudios. A exigência de comprovação material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos, autorizada pelo § 3º do art. 60 da Res. TSE nº 23.607/2019, somente se justifica quando se detectam falhas ou indícios de fraudes nos documentos fiscais que a eles se referem. Precedente: TRE/PI - Acórdão 060121753, Relator: Nazareno César Moreira Reis, sessão de 22 de janeiro de 2024.

9 - O candidato extrapolou em 03 (três) dias o prazo para a abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha — art. 8º, § 1º, I, da Res. TSE nº 23.607/2019. Segundo entendimento desta Corte, “a extrapolação do prazo para a abertura da conta bancária destinada ao recebimento de Doações para Campanha é falha meramente formal, autorizando a aposição de ressalvas nas contas” (TRE/PI - PCE: 0601154-28.2022.6.18.0000. Relatora: Juíza Lucicleide Pereira Belo).

10 - Doações de serviços, cujos valores estimados em dinheiro não demonstram compatibilidade com os preços praticados no mercado, configuram erros meramente formais, ensejando apenas de ressalvas às contas. Precedente: TRE/PI - PCE nº 0600124-47.2020.6.18.0090. Relator: Juiz Edson Vieira Araújo – 16/06/2021).

11 - Irregularidades que correspondem a mais de 13% (treze por cento) do total de recursos arrecadados, circunstância que não autoriza a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas.

12 - Obrigatoriedade de ressarcimento ao erário dos valores correspondentes a despesas realizadas com verbas do FEFC cuja regularidade não foi comprovada, bem como de recursos de origem não identificada — art. 79, § 1º, art. 32, caput, e § 1º, I, da Res. TSE nº 23.607/2019.

13 - Contas desaprovadas — art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601049-51.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE GASTOS COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. A transmissão intempestiva da Prestação de Contas final, embora configure infração ao dispositivo legal, por si só, traduz mera irregularidade de natureza formal, sobretudo quando não compromete a fiscalização das contas por esta Justiça Especializada.

2. Na espécie, além da intempestividade, foram detectadas pelo órgão técnico as seguintes falhas: I) ausência de documento fiscal e relatório detalhado referentes aos serviços de militância; II) ausência de registro de doação do Diretório Nacional para a candidata; e III) ausência de documento fiscal da prestação dos serviços contábeis. A candidata, contudo, apresentou documentação que, à luz da legislação e jurisprudências aplicadas, mostrou-se satisfatória para sanar as falhas apontadas, à exceção da comprovação da doação recebida.

3. Consoante jurisprudência desta Corte Regional: "(...) O art. 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, em seu § 1º, permite que a Justiça Eleitoral admita a comprovação de gastos por qualquer meio idôneo de prova, inclusive documentos diversos das notas fiscais, tais como: contrato, comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço, comprovante bancário de pagamento; ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP). Apresentados contrato, notas fiscais e comprovantes bancários de pagamento pelos serviços prestados. Falhas afastadas." (TRE-PI - PCE: 06013153820226180000 TERESINA - PI, Relator: Des. Kelson Carvalho Lopes Da Silva, Data de Julgamento: 29/06/2023, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Tomo 120, Data 04/07/2023).

4. A irregularidade remanescente representa menos de 1% do total das receitas arrecadadas pela candidata, possibilitando a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para fins de aprovação das contas com ressalvas.

5. Na ausência de falhas que, em conjunto, comprometam a regularidade das contas, estas devem ser aprovadas, ainda que com ressalvas.

6. Contas aprovadas com ressalvas

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601358-72.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA FEDERAL. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. FALHA GRAVE. DESPESA PAGA COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. GASTOS COM HOSPEDAGEM SEM INDICAÇÃO DO NOME DO HÓSPEDE. IRREGULARIDADE. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. OMISSÃO DE REGISTRO DE CONTAS BANCÁRIAS. IRREGULARIDADE. DIVERGÊNCIA ENTRE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL. ERRO NO LANÇAMENTO. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. DESAPROVAÇÃO.

1. A ausência de extratos bancários configura irregularidade grave que impede a rastreabilidade dos recursos utilizados na campanha, em evidente prejuízo à confiabilidade e transparência das contas.

2. O artigo 60, § 3º da Resolução TSE nº 23.607/2019 permite que a Justiça Eleitoral exija a apresentação de elementos probatórios adicionais. Todavia, tal medida deve ser adotada de forma facultativa e excepcional, em caso de insuficiência ou dúvida acerca do acervo probatório constante nos autos. Não há irregularidade no caso em apreço, tendo a candidata acostado os documentos exigidos pela legislação.

3. As despesas realizadas com hospedagem sem identificação do hóspede prejudicam a fiscalização e o adequado exame da destinação dos recursos utilizados na campanha, uma vez que não há como aferir se a hospedagem ocorreu em favor da candidata ou de

terceira pessoa. Os gastos não comprovados foram pagos com recursos de natureza pública e ensejam a devolução do respectivo valor ao Tesouro Nacional.

4. A omissão de registro de contas bancárias viola o art. 53, II, alínea “a” da Resolução TSE nº 23.607/2019, porquanto compromete a fiscalização pela Justiça Eleitoral da arrecadação e da aplicação de recursos.

5. Gastos eleitorais realizados em data anterior à data de entrega da prestação de contas parcial e não informados à época são inconsistências que não conduzem, isoladamente, à desaprovação das contas.

6. A gravidade das irregularidades subsistentes impede a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

7. Desaprovação das contas e determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional no valor de R\$ 4.193,35 (quatro mil, cento e noventa e três reais e trinta e cinco centavos).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601216-68.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. CARGO. DEPUTADO ESTADUAL. FALHAS. ATRASO NA ENTREGA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FEFC (PUBLICIDADE, COMBUSTÍVEIS E DESPESAS COM PESSOAL). AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DE GASTO COM CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA. RECEITAS ESTIMÁVEIS SEM COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS. OMISSÃO DE GASTOS (NOTAS FISCAIS ATIVAS). INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. FALHAS REMANESCENTES. GRAVIDADE. PERCENTUAL ACIMA DOS 10%. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RESOLUÇÃO TSE nº 23.607/2019. DESAPROVAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE RECOLHIMENTO E/OU DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOIRO NACIONAL.

1. O prestador descumpriu o prazo para entrega dos relatórios financeiros em relação à doação efetuada pela Direção Nacional do Partido. Tal irregularidade, não afetou o aspecto material das contas, já que houve apenas atraso no registro da receita, representando meros 4,66% do total arrecadado, que, conforme opinativo técnico, não impediu o exame técnico, a transparência das contas e a fiscalização pela Justiça Eleitoral, a qual pode ser aferida na prestação de contas final. A falha, por si só, não denota gravidade suficiente para impor desaprovação, e enseja aposição de ressalvas nas contas. Precedentes desta Corte.

2. Em relação às despesas pagas com recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, ficou demonstrada a regularidade em relação aos gastos com publicidade e combustíveis. No entanto, os gastos com pessoal não foram regularmente comprovados (art. 35, 53, II, c e 60, da Resolução nº 23.607/2019).

2.1. Quanto às despesas com material publicitário concernente à confecção de adesivos, santinhos, praguinhas, panfletos e produção de áudios, vídeos, letras de jingle e links de publicação na internet, estão demonstradas por documentos fiscais idôneos. Conforme entendimento desta Corte, a prova material dos gastos só poderia ser exigida em caso de dúvida acerca de sua regularidade. A ausência de elementos comprobatórios da efetiva produção do material publicitário, não configura, por si só, irregularidade que conduza a um juízo de reprovação da prestação de contas, (artigos 35, II, “c” e 60, caput e § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019). A falha é apta a apor ressalvas.

2.2. Os gastos com combustível foram provados mediante a nota fiscal, atendendo à regra do art. 60, da Res. TSE 23.607/2019, de modo que a exigência dos cupons fiscais, e

relatórios de consumo, somente se justificaria diante da existência de eventual indício de fraude no documento fiscal. Precedentes desta Corte.

2.3. Com relação aos gastos com a contratação de pessoal para campanha, o TRE-PI já fixou entendimento de que as despesas com pessoal devem ser detalhadas com a identificação integral das pessoas prestadoras de serviço, dos locais de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação das atividades executadas e da justificativa do preço contratado (art. 35, § 12, Res. TSE nº 23.607/2019), sob pena de configurar irregularidade com recursos oriundos do FEFC. No caso, apesar dos documentos fiscais, não foram apresentados os contratos de prestação de serviço de pessoal, com o detalhamento das atividades a serem exercidas, dos locais e horas de trabalho. O vício representa mais de 10% do total arrecadado, portanto é grave leva à desaprovação e necessidade do recolhimento do valor ao Tesouro Nacional (art. 79, §1º, da Res. TSE nº 23.607/2019).

2.4. A despesa relativa à contratação de serviço de motorista está provada mediante a nota fiscal, que demonstra que o serviço foi contratado pela candidata, de forma que a carteira de motorista somente seria exigível em caso de doação estimada em dinheiro. Como não se trata de doação, não se pode impor a apresentação da referida documentação. A falha enseja ressalva nas contas. Precedentes desta Corte.

3. A falha relacionada às receitas estimadas, relativa à ausência de juntada dos documentos dos veículos, não inviabilizou a fiscalização dessa receita, vez que a própria unidade técnica informa que foi possível consultar os CRLV's no site da SEFAZ-PI. A falha gera ressalva nas contas.

4. Diante das notas fiscais ativas, não canceladas, tendo a candidata como tomadora dos serviços, deve-se atribuir tais gastos à referida campanha, cujo registro foi omitido nas contas, levando ao entendimento de que se trata da utilização de recursos de origem não identificada, passível de devolução ao Tesouro Nacional (art. 32, da Res. TSE 23.607/2019).

5. A inconsistência no registro das despesas com combustíveis e lubrificantes foi esclarecida pelo setor técnico, e impõe ressalva nas contas.

6. Destarte, a falha grave leva ao julgamento das contas como desaprovadas, havendo necessidade de imposição de recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores recebidos do FEFC e cujos gastos não foram devidamente comprovados, assim como dos valores recebidos e tidos como de origem não identificada.

7. Com efeito, além do vício grave apontado, a soma das falhas subsistentes verificadas correspondem a mais de 10 % das receitas e, portanto, impedem a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para afastar a reprovação das contas.

8. Contas desaprovadas, com a determinação de recolhimento de valores ao Tesouro Nacional dos valores referentes a não comprovação da utilização regular dos recursos do FEFC, a teor do art. 79, § 1º, c/c art. 17, § 9º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, e relativos ao recebimento de recurso de origem não identificada, nos termos do art. 21, § 3º, daquela Resolução.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601131-82.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL - DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS INSERIDAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL - INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E FEFC - CONTAS BANCÁRIAS NÃO REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS - DOAÇÃO ESTIMÁVEL DE SERVIÇOS

- LOCAÇÃO DE VEÍCULO SEM DECLARAÇÃO DE DESPESA COM COMBUSTÍVEL – IRREGULARIDADES QUE PERFAZEM MENOS DE 10% (DEZ POR CENTO) DO TOTAL DA RECEITA ARRECADADA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL DE VALORES REFERENTES A DESPESAS REALIZADAS COM VERBAS DO FUNDO PARTIDÁRIO CUJA REGULARIDADE NÃO FOI COMPROVADA.

1 - Esta Corte Eleitoral já assentou entendimento segundo o qual é dispensável a apresentação de CRLV como forma de comprovar a propriedade de veículos locados em campanha. Precedente TRE/PI: PCE nº 0601251-28.2022.6.18.0000. Relatora: Juíza Lucicleide Pereira Belo - Sessão de 08 de dezembro de 2022.

2 – O art. 60, § 3º, da Res. TSE nº 23.607/2019 não tem caráter absoluto e o desatendimento da solicitação de material suplementar só deve acarretar consequências negativas para a prestadora ou prestador de contas quando a documentação fiscal contiver erros materiais ou impropriedades que suscitem dúvida razoável sobre a veracidade do respectivo conteúdo. Precedente TRE/PI: Acórdão 060121753, Relator: Nazareno César Moreira Reis - Sessão de 22 de janeiro de 2024.

3 - A ausência de detalhamento dos serviços prestados em campanha (militância e mobilização de rua), a fim de justificar os gastos com recursos do FEFC, compromete a higidez e a transparência das contas. Precedente: TRE/PI - PCE nº 0601039-07.2022.6.18.0000. Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis – Sessão de 12 de março de 2024.

4 - Verificou-se a existência da conta bancária não registrada na prestação de contas. Em consulta ao Sistema de Autorização e Autenticação da Justiça Eleitoral-ODIN/SPCE WEB/módulo extrato bancário eletrônico, constatou-se que não houve registro de movimentação financeira na citada conta, razão por que a falha deve ser considerada como erro material irrelevante no conjunto da prestação de contas — art. 76 da Res. TSE nº 23.607/2019.

5 - O candidato registrou a locação do seguinte veículo, mas sem a correspondente despesa com combustível. Na ausência de informação de que o veículo seria de uso pessoal do candidato, tal despesa deve constar na prestação de contas. “A falta do mencionado registro é indício de omissão de receitas, sendo falha de natureza grave, que compromete a confiabilidade das contas e a fiscalização pela Justiça Eleitoral, sendo imperiosa a desaprovação das contas nesse ponto” — TRE/PI: RE 0600279-14.2020.6.18.0005; Relator: Juiz Edson Vieira Araújo – Sessão de 19 de abril de 2021.

6 - As irregularidades remanescentes totalizam o montante de R\$ 20.501,05 (vinte mil, quinhentos e um reais e cinco centavos), o que corresponde a 3,32% (três inteiros e trinta e dois centésimos por cento) do total de recursos arrecadados na campanha (R\$ 616.250,00), circunstância que autoriza a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas às contas.

7 - Necessidade de devolução ao Tesouro Nacional do importe de R\$ 20.501,05 (vinte mil, quinhentos e um reais e cinco centavos) — art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

8 - Contas aprovadas com ressalvas — art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601070-27.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA. FALHAS QUE NÃO IMPEDEM A ANÁLISE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

– Entrega dos relatórios financeiros de campanha fora do prazo estabelecido pela legislação eleitoral e ausência de cruzamento de um cheque emitido, embora comprovado o pagamento ao prestador do serviço. - Conclusão. Falhas que não viabilizaram a fiscalização total das contas. – Aprovação com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601425-37.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. CANDIDATA. DEPUTADA ESTADUAL. APRESENTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA. FALHA FORMAL. SOBRA DE CAMPANHA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO SEM IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IRREGULARIDADE. DESPESA COM MILITÂNCIA. AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DOS REQUISITOS. FALHA PARCIALMENTE ATENDIDA. APOSIÇÃO DE RESSALVAS. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. DISCREPÂNCIA ENTRE NOTAS FISCAIS E CUPONS FISCAIS. DIVERGÊNCIA NA FORMA DE PAGAMENTO E TIPO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO. IRREGULARIDADE. DESPESAS COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. FALHA SUPERADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO. IRREGULARIDADE. DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. RESSALVA. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DESAPROVAÇÃO.

1. A prestadora descumpriu o prazo para entrega da prestação de contas. Porém, a aludida inconsistência não impediu a fiscalização pela Justiça Eleitoral da arrecadação e da aplicação de recursos. Falha que, por si só, não leva à desaprovação das contas.

2. Houve gastos com impulsionamento de conteúdo que não foram efetivamente utilizados e, por conseguinte, os créditos contratados e não utilizados devem ser transferidos como sobras de campanha.

3. Houve despesas com alimentação sem identificação dos destinatários das refeições. Em que pese a nota fiscal tenha sido juntada aos autos em um dos casos, não foi comprovada a correlação da aludida despesa com as atividades da campanha e, por conseguinte, não é possível aferir a destinação dos alimentos adquiridos em supermercado: uso pessoal (para si ou para terceiros) ou uso de campanha. Causa espécie a compra dos produtos sem qualquer justificativa de vínculo com a campanha, sobretudo pela natureza dos alimentos obtidos.

4. As despesas com pessoal sem o integral detalhamento previsto no art. 35,§ 12 da Resolução TSE nº 23.607/2019 impõe ressalva, porquanto a prestadora apresentou o contrato de prestação de serviços individual das pessoas contratadas com a respectiva identificação e jornada de trabalho. Aliado a isso, ela juntou as notas fiscais referentes ao serviço e comprovante de pagamento. Falha parcialmente suprida sujeita à aposição de ressalvas.

5. Houve divergências detectadas nos gastos com combustíveis. É certo que esta Corte possui jurisprudência sedimentada quanto à inexigibilidade de cupons fiscais. Mas, excepcionalmente, a solicitação dos aludidos documentos se faz necessária, quando há dúvidas ou indícios de irregularidade.

5.1. No caso específico, a juntada voluntária de cupons fiscais pela candidata com formas de pagamento diferentes daquela apresentada junto à nota fiscal afeta a transparência e confiabilidade das contas, sobretudo quando uma delas é realizada em espécie, o que é vedado pela legislação.

5.2. Causa espécie diversos cupons fiscais demonstrarem o pagamento de combustível por dinheiro, cartão de débito ou crédito, mas o comprovante do valor global ter sido realizado via pix. Acrescente-se a isso que os cupons não possuem o CNPJ da candidata, não sendo possível identificar o consumidor, de modo a permitir infirmar as dúvidas advindas das aludidas incoerências detectadas.

5.3. Resta evidente a grande discrepância entre a nota fiscal e os cupons apresentados, o que justifica a imputação de irregularidade. Inconcebível, pois, passar à margem do rigor da lei, diante de fatos tão graves como o abastecimento de veículo com combustível incompatível com o tipo de veículo declarado e pagamentos efetuados de forma diversa daquela declarada e demonstrada nos autos. Caracterizada irregularidade grave que impede a rastreabilidade dos recursos utilizados na campanha, em evidente prejuízo à confiabilidade e transparência das contas.

6. Não há irregularidade por ausência de prova material das despesas com publicidade, tendo a candidata acostado os documentos exigidos pela legislação, tais como nota fiscal com a descrição dos produtos, contrato, recibo, comprovante de pagamento.

7. No tocante à cessão de uso de veículo, a ausência de comprovação de propriedade do bem (CRLV) compromete a confiabilidade das contas, porquanto viola o art. 58,II da Resolução TSE nº 23.607/2019.

8. As doações recebidas e gastos eleitorais realizados em data anterior à data de entrega da prestação parcial e não informados à época são inconsistências que não conduzem, isoladamente, à desaprovação das contas.

9. A gravidade das irregularidades subsistentes impede a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

10. Desaprovação das contas e determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601341-36.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Ausência de extratos bancários e de registros idôneos das despesas e irregularidade da comprovação do gasto com combustíveis, do gasto com combustíveis, nas transferências entre contas e nas sobras de campanha.

- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.

- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601393-32.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Sobras de campanha.

- Divergência de informações e despesas realizadas após a concessão do CNPJ de campanha, mas antes da abertura da conta bancária específica de campanha.

- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.

- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601263-42.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Ausência de extratos bancários e de registros idôneos das despesas e irregularidade da comprovação do gastos e nas sobras de campanha.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601355-20.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- Irregularidades nas despesas com combustíveis.
- Conclusão. Aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
- Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601313-68.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Despesas com eventos de promoção da candidatura, incluindo a utilização de gerador de energia de 180kva, pagas com recursos do FEFC; extrapolação do limite de 20% do total dos gastos de campanha; e ausência de registro de despesas com advogado e contador.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601197-62.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATA. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- Divergência de dados dos fornecedores constantes da prestação de contas e as informações constantes da base de dados da SRF; e ausência de registros de movimentações bancárias.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados. Aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601349-13.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

– Irregularidades nas doações e registros de despesas.

- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.

- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601432-29.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PARA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS. ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. DIVERGÊNCIAS NOS VALORES REGISTRADOS DE DESPESAS PAGAS COM FEFC. VALORES IRRISÓRIOS. COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE DE BEM ESTIMADO EM DINHEIRO. DOAÇÕES RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E NÃO INFORMADAS À ÉPOCA. APRESENTAÇÃO DE PROVA MATERIAL DE DOAÇÃO ESTIMADA EM DINHEIRO. DESNECESSIDADE. FALHAS FORMAIS. IMPROPRIEDADES. CONTAS REGULARES. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. O mero atraso na entrega de relatórios financeiros trata-se de erro formal, que não prejudica a análise das contas, não possuindo o condão de, por si só, gerar a sua desaprovação.

2. O atraso na entrega das contas parciais se deu por apenas um dia e tal falha não maculou a regularidade das contas, não constituindo, diante da análise do contexto dos autos, uma irregularidade grave.

3. Em que pese tenham sido identificadas valores divergentes entre as despesas declaradas e aquelas comprovadas nos autos, trata-se de montante ínfimo (cinquenta e seis centavos), não restando configurada gravidade suficiente para ensejar a reprovação das contas e a devolução da quantia.

4. A documentação apresentada mostrou-se suficiente para comprovar a propriedade de bem cedido temporariamente para a campanha, motivo pelo qual não há irregularidade neste ponto.

5. Uma doação estimável em dinheiro foi recebida em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não foi informada à época. Tal inconsistência não implica, por si só, em falha grave, especialmente porque a doação foi devidamente registrada e comprovada na prestação de contas final e não envolveu a movimentação de recursos financeiros.

6. O §3º do art. 25 da Resolução TSE nº 23.607/2019 predica que “partidos políticos e candidatas ou candidatos podem doar entre si bens próprios ou serviços estimáveis em dinheiro, ou ceder seu uso, ainda que não constituam produto de seus próprios serviços ou de suas atividades”. Nesse caso, a legislação de regência, no seu art. 29, exige tão somente que haja emissão de recibo eleitoral entre o partido doador e candidato. Doação comprovada. Desnecessidade de apresentação de prova material do serviço doado.

7. Não evidenciada má-fé do prestador ou obstáculo grave para o controle e fiscalização da Justiça Eleitoral, as falhas apontadas, consideradas conjuntamente, não se revestem em causa para a desaprovação das contas.

8. Incidência do art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Contas aprovadas com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601291-10.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS QUE NÃO IMPEDEM A ANÁLISE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- Pagamento de valores em espécie. Necessidade de devolução.
- Conclusão. Falhas que não viabilizaram a fiscalização total das contas.
- Aprovação com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601046-96.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Atraso na apresentação das contas. Divergência de informações lançadas e não corrigidas.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601422-82.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Ausência de extratos bancários e de registros idôneos das despesas, bem como irregularidade na comprovação dos gastos.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600256-38.2020.6.18.0015. ORIGEM: CURRAIS/PI (15ª ZONA ELEITORAL – BOM JESUS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. CONTAS JULGADAS COMO NÃO PRESTADAS. SENTENÇA COM TRÂNSITO EM JULGADO. CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM. NULIDADE DA INTIMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. As contas de campanha do recorrente foram julgadas como não prestadas, tendo ocorrido o trânsito em julgado da sentença após intimação da parte.
2. A constituição da coisa julgada torna imutável a decisão, não sendo mais cabível a interposição de recurso. Assim, é impossível o chamamento do feito à ordem para discutir

nulidade da intimação em virtude da constituição da coisa julgada, de modo que a via eleita é inadequada para o fim pretendido pela parte.

3. Recurso conhecido e desprovido.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601291-10.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS QUE NÃO IMPEDEM A ANÁLISE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

- Pagamento de valores em espécie. Necessidade de devolução.
- Conclusão. Falhas que não viabilizaram a fiscalização total das contas.
- Aprovação com ressalvas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601046-96.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Atraso na apresentação das contas. Divergência de informações lançadas e não corrigidas.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601422-82.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. FALHAS NÃO SANADAS. CONTAS DESAPROVADAS.

- Ausência de extratos bancários e de registros idôneos das despesas, bem como irregularidade na comprovação dos gastos.
- Conclusão. Falhas que inviabilizaram a fiscalização total das contas, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto dos gastos efetivamente realizados.
- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601048-66.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

APRESENTAÇÃO DE CONTAS INTEMPESTIVA. FALHA FORMAL. ÚNICO VEÍCULO USADO PELA CANDIDATA. REGISTRO DE DESPESAS COM USO DE COMBUSTÍVEL. GASTO DE NATUREZA PESSOAL. IRREGULARIDADE. DESPESAS COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. DESNECESSIDADE. FALHA SUPERADA. AUSÊNCIA DE DIMENSÕES DO MATERIAL PRODUZIDO NO CORPO DE NOTA FISCAL. IRREGULARIDADE. DESPESAS COM MILITÂNCIA. AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS. DESPESAS PAGAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DOAÇÕES RECEBIDAS E GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. RESSALVA. GASTOS COM ASSESSORIA CONTÁBIL. PAGAMENTO POR PESSOA JURÍDICA. FONTE VEDADA. DESAPROVAÇÃO.

1. A prestadora descumpriu o prazo para entrega da prestação de contas. Porém, a aludida inconsistência não impediu a fiscalização pela Justiça Eleitoral da arrecadação e da aplicação de recursos. Falha que, por si só, não leva à desaprovação das contas.
2. Os gastos com combustível no único veículo utilizado pela candidata não deveriam ter sido registrados, pois configuram despesa de natureza pessoal. Por conseguinte, eles não poderiam ter sido pagos com recursos de campanha.
3. Não há irregularidade por ausência de prova material de despesas com publicidade, tendo a candidata acostado os documentos exigidos pela legislação, tais como nota fiscal com a descrição dos produtos e comprovante de pagamento. Todavia, duas notas fiscais não contém as dimensões do material produzido em seu conteúdo, em violação ao art. 60, § 8º da Resolução TSE nº 23.607/2019.
4. As despesas com pessoal sem o integral detalhamento previsto no art. 35, § 12 da Resolução TSE nº 23.607/2019 impõem ressalva, quando há o cumprimento parcial dos requisitos. No tocante às pessoas contratadas para mobilização de rua sem qualquer identificação, houve violação integral ao artigo supracitado, o que configura irregularidade.
5. As doações recebidas e gastos eleitorais realizados em data anterior à data de entrega da prestação parcial e não informados à época são inconsistências que não conduzem, isoladamente, à desaprovação das contas.
6. O pagamento de despesa de campanha por pessoa jurídica constitui recurso oriundo de fonte vedada.
7. A gravidade das irregularidades subsistentes impede a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.
8. Desaprovação das contas e determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601414-08.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS 2022. DEPUTADA ESTADUAL. DOAÇÃO ESTIMADA EM DINHEIRO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA SEM A APRESENTAÇÃO DE CNH DA DOADORA. IRREGULARIDADE NÃO SUJEITA À DEVOLUÇÃO. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS. DESPESA NÃO REGISTRADA. ALEGAÇÃO DE NOTA FISCAL CANCELADA. IRREGULARIDADE. UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE RECURSOS. CARACTERIZAÇÃO DE RONI. IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FEFC NÃO SUBSISTEM. OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO REGISTRO INTEGRAL DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CAMPANHA. DOAÇÕES RECEBIDAS ANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL QUE NÃO FORAM APRESENTAS À ÉPOCA. FALHAS FORMAIS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. A doação estimada em dinheiro consubstanciada pela prestação de serviço de motorista exige a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação do doador ou doadora. No caso dos autos, a CNH não foi apresentada, o que faz remanescer uma irregularidade na comprovação do referido recurso.
2. A incapacidade operacional do prestador de serviços, quando não atestada de plano, deve ser averiguada em rito adequado, assim, havendo nos autos da prestação de contas os documentos exigidos pela Resolução TSE nº 23.607/2019, não há que se falar em irregularidade por meros indícios.
3. A existência de documento fiscal não cancelado relativo a gasto eleitoral não informado, pode indicar pagamento de despesas com recursos que não transitaram pelas contas

bancárias específicas de campanha eleitoral, de modo que, não sendo possível identificar sua origem, sua utilização configura Recurso de Origem Não Identificada (RONI).

4. O § 3º do artigo 60 da Resolução TSE nº 23.607/2019, que faculta a possibilidade de serem exigidos outros documentos como meio de prova de despesas, tem como desiderato o cotejo com outros elementos já existentes diante de eventual dúvida, quando há insuficiência de documentos, indícios de omissão de despesas ou desvio de verbas, o que não é o caso dos autos. Assim, a prova material é prescindível quando a contratação estiver provada por documentos idôneos.

4.1. A análise da economicidade requer prova do excedente da média de mercado à época da contratação. No caso dos autos, esta prova não foi apresentada, motivo pelo qual não há que se falar em irregularidade por infringência ao princípio da economicidade.

4.2. É desnecessária a exigência de CRLV, em caso de locação de veículos.

5. A existência de conta bancária que não foi registrada na prestação de contas configura, em regra, irregularidade grave. Todavia, no caso dos autos, o NAAPC teve acesso aos extratos eletrônicos da candidata e constatou a ausência de movimentação financeira da conta omitida, não afetando, portanto, a confiabilidade das contas.

6. O atraso no registro de doações não tem o condão de macular as contas, desde que a movimentação esteja regularmente lançada na prestação de contas final e a falha não impeça a fiscalização por esta Justiça Eleitoral, o que ocorreu nos autos.

7. As irregularidades não sanadas representam percentual de menos de 1% do valor montante arrecadado para a campanha, sendo possível aplicar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

8. Contas aprovadas com ressalvas, com a obrigação do recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 2.132,70 (dois mil cento e trinta e dois reais e setenta centavos) relativo ao recebimento de recursos de origem não identificada, nos termos do art. 32 da Res. 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601321-45.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL - AUSÊNCIA DE GASTOS COM PESSOAL/ATIVIDADE DE MILITÂNCIA - VALOR EXPRESSIVO - SERVIÇO PRESTADO POR APOIADORES VOLUNTÁRIOS - DOAÇÃO ESTIMÁVEL- AUSÊNCIA DE REGISTRO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS - OMISSÃO DE DESPESAS - INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS – DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO DE VALORES REFERENTES A DESPESAS REALIZADAS COM VERBAS DO FEFC CUJA REGULARIDADE NÃO FOI COMPROVADA.

1- Não obstante a legislação eleitoral admita a atividade não remunerada de militantes que podem executar serviço de distribuição de materiais impressos de campanha, no caso dos autos, não se afigura verossímil tal alegativa pelos seguintes motivos: a) o expressivo número de materiais propagandísticos impressos (cerca de 350.000 impressos variados, dentre eles, santinhos, praguinhas, cartaz, adesivo, bandeiras, pirulito com bastão) e b) a adesão espontânea de apoiadores para prestação de serviços de distribuição de material de campanha deve ser declarada como doação estimável de serviço, por força do disposto no § 2º do artigo 43 da Resolução TSE nº 23.607/19, o que não ocorreu na presente hipótese.

2 - A utilização de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, no valor total de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), para aquisição de 270 (duzentos e setenta) refeições, sem o detalhamento dos beneficiários e o correspondente registro de contratação de pessoal ou de doação de serviços estimáveis que possam justificar o aludido consumo configura irregularidade. Esta Corte já firmou entendimento segundo o qual “a ausência de detalhamento dos serviços prestados em campanha, a fim de justificar os gastos com recursos do FEFC, compromete a higidez e a transparência das contas” (TRE/PI - PCE nº 0601039-07.2022.6.18.0000. Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis).

3- É inviável a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de mera ressalva às contas, haja vista a subsistência de irregularidades de natureza grave, notadamente a omissão de gastos e ou receitas, que além de não serem passíveis de mensuração, impedem a fiscalização da prestação de contas.

4- Obrigatoriedade de ressarcimento ao erário dos valores correspondentes a despesas realizadas com verbas do FEFC cuja regularidade não foi comprovada— art. 79, § 1º, art. 32, caput, e § 1º, I, da Res. TSE nº 23.607/2019.

5 - Contas desaprovadas — art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600091-86.2024.6.18.0035. ORIGEM: SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA/PI (35ª ZONA ELEITORAL – GILBUÉS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO. QUERELA NULLITATIS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES DE 2020. CONTAS NÃO PRESTADAS. INTIMAÇÃO DA SENTENÇA FEITA NO DJE EM NOME DE ADVOGADO NÃO CONSTITUÍDO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. AFRONTA AO ART. 98, §8º, DA RESOLUÇÃO TSE N. 23.607. PREJUÍZOS AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. PROVIMENTO. NULIDADE DO PROCESSO DESDE A INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. RROPCE JULGADO PROCEDENTE COM TRÂNSITO EM JULGADO. DESNECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA REFAZIMENTO DO ATO NULO. RECONHECIMENTO DE QUITAÇÃO ELEITORAL DO CANDIDATO EM RELAÇÃO ÀS CONTAS DEFINITIVAMENTE JULGADAS REGULARES. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A jurisprudência do TSE fixa que “o cabimento da querela nullitatis se limita aos casos em que constatada: a) ausência ou nulidade da citação ou b) a existência de sentença proferida sem dispositivo legal, sem assinatura do julgador ou exarada por quem não exerce ofício judicante ou atividade jurisdicional” AgR-PET 06003517 (Rel. Min. OG FERNANDES, DJE de 11/5/2020).(...) Precedentes. (...)” (TSE, ARESPE 060001452/AM, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Acórdão de 10/06/2021, Publicado no DJE 142, data 03/08/2021).

2. A intimação da sentença que julgou não prestadas as contas ocorreu por meio do DJE, em nome de advogado não habilitado nos autos, em afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Ausência de intimação pessoal do candidato, em afronta ao art. 98, §8º, da Resolução TSE n. 23.607.

3. A ausência de intimação da parte acerca dos atos praticados acarreta a nulidade do feito desde o momento em que deveria ter ocorrido, quando configurado prejuízo à parte que não foi regularmente intimada.

4. Antes de ajuizar a presente demanda, o recorrente apresentou requerimento de regularização de omissão das contas referentes às Eleições de 2020, o qual foi julgado procedente e transitou em julgado em 10/10/2022 (processo nº 0600065-59.2022.6.18.0035). Tal circunstância torna prescindível o retorno dos presentes autos à primeira instância para refazimento do ato nulo, uma vez que a pretensão recursal seria

exatamente a de ver julgadas as contas como devidamente prestadas – o que já ocorreu por meio de RROPCE.

5. Impõe-se a anulação do processo de prestação de contas respectivo a partir da intimação da sentença, sem retorno dos autos ao juízo de origem, bem como o reconhecimento da quitação eleitoral do recorrente em relação às aludidas contas de campanha, haja vista o trânsito em julgado da decisão que julgou procedente seu requerimento de regularização correspondente.

6. Recurso conhecido e provido.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601367-34.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

ELEIÇÕES 2022. CANDIDATO. SENADOR. DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS COMPROVADAS POR NOTAS FISCAIS. CUPONS FISCAIS COM EVIDÊNCIAS DE IRREGULARIDADES. DESPESA PAGA COM RECURSOS ORIUNDOS DO FEFC. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. DIVERGÊNCIA ENTRE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E FINAL. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO PARCIAL E NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. FALHAS FORMAIS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVA. DEVOLUÇÃO DE VALORES DO FEFC APLICADOS IRREGULARMENTE.

1. Este tribunal possui jurisprudência sedimentada quanto à inexigibilidade de cupons fiscais quando despesa for comprovada por notas fiscais. Contudo, excepcionalmente, quando houver dúvidas ou indícios de irregularidade, a Justiça Eleitoral poderá exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados, conforme art. 60, § 3º, da Resolução TSE 23.607/2019. Não fosse assim, bastaria ao candidato apresentar a nota fiscal global de despesas sem que eventual irregularidade detectada em algum item lançado na nota pudesse ser objeto de apuração e controle pela Justiça Eleitoral, o que não condiz transparência e lisura nos gastos com recursos públicos em campanhas eleitorais.

2. Cupons fiscais de abastecimento de veículos automotores com identificação de candidato diverso ou sem identificação do consumidor final denotam inconsistências nas notas fiscais que descrevem os respectivos gastos, devendo os valores constantes nos respectivos cupons ser restituídos ao Erário.

3. Abastecimentos realizados em veículo do próprio candidato configura violação aos artigos 35, § 6º, 36 e 38 da Resolução TSE 23.607/2019 e enseja a devolução dos valores respectivos ao Tesouro Nacional.

4. Gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, são inconsistências desprovidas do condão de macular, isoladamente, a prestação de contas. Precedentes.

5. Despesa realizada antes da abertura da conta bancária, porém declarada e comprovada nas contas, além de devidamente quitada, não compromete a lisura das contas.

6. Aprovação das contas com ressalvas, com fulcro no art. 74, II, da Resolução TSE nº 23.607/2019, com determinação de devolução de valores ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601153-43.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS - CANDIDATOS A GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR - DIVERGÊNCIA DE VALORES EM DOAÇÕES DE RECURSOS ESTIMADOS REALIZADAS PELO PRESTADOR A OUTROS CANDIDATOS OU PARTIDOS POLÍTICOS - AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DOAÇÕES DE VALOR ESTIMÁVEL RECEBIDAS POR OUTROS CANDIDATOS - IRREGULARIDADES EM DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FP E DO FEFC - AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS - GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA - IRREGULARIDADES QUE CORRESPONDEM A MAIS DE 10% (DEZ POR CENTO) DOS RECURSOS ARRECADADOS – DESAPROVAÇÃO - NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO ERÁRIO.

1 - A ausência de elementos comprobatórios complementares sobre a criação de peças publicitárias para a campanha eleitoral não configura, por si só, irregularidade que conduza a um juízo de reprovação da prestação de contas, quando presente nos autos a documentação fiscal exigida pela norma em vigor. Precedente TRE/PI: PCE 0601091-03.2022.6.18.0000; Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, Sessão de 18 de março de 2024).

2 - A ausência de detalhamento das atividades de militância e mobilização de rua, a fim de justificar os gastos com recursos do FP e FEFC, compromete a higidez e a transparência das contas — art. 35, § 12, da Res. TSE nº 23.607/2019.

3 – A ausência de CRLV dos veículos locados não é hábil a comprometer a confiabilidade das contas, uma vez que a comprovação deve ser realizada por meio de outros documentos. Precedente TRE/PI: PCE nº 0601280-78.2022.6.18.0000, Relator. Des. José James Gomes Pereira, julgado em 04 de março de 2024.

4 - A comprovação dos gastos com combustível é demonstrada por notas fiscais, não havendo necessidade de se exigir cupom fiscal como prova adicional. Precedente TRE/PI: PC nº 060129984 – Relator: Des. José James Gomes Pereira – Julgamento em 19/02/2024.

5 - A incompletude dos dados nas contas parciais constitui falha apta a ensejar a rejeição das contas, uma vez que obsta seu controle social e concomitante — art. 47, caput, inciso I, §§ 6º e 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

6 - Irregularidades que correspondem a mais de 40% (quarenta por cento) do total de recursos arrecadados, circunstância que desautoriza a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas às contas.

7 – Obrigatoriedade de ressarcimento ao erário de verbas do Fundo Partidário empregadas sem a respectiva comprovação de regularidade — art. 79, § 1º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

8 - Contas desaprovadas — art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601419-30.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS INSERIDAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS E NA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL. INCONSISTÊNCIAS NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEFC). AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PROPRIEDADE E DE AVALIAÇÃO, POR MEIO DE PESQUISA DE PREÇO PRATICADO

NO MERCADO, DO BEM IMÓVEL CEDIDO PARA APOIO À CAMPANHA DO CANDIDATO. DOAÇÕES ELEITORAIS RECEBIDAS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PARCIAIS, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS REGISTRADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL E NA PARCIAL. GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. IRREGULARIDADES QUE ENVOLVEM SIGNIFICATIVO PERCENTUAL DOS RECURSOS ARRECADADOS. CONTAS DESAPROVADAS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

1. A intempestividade na apresentação das contas finais não implica, por si só, sua desaprovação. Precedente do TSE, segundo o qual “o atraso na apresentação das contas não resulta necessariamente na sua desaprovação, mas na análise de cada caso em específico pelo órgão julgador, podendo configurar, no contexto geral, falha formal a ensejar mera anotação de ressalva” (TSE, Prestação de Contas 060026313/DF, rel. Min. SÉRGIO SILVEIRA BANHOS; DJE de 15/03/2021, Tomo 46). No mesmo sentido, esta Corte Eleitoral já firmou entendimento nesse sentido (PCE nº 0601617-67.2022.6.18.0000 – Relator: Lirton Nogueira Santos).

2. No tocante ao dispêndio com serviços de impulsionamento de conteúdos digitais por meio da plataforma GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA, a nota fiscal eletrônica obtida a partir de consulta à base de dados da Justiça Eleitoral aponta a existência de uma divergência de R\$ 387,63 (trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) em relação ao valor lançado nas contas do candidato. Trata-se de recurso do Fundo Especial de Campanha (FEFC), razão por que a quantia resultante da discrepância deve ser devolvida ao Tesouro Nacional — art. 35, § 2º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. A ausência de elementos comprobatórios (materialidade) da efetiva confecção e/ou entrega dos produtos ou prestação dos serviços relacionados à publicidade não configura, por si só, irregularidade que, contextualmente, conduza a um juízo de reprovação pontual da prestação de contas. Na espécie, ao menos formalmente, as informações da unidade técnica indicam a regularidade desse tipo de gasto, descabendo, no particular, a adoção de mais providências para a apuração dos eventos, que envolvem o desembolso de recursos originários dos cofres públicos.

4. Esta Corte Eleitoral já assentou entendimento segundo o qual a “ausência da CNH do motorista contratado foi mitigada pela apresentação de nota fiscal, contrato de prestação de serviços e comprovante de transferência para a conta bancária do beneficiário” (PCE nº 0601091-03.2022.6.18.0000. Relatora: Nazareno César Moreira Reis – Sessão de 29 de abril de 2024), razão por que entendo como sanada a falha.

5. A ausência de comprovação da propriedade e da avaliação, por meio de pesquisa de preço praticado no mercado, do bem imóvel cedido para funcionamento do comitê de campanha do candidato (valor estimável de R\$ 4.500,00) configura recebimento de recurso de origem não identificada e implica a necessidade de devolução da quantia respectiva ao Tesouro Nacional, a teor do art. 32, caput, e § 1º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019. Precedente desta Corte nos autos da PCE nº 0601217-53.2022.6.18.0000 – Relator: Nazareno César Moreira Reis, julgada na sessão de 22.01.2024.

6. “O não espelhamento com a realidade das contas parciais inviabiliza ou torna extremamente difícil, que a Justiça Eleitoral avalie a existência de eventual irregularidade antes da apresentação das contas finais. [...]” (TRE-PI - RE: 060044027 PARNAÍBA - PI, Relator: Agliberto Gomes Machado). Por outro lado, por não se tratar de malversação de recurso público envolvido na presente falha, incabível a devolução dos valores respectivos ao Tesouro Nacional.

7. A incompletude dos dados nas contas parciais constitui falha apta a ensejar a rejeição das contas, uma vez que obsta seu controle social concomitante — art. 47, §§ 6º e 7º, da Res. TSE nº 23.607/2019.

8. Tendo em vista que a expressão monetária das irregularidades remanescentes corresponde a mais de 12% (doze por cento) do total de recursos arrecadados, é imperativa a desaprovação das contas ora submetidas a julgamento, dada a impossibilidade de incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas, sem embargo da determinação de devolução ao Tesouro Nacional dos valores originários do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, cuja regularidade de aplicação não ficou comprovada ou que foi indevidamente utilizada, bem como de recursos de origem não identificada (RONI) - — art. 79, § 1º, art. 32, caput, e § 1º, I, da Res. TSE nº 23.607/2019.

9. Contas desaprovadas (Res. 23.607/2019/TSE, art. 74, caput, III).

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601424-52.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA ELEITORAL. CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL. ELEIÇÕES 2022. IRREGULARIDADES. PRELIMINAR DE NULIDADE DE CITAÇÃO AFASTADA. INÉRCIA DA CANDIDATA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE NO EMPREGO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FEFC. IRREGULARIDADES QUE IMPLICAM DEVOLUÇÃO DE RECURSOS AO ERÁRIO EM PERCENTUAL RELEVANTE NO CONTEXTO DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL.

I. CASO EM EXAME

1. Trata-se de prestação de contas de campanha eleitoral apresentada por candidata a Deputada Estadual nas Eleições de 2022. Após parecer técnico apontando irregularidades, a candidata permaneceu inerte, mesmo após intimação. O parecer do Ministério Público Eleitoral também recomendou a desaprovação das contas e a devolução de recursos ao Tesouro Nacional.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2. Validade da citação realizada por WhatsApp.

3. Irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Partidário e do FEFC.

4. Divergências na prestação de contas e falta de comprovação de despesas.

III. RAZÕES DE DECIDIR

5. A citação via WhatsApp deu-se de forma válida, nos termos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

6. Falhas como a ausência de comprovação de despesas e divergências de valores entre bases de dados comprometeram a regularidade das contas.

7. Irregularidades que implicam devolução ao erário correspondendo a 57,73% (cinquenta e sete inteiros e setenta e três centésimos por cento) do total de recursos arrecadados na campanha. Impossibilidade de incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas.

8. Aplicação do art. 79, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, que exige o recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores gastos de forma irregular ou não devidamente comprovados.

IV. DISPOSITIVO E TESE

9. Desaprovadas as contas da candidata, com determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional do montante de R\$ 77.362,11 (setenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais e onze centavos).

10. A ausência de comprovação da regularidade no uso de recursos do Fundo Partidário e do FEFC afeta a transparência e a hígidez das contas.

Normativo relevante citado: Resolução TSE n. 23.607

14 PRESTAÇÃO DE CONTAS – PARTIDOS POLÍTICOS

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017–54.2022.6.18.0018. ORIGEM: VALENÇA DO PIAUÍ/PI (18ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE JANEIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ÓRGÃO PARTIDÁRIO. EXERCÍCIO 2021. OMISSÃO DE RECEITAS E/OU DESPESAS COM SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. NOTIFICAÇÃO PARA SUPRIR AS OMISSÕES. JUNTADA DE DOCUMENTOS NAS RAZÕES FINAIS. IMPOSSIBILIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE. INAPLICÁVEIS OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. DESPROVIMENTO.

1 – Ausência de registro de serviços advocatícios. Intimado a sanar a irregularidade, o partido manteve-se inerte, manifestando-se apenas quando das razões finais, o que não é admitido em decorrência da preclusão (Resolução TSE nº 23.604/2019 – artigo 40, § único).

2 – A omissão de receitas/despesas com serviços advocatícios é irregularidade grave que compromete a efetiva fiscalização da Justiça Eleitoral, o que acarreta a sua desaprovação. Precedente TRE/PI – PC 0600291–14.2018.6.18.0000).

3 – Sentença mantida. Recurso desprovido.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601385–55.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ELEIÇÕES 2022 – ÓRGÃO PARTIDÁRIO REGIONAL – INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA – RECEBIMENTO DE DOAÇÃO EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MAS NÃO INFORMADA À ÉPOCA – OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS – RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA – DEVOLUÇÃO AO TESOIRO NACIONAL – AUSÊNCIA DE DESTINAÇÃO DOS VALORES MÍNIMOS DO FUNDO PARTIDÁRIO RELATIVOS ÀS CANDIDATURAS FEMININAS E ÀS CANDIDATURAS DE NEGROS/PARDOS – IRREGULARIDADES GRAVES – INVIABILIDADE DE INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PARA APLICAÇÃO DE MERA RESSALVA – DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS – NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL.

1. O descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral, bem como o recebimento de doação em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informada à época, em desacordo com a norma inscrita no art. 47, *caput*, inciso I, §§ 6º e 7º, da Resolução TSE nº 23.607/2019, configuram irregularidades graves, uma vez que obstam o controle concomitante de regularidade das contas pela Justiça Eleitoral, bem como o controle social.

2. A existência de notas fiscais nas quais o prestador de contas figura como adquirente dos serviços ou produtos contratados impõe-lhe o ônus de esclarecer a falta de informações nos autos que respeitem às despesas respectivas; a só afirmação de ocorrência de equívoco é insuficiente para o esclarecimento dos fatos, configurando-se omissão impeditiva do controle das contas apresentadas e, em decorrência da impossibilidade de identificação de sua origem, os valores envolvidos devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, nos termos do disposto no artigo 32, § 1º, inciso VI e §6º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

3. O STF, na ADI nº 5617, equiparou “o patamar legal mínimo de candidaturas femininas ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do Fundo alocado a cada partido para as eleições majoritárias e proporcionais. O tema é regido, ainda, pela Resolução TSE nº 23.607/2019, cujo § 3º, I, do art. 19 prevê que, para o financiamento de candidaturas femininas, a representação do partido na circunscrição do pleito deve destinar o percentual mínimo de 30% dos gastos contratados com recursos do Fundo Partidário nas campanhas eleitorais. Na hipótese dos autos, o partido prestador de contas gastou

R\$ 5. 500,00 (cinco mil e quinhentos reais) oriundos do Fundo Partidário, porém não destinou qualquer valor à(s) candidatura(s) feminina(s), o que configura irregularidade por descumprimento da norma de distribuição de recursos públicos para as campanhas de candidatas.

4. Na Medida Cautelar proferida na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – DPF nº 738/DF, o STF reconheceu a necessidade da adoção de políticas afirmativas aptas à promoção de candidaturas de pessoas negras no âmbito eleitoral e determinou, já a partir das Eleições 2020, nos exatos termos da resposta do TSE à Consulta 600306–47, que: “os recursos públicos do Fundo Partidário e do FEFC e o tempo de rádio e TV destinados às candidaturas de mulheres devem ser repartidos entre mulheres negras e brancas na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações”, assim como “os recursos públicos do Fundo Partidário e do FEFC e o tempo de rádio e TV destinados às candidaturas de mulheres devem ser destinados ao custeio das candidaturas de homens negros na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações”.

5. O parecer técnico registrou que o prestador de contas deveria ter destinado às candidaturas femininas e masculinas de pessoas negras/pardas, no mínimo, os valores de R\$ 1.100,06 (mil e cem reais e seis centavos) e R\$ 1.100,33 (mil e cem reais e trinta e três centavos) originários do Fundo Partidário, respectivamente, mas não destinou qualquer valor, restando configurada irregularidade.

6. Nos termos do teor do art. 19, § 9º c/c o art. 79, §§ 1º e 2º, da Res. TSE 23.607/2019, impõe-se o recolhimento ao Tesouro Nacional das importâncias de R\$ 1.650,00 (mil e seiscentos e cinquenta reais) e de R\$ 2.299,00 (dois mil duzentos e noventa e nove reais), respectivamente, referentes aos valores do Fundo Partidário que deveriam ter sido aplicados pelo partido nas candidaturas femininas e de negros/pardos.

7. As falhas existentes no balanço contábil objeto destes autos envolvem recursos no montante de 100% (cem por cento) do total arrecadado pelo partido durante o pleito, tendo havido, ainda, omissão de receitas e despesas (RONI) e irregularidade na gestão de recursos públicos oriundos do Fundo Partidário, falhas cuja gravidade inviabiliza a incidência dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para aplicação de mera ressalva às contas.

8. Contas desaprovadas. Determinação de recolhimento ao erário de RONI e de recursos do Fundo Partidário empregados mediante irregularidade.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600095–79.2022.6.18.0040. ORIGEM: SÃO JULIÃO/PI (40ª ZONA ELEITORAL – FRONTEIRAS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 05 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. PRECLUSÃO DA OPORTUNIDADE PARA A JUNTADA DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DA MÍDIA ELETRÔNICA A QUE SE REFERE O ARTIGO 55, *CAPUT* E §§, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. OMISSÃO RELATIVA A ELEMENTOS IMPRESCINDÍVEIS À VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. OBSTRUÇÃO DO PODER-DEVER DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE JULGOU AS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS.

1 – Não se admite a juntada de documentos após o prazo para diligência específica, do qual o prestador de contas foi devidamente intimado, tendo em vista a ocorrência de preclusão, nos termos do artigo 69, § 1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

2 – A apresentação de mídia eletrônica com os documentos relacionados no inciso II do artigo 53, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (extratos bancários, documentos fiscais e comprovantes bancários, entre outros), nos termos do respectivo § 1º e do artigo 55, § 1º, do mesmo ato normativo, é imprescindível para a fiscalização e controle que a Justiça Eleitoral deve realizar por meio do processo de prestação de contas. A ausência desse componente inviabiliza a averiguação da veracidade e correção das informações lançada na prestação de contas, impedindo a atividade fiscalizatória da Justiça Eleitoral, de modo que a omissão equivale ao descumprimento do próprio dever de prestar contas.

3 – No caso em exame, não há reparos a se fazer na sentença impugnada, que julgou as contas do recorrente como não prestadas.

4 – Quanto à ausência de instrumento de mandato válido para a constituição de advogada ou de advogado na fase instrutória e à falta de registro e comprovação de despesas com serviços de assessor/consultoria jurídica e contábil – de contratação presumivelmente necessária numa campanha (Resolução TSE 23.607/2019, artigo 45, §§ 4º e 5º), configuram omissões que, no contexto, apenas acentuam o descaso do partido com o dever de prestar contas à Justiça Eleitoral e confirmam a constatação de inadimplência ínsita ao parecer conclusivo da unidade técnica.

5 – Por se tratar de omissão de contas, não há como se aplicar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de sorte a propiciar a aprovação das contas, ainda que com ressalvas.

6 – Recurso desprovido.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600289–05.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. AUSÊNCIA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. CONTAS DESAPROVADAS.

1. A isenção quanto à necessidade de escrituração contábil digital, não dispensa a agremiação partidária da necessidade de apresentação de documentos contábeis, como o Livro Diário e o Balanço Patrimonial.

2. A ausência de peças e documentos obrigatórios, notadamente os extratos bancários, inviabiliza a verificação da origem e aplicação dos recursos financeiros arrecadados e a confirmação dos dados constantes dos extratos eletrônicos e, por corolário, prejudica a análise das contas.

3. A ausência de nota fiscal com a descrição detalhada da despesa ou de contrato de prestação de serviços, configura irregularidade e prejudica a fiscalização das contas.

4. Contas desaprovadas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600066–37.2022.6.18.0005. ORIGEM: SÃO JOÃO DA VARJOTA/PI (5ª ZONA ELEITORAL – OEIRAS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO ORDINÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. FALTA DE CITAÇÃO VÁLIDA. AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE PARA O SUPRIMENTO DA OMISSÃO NA FORMA REGULAMENTAR. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. SENTENÇA INVÁLIDA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1 – O Partido Progressista e seu presidente não tiveram oportunidade de suprir a omissão e apresentarem suas contas eleitorais, configurando-se omissão procedimental que implicou violação ao devido processo legal, ampla defesa e contraditório (Resolução TSE nº 23.607/2019, Art. 49, § 5º, IV, e artigo 98, § 8º). Disso decorre a invalidade da sentença e de todos os atos que a antecederam a partir do ato processual realizado em desacordo com a norma de regência.

2 – Sentença anulada. Recurso prejudicado.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600084–26.2022.6.18.00. ORIGEM: BARRA D'ALCÂNTARA/PI (48ª ZONA ELEITORAL – ELESBÃO VELOSO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES GERAIS 2022. JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO TESOUREIRO DO PARTIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Houve violação ao art. 98, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, por ausência de citação do tesoureiro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Barra D'Alcântara–PI.

2. A ausência de citação válida da agremiação partidária, tesoureiro e presidente no processo de prestação de contas representa cerceamento de defesa.
3. Preliminar de nulidade da sentença acolhida, com determinação de devolução destes autos ao juízo de origem, para saneamento e regular processamento do feito desde a fase de citação.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600062–17.2022.6.18.0064. ORIGEM: IPIRANGA DO PIAUÍ (64ª ZONA ELEITORAL – INHUMA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADA. JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA: PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DA MÍDIA ELETRÔNICA COM A PRESTAÇÃO DE CONTAS. OMISSÃO DE ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL À VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. OBSTRUÇÃO DO PODER-DEVER DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. INVIABILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE PARA APLICAÇÃO DE MERAS RESSALVAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE JULGOU AS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS. RECURSO DESPROVIDO.

1 – Embora sucinta, a sentença impugnada externou, de forma clara e fundamentada, o livre convencimento do magistrado, formado a partir das provas existentes nos autos e adequadamente embasado em disposições da Resolução TSE nº 23.607/2019. Preliminar de nulidade rejeitada.

2 – Opera-se a preclusão para a juntada de documentos quando o prestador de contas é regularmente intimado para apresentá-los em momento oportuno, mas não o faz.

3 – A apresentação de mídia eletrônica com os documentos relacionados no inciso II do art. 53, *caput*, da Resolução TSE nº 23.607/2019 (extratos bancários, documentos fiscais e comprovantes bancários, entre outros), nos do § 1º e do art. 55, § 1º, do mesmo normativo, é imprescindível para a fiscalização e controle que a Justiça Eleitoral deve realizar, por meio do processo de prestação de contas, sobre as movimentações de recursos financeiros em campanhas eleitorais.

4 – A ausência da mídia eletrônica com as contas inviabiliza a averiguação da veracidade e correção das informações lançadas na prestação de contas, obstaculizando a atividade fiscalizatória do Estado, de sorte que a omissão equivale ao descumprimento do próprio dever de prestar contas à Justiça Eleitoral, com ensejo para a incidência do disposto no art. 74, § 2º, *a contrario sensu*, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

5 – Na espécie, descabem reparos na sentença impugnada, que julgou as contas do recorrente como não prestadas.

6 – Por se tratar de omissão de contas, não há ensejo para aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade de sorte a propiciar a aprovação das contas com meras ressalvas.

7 – Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020–16.2022.6.18.0048. ORIGEM: BARRA D'ALCÂNTARA/PI (48ª ZONA ELEITORAL – ELESBÃO VELOSO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2021. JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO TESOUREIRO DO PARTIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Houve violação ao art. 98, III, da Resolução TSE nº 23.607/2019, por ausência de citação do tesoureiro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Barra D'Alcântara-PI.

2. A ausência de citação válida da agremiação partidária, tesoureiro e presidente no processo de prestação de contas representa cerceamento de defesa.

3. Preliminar de nulidade da sentença acolhida, com determinação de devolução destes autos ao juízo de origem, para saneamento e regular processamento do feito desde a fase de citação.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600008–08.2022.6.18.0046. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA. JULGADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO. 2021. PARTIDO POLÍTICO. DESAPROVAÇÃO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE 23.604/2019. FALHA. AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO. IRREGULARIDADE SANÁVEL. DOCUMENTO JUNTADO AO RECURSO. FALHA GERADORA DE RESSALVAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. REFORMA DA SENTENÇA. APROVAÇÃO COM RESSALVA DAS CONTAS.

1. Verificou-se a ausência da procuração, em afronta ao art. 29, §§ 1º e 2º c/c art. 45, § 1º, da Resolução TSE n. 23.604/2019, situação que autoriza a desaprovação das contas, com fulcro no art. 45, III, b, daquela Resolução.

2. No entanto, com relação à regularidade da representação processual, cabe destacar que o recorrente juntou a procuração em sede de recurso.

3. Acerca da regularização da representação processual em sede recursal, vale registrar o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral de que “a ausência de instrumento de mandato não pode representar, irreparavelmente, a não prestação de contas por se tratar de irregularidade sanável”, tendo sido regularizada a representação processual do partido, percebo que a inconsistência foi sanada com a apresentação da procuração no ID 22088904, mesmo que juntada a destempo.

4. Com efeito, a jurisprudência do desta Justiça Especializada entende que é admissível a juntada de procuração na fase recursal, porquanto não se aplica a preclusão para esse fim.

5. Assim, a falha na intempestividade da regularização da representação processual persiste, mas é capaz de impor meras ressalvas nas contas.

6. Recurso conhecido e provido parcialmente, para reformar a sentença e aprovar com ressalvas as contas, nos termos do art. 45, II, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600234–54.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. IRREGULARIDADES REMANESCENTES NÃO ENVOLVERAM A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E NÃO IMPEDIRAM A ANÁLISE DAS CONTAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Irregularidade relativa à ausência de assinatura de recibo de doação, totalizando o valor de R\$ 11,00 (onze reais). Doação que não remete à aplicação irregular de recursos de natureza pública. Diante da possibilidade de identificação do doador através de seu CPF, entende-se que esta falha não traz mácula capaz de, por si só, provocar a rejeição das presentes contas.

2. Necessidade de apresentar justificativas e documentação fiscal comprobatória acerca de transferências bancárias. Partido não cumpriu todos os requisitos dos §§ 5º e 6º do art. 11 da Resolução TSE 23.604/2019. Configurada irregularidade, que não envolve a aplicação irregular de recursos de natureza pública.

3. Necessidade de apresentação de justificativa de pagamento da despesa realizada com publicidade, com fornecedor diverso do constante da Nota Fiscal constante nos autos e da prova material da referida despesa, paga com Outros Recursos, nos termos do art. 18, § 7º, I, da Res. TSE nº 23.604/2019). Juntada de declaração emitida pela empresa contratada, informando que o pagamento havia sido realizado à pessoa física por não haver, à época, conta bancária no nome da Pessoa Jurídica. Despesa que não envolve recursos de natureza pública. Irregularidade remanescente.

4. Divergência de valores identificada entre o demonstrativo de transferência de recursos a partidos e candidatos e o extrato da prestação de contas. Houve a constatação dos lançamentos compreendidos no “Demonstrativo de Transferência de Recursos a Partidos e Candidatos”, os quais representam as movimentações dessa natureza, identificadas nos extratos eletrônicos da

conta “Outras Recursos”. Assim, observa-se que houve um defeito formal, que não impediu a análise das contas.

5. As falhas remanescentes, avaliadas em conjunto, não possuem gravidade e, pela representatividade diante do valor recebido em recursos, autorizam a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

6. Contas aprovadas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600085–51.2021.6.18.0046. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/19. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. CONTAS APROVADAS.

1 – A procuração foi colacionada aos autos. A única falha que motivou a desaprovação das contas pela sentença de primeiro grau foi sanada;

2 – A falha processual em questão não impede o regular julgamento das contas, ainda que a regularização tardia seja indesejável, a falta de procuração na ocasião certa, mas posteriormente sanada ainda na instância ordinária, não pode indicar de modo inevitável a desaprovação das contas e, sim, sua aprovação, devendo a r. sentença de primeiro ser reformada

3 – Contas Aprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600183–09.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADAS EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022. PARTIDO E AGENTES RESPONSÁVEIS REGULARMENTE NOTIFICADOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO APRESENTADAS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. PROIBIÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO E FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA.

1. A não apresentação da prestação de contas após a regular notificação do Partido e seus agentes responsáveis, consoante o disposto no art. 45, IV, “a”, da Resolução TSE nº 23.604/2019, impõe o julgamento das contas como não prestadas.

2. O julgamento das contas da agremiação partidária como não prestadas acarreta a perda do direito ao recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, e a obrigação de devolver integralmente todos os recursos provenientes do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que lhe forem entregues, distribuídos ou repassados (art. 47 da Resolução TSE nº 23.604/2019).

3. Não se vislumbra, neste momento, a necessidade de imposição da obrigação de devolução de eventuais recursos, visto que, como preconizado nas informações prestadas pelo Núcleo de Apoio e Assistência às Prestações de Contas: a) Relativamente aos extratos bancários, constam os registros de 03 (três) contas bancárias para o Diretório do PROS, abertas em 17/09/2019 e 03/09/2020, sem movimentação financeira no exercício de 2022; b) não consta registro de utilização pelo Partido de recibos de doação, em razão do registro de abertura de prestação de contas anual/2022 apenas como Módulo Cadastro, sem encerramento das contas e envio à Justiça Eleitoral; e c) não consta informação de lançamento quanto a recebimento de recursos do Fundo Partidário, uma vez que não houve entrega da prestação de contas anual, exercício 2022, do Partido PROS/PI, mas tão somente registro de abertura de prestação de contas anual/2022 como Módulo Cadastro.

3.1. Ressalta ainda que em consulta à prestação de contas do Diretório Nacional do PROS, disponibilizada na página do TSE, não consta repasse de cotas de recursos do Fundo Partidário ao Diretório Estadual do PROS do Piauí.

4. Fica, no entanto, proibido o recebimento de novas cotas do Fundo Partidário e do FEFC enquanto não for regularizada a situação do partido político.

5. Contas não prestadas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600087-05.2022.6.18.0040. ORIGEM: SÃO JULIÃO/PI (40ª ZONA ELEITORAL – FRONTEIRAS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 04 DE MARÇO DE 2024.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. PARTIDO POLÍTICO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. NÃO APRESENTAÇÃO DAS CONTAS. AUTUAÇÃO COMO INADIMPLENTE. NÃO ATENDIMENTO DAS DILIGÊNCIAS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. APRESENTAÇÃO, NA FASE RECURSAL, APENAS DOS EXTRATOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL. AUSÊNCIA DE FATO EXCEPCIONAL IMPEDITIVO A JUSTIFICAR A APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS. PRECLUSÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 49, § 5º, VII, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.607/2019. CONTAS NÃO PRESTADAS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Com base em firme jurisprudência, não é possível admitir a juntada de documentos na fase recursal, ante a operação da preclusão, notadamente quando oportunizada a devida apresentação na instância *a quo*.

2. Na espécie, a agremiação teve suas contas julgadas não prestadas porque, inicialmente, não prestou suas contas, e quando intimado no bojo do processo autuado de ofício por inadimplência, deixou de se manifestar e de apresentar os documentos solicitados. Na fase recursal, apresentou apenas os extratos de prestação de contas final e alegou ausência de movimentação financeira de campanha.

3. Os documentos que devem compor a prestação de contas de campanha, referentes às eleições de 2022, estão elencados no art. 53, da Resolução TSE nº 23.607/2019. A regularização cadastral relativa a essas contas deve ser feita na forma do § 2º, do art. 80, da Resolução TSE nº 23.607/2019, a demandar a autuação de processo específico para este fim.

4. Persiste a obrigação de prestar contas de campanha eleitoral ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, conforme se extrai das disposições dos arts. 46 e 53, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019.

5. Por força do disposto no art. 49, § 5º, VII, c/c o art. 74, IV, “b”, ambos da Resolução TSE nº 23.607/2019, permanecendo a omissão na apresentação dos documentos necessários e suficientes para a análise das contas, tal como exigidos pelo art. 53, desse mesmo normativo, as contas serão julgadas como não prestadas.

6. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600126-59.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. IRREGULARIDADES QUE COMPROMETEM A HIGIDEZ E CONFIABILIDADE DAS CONTAS. REPRESENTATIVIDADE DE 33,8% DA ARRECADAÇÃO ANUAL DO PARTIDO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO E/OU COMPROVAÇÃO IRREGULAR. CONTAS DESAPROVADAS. DEVOLUÇÃO AO TESOIRO NACIONAL DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO IRREGULARMENTE APLICADOS.

1. Na espécie, a comprovação dos gastos da agremiação não atendeu integralmente as disposições do art. 18, da Resolução TSE nº 23.604/2019. Além de outras irregularidades tratadas no voto condutor, foram identificadas a tentativa de comprovação de mais de uma despesa com a mesma documentação fiscal, comprovação com documentos não contemporâneos à prestação dos serviços declarados, além de pagamentos sucessivos de iguais valores feitos para um mesmo prestador de serviços, com parte da documentação apresentada em nome de terceiro, sem justificativa plausível. Ademais, foram identificadas doações sucessivas de mesmo valor e por uma mesma pessoa, na mesma data, com nítido intuito de burlar as disposições do § 3º, do art. 8º, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

2. As irregularidades apresentadas comprometem significativamente a higidez e transparência das contas da agremiação e, por sua natureza e representatividade (cerca de 33,8% do montante arrecadado), resta inviável a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. Consoante entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, "[...] por se tratar de recursos públicos, não é admissível que o julgador decida pela regularidade do dispêndio apenas por presunção, pois cabe ao responsável pela despesa a prova de que os recursos pagos se destinaram efetivamente ao objeto vinculado ao interesse público, por determinação legal" (ED-PC nº 0601859-03/DF, rel. Min. Sérgio Banhos, julgados em 17.2.2022, DJe de 20.4.2022).

4. Por força do art. 45, III, "a", da Resolução TSE nº 23.604/2019, as contas devem ser desaprovadas quando verificadas irregularidades que comprometam a integridade das contas, como é o caso dos autos.

5. Em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 71, da Resolução TSE nº 23.604/2019, "a autoridade judicial responsável pela análise das contas, ao verificar a presença de indícios de irregularidades que possam configurar ilícitos, remeterá as respectivas informações e documentos aos órgãos competentes para apuração de eventuais crimes" (Lei nº 9.096/1995, art. 35; e Código de Processo Penal, art. 40).

6. Contas desaprovadas. Determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor gasto irregularmente com recursos oriundos do Fundo Partidário.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600088-41.2021.6.18.0002. ORIGEM: TERESINA/PI (2ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MARÇO DE 2024.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. PARTIDO. CITAÇÃO EXCLUSIVA DO PARTIDO VIGENTE À ÉPOCA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS MEMBROS RESPONSÁVEIS. FUSÃO PARTIDÁRIA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS ATUAIS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA. ACOLHIDA. RETORNO DOS AUTOS À ZONA DE ORIGEM.

1. O presidente do partido não foi citado, tampouco o tesoureiro e membros substitutos à época do exercício financeiro, em violação aos arts. 30 a 32 da Resolução TSE nº 23.604/2019.

2. O partido originário foi extinto, tendo sido criada outra agremiação partidária mediante fusão, a qual não dispõe de diretório municipal. Por conseguinte, o diretório regional do novo partido tem o dever de prestar contas, devendo seus dirigentes serem citados para compor o processo.

3. A citação exclusiva da agremiação vigente à época violou a norma de regência, bem como inviabilizou a oportunidade de defesa do próprio partido e dos demais membros. Resta, pois, concluir que o prejuízo ao prestador é evidente, uma vez que não houve resposta às diligências requeridas durante a tramitação do processo na zona.

4. Preliminar de nulidade da sentença acolhida, com determinação de devolução destes autos ao juízo de origem, para saneamento e regular processamento do feito desde a fase de citação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601042-59.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 19 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. APROVAÇÃO.

1. A arrecadação e a aplicação de recursos financeiros utilizados nas campanhas eleitorais estão disciplinadas na Lei nº 9.504/97, cuja regulamentação para o pleito de 2022 deu-se pela Resolução TSE nº 23.607/2019.

2. O partido apresentou devidamente as suas contas e, após a análise de toda a documentação prestada, não se identificou qualquer irregularidade.

3. Contas aprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600090-17.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MARÇO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PARTIDO POLÍTICO. PARTIDO INCORPORADOR. EXERCÍCIO 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/19. IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE

RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO. ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA. DESPESA COM PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. RECURSO DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. INAPLICÁVEL. RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. INAPLICABILIDADE DE MULTA AO PARTIDO INCORPORADOR. NATUREZA JURÍDICA DE SANÇÃO. EC Nº 111/2021. CONTAS DESAPROVADAS.

1 - A ausência de constituição de advogado não impede a análise das contas apresentadas pelo partido e sujeita-se ao disposto no art. 32 da resolução de regência no sentido do “prosseguimento regular do feito, com fluência dos respectivos prazos processuais a partir da data da publicação do ato judicial no Diário da Justiça Eletrônico”.

2 - O processo de prestação de contas partidárias tem caráter jurisdicional e deve ser composto das informações declaradas no sistema SPCA e dos documentos juntados nos autos da prestação de contas. Ausências do a) Comprovante de remessa, à RFB, da escrituração contábil digital (art. 29, § 2º, IV, Res. TSE nº 23.604/2019), b) Parecer da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal do partido sobre as respectivas contas (art. 29, § 2º, I, Res. TSE nº 23.604/2019); c) Demonstrativo de utilização dos recursos do Fundo Partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (art. 29, § 1º, XIII, Res. TSE nº 23.604/2019), d) Certidão de Regularidade do CFC do profissional de contabilidade habilitado (art. 29, § 2º, III, Res. TSE nº 23.604/2019); e) Recibos de Doação de nº P20000312190PI000059 a nº P20000312190PI000101, relativos às doações financeiras recebidas constantes do Demonstrativo de Doações Financeiras Recebidas, contante do documento ID 20220970, devidamente preenchidos e assinados (art. 11 da Res. TSE nº 23.604/2019).

3 - O documento fiscal com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido não é o único meio de comprovação de gastos, previsto no regulamento. A rigor qualquer instrumento de prova idôneo pode ser utilizado para tal fim, sendo o rol do § 1º do art. 18 da Res. TSE nº 23.604/19 meramente exemplificativo. De outra parte, a glosa por ausência de identificação do beneficiário dos pagamentos nos extratos bancários não se justifica. Nesse ponto específico, deve ser afastada a irregularidade descrita pelo Núcleo de Assistência e Apoio às Prestação de Contas, considerada a jurisprudência deste Regional no sentido de serem os documentos comprobatórios das despesas atrelados aos cheques nominais instrumentos suficientes para comprovação do pagamento das despesas.

4 - Os recursos do Fundo Partidário não podem ser utilizados para a quitação de multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais ou para a quitação de encargos decorrentes de inadimplência de pagamentos, tais como multa de mora, atualização monetária ou juros (Artigo 17, § 2º da Resolução TSE nº 23.604/2019).

5 - Recursos de Origem Não Identificada - as doações de pessoas físicas devem ter trânsito obrigatório em conta bancária e ser devidamente identificados. Portanto, na forma do art. 8º, §§ 1º, 2º e 10 da Res. TSE nº 23.604/2019, os recursos de origem não identificada, efetivamente utilizados, devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional.

6 - Despesa com publicidade. Como é cediço, a norma de regência exige dupla comprovação: a nota fiscal, contrato ou documento idôneo com as necessárias especificações que revelem a descrição do serviço efetivamente contratado, bem como a relação de terceiros contratados e a prova material, o que não se houve nos autos. Inobservados os termos do § 7º, inciso I, do art. 18, do regulamento.

7 - A análise técnica identificou que a fatura de 06/12/2019 apresentada no ID 20228920 elenca sete viagens realizadas por Valter Rebelo, nos seguintes trechos: GRU/THE, THE/SDU, THE/GIG, THE/FOR/THE, GIG/BSB/GIG, VCP/THE e THE/GRU/THE, sem especificar as datas dos voos nem apontar sua vinculação aos interesses partidários, contrariando o art. 18, *caput* e § 7º, e art. 36, II e § 2º, Res. TSE nº 23.604/2019. Desse modo, diante da falta de especificação das viagens e da não demonstração da vinculação das mesmas às atividades partidárias, é de se reconhecer a irregularidade das despesas com passagens aéreas em questão.

8 - Nos termos do art. 22 da Resolução TSE nº 23.604/19, os órgãos partidários devem destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de recursos do Fundo Partidário recebidos no exercício financeiro para criação ou manutenção de programas de promoção e difusão da participação

política das mulheres. Entretanto, considerado que o valor das irregularidades na conta destinada ao Fundo Partidário Mulher nos itens 3.1 e 3.2 (R\$ 11.600,00) superam o total creditado no exercício (R\$ 10.650,00), entendendo caracterizada irregularidade pela não destinação correta do percentual mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário equivalente a R\$ 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais), uma vez que é vedada sua aplicação em finalidade diversa, devendo tal valor ser transferido para a conta específica do programa, sob pena de acréscimo de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor previsto (§ 3º do art. 22 da Res. TSE 23.604/2019). No entanto, por força do disposto na Lei nº 9096/95 c.c a Emenda Constitucional 117/2022, a referida falha não ensejará desaprovação ou aplicação de sanções.

9 - Persistem falhas nos gastos com recursos do Fundo Partidário descritas nos itens 2.1, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8 e 2.9, 3.1 e 3.2 no valor total de R\$ 34.901,05 (trinta e quatro mil novecentos e um reais e cinco centavos); nos gastos com outros recursos descritas nos itens 4.1 e 4.2 no valor de R\$ 5.633,00 (cinco mil seiscentos e trinta e três reais) e, ainda, de recebimento de recursos de origem não identificada descritas nos itens 3.3, 4.3 e 5.1 no valor total de R\$ 13.729,75 (treze mil setecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos). Referidas falhas somadas (R\$ 54.263,80) correspondem a 33,26 % do total arrecadado (R\$ 163.129,75) pela agremiação no exercício financeiro de 2020. Estando as falhas descritas em percentual acima do patamar de 10% da arrecadação, fixado pela jurisprudência, é indevida a incidência dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para aprovar as contas com ressalvas.

10 - Necessidade de recolhimento ao Tesouro Nacional.

11 - Inaplicabilidade da multa proporcional sobre o valor de referente aos recursos do Fundo Partidário aplicados irregularmente (art. 48 da Resolução TSE nº 23.604/19), considerada a sua natureza jurídica de sanção que não pode ser imposta ao partido incorporador, com fundamento no art. 3º, I da Emenda Constitucional nº 111/2021. (Precedente: TRE-DF – PC: 06002640320196070000 BRASÍLIA – DF, Relator: Des. DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, Data de Julgamento: 27/03/2023, Data de Publicação: DJE – Diário de Justiça Eletrônico do TRE-DF, Tomo 57, Data 30/03/2023).

12 - Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601621-07.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE ABRIL DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. NÃO APRESENTADAS. CONTAS NÃO PRESTADAS. PERDA DO DIREITO AO RECEBIMENTO DAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. - Citados para apresentarem as contas no prazo de 3 (três) dias, a agremiação e seus responsáveis nada fizeram, deixando transcorrer o prazo sem manifestação.- Uma vez não apresentadas as contas de campanha, impõe-se o julgamento das mesmas como não prestadas e a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, nos termos do art. 49, § 5º, VII c.c. art. 80, II, a, todos da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601617-67.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE ABRIL DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. PARTIDO POLÍTICO. OMISSÃO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL ENTREGUE FORA DO PRAZO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE MANDATO PARA CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS RELATIVAS ÀS DESPESAS ELEITORAIS, ASSUMIDAS PELO PARTIDO COMO DÍVIDAS DE CAMPANHA GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DESAPROVAÇÃO.

1. A não apresentação da prestação de contas parcial pode caracterizar infração grave, haja vista que prejudica a sua fiscalização e o controle social, devendo ser cotejada com as demais irregularidades.
2. A transmissão intempestiva da Prestação de Contas final, embora configure infração ao dispositivo legal, traduz mera irregularidade de natureza formal, que não chegou a comprometer a fiscalização das presentes contas por esta Justiça Especializada. *In casu*, a inconsistência na apresentação extemporânea da prestação de contas final, representa falha de natureza formal incapaz de desaprovar as contas.
3. A ausência de juntada de instrumento de mandato pelo presidente e pelo tesoureiro do partido constitui irregularidade formal, incapaz de prejudicar a análise das contas, quando a agremiação está devidamente representada por advogado nos autos.
4. No caso, o Partido deixou de registrar as notas fiscais relativas às despesas eleitorais, assumidas pelo Partido como dívidas de campanha. A ausência dos mencionados documentos comprometem a transparência do exame das contas, fragilizam tanto a comprovação da regularidade das despesas quanto a instrumentalização dos mecanismos que visam impedir os desvios de finalidades dos gastos. Irregularidade grave.
5. Este Egrégio Tribunal vem se posicionando no sentido de que a irregularidade relativa a gastos eleitorais realizados em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época, deve ser analisada em conjunto com os outros vícios detectados nas contas, de modo a aferir a sua consistência e confiabilidade. Assim, persiste a falha, desprovida do condão de macular, isoladamente, as presentes contas, devendo ser cotejada com as demais irregularidades presentes nos autos.
6. Remanesceram irregularidades graves nas presentes contas, impossível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
7. Desaprovação das contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600187-17.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2020. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/19. DIRIGENTE PARTIDÁRIO. EXCLUSÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. JUNTADA DE DOCUMENTO EM ALEGAÇÕES FINAIS. PRECLUSÃO. IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO. PAGAMENTO SEM IDENTIFICAÇÃO. ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA. PESQUISA. CONSULTORIA. PUBLICIDADE. PROVA MATERIAL. DESPESA COM TRANSPORTE AÉREO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. INAPLICÁVEL. RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOIRO NACIONAL. CONTAS DESAPROVADAS.

- 1- São partes legítimas e devem integrar a relação processual a agremiação, os atuais dirigentes (presidente e tesoureiro) e aqueles que desempenharam as mesmas atribuições no exercício financeiro da prestação de contas em exame.
- 2- Documentos objeto do parecer de diligência formulado pelo Núcleo de Contas. Juntada após o parecer conclusivo e já em sede de alegações finais atingida pela preclusão, nos termos dos §§ 10 e 11 do art. 36 da Resolução TSE nº 23.604/19.
- 3- Parecer da Comissão Executiva, conforme art. 29, §2º, I, Res. TSE nº 23.604/2019, não contém assinatura. Irregularidade formal caracterizada.
- 4- Existência de créditos na conta bancária destinada a recursos do Fundo Partidário Ordinário que não constituem receitas dessa natureza. Não observada a segregação dos

“recursos do fundo partidário” de “outros recursos”, conforme previsão contida no art. 4º, II, c/c art. 6º, I, da Res. TSE nº 23.604/2019.

5- O documento fiscal com a descrição detalhada do bem ou serviço adquirido não é o único meio de comprovação de gastos previstos no regulamento. A rigor qualquer instrumento de prova idôneo pode ser utilizado para tal fim, sendo o rol do §1º do art. 18 da Res. TSE nº 23.564/17 meramente exemplificativo.

6- Divergências detectadas entre o fornecedor/prestador de serviço contido nos documentos comprobatórios de despesas apresentados e o destinatário efetivo dos pagamentos identificados nos extratos bancários. A Resolução TSE nº 23.604/19 impõe a conformidade das receitas e dos gastos com a movimentação financeira havida nos extratos bancários (art. 36, IV).

7- Gastos com PUBLICIDADE, CONSULTORIA e PESQUISA DE OPINIÃO, desacompanhados dos documentos comprobatórios exigidos no art. 18, §7º, I, Res. TSE 23.604/2019. A norma de regência exige dupla comprovação: i) a nota fiscal, contrato ou documento idôneo com as necessárias especificações que revelem a descrição do serviço efetivamente contratado ou do bem adquirido, assim como a relação de terceiros contratados e ii) a prova material da prestação do serviço ou da aquisição, o que não se houve nos autos. Especificamente quanto à prova material de prestação de serviços de consultoria jurídica, o c. Tribunal Superior Eleitoral já decidiu que nos “termos do art. 18, § 7º, I, da Res.–TSE 23.464/2015, “gastos com [...] consultoria [...] devem ser acompanhados de prova material da contratação”. No mais, esta Corte Superior entende que “[...] nos casos de serviços advocatícios e de consultoria, que se revestem de natureza essencialmente intelectual, é necessária maior cautela na análise da comprovação do gasto, exigindo-se do prestador elementos que demonstrem, de forma inequívoca, a natureza do serviço realizado e o vínculo com a atividade partidária, sem que, contudo, nessa trilha investigativa, o julgador se desprenda por completo dos parâmetros legais, os quais devem sempre nortear a atividade judicante” (ED–PC nº 271–78/DF, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 10.12.2020)”. (TSE - PC: 06004237220186000000 BRASÍLIA - DF 060042372, Relator: Min. Raul Araujo Filho, Data de Julgamento: 27/02/2023, Data de Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 44).

8- Utilização de recursos do Fundo Partidário para a quitação de multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais ou para a quitação de encargos decorrentes de inadimplência de pagamentos, tais como multa de mora, atualização monetária ou juros. Inobservância do art. 17, §2º da Resolução TSE nº 23.604/19.

9- Pagamento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do veículo pertencente ao partido. Irregularidade no pagamento de tributo do qual o partido goza de imunidade (art. 150, VI, “c” da CF).

10- O art. 18 da Resolução TSE nº 23.604/19 admite como primeiro meio de prova hábil a demonstrar a regularidade das despesas o documento fiscal, desde que sem emendas ou rasuras, devendo dele constar a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou pela razão social, o CPF ou o CNPJ e o endereço, e registrados na prestação de contas de forma concomitante à sua realização, com a inclusão da respectiva documentação comprobatória. Nos termos do art. 36, § 2º, da Resolução TSE nº 23.604/19, a regularidade na aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, abrange a efetiva execução do serviço ou a aquisição de bens e sua vinculação às atividades partidárias. No presente caso, nada mais se apresentou para fins de comprovação das despesas descritas pelo NAAPC, sendo as notas fiscais correspondentes insuficientes para demonstrar a efetiva execução dos serviços e sua vinculação à atividade partidária, como quer o regulamento de regência. Ademais, não houve juntada de documentação complementar tendente a corroborar e especificar os serviços não detalhados nas notas fiscais.

11- Despesas com serviços de TRANSPORTE AÉREO sem comprovação. Para os casos de contratação de táxi-aéreo, a jurisprudência está consolidada no sentido de que é necessária a comprovação dos beneficiários do serviço de transporte e das atividades por eles desenvolvidas e sua vinculação às atividades partidárias, com fundamento no §2º do art. 36 do regulamento. (Precedentes: TSE - PC-PP: 19265 BRASÍLIA - DF, Relator: Min. Sérgio Silveira Banhos, Data de Julgamento: 15/04/2021, Data de Publicação: 29/04/2021; TRE-PI - Acórdão: 000005111 TERESINA - PI, Relator: Des. TEÓFILO RODRIGUES FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2020, Data de Publicação: DJE - Diário da Justiça Eletrônico, Data 17/12/2020).

12- Alegada restituição de valor por pessoa jurídica sem registro anterior de saída no extrato bancário da conta do Fundo Partidário Mulher do ano correspondente, caracteriza receita oriunda de fonte vedada (art. 12, II, Res. TSE 23.604/2019).

13- Pagamentos de igual valor para os quais o partido refere o mesmo comprovante de despesa. Ausente o documento fiscal junto ao pagamento efetivado através da conta do Fundo Partidário Mulher, resta irregular a despesa com fundamento no art. 18 c/c art. 29, §2º, V, Res. TSE nº 23.604/2019.

14- Sobra de campanha atinente a eleição municipal deve ser transferida para o órgão partidário na circunscrição do pleito, como determina o art. 50, §1º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

15- Proporcionalidade e razoabilidade. Falhas nos gastos com recursos do Fundo Partidário descritas nos itens 2.5, 2.7, 2.8, 2.9, 2.12, 2.13, 3.2, 3.4, 3.5 e 5.2, no valor total de R\$ 684.278,69 (seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), correspondem a 31,3% do total arrecadado (R\$ 2.182.247,08) pela agremiação no exercício financeiro de 2020. Percentual acima do patamar de 10% da arrecadação, fixado pela jurisprudência, impede a incidência dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para aprovar as contas com ressalvas.

16- Recolhimento ao Tesouro Nacional.

17- Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601629-81.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. NÃO APRESENTADAS. CONTAS NÃO PRESTADAS. PERDA DO DIREITO AO RECEBIMENTO DAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA.

- Embora citados para apresentarem as contas no prazo de 3 (três) dias, a agremiação e seus responsáveis nada fizeram, deixando transcorrer *in albis* o prazo conferido para tanto.- Uma vez não apresentadas as contas de campanha, impõe-se o julgamento das mesmas como não prestadas e a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

- Considerado que o NAAPC anotou o recebimento pelo partido de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e que não foram identificados registros de notas fiscais eletrônicas emitidas em contrapartida à contratação de gastos eleitorais pela agremiação, impõe-se o recolhimento do aludido valor ao Tesouro Nacional, devidamente atualizado, a partir da data final do prazo para apresentação das contas (1º de novembro de 2022), com fundamento no art. 79, §§ 1º e 2º, e art. 50, § 5º, todos da Resolução TSE nº 23.607/19, c.c. art. 39, IV da Resolução TSE nº 23.709/2022.

- Contas não prestadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601180-26.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. IRREGULARIDADES QUE EM CONJUNTO NÃO RETIRAM A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICABILIDADE. RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

- Descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha no prazo estabelecido pela legislação eleitoral. A unidade técnica anotou o atraso no envio dos relatórios financeiros de 01 (um) lançamento. Resta caracterizada a irregularidade, porém, foram declaradas na prestação de contas final e foi possível verificar a origem e destinação do recurso, não tendo o caso verificado a aptidão para induzir a um juízo de reprovação das contas. - Irregularidade nas doações. O Parecer Técnico aponta que o “valor total doado pelo doador originário na prestação de contas em exame é incompatível com o valor total transferido para outros prestadores de contas.” Embora o candidato alegue ter comprovado a regularidade do caso, apresentou os documentos de forma intempestiva, restando configurado o recebimento de recursos sem a devida identificação dos doadores, cujo importe de R\$ 1.373,10 (mil, trezentos e setenta e três reais e dez centavos) deve ser transferido ao Tesouro Nacional, a teor do disposto no artigo 32, *caput*, da Res. TSE nº 23.607/2019. - Caso em que a tarifa de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) não foi lançada por ter ocorrido apenas após a entrega da prestação de contas. Sanada a referida falha.

- Proporcionalidade e razoabilidade. Falhas correspondem 2,2% do valor total arrecadado, sendo incapaz de retirar a confiabilidade das contas, ensejando a sua aprovação com ressalvas.

- Contas aprovadas com ressalvas. Recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601261-72.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

ELEITORAL - ELEIÇÕES 2022 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL - INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS - GASTOS ELEITORAIS REALIZADOS EM DATA ANTERIOR À DATA INICIAL DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL, MAS NÃO INFORMADOS À ÉPOCA - RECEBIMENTO DE RECURSOS DE FONTES VEDADAS - OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS - DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS E PUBLICIDADE POR MATERIAIS IMPRESSOS – DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1 – Segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior Eleitoral, encampada por este Tribunal Regional, “o atraso na apresentação dos relatórios financeiros e a entrega das contas parciais com inconsistências, relativas a omissões de despesas ou receitas, podem ocasionar prejuízos à correta fiscalização e confiabilidade da prestação de contas e constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitores” (PCEnº 44468, rel. Min. TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO; DJE de 26/05/2021).

2 - Com relação à ausência de registro de despesas nas contas parciais de campanha, a jurisprudência desta Corte é no mesmo sentido do entendimento do TSE, segundo o qual “tendo em vista se tratar de prestação de contas relativas ao pleito de 2022, na linha da jurisprudência desta Corte, a irregularidade atinente à omissão de informações em prestações de contas parciais deve ser considerada grave e suficiente para ensejar a desaprovação das contas” (Ac. de 14.9.2023 no AgR-AREspE nº 060548004, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques).

3 - É vedada a prestação de serviço de motorista cadastrado como pessoa física permissionária de serviço público (taxista) — art. 31, III, da Res. TSE nº 23.607/2019. Por outro lado, em se tratando de receita estimada, não há que se falar em recolhimento ao erário (Precedente TRE/PI: PCE 0601183-78.2022.6.18.0000 – Relator: Juiz Kelson Carvalho Lopes da Silva, Sessão de 08/12/2022).

4 - Esta Corte Eleitoral já firmou entendimento segundo o qual “a comprovação dos gastos de campanha, inclusive de combustível, é demonstrada por notas fiscais que descrevem os bens e/ou serviços contratados e por comprovantes de pagamentos, não havendo necessidade de se exigir cupom fiscal como prova adicional, que seria exigência desproporcional ou desarrazoada” (TRE/PI – PC nº 060129984 – Relator: Des. José James Gomes Pereira – Julgamento: 19/02/2024; Publicação: 22/02/2024).

5 - “Quando o material impresso veicular propaganda conjunta de diversos candidatos, os gastos relativos a cada um deles deverão constar na respectiva prestação de contas, ou apenas naquela relativa ao que houver arcado com os custos” — art. 38, § 2º, da Lei nº 9.504/97. Desse modo, tendo em vista que o candidato arcou com os custos, a ausência de registro configura omissão de doações estimável a outro candidato, sem, contudo, impor-se a necessidade de devolução do valor correspondente.

6 - A exigência de comprovação material da efetiva prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos, autorizada pelo § 3º do art. 60 da Res. TSE nº 23.607/2019, somente se justifica quando se detectam falhas ou indícios de fraudes nos documentos fiscais que a eles se referem. Constam nos autos notas fiscais com discriminação dos serviços contratados, bem como contrato de prestação de serviços e os comprovantes de pagamentos respectivos, razão por que não cabe se exigir diligência/instrução adicional.

7 - Irregularidades que correspondem a mais de 30% (trinta por cento) do total de recursos arrecadados, circunstância que não autoriza a incidência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para aplicação de meras ressalvas.

8 - Contas desaprovadas — art. 74, III, da Res. TSE nº 23.607/2019.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601657-49.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. PARTIDO POLÍTICO. OMISSÃO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL ENTREGUE FORA DO PRAZO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE DESPESAS COM CONSULTORIA/ASSESSORIA ADVOCATÍCIA E CONTÁBIL. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DESAPROVAÇÃO.

1. A não apresentação da prestação de contas parcial pode caracterizar infração grave, haja vista que prejudica a sua fiscalização e o controle social, devendo que cotejada com as demais irregularidades.

2. In casu, a inconsistência na apresentação extemporânea da prestação de contas final, representa falha de natureza formal incapaz de desaprovar as contas..

3. No caso, as despesas com consultoria/assessoria advocatícia e contábil não foram lançadas/registradas na presente prestação de contas e não houve a comprovação do pagamento de tais despesas por terceiros. A omissão de tais despesas compromete a confiabilidade, transparência e o exercício do poder de fiscalização da Justiça Eleitoral. Irregularidade grave.

4. Remanesceram irregularidades graves nas presentes contas, impossível a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

5. Desaprovação das contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0601450-50.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022 - PARTIDO POLÍTICO - INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS PARCIAL E FINAL – IMPROPRIEDADE – CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1 – A intempestividade na apresentação das contas parcial e final não implica, por si só, sua desaprovação, fazendo-se necessário que se proceda ao exame das demais falhas apontadas pelo setor técnico e pelo Ministério Público Eleitoral, o que pode resultar na aplicação de mera ressalva às contas (Precedente TSE, Prestação de Contas 060026313/DF, rel. Min. SÉRGIO SILVEIRA BANHOS; DJE de 15/03/2021, Tomo 46).

2 – Contas aprovadas com ressalvas — art. 74, II, da Res. TSE nº 23.607/2019.

RECURSO ELEITORAL Nº 0601050-36.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL CONTAS REFERENTES AO SEGUNDO TURNO ENTREGUES FORA DO PRAZO. FALHAS FORMAIS. FALHAS REMANESCENTES. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. EXTRATOS BANCÁRIOS. CONTAS BANCÁRIAS NÃO REGISTRADAS. INCONSISTÊNCIAS NOS EXTRATOS BANCÁRIOS. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE GASTOS COM ADVOGADO E CONTADOR. FALHAS GRAVES NÃO SANADAS PELO PARTIDO. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DESAPROVAÇÃO.

1. A transmissão intempestiva da Prestação de Contas final, bem como das contas referentes ao 2º turno, embora configure infração ao dispositivo legal (art. 49, caput, e §§ 1º e 2º da Res. TSE 23607/2019), traduz mera irregularidade de natureza formal, que não chegou a comprometer a fiscalização das presentes contas por esta Justiça Especializada. In casu, as inconsistências na apresentação extemporânea da prestação de contas final, e do 2º turno, representa falha de natureza formal incapaz de desaprovar as contas.

2. A falta dos extratos das contas bancárias abertas para a movimentação financeira do partido configura grave irregularidade, a qual, em linha de princípio, pode ser suficiente, isolada ou conjuntamente com outras, para ocasionar a desaprovação das contas *ou o julgamento das contas como não prestadas*, na medida em que compromete a confiabilidade do balanço contábil trazido a juízo e prejudica a identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha.

2.1 Dessarte, a ausência dos extratos bancários de todas as contas na composição original da contabilidade de campanha, sublinhada pela inércia do prestador quando chamado a sanar a falta, configura grave irregularidade, que, no caso, é suficiente, isoladamente, para ocasionar a desaprovação, na medida em que compromete a confiabilidade e transparência das contas, impedindo o controle acerca da identificação da origem e/ou do destino dos recursos financeiros eventualmente empregados na campanha. Portanto, a falha em questão é grave e, por si só, leva à desaprovação das contas, conforme precedentes citados.

3. Na análise financeira, a unidade técnica identificou a existência de contas bancárias que não foram registradas na presente prestação de contas, caracterizando omissão de informação, *relativas ao registro integral da movimentação financeira de campanha*. A falha tem natureza grave por impedir o controle por esta Justiça Especializada, vez que não se pode verificar se houve movimentação financeira nas citadas contas bancárias, o que impõe a desaprovação das contas nesse ponto. Precedente nesta Corte.

4. Prosseguindo na análise financeira (art. 53, da Res. TSE 23.607/2019), o setor técnico anotou as seguintes inconsistências nos extratos: as informações dos extratos juntados aos autos divergem dos dados informados na qualificação do prestador de constar (item 3.3): os extratos impressos não foram apresentados em sua forma definitiva/ou contêm a expressão "sem validade legal" ou "sujeito a alteração" (item 3.4); os extratos bancários juntados aos autos não apresentam saldo inicial zerado e/ou não evidenciam que as contas foram abertas especificamente para a campanha (item 3.5); os extratos bancários juntados aos autos apresentados não abrangem todo o período da campanha eleitoral (Item 3.6); a prestação de contas foi apresentada sem movimentação financeira, circunstância não confirmada pelos extratos bancários ou por declaração emitida pelo banco certificando a ausência de movimentação financeira (Item 3.7).

4.1. Diante da conclusão técnica de que tais falhas impedem o exame da movimentação financeira havida nas contas bancárias, as irregularidades configuram mais um motivo para desaprovar as contas.

5. A omissão de receitas/despesas com serviços advocatícios é irregularidade grave que compromete a efetiva fiscalização da Justiça Eleitoral, o que acarreta a sua desaprovação. Precedente TRE/PI - PC 0600291-14.2018.6.18.0000).

6. As irregularidades subsistentes revelam gravidade suficiente para desaprovar as contas, inviabilizando a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade para fins de aprovar as contas com ressalvas.

7. Contas desaprovadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600128-29.2021.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. RES. TSE Nº 23.604/2019. ENTREGA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL EM ATRASO. IRREGULARIDADES NAS DESPESAS PAGAS COM RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA EXECUÇÃO DO SERVIÇO OU AQUISIÇÃO DE BENS E DA VINCULAÇÃO COM AS ATIVIDADES PARTIDÁRIAS. ART. 36, §2º e §5º DA RES. TSE Nº 23.604/2019. AUSÊNCIA DA GUARDA DE DOCUMENTOS. ART. 29, §4º DA RES. TSE Nº 23.604/2019. DEVOLUÇÃO AO ERÁRIO. ART. 48 DA RES. TSE Nº 23.604/2019. FUNDO PARTIDÁRIO EM PROL DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER. TRANSFERÊNCIA DO SALDO REMANESCENTE À CONTA ESPECÍFICA DESTINADA AO PROGRAMA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. As disposições da Res. TSE nº 23.604/2019 devem ser aplicadas à prestação de contas de partido político, referentes ao exercício de 2020, como no presente caso.

2. Em que pese a intempestividade na escrituração contábil digital, não houve prejuízo à análise das contas pela Justiça Eleitoral. Dessa forma, remanesce a falha meramente formal.

3. DA REGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO.

3.1. Foram constatadas irregularidades na utilização dos Recursos do Fundo Partidário.

3.2. O Partido deixou de cumprir as diligências solicitadas, no que diz respeito à apresentação de documentos e justificativas hábeis a comprovar a efetiva execução do serviço ou a aquisição de bens e a sua vinculação às atividades partidárias, como exige o art. 36, §§2º e 5º da Res. TSE nº 23.604/2019, o que inviabiliza a verificação da origem e

aplicação dos recursos financeiros arrecadados e, por corolário, prejudica a análise e a fiscalização das contas. Irregularidades identificadas neste decisum, nos itens 2-A, 2-B, 2-D, 2-E, 2-J, 2-K, 2-L, 2-M, 2-N, 3(4.1), perfaz o valor de R\$ 141.849,60.

4. FUNDO PARTIDÁRIO EM PROL DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER

4.1. De acordo com o Demonstrativo de Utilização de Recursos do Fundo Partidário na Participação Política das Mulheres, o Partido comprovou a realização de gastos somente no valor de R\$ 7.025,00, com criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Todavia, como a agremiação recebeu o valor de R\$ 491.000,00, deveria ter aplicado à conta Fundo Partidário Mulher, 5% daquele valor, ou seja, R\$ 24.500,00, conforme preceitua a norma de regência. Assim, o Partido deixou de destinar o montante de R\$ 17.275,00 para a conta específica de Participação Política das Mulheres, permanecendo a falha.

5. OUTRAS DILIGÊNCIAS

5.1. Restou evidenciado que em pesquisa na base de dados da Prefeitura Municipal de Teresina-PI, o documento fiscal analisado pelo Núcleo de Contas continua em “situação ativa”, permanecendo assim a omissão de despesa na prestação de contas em análise. Devolução ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 3.000,00.

5.2. O Partido declarou gastos eleitorais na prestação de contas anual e deixou de lançar na prestação de contas eleitoral 2020. A falha diz respeito a objeto de análise na prestação de contas de campanha, e não na anual.

6. Possibilidade da aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, haja vista que as irregularidades totalizam o valor de R\$ 141.849,60, que representa 8,35% do total das receitas arrecadadas.

7. Os valores considerados irregulares são oriundos de recursos do Fundo Partidário, devendo assim retornar ao erário. Nessa linha, “a determinação de devolução ao erário, prevista no art. 34 da Res. TSE nº 21.841, decorre da natureza pública dos recursos que constituem o Fundo Partidário e independe da sorte do processo de prestação de contas” (PC 979-07, rel. Min. Admar Gonzaga, DJE de 22.5.2015).

8. Recolhimento ao Tesouro Nacional da importância de R\$ 141.849,60, referente aos recursos do Fundo Partidário, aplicados irregularmente ou sem a devida comprovação, devidamente atualizada (art. 39, I, da Res. TSE nº 23.709/2022), a ser descontada das cotas do Fundo Partidário pelo período de 06 (seis) meses, a partir do mês subsequente ao trânsito em julgado desta decisão, e destinada à conta única do Tesouro Nacional, com a apresentação do respectivo comprovante nos autos da presente prestação de contas, a teor do art. 48, §§2º e 4º, da multicitada Resolução, ressaltando-se, ainda, que inexistindo repasse futuro que permita a realização do aludido desconto, o pagamento deverá ser efetuado diretamente pelo órgão partidário requerente (art. 48, § 4º, inciso IV, da Res. TSE nº 23.604/2019).

9. Transferência do valor de R\$ 17.275,00 para a conta específica destinada à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, nos termos do art. 6º, IV c/c art. 22 da Res. TSE nº 23.604/2019 e EC nº 117, com atualização monetária e os juros de mora, nos moldes do art. 39, V da Res. TSE 23.709/2022.

10. Contas aprovadas com ressalvas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-39.2023.6.18.0004. ORIGEM: ILHA GRANDE/PI (4ª ZONA ELEITORAL – PARNAÍBA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DA RESPECTIVA SENTENÇA. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. O SIMPLES AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO NÃO ENSEJA A IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO POR OMISSÃO DE CONTAS. O PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE CONTAS DEVE SER DIRIGIDO AO JUÍZO QUE CONDUZIU O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS A QUE SE REFERE (ART. 58, §1º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO TSE nº 23.604/19). PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. A suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas encontra-se prevista nos arts. 54-N e 54-T da Resolução TSE n. 23.571/2018.

2. No caso, transitou em julgado a sentença que julgou não prestadas as contas anuais 2019 do partido e, embora lhe tenha sido ofertada oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa em processo próprio, restou mais uma vez patente a inércia da agremiação quanto ao dever respectivo.

3. O simples ajuizamento de ação de regularização de contas, por si só, não enseja improcedência da presente demanda, porque o levantamento da suspensão do órgão partidário somente ocorre com o trânsito em julgado da decisão que deferir pedido de regularização das contas não prestadas pelo partido (art. 54-S, § 4º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.571/18).

4. Nos termos do art. 58, §1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.604/19, o pedido de regularização de contas não prestadas “deve ser autuado na classe Regularização da Omissão de Prestação de Contas Anual Partidária, consignando-se os nomes dos responsáveis, e distribuído por prevenção ao juiz ou ao relator que conduziu o processo de prestação de contas a que ele se refere”.

5. É de se acolher, em tal contexto, a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial.

6. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-18.2023.6.18.0091. ORIGEM: LUÍS CORREIA/PI (91ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DA RESPECTIVA SENTENÇA. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). PRECLUSÃO DA OPORTUNIDADE PARA A JUNTADA DE DOCUMENTOS. COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. O SIMPLES AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO NÃO ENSEJA A IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO POR OMISSÃO DE CONTAS. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. Não se admite a juntada de documentos quando, citado para se defender e apresentar documentos, o interessado não o fez no prazo legal que lhe foi concedido. Preclusão.
2. A suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas encontra-se prevista nos arts. 54-N e 54-T da Resolução TSE n. 23.571/2018.
3. No caso, transitou em julgado a sentença que julgou não prestadas as contas anuais 2021 do partido e, embora lhe tenha sido ofertada oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa em processo próprio, restou mais uma vez patente a inércia da agremiação quanto ao dever respectivo.
4. O simples ajuizamento de ação de regularização de contas, por si só, não enseja improcedência da presente demanda, porque o levantamento da suspensão do órgão partidário somente ocorre com o trânsito em julgado da decisão que deferir pedido de regularização das contas não prestadas pelo partido (art. 54-S, § 4º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.571/18).
5. É de se acolher, em tal contexto, a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado, até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial.
6. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600114-09.2022.6.18.0033. ORIGEM: MURICI DOS PORTELAS/PI (33ª ZONA ELEITORAL - BURITI DOS LOPES/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. INÉRCIA DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO E DE SEUS RESPONSÁVEIS. CONTAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO, BEM COMO DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. DESPROVIMENTO.

1. O art. 46 da Resolução 23.607/2019 prevê que os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência.
2. “A ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis em dinheiro, não isenta o partido político e a candidata ou o candidato do dever de prestar contas na forma estabelecida nesta Resolução.” - art. 45, § 8º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-07.2022.6.18.0016. ORIGEM: LAGOA ALEGRE/PI (16ª ZONA ELEITORAL – UNIÃO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2021. DIRETÓRIO MUNICIPAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. ÚNICA FALHA. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS NA ORIGEM. RECURSO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS IRREGULARIDADES. REFORMA DA SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A ausência de procuração foi a única falha, o que motivou o Magistrado de Primeiro Grau a aprovar com ressalvas as contas da agremiação.
2. O Partido, bem como os seus representantes legais, apesar de regularmente intimados para apresentarem os instrumentos de mandatos para constituição de advogado, mantiveram-se inertes.

3. A ausência da procuração nos autos do processo, por si só, não leva ao julgamento como não prestadas das contas. No presente caso, o órgão técnico entendeu que não houve prejuízo à análise das contas.

3.1. Embora não leve à não prestação de contas, enseja a desaprovação, posto que não houve a juntada a posteriori, permanecendo a irregularidade.

4. Provimento parcial do recurso para reformar a sentença e julgar desaprovadas as contas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600134-85.2021.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO 2020. DIRETÓRIO MUNICIPAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. ÚNICA FALHA. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS NA ORIGEM. RECURSO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS IRREGULARIDADES. REFORMA DA SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A ausência de procuração foi a única falha, o que motivou o Magistrado de Primeiro Grau a aprovar com ressalvas as contas da agremiação.

2. O Partido, bem como os seus representantes legais, apesar de regularmente intimados para apresentarem os instrumentos de mandatos para constituição de advogado, mantiveram-se inertes.

3. A ausência da procuração nos autos do processo, por si só, não leva ao julgamento como não prestadas das contas. No presente caso, o órgão técnico entendeu que não houve prejuízo à análise das contas.

3.1. Embora não leve à não prestação de contas, enseja a desaprovação, posto que não houve a juntada a posteriori, permanecendo a irregularidade.

4. Provimento parcial do recurso para reformar a sentença e julgar desaprovadas as contas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS Nº 0600283-95.2022.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO DE 2021 - ÓRGÃO PARTIDÁRIO REGIONAL - JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO - INADMISSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL CEDIDO E DE INDICAÇÃO DA FONTE DE AVALIAÇÃO DO VALOR - AUSÊNCIA DE RECIBO ELEITORAL - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE GASTOS COM MANUTENÇÃO DA SEDE DO PARTIDO. OMISSÃO DE RECEITAS E GASTOS ELEITORAIS - RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA - DEVOLUÇÃO AO TESOIRO NACIONAL - INVIABILIDADE DE INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PARA APLICAÇÃO DE MERA RESSALVA - DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1- “O TSE tem entendimento pacífico quanto à interpretação do art. 37, § 11, da Lei dos Partidos Políticos no sentido de que a juntada de documentos em processo de prestação de contas, após a emissão do parecer conclusivo da área técnica, somente é possível quando se tratar de irregularidades sobre as quais o partido não teve oportunidade de se manifestar, caso contrário, se terá operado a preclusão.” (AgR–PC 253–57, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 15.3.2022)

2- Constitui irregularidade apta a ensejar a rejeição das contas, por inobservância do disposto no art. 9º, II e IV, da Resolução TSE nº 23.604/2019, a ausência de comprovante de propriedade do bem imóvel cedido para funcionamento da sede do partido, bem como

de avaliação do respectivo imóvel, mediante a comprovação dos preços habitualmente praticados pelo doador e a sua adequação aos praticados no mercado, com indicação da fonte de avaliação.

3- Segundo o NAAPC, o partido deixou de apresentar o recibo eleitoral nº P70000312190PI000023, referente à doação de imóvel para funcionamento da sede do partido pelo cedente Cláudio Tadeu Fonseca Maia, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), devidamente preenchido e assinado, contrariando o disposto no art. 11, I, Res. TSE 23.604/2019. Tal irregularidade persistente compromete o controle e a fiscalização das contas pela Justiça Eleitoral e, portanto, enseja sua desaprovação.

4- Não foram declaradas na prestação de contas em exame gastos partidários realizados com a manutenção da sede do partido, em desacordo com o art. 17, da Resolução TSE nº 23.604/2019. A situação revela omissão de receita estimável, irregularidade de natureza grave apta a gerar a desaprovação da contabilidade.

5 - As falhas existentes no balanço contábil objeto destes autos envolvem irregularidades de natureza grave, inclusive omissão de receitas e despesas (RONI), o que inviabiliza a incidência dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para aplicação de mera ressalva as contas, impondo-se, por conseguinte, a desaprovação.

6 - Constitui recurso de origem não identificada (RONI) aquele em que “o bem estimável em dinheiro que tenha sido doado ou cedido temporariamente não pertença ao patrimônio do doador” - art. 13, II, da Resolução TSE nº 23.604/2019. Desse modo, impõe-se o recolhimento ao Tesouro Nacional do montante referente à cessão do imóvel (R\$ 7.000,00) - art. 14, da Resolução TSE nº 23.604/2019.

7- Contas desaprovadas. Determinação de recolhimento ao erário de RONI.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600077-51.2022.6.18.0010. ORIGEM: PICOS/PI (10ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES GERAIS DE 2022. DIRETÓRIO MUNICIPAL. DESAPROVAÇÃO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.

1. Nos termos do art. 8º da Resolução n.º 23.607 do TSE de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições, “é obrigatória para os partidos políticos e para as candidatas ou os candidatos a abertura de conta bancária específica (...)”.

2. O Partido apresentou suas contas eleitorais tempestivamente, todavia deixou de cumprir a exigência de abertura de conta bancária específica.

3. No caso em específico, não há quaisquer documentos que comprovam que a agremiação tenha participado do certame voltado ao preenchimento de cargos eletivos estaduais e federais, nem mesmo indícios de movimentação de recursos financeiros a qualquer título na campanha eleitoral de 2022, entendendo que a regra que determina a abertura de conta bancária há de ser interpretada com equidade e sofrer temperamento em situações como a dos autos. (Precedentes)

4. Dadas as peculiaridades da hipótese, a inconsistência referente a ausência de abertura de conta bancária é merecedora apenas de ressalvas.

5. Provimento Parcial do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-06.2022.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO DE 2021. PARTIDO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DO PARTIDO E DIRIGENTES RESPONSÁVEIS. OBRIGATORIEDADE. EXIGÊNCIA DO ART. 29, §2º, II, E ART. 31, II, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. REFORMA DA SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. O art. 29, § 2º, II e o art. 31, II, da Resolução TSE nº 23.604/2019 estabelecem a obrigatoriedade do instrumento de mandato outorgado pelo partido e pelos dirigentes partidários responsáveis para constituição de advogado na prestação de contas.

2. Na espécie, o partido e agentes responsáveis permaneceram inertes, embora devidamente intimados para sanar o vício. Todavia, a ausência de procuração não enseja o julgamento das contas como não prestadas, porquanto o Tribunal Superior Eleitoral alterou a Resolução nº 23.607/2019 e revogou o § 3º do art. 74 da aludida norma.

3. Conhecimento e provimento parcial do recurso para reformar a sentença e julgar desaprovadas as contas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600108-33.2021.6.18.0034. ORIGEM: JUAZEIRO DO PIAUÍ/PI (34ª ZONA ELEITORAL - CASTELO DO PIAUÍ). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO 2020. OMISSÃO DE GASTOS COM SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTÁBEIS. OBRIGATORIEDADE. INAPLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. DESPROVIMENTO.

1. A ausência de registro de despesas com a contratação de serviços advocatícios e contábeis interfere no exame das contas, prejudicando a fidedignidade e a veracidade que delas é esperada, o que inviabiliza o efetivo controle por parte desta Especializada.

2. A referida omissão configura irregularidade grave, mormente porque não é possível mensurar os valores envolvidos, seja com despesas com contador, seja com advogado. Inaplicáveis, pois, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600116-76.2022.6.18.0033. ORIGEM: BURITI DOS LOPES (33ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2022. JUNTADA DE DOCUMENTOS EM SEDE DE RECURSO. PRECLUSÃO. CONTAS NÃO PRESTADAS. PERDA DO DIREITO AO RECEBIMENTO DAS QUOTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA.

- O recorrente foi diligenciado para apresentar as contas, tendo deixado transcorrer in albis o prazo regulamentar, de modo que a juntada de documentos somente em sede de recurso resta atingida pela preclusão, nos termos do art. 69, §1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.

- Embora citada para apresentar as contas no prazo de 3 (três) dias, a agremiação não elaborou as contas via Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE.

- Uma vez não apresentadas as contas de campanha, impõe-se o julgamento das mesmas como não prestadas e a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha enquanto perdurar a omissão. Sentença mantida. Recurso conhecido, porém, desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-94.2023.6.18.0033. ORIGEM: CAXINGÓ/PI (33ª ZONA ELEITORAL – BURITI DOS LOPES/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. EXERCÍCIO 2022. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. PRELIMINAR. ACOLHIMENTO. EMISSÃO DE PARECER CONCLUSIVO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. AUSÊNCIA DE ABERTURA DE FASE PARA DILIGÊNCIAS. INOBSERVÂNCIA DO RITO ESTABELECIDO NA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS PARA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.

1. Acolhe-se a preliminar de nulidade da sentença, ante a inobservância do rito previsto na Resolução TSE nº 23.604/2019, por desrespeito ao devido processo legal e aos princípios da ampla defesa e do contraditório à agremiação recorrente, com reinício da fase de diligências e expedição de parecer preliminar.

2. A nulidade da sentença é medida necessária e, por conseguinte, o retorno dos autos à instância de origem para instrução e prolação de nova sentença.

3. Recurso conhecido e parcialmente provido.

15 PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600221–21.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 23 DE JANEIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE GARANTIA. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. LEI Nº 8.666/93. ART. 87, II. APLICAÇÃO DE MULTA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

- 1 – A recorrente não apresentou as garantias para o 1º e 2º Termos Aditivos, referentes a prorrogações contratuais, nos moldes do Contrato TRE-PI nº 039/2021.
- 2 – Incidentes porventura ocorridos na relação da empresa contratada com a seguradora escolhida não dizem respeito ao liame existente entre aquela e o órgão contratante.
- 3 – Previsão contratual para a incidência de multa na espécie.
- 4 – A Administração apenas aplicou o previsto na lei e no contrato firmado entre as partes, não incorrendo em qualquer arbitrariedade ou rigidez excessiva.
- 5 – Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600015–70.2024.6.18.0000. ORIGEM: GILBUÉS/PI (35ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PROPORCIONAL. GILBUÉS – PI. 35ª ZONA ELEITORAL. COMPOSIÇÃO DA JUNTA ELEITORAL. ART. 36 DO CÓDIGO ELEITORAL E RESOLUÇÃO TRE-PI 475/2023. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÕES. HOMOLOGAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600271–47.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO POR MORA NA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO. SANÇÕES FORRADAS EM CLÁUSULAS EXPRESSAMENTE PACTUADAS E COMPATÍVEIS COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS PERTINENTES. DECISÃO CONFIRMADA.

- 1 – O art. 86 da Lei 8.666/93 preconiza que “O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. §1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei. § 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.”
- 2 – A cláusula nona do Contrato TRE/PI nº 96/2020, preceitua que “A CONTRATADA, além das penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/202, ficará sujeita, ainda, às sanções administrativas insertas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente do TRE-PI, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais, conforme estipulado no item 13 do Termo de Referência”.
- 3 – O Termo de Referência 47/2020 estabelece que “13.1 – Será aplicada multa por atraso injustificado na execução do contrato, conforme ao art. 86, da Lei nº 8666/93, calculada dentro dos seguintes parâmetros: a) Deixar a contratada de entregar injustificadamente os projetos (plantas, memorial descritivo, memória de cálculo e especificações) nos prazos estabelecidos neste projeto básico: 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da etapa em atraso, em até o máximo de 15 dias. Após o décimo quinto dia a mora poderá ensejar a rescisão por inexecução total do contrato;”
- 4 – O interesse público subjacente a contratos da espécie impõe a total observância de suas cláusulas, sob pena de se admitir condutas temerárias e causadoras de transtornos para

Administração, cujas consequências negativas, muitas vezes, transcendem os efeitos positivos da consecução objetiva dos ajustes.

5 – A decisão recorrida revela-se acertada no tocante à penalidade e respectivo cálculo, ao aplicar à recorrente multa de mora, por atraso na entrega do objeto contratual em mais de 250 dias, na razão de 7,5% sobre o valor total do contrato (R\$ 70.000,00), o que perfaz o valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais). Apesar disso, observa-se que a decisão vergastada, em vez de mencionar o art. 86 da Lei de Licitações, fez referência ao art. 87 do mesmo normativo, que prevê multa no caso de inexecução contratual, hipótese diversa destes autos, que versam sobre atraso na execução, motivo por que se faz necessária a correção desse erro material na decisão impugnada.

6 – Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600358–03.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, BEM COMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. FORNECIMENTO EXTEMPORÂNEO DE MATERIAL DE MARCA DIVERSA DA CONTRATADA. NÃO RECEBIMENTO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ITEM LICITADO. IMPOSIÇÃO DE MULTA EM VALOR CORRETAMENTE CALCULADO. OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93, ART. 87, II. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. DESPROVIMENTO.

1 – A empresa recorrente, por meio de licitação na modalidade pregão, foi habilitada a fornecer a este Tribunal material de copa e cozinha, bem como produtos de limpeza e higienização; porém, alegando indisponibilidade do produto, entregou, de modo intempestivo, copos descartáveis de marca diversa à licitada (em vez de copos da marca CRISTAL COPOS, apresentou os da marca FONPLAST) e deixou de fornecer, sem qualquer justificativa, os porta-guardanapos licitados – motivo pelo qual deu-se sua condenação ao pagamento da multa ora questionada.

2 – Material entregue em desacordo com as regras do certame, mas não efetivamente recebido pela Administração, encontrando-se à disposição da empresa para o respectivo recolhimento.

3 – Aplicação de multa em valor corretamente calculado, sobre o montante total do empenho, em estrita observância aos termos da lei de regência e do contrato firmado entre as partes.

4 – Decisão mantida na íntegra.

5 – Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600343–34.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL. REALIZAÇÃO DE VÁRIAS NOTIFICAÇÕES JUNTO À EMPRESA. NÃO CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA. APLICAÇÃO DA PENALIDADE PREVISTA NO ART. 7º DA LEI 10.520/2002. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

1 – A empresa recorrente participou do certame licitatório nº 69/2022, sagrando-se vencedora e, nos termos da Ata de Registro de Preços nº 09/2023, foi contratada para fornecer equipamentos de proteção e segurança para o TRE/PI, contudo, não comprovou sua regularidade fiscal por meio de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

2 – De acordo com o art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 c/c os subitens 14.1 “i” e 14.2, “d”, do Edital de Pregão Eletrônico TRE/PI nº 69/2022, o participante do pregão eletrônico que deixar de entregar documentação exigida ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (anos).

3 – A reprimenda prevista no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 é aplicável às infrações ali descritas quando ocorridas em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive na etapa competitiva. Nesse sentido é a recomendação do TCU consignada no Acórdão nº. 754/2015.

4 – É adequada a sanção que impede a empresa de contratar pelo prazo de 06 (seis) meses, haja vista que os efeitos da punição poderiam chegar a 5 (anos), conforme previsto no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, de modo que já houve, no caso, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, para fixação da punição na decisão recorrida.

5 – Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600017–40.2024.6.18.0000. ORIGEM: DOM EXPEDITO LOPES/PI (62ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR MUNICIPAL. 3 DE MARÇO DE 2023. DOM EXPEDITO LOPES – 62ª ZONA ELEITORAL. COMPOSIÇÃO DA JUNTA ELEITORAL. ART. 36 DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÕES. NOMEAÇÃO REFERENDADA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600024–32.2024.6.18.0000. ORIGEM: PIRIPIRI/PI (11ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 11ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600030–39.2024.6.18.0000. ORIGEM: PICOS/PI (10ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 10ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600005–26.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO – RECURSO – DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. PENALIDADE DE MULTA – PROPORCIONALIDADE – PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO. DESPROVIMENTO.

1– A contratada foi penalizada pela Administração Superior, após regular processo administrativo, em razão de descumprimento de cláusulas contratuais em decorrência dos seguintes fatos: a) Atraso na instalação do profissional Suporte a Codificação Nível II (somente em 26/06/2023, quando inicialmente possuía previsão de 01/03/2023); b) Um dos profissionais (Suporte a Codificação Nível II), com previsão para instalação do posto para o dia 01/03/2023, foi verdadeiramente instalado no dia 13/03/2023; c) Atraso no fornecimento de crachás; d) Atraso de 2 (dois) dias no pagamento do primeiro salário dos profissionais, previsto para pagamento no dia 07/03/2023, e pago no dia 09/03/2023.

2– No caso, ao ser selecionada a oferta de melhor preço a licitante sabia, previamente, as condições de contratação, salários praticados e prazos de atendimento às demandas, tanto é assim que, reconhecendo o atraso e o descumprimento das cláusulas obrigacionais, entregou os postos ajustados com os transtornos dele decorrentes.

3– Quanto à aplicação das penalidades as regras do edital e anexos — contrato e termo de referência — não deixam margem de discricionariedade à Administração, cabendo-lhe apenas aferir as situações e seu perfeito enquadramento às hipóteses sancionatórias previamente estipuladas.

4– A aplicação da penalidade de multa guarda a necessária proporcionalidade e razoabilidade, sendo indevida sua substituição por outra de advertência como pretende a recorrente, dado o perfeito enquadramento ao caso pela Administração Superior deste Regional. Incabível, ainda, a redução de seu valor com base no valor mensal da contratação uma vez que o subitem 6.8.1.2.3 do Termo de Referência é expresso quando determina a aplicação de multa em percentual do

“valor total da contratação, por dia de atraso, quando não alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos na data prevista para o início do serviço”.

5– Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600032-09.2024.6.18.0000. ORIGEM: VALENÇA DO PIAUÍ. (89ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 11 DE MARÇO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 89ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600019-10.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE MARÇO.

RECURSO ADMINISTRATIVO. REDISTRIBUIÇÃO. CONCURSO DE REMOÇÃO. MOVIMENTAÇÃO.

1. O § 2º do art. 37 da Resolução TSE 23.701/2022, assim como o § 1º do art. 8º da Resolução TRE 305/2015, apregoam que a “lotação do servidor ocupante do cargo efetivo a ser redistribuído não poderá diferir daquela na qual, antes de efetivada a redistribuição, se encontrava o outro servidor envolvido no processo”.

2. Não restam dúvidas que lotação originária do servidor envolvido, por ocasião de sua remoção para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, era a 5ª Zona Eleitoral – Oeiras. Resta claro, portanto, que a recorrente deveria ter sido redistribuída para aquela Zona.

3. A recorrente somente teria direito à nova lotação do ex-servidor após sua efetiva movimentação, ato que põe fim ao concurso. Até lá, ele poderia, inclusive, desistir da opção, caso ainda estivesse lotado neste Tribunal.

4. Ao tempo da redistribuição a recorrente estava ciente e concordou que sua lotação definitiva se daria em Oeiras, como faz prova nos autos.

5. Recurso a que se nega provimento.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600046-90.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR ERIVAN LOPES. JULGADO EM 02 DE ABRIL DE 2024.

Altera a Resolução TRE-PI nº 432, de 18 de novembro de 2021, que Regulamenta o exercício do Poder de Polícia Administrativa no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, dispondo sobre as atribuições funcionais dos Agentes de Polícia Judicial, para incluir os servidores da especialidade “transporte”.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600016-55.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE ABRIL DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. SERVIDOR PÚBLICO. LEI 8.112/1990. RESOLUÇÃO TRE-PI Nº 261/2013. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE A DEPENDENTES PORTADORAS DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA FORA DA REDE CREDENCIADA AO PROGRAMA DE SAÚDE INSTITUCIONAL. PEDIDO DE RESSARCIMENTO. FALTA DE AMPARO EM REGULAMENTO LEGALMENTE PREVISTO. VINCULAÇÃO DO GESTOR AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DESPROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

1. Por força do disposto no art. 16, da Resolução TRE-PI nº 261/2013 (que aprovou o regulamento do PRÓ-SAÚDE), os serviços de terapia ocupacional, psicopedagogia e psicologia, dentre outros nele expressamente elencados, “*serão concedidos aos beneficiários do Programa, por meio da rede credenciada pelo PRÓ-SAÚDE, mediante prévia autorização do Serviço de Assistência à Saúde*”. Não há previsão para

ressarcimento de despesas realizadas no âmbito de cobertura da rede credenciada, por profissionais não credenciados.

2. Na espécie, o servidor teve seu pedido de ressarcimento de valores gastos a título de tratamento de suas filhas menores (dependentes) portadoras de Transtorno do Espectro Autista – TEA, por falta de amparo legal. Houve tentativa infrutífera de alteração do regulamento do Plano de saúde institucional (PRÓ-SAÚDE), para contemplar a modalidade de despesa nos moldes pretendidos, impedindo o acolhimento da pretensão do servidor.

3. Por interpretação do disposto no art. 230, da Lei nº 8.112/1990, existindo rede credenciada de profissionais de saúde, o regulamento do plano institucional não poderá prever auxílio por ressarcimento no valor integral aplicado aos credenciados, para os serviços prestados por profissionais não credenciados.

4. O princípio da legalidade no âmbito administrativo não pressupõe ausência de oposição à lei, como o é no privado, mas a autorização dela ou sua estrita aplicação pelo gestor público.

5. Recurso desprovido. Decisão mantida.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600066-81.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. CLÁUSULA PRESENTE NO EDITAL. ITENS ENTREGUES COM ATRASO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. MULTA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A contratada não cumpriu integralmente com as suas obrigações, uma vez que entregou com atraso o item licitado.

2. Em se tratando de exigência prevista em edital e considerando que a empresa decidiu concorrer e, ao final, venceu a licitação, assinando o contrato, a mesma concordou com as cláusulas ali previstas e passou a ter o dever de cumpri-las fielmente. Caso tivesse alguma ressalva ou crítica ao edital, o momento de apresentá-las seria quando da impugnação da licitação. Ademais, não cabe terceirização da culpa pelo não cumprimento de obrigação contratual.

3. O Art. 87 da Lei 8.666/1993 prevê a aplicação de multa pela inexecução total ou parcial do contrato. Acertada, portanto, a sanção determinada pela Diretora-Geral deste Tribunal.

4. Recurso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600070-21.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre o planejamento das compras, gestão e controle patrimonial, modelo de mensuração de bens móveis, armazenamento e o fluxo de pedidos de bens patrimoniais e de consumo no âmbito do TRE-PI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600098-86.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI (98ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 98ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.009/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.197/2006. AUSÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU EXCEPCIONALIDADE QUE AFASTE O CRITÉRIO PREFERENCIAL. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. DESIGNAÇÃO DA MAGISTRADA QUE SE ENCONTRA

HÁ MAIS TEMPO SEM EXERCER A TITULARIDADE DE ZONA ELEITORAL. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600105-78.2024.6.18.0000. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL – UNIÃO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 16ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE Nº 22.197/2006 E Nº 23.449/2015. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600069-36.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE CAPACITAÇÃO NA MODALIDADE ONLINE. CONVERSÃO DO CRÉDITO HORÁRIO EM BANCO DE HORAS. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA REALIZAÇÃO DE LABOR ALÉM JORNADA. FALTA DE REGISTRO BIOMÉTRICO DA FREQUÊNCIA. EXIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO TRE-PI N. 446/2022. CONTEXTO FÁTICO INALTERADO, SEM NOVAS RAZÕES PARA O ACOLHIMENTO DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A servidora apresentou recurso administrativo em face da decisão da Presidência desta Corte que indeferiu o lançamento, em banco de horas, dos créditos horários correspondentes à carga horária do curso PJeCor - Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias, oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça na modalidade online, com aulas síncronas e assíncronas.

2. A Resolução TSE nº 22.901/2008 apregoa que o regime de serviço extraordinário no âmbito da Justiça Eleitoral será permitido para o atendimento de situações excepcionais e temporárias devidamente justificadas, e que a sua prestação está condicionada à autorização prévia do Diretor-Geral, a quem compete avaliar o caráter excepcional e temporário.

3. Já a Resolução TRE/PI nº 446/2022, em seu artigo 3º, afirma que a prestação do serviço extraordinário é condicionada à autorização prévia do Diretor-Geral, cabendo-lhe avaliar o caráter excepcional e temporário da situação. O § 2º deste dispositivo pontua que “Em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo gestor da unidade, a Diretoria-Geral poderá homologar a prestação do serviço extraordinário sem a autorização prévia, desde que comprovada a impossibilidade da formalização do requerimento em data anterior à realização do serviço. E o § 3º do mesmo dispositivo, ainda, dispõe categoricamente que “A realização de serviço extraordinário sem a prévia autorização ou homologação pela Diretoria-Geral inviabiliza o seu registro para fins de pagamento e crédito em banco de horas. Ao passo que o art. 6º determina: “O cômputo do serviço extraordinário dar-se-á somente por meio da marcação do registro biométrico, ressalvado o deslocamento a serviço”.

4. Cabe destacar o seguinte trecho da decisão do Exmo. Desembargador Erivan Lopes, então Presidente, para fins de afastar a possibilidade de atendimento ao pleito da recorrente: “Conforme disposto no art. 6º do aludido normativo, o cômputo do serviço extraordinário dar-se-á somente por meio da marcação do registro biométrico. No caso em análise, consoante se extrai das informações contidas nos autos, o mencionado curso foi realizado em ambiente virtual, sem o comparecimento dos servidores nas dependências do TRE-PI, não sendo possível aferir o efetivo tempo de participação dos servidores nos dias de realização do evento. Desse modo, verifica-se que o pedido dos recorrentes

encontra-se em desacordo com a norma interna, razão pela qual impõe-se o seu indeferimento”.

5. Não subsiste a alegação de enriquecimento sem causa da administração, haja vista que a Administração não se locupletou de nenhum valor pecuniário, e que a recorrente teve a possibilidade de efetuar a compensação de jornada diária, semanal e/ou mensal

6. Desprovimento do Recurso.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600115-25.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 27 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600148-15.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 04 DE JUNHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 481, DE 4 DE JUNHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. ALTERAÇÃO DAS RESOLUÇÕES TRE-PI Nº 463/2023 e Nº 464/2023. OUVIDORA E OUVIDOR DEVEM SER ESCOLHIDOS PREFERENCIALMENTE DENTRE OS JUÍZES MEMBROS DA CORTE. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600079-80.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 10 DE JUNHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 482, DE 10 DE JUNHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. REVOGA A RESOLUÇÃO TRE/PI Nº 414/2021 E DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO TRE/PI Nº 261/2013. REGULAMENTA O INSTITUTO DA DEPENDÊNCIA LEGAL E ECONÔMICA NO ÂMBITO DESTE TRIBUNAL. ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO TSE Nº 23.361/2011, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.445/2015. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600329-16.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. NOVOS CARGOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. CONVERSÃO DE CARGOS VAGOS DE OUTRAS ÁREAS E ESPECIALIDADES DO QUADRO EFETIVO DE SERVIDORES. CARGOS QUE NÃO POSSUEM CONCURSO PÚBLICO EM VALIDADE. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600331-83.2024.6.18.0000. ORIGEM: URUÇUI/PI (14ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 14ª ZONA ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600113-55.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. REGIME DE TELETRABALHO. SUSPENSÃO NO PERÍODO ELEITORAL. ATO DISCRICIONÁRIO. REQUISITOS ATENDIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

1- Matéria disciplinada na Resolução TRE nº 386/2020 que Institui o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

2- Como cediço, todo ato administrativo está sujeito ao controle de legalidade, podendo ser: a) vinculado, quando não dá ao Administrador qualquer hipótese de valoração ou liberdade de escolha estando o mesmo adstrito a um único caminho legalmente pré-determinado; e b) discricionário, sendo este caracterizado pela possibilidade de exercício do juízo de conveniência e oportunidade, calcado no interesse público e nos limites da lei, de modo que ao Administrador é dada liberdade de escolha para que decida acerca da melhor opção diante do caso concreto que se lhe apresente.

3- Os fundamentos expostos na decisão recorrida não trazem qualquer eiva de ilegalidade, uma vez que observados os limites fixados nos arts. 4º, 8º e 36 da Resolução TRE nº 386/2020. Com efeito, o próprio normativo de regência já anota o período eleitoral como causa de exceção ao teletrabalho, assim determinada pelo Presidente, respeitada a ressalva de que os casos de suspensão não podem recair nas hipóteses de adesão ao teletrabalho por servidores com direito à remoção ou à licença para acompanhar cônjuge ou, ainda, à remoção por motivo de saúde, o que, de fato foi expressamente observado na decisão que ora se questiona. Consta-se, ainda — em atenção ao argumento dos recorrentes de que a decisão não poderia atingir da mesma forma os diversos processos de concessão individual do regime de teletrabalho — que é externado no regulamento não constituir tal regime direito do servidor, podendo ser a concessão revertida a qualquer tempo, em função da conveniência do serviço ou no interesse da Administração, no caso o período eleitoral atinente às Eleições municipais de 2024. Requisitos atendidos.

4- Recuso desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600340-45.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 483, DE 9 DE JULHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. IMPLANTAÇÃO DO JUIZ ELEITORAL DAS GARANTIAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.740, DE 7 DE MAIO DE 2024. RESOLUÇÃO CNJ Nº 562, DE 3 DE JUNHO DE 2024. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600339-60.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 484, DE 15 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. REVOGA A RESOLUÇÃO TRE/PI Nº 436, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021. REGULAMENTA A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A POLÍTICA GERAL DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. CONSTITUI A COMISSÃO TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR PARA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600330-98.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAIN. EXERCÍCIO DE 2023. CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 308/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600375-05.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 16 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 485, DE 16 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA VOLTADO AO ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MAGISTRADAS E SERVIDORAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ – RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 102/2021, DE 19 DE AGOSTO DE 2021. RESOLUÇÃO CNJ Nº 353/2023 – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE PARA O ANO DE 2024. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600362-06.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 16 DE JULHO DE 2024.

RECURSO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER O PROCESSO ELEITORAL 2024. PARTICIPANTE CLASSIFICADO. ENTREGA DA PROPOSTA AJUSTADA NO PRAZO. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. ALEGAÇÕES DO RECORRENTE. INSUBSISTENTES E INAPTAS A AFASTAR A CULPA CONFIGURADA. DECISÃO. FIXAÇÃO DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA POR DESCUMPRIMENTO DO PACTUADO. DESPROVIMENTO.

1. O não cumprimento de obrigação previamente assumida, sem que tenha havido nenhuma excepcionalidade que impedisse seu cumprimento, acarretará a aplicação das sanções previstas na lei, nos termos previstos no edital.

2. O recorrente alega que o prazo de envio da proposta ajustada, de apenas 2(duas) horas, é muito curto; que estava sem internet; e que, devido a mudanças no comprasnet, não conseguiu acessar os pregões pelo celular, pois isso não informou da falha na conexão.

2.1. No entanto, ficou demonstrado que tais alegações são inaptas a afastar sua culpa no cumprimento das normas previstas no edital do procedimento licitatório.

3. Manutenção da penalidade de advertência imposta à empresa sindicada, com respaldo na previsão contida no edital convocatório.

4. Recurso conhecido e desprovido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600202-78.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL. COMPOSIÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024. ARTIGOS 23, XIV, E 30, XII, DO CÓDIGO ELEITORAL, E ARTIGO 1º, § 2º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 21.843/2004. PEDIDOS FORMULADOS PELAS JUÍZAS E PELOS JUÍZES ELEITORAIS COM AS RESPECTIVAS JUSTIFICATIVAS. DEFERIMENTO.

1. Satisfeitos os requisitos estabelecidos na Resolução TSE nº 21.843/2004, acolhem-se os pedidos de requisição de Força Federal, formulados pelas Juízas e pelos Juízes Eleitorais, para que sejam submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento ao disposto no art. 23, inciso XIV, do Código Eleitoral.

2. Deferimento dos pedidos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600368-13.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 486, DE 29 DE JULHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. ATOS PREPARATÓRIOS. ELEIÇÕES 2024. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600377-72.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024. COMPOSIÇÃO DAS JUNTAS ELEITORAIS. ART. 36 DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÕES. HOMOLOGAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600399-33.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 487, DE 30 DE JULHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. INSTITUI A POLÍTICA DE LINGUAGEM SIMPLES NA JUSTIÇA ELEITORAL DO PIAUÍ. PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CNJ E TRE-PI Nº 075/2024. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600372-50.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 488, DE 30 DE JULHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. ALTERA RESOLUÇÃO TRE-PI Nº 265/2013. CONCESSÃO DE DIÁRIAS. ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO CNJ Nº 564/2024. APROVAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600373-35.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 489, DE 30 DE JULHO DE 2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO. MINUTA DE RESOLUÇÃO. INCREMENTO DO LIMITE MENSAL DE MANDADOS CUMPRIDOS NAS ZONAS ELEITORAIS. APROVADA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600325-76.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR INATIVO. RECEBIMENTO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO. AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO. BOA – FÉ. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Afigura-se que o servidor tinha condições de perceber que recebeu indevidamente o valor excedente referente ao auxílio-alimentação por alguns dias após sua aposentadoria. Isso porque, o aludido benefício de caráter indenizatório é concedido para subsidiar despesas com refeição, realizadas tão somente durante o exercício do cargo público. Assim, o início da inatividade enseja o término do recebimento de auxílio – alimentação, eis que não se incorpora aos proventos de aposentadoria.

2. Quanto ao valor referente ao auxílio-alimentação pago por dia de licença para tratamento de saúde após 24 meses de afastamento, entendo inexistir possibilidade de conhecimento da ilicitude pelo servidor dos pagamentos indevidos. Tal assertiva se deve em razão de que o servidor esteve afastado por vários períodos do trabalho e recebeu auxílio-alimentação ao longo de todo o lapso temporal, razão pela qual, não se mostra crível exigir que ele identificasse com clareza e exatidão a data do término do recebimento do benefício. Ademais, os descontos são referentes a períodos fracionados, o que dificulta a contagem e controle do prazo previsto no art. 102, VIII, alínea “b” da Lei 8.112/90 c/c art. 13, VII da Resolução TSE nº 22.071/2005. Assim, incabível exigir uma postura diversa diante de uma situação que – aparentemente - se mostrava igual, sobretudo a uma pessoa em tratamento de saúde. Comprovada, pois, a boa-fé objetiva do recorrente.

3. No que tange ao não pagamento das horas extras trabalhadas nas Eleições de 2016, os aludidos créditos foram judicializados por meio de processo que tramita na Justiça Federal, o que impede a apreciação da matéria na seara administrativa, conforme entendimento do Conselho Nacional de Justiça

4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600431-38.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RESOLUÇÃO Nº 490, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

Ementa: Direito administrativo. Processo administrativo. Minuta de Resolução. Altera Resolução TRE-PI nº 294/2014. Suprimento de fundos. Aprovação.

I. Caso em exame

1. Trata-se de proposta de alteração da Resolução TRE-PI nº 294, de 26 de setembro de 2014, a qual versa sobre a concessão, aplicação e comprovação de despesa pública mediante suprimento de fundos, com vistas a inclusão de regramento relacionado à documentação comprobatória de locação de bens, de modo que esteja em total consonância com Súmula Vinculante nº 31 do STF.

II. Questão em discussão

2. Há duas questões em discussão: (i) fazer com que os normativos internos deste Regional admitam a comprovação de despesa de aluguel de imóvel mediante suprimento de fundos por meio de prova de outro instrumento hábil diverso da nota fiscal de serviço, a fim de evitar a retenção de Imposto Sobre Serviços – ISS; e (ii) necessidade de cessar com a retenção de valores por parte da Seção de Programação e Execução Financeira – SEPEF, quando da emissão de ordem bancária de pagamento.

III. Razões de decidir

3. Não há necessidade de comprovar a despesa referente a aluguel de bem imóvel mediante suprimento de fundos por meio de nota fiscal de serviço, pois não há incidência de ISS sobre a referida operação, nos termos da Súmula Vinculante STF nº 31.

4. A retenção de 11% do valor total da ordem bancária para fins de retenção de contribuição previdenciária, quando se trata de pagamento de serviço mediante suprimento de fundos, está em desacordo com o procedimento contábil e operacional do manual SIAFI, ocasionando restrição e desequilíbrio contratual.

IV. Dispositivo e tese

5. Aprovação da minuta de Resolução.

Tese de julgamento: “1. Despesa de locação de bem imóvel mediante suprimento de fundos não necessita ser comprovada mediante nota fiscal de serviço. 2. Não deve haver retenção de valores nas ordens bancárias de pagamento”.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TRE-PI nº 294/2014; e Manual SIAFI, 1ª edição. 1996, macrofunção 021121 (suprimento de fundos).

Jurisprudência relevante citada: Súmula Vinculante STF nº 31.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600391-56.2024.6.18.0000. ORIGEM: PIO IX/PI (29ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL – PROCESSO ADMINISTRATIVO – PEDIDO DE AGREGAÇÃO DE SEÇÕES ELEITORAIS – NÚMERO DE ELEITORES ULTRAPASSA O LIMITE LEGAL – JUSTIFICATIVA DE DIFICULDADE QUANTO AO RECRUTAMENTO DE MESÁRIOS NA ZONA RESPECTIVA – DEFERIMENTO.

CASO EM EXAME

Juízo Eleitoral da 29ª Zona Eleitoral do Piauí solicita autorização para agregar seções eleitorais, ultrapassando o limite de eleitores previsto Código Eleitoral (art. 117) e na Resolução TRE/PI nº 486/2024 (art. 1º, caput e §3º).

QUESTÕES EM DISCUSSÃO

Possibilidade de agregação de seções eleitorais que excedem o limite legal de eleitores estabelecido.

RAZÕES DE DECIDIR

Duas das junções propostas excedem o limite imposto em apenas 02 eleitores cada uma e é plausível a justificativa apresentada pelo requerente, de que há “dificuldade de recrutamento de mesários nos municípios que integram a 29ª Zona, principalmente em áreas rurais”. Providência que representa racionalização dos trabalhos e não traz prejuízo aos eleitores.

Quando à terceira agregação, não existe impedimento legal pois o somatório das seções reunidas é de 477 eleitores, número que prescinde de autorização da Corte para compor uma seção.

DISPOSITIVO E TESE

Pedido deferido.

É admissível a agregação de seções que

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600421-91.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADAS. MÉRITO. DESCUMPRIMENTO DO EDITAL. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. ADVERTÊNCIA. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Preliminares de violação à ampla defesa e ao contraditório e de ausência de fundamentação.

1.1. A Comissão de Sindicância tentou contato via correspondência eletrônica, correios e publicação de Edital no Diário Oficial da União, não tendo sido apresentada manifestação pela recorrente em nenhuma oportunidade

1.2. Tanto o relatório da Comissão de Sindicância quanto a decisão que aplica a advertência estão vastamente fundamentados em Acórdão do Tribunal de Contas da União, jurisprudências dessa Corte, Edital etc.

1.3. Preliminares rejeitadas.

2. A empresa deveria ter condições materiais de participar do Pregão sem sobressaltos, não sendo crível que um mero tropeço em um fio possa impedir de continuar a interação com a equipe responsável pelo procedimento licitatório.

2.1. O fato ocorreu no dia 18/10/2023, e a empresa buscou contato somente no dia 31/10, o que demonstra um lapso temporal considerável.

3. A Administração deste Tribunal, agindo de maneira proporcional e razoável, impôs apenas a advertência, penalidade consentânea com a irregularidade em questão.

3.1. O edital do Pregão Eletrônico nº 28/2023 prevê, em seu item 14.2, alínea “a”, a penalidade de advertência por faltas leves que não acarretem prejuízo significativo ao objeto da contratação

4. Acertada a sanção determinada pela Diretora-Geral deste Egrégio Tribunal, posto que a mesma deve conter natureza não apenas punitiva, mas também pedagógica, visando reprimir a repetição de uma conduta similar, na mesma ou em outras contratações com a Administração Pública.

5. Ao se tratar de situação prevista em edital, e considerando que a empresa decidiu concorrer no Pregão, a mesma concordou com as cláusulas ali dispostas e passou a ter o dever de cumpri-las fielmente. Caso tivesse alguma ressalva ou crítica ao edital, o momento de apresentá-las seria quando da impugnação do Pregão.

6. Recurso desprovido.

16 RECURSO / ALISTAMENTO ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL Nº 0600002-92.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ (90ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 12 DE MARÇO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS RESIDENCIAL E FAMILIAR. COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600066-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 21.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – A juntada de fatura de energia elétrica em nome do sogro do recorrido demonstra o vínculo familiar entre o eleitor e o respectivo município, impondo-se o deferimento da transferência de domicílio eleitoral art. 118 da Res. TSE nº 21.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 21.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Fatura de energia elétrica emitida em nome da recorrida demonstra a existência de vínculo familiar entre a eleitora e município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo, art. 118 da Res. TSE nº 21.659/2021.

2 – A Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) também é documento apto a comprovar a existência de vínculos residencial, familiar e comunitário com a municipalidade (Precedente: TRE/PI - Acórdão nº 060002012, Relator: Juiz Agliberto Gomes Machado, Sessão de 13/07/2020).

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600068-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 16 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Comprovados os vínculos, residencial e familiar do eleitor no município, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600004-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 16 DE ABRIL 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DO PEDIDO DE ELEITORA. JUNTADA DE DOCUMENTO CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO REGULAR DO DOMICÍLIO ELEITORAL DA RECORRIDA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Eleitora não logrou êxito em demonstrar vínculo com a municipalidade, pois apresentou apenas um carnê de pagamento, emitido por empresa local, prestadora de serviços de internet, considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais da interessada.

3. Recurso provido. Reformada a decisão de primeiro grau, para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600048-73.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA COMPANHEIRA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO/FAMILIAR COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Cópias de fatura de energia elétrica em nome da companheira do eleitor - constando o endereço no Município para o qual se requer a transferência eleitoral – é hábil a demonstrar o vínculo afetivo/familiar com a localidade.

Desprovimento do Recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. ENDEREÇO POSTAL PARA RECEBIMENTO DE ENCOMENDA, DOCUMENTOS REFERENTES A SERVIÇOS PRESTADOS POR EMPRESAS, BEM COMO RELATIVO A PROPRIEDADE DE VEÍCULO EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Endereço postal para recebimento de encomenda, documentos referentes a serviços prestados por empresas, bem como relativo a propriedade de veículo em nome do eleitor constando o endereço no Município para o qual se requer a transferência eleitoral – é hábil a demonstrar o vínculo com a localidade.

Desprovimento do Recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600148-28.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIRMADA PELA GENITORA DO ELEITOR. DOCUMENTO UNILATERAL. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Declaração de residência subscrita pela genitora do eleitor, por sua natureza unilateral, não se revela documento suscetível a comprovar o domicílio quando não aliada a outros documentos.
- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600087-70.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O ELEITOR. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE NÃO COMPROVADOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Comprovantes de residência em nome de terceiro sem demonstração de vínculo com o eleitor, desacompanhados de qualquer outro documento, não são aptos a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600100-69.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE PROVEDOR DE INTERNET EM NOME DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. RESIDÊNCIA E/OU VÍNCULOS NÃO COMPROVADOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO COM DADOS SIGILOSOS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. APURAÇÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A fatura de provedor de internet em nome de terceiro, mas desacompanhada de qualquer outro documento, não é apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Considerando a juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente, acolhe-se a manifestação do Procurador Regional Eleitoral pela extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público local para apurar eventual violação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EM NOME DA IRMÃ. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- A fatura de energia em nome de terceiro, mas desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com a eleitora, não é documento apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-14.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO 22 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL E FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM SEU NOME. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegação de que mantém vínculos residencial e familiar com o município, apresentando junto ao RAE, para comprovar a residência, conta de energia elétrica em seu nome.
3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
4. Dessa forma, no caso vertente, como restou comprovado o vínculo residencial entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser deferido o pleito respectivo.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600160-42.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O ELEITOR. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES APRESENTADOS EM CONTRARRAZÕES EMITIDOS EM DATA POSTERIOR AO REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE NÃO COMPROVADOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Comprovante de residência em nome de terceiro sem demonstração de vínculo com o eleitor, desacompanhado de qualquer outro documento, não é apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- Documentos expedidos em data posterior ao requerimento de transferência de domicílio eleitoral, não são aptos a comprovar o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, conforme dispõe o art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600001-10.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL – PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL. ACOLHIMENTO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO COMO RECURSO. REJEIÇÃO. JUNTADA DE DOCUMENTOS PELO RECORRENTE APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ADMISSIBILIDADE. MÉRITO. RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULOS PATRIMONIAL, RESIDENCIAL, FAMILIAR E/OU AFETIVO NÃO COMPROVADOS POR UM DOS ELEITORES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – O descumprimento do prazo previsto no art. 18 da Resolução TSE nº 21.538/2003 ocasiona o reconhecimento da intempestividade do recurso. Preliminar acolhida.

2- A impugnação prevista na Resolução TSE nº 21.538/2003 pode ser recebida como recurso, mediante a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, em prol da garantia do acesso à Justiça e visando evitar formalismos excessivos decorrentes do apego à mera denominação dada pela parte ao apelo - art. 1.030 do CPC.

3- Admite-se a juntada pelo recorrente de documentos que visam contrapor documentação trazida aos autos pela parte recorrida em sede de contrarrazões recursais - art. 435 do CPC.

4 – O recibo de declaração de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR referente a imóveis de propriedade do eleitor ou de familiar seu, de acordo com a pacífica jurisprudência desta Egrégia Corte, é documento suficiente para comprovar, respectivamente, os vínculos patrimonial e familiar com a localidade, garantindo seu direito a transferência de domicílio eleitoral.

5- Extrato de consulta ao CIB de imóvel e número de recibo de ITR no site da Receita Federal em nome de terceiro cujo vínculo com o eleitor não foi comprovado não fazem prova de vínculo com o município respectivo para efeito de transferência de domicílio eleitoral.

6 – Recurso parcialmente conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-30.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – ALEGATIVA DE VÍNCULO RESIDENCIAL – BOLETO EMITIDO POR FORNECEDOR DE SERVIÇO DE INTERNET – DOCUMENTO FRÁGIL QUE NÃO FAZ PROVA DE DOMICÍLIO ELEITORAL DADAS AS PECULIARIDADES DO CASO –

DOMICÍLIO ELEITORAL NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – PEDIDO INDEFERIDO

1 – No caso, o boleto de pagamento de mensalidade de serviço de internet não se mostra capaz de, por si só, comprovar a residência para fins de transferência de domicílio eleitoral.

2 – Peculiaridades do caso:

2.1 – Município em que deferido recente pedido de revisão de eleitoral, uma vez que o número de eleitores corresponde a, aproximadamente, 88% da população atual, índice bem superior aos percentuais estabelecidos na Resolução TSE nº 23.659/2021 como parâmetros para recomendar a realização de correição e revisão do eleitorado.

2.2 - Segundo consulta ao PJe, observou-se que, em 2024, foram distribuídos 63 (sessenta e três) recursos eleitorais advindos dessa municipalidade, nos quais se discute a legitimidade de requerimentos de alistamento ou transferência eleitoral.

2.3 - Dentre esses recursos, em mais de vinte, os eleitores requerentes são procedentes de outros estados e apresentaram tão somente o mesmo carnê de pagamento de serviços de internet do mesmo fornecedor.

2.4 – Em alguns processos, verificou-se que os eleitores apresentaram os mesmo boletos com informações duvidosas, pois, embora processados e supostamente pagos em 2023, fazem referência a datas futuras (setembro, outubro e novembro de 2024).

2.5 – O município segue com aumento expressivo de requerimentos de alistamento/transferência eleitoral, sobretudo em anos de eleições municipais, exigindo da Justiça Eleitoral um olhar atento a tal situação.

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600089-40.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 21.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Fatura de energia elétrica emitida em nome do pai do recorrido demonstra a existência de vínculo familiar entre o eleitor e o município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 23.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600113-68.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO AFETIVO/COMUNITÁRIO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Certificado de conclusão do Ensino Fundamental é documento hábil a comprovar vínculo afetivo/comunitário com o município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 21.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600105-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. FRAGILIDADE DAS PROVAS. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
2. A contradição entre as informações presentes nos diversos comprovantes de residência juntados pela recorrida afeta a robustez dos citados comprovantes, tornando as provas frágeis para demonstrar o seu vínculo com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI.
3. Recurso conhecido e provido para reformar a decisão e indeferir o pedido de transferência eleitoral da parte recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600104-09.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 23 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. FRAGILIDADE DAS PROVAS. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
2. A recorrida não conseguiu comprovar o vínculo com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI vez que o único documento apresentado pela eleitora foi considerado prova frágil no bojo de outros autos. Assim, está-se diante da impossibilidade de aceitar o referido documento como prova hábil para confirmar a existência de vínculo da recorrida com a municipalidade.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600125-50.2020.6.18.0084. ORIGEM: ANGICAL DO PIAUÍ/PI (43ª ZONA ELEITORAL – REGENERAÇÃO/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. SUPOSTA DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES E REALIZAÇÃO DE SHOWMÍCIO. AUSÊNCIA DE PROVAS DAS IRREGULARIDADES. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

- Diante da ausência de provas de irregularidades na distribuição de material de propaganda e brindes, bem como evidenciada a participação dos candidatos também da chapa rival em atitudes semelhantes às dos investigados, não há que se falar em desequilíbrio do pleito ou da configuração dos ilícitos narrados na inicial e recurso. - Documentos e depoimentos colhidos em juízo que conduzem à conclusão de inexistirem provas da prática de abuso de poder ou captação ilícita de sufrágio. - Improcedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Sentença mantida. Recurso conhecido, porém, desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600180-33.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos, constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-87.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos, constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade de Santo Antônio de Lisboa, a justificar a manutenção do Alistamento Eleitoral. Com efeito, resta demonstrado ser a recorrida filha de Maria dos Remédios Alves, conforme se vê da anexa cédula de identidade. As faturas de energia elétrica em nome da mãe da recorrida comprovam o domicílio da mesma no município pretendido. Além disso, em sede de contrarrazões, foi anexado documento que comprova matrícula na 3ª Série em Educação Regular-Ensino Médio-Turno Tarde no CETI MARIA DE CARVALHO, escola estadual situada no município de Santo Antônio de Lisboa. 2. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Alistamento Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600062-57.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos, constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade de Santo Antônio de Lisboa - PI, a justificar a manutenção do Alistamento Eleitoral. Com efeito, resta demonstrado ser o recorrido filho de José Alcivan da Silva, conforme se vê da anexa cédula de identidade e da certidão de nascimento. A fatura de energia elétrica em nome do pai do recorrido comprova o domicílio do mesmo no município pretendido. Além disso, em sede de contrarrazões, foi anexado documento que demonstra matrícula na 2ª Série em Educação Integral-Ensino Médio no CETI MARIA DE CARVALHO, escola estadual situada no município de Santo Antônio de Lisboa. 2. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Alistamento Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600005-47.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a transferência quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
- Os eleitores comprovaram vínculo afetivo e familiar com o município de Campinas do Piauí com a juntada de comprovante de residência em nome das companheiras.
- Recurso Desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-19.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DOCUMENTOS APRESENTADOS. SUFICIÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. No caso, foram apresentados documentos aptos a demonstrar o vínculo familiar e afetivo com o município.(Precedentes)
3. Mantida a decisão de deferimento do alistamento eleitoral.
4. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600120-60.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUIS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL E AFETIVO. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Na hipótese, os documentos juntados aos autos, relativos a um boleto bancário de pagamento referente a compra de um aparelho celular, bem como o certificado de garantia do aparelho e o recibo de compra, mostram-se frágeis para comprovar o domicílio do eleitor.
3. No caso vertente, como o eleitor não apresentou outros documentos aptos a comprovar residência e a demonstrar os vínculos afetivos, políticos, econômicos, sociais ou familiares com o município, a transferência deve ser indeferida..
4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600115-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO E FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO SEM DEMONSTRAÇÃO DE RELAÇÃO COM O ELEITOR. ALEGAÇÃO DE UNIÃO

ESTÁVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegação de que ali mantém laços afetivos e familiares.
3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
4. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos o comprovante de residência bem como outros documentos em nome de terceiros sem a demonstração de relação de parentesco com o eleitor. Ademais, foi alegada a união estável sem a apresentação da Declaração de União Estável, devidamente registrada em cartório.
5. Dessa forma, no caso vertente, como não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo
6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600004-62.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO COMO RECURSO. PRELIMINAR REJEITADA. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DOMICÍLIO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Na espécie, a peça interposta pelo partido foi impugnação. Contudo, esta Corte tem admitido a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade para admitir o recebimento da impugnação como recurso eleitoral. Preliminar de não conhecimento da impugnação como recurso rejeitada.
2. Nos termos do art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021, para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.
3. No presente caso, vários eleitores comprovaram o vínculo com o município. Contudo, um eleitor juntou documento que não demonstra o elo com o município para o qual requereu transferência.
4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600099-84.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO E FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegação de que ali mantém laços afetivos e familiares.
3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
4. Na hipótese, todavia, foi colacionado aos autos o comprovante de residência em nome da suposta companheira, sem contudo apresentar a Declaração de União Estável, devidamente registrada em cartório ou quaisquer outros documentos que comprovem o vínculo com o município.
5. Dessa forma, no caso vertente, como não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo
6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO DE 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a transferência quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
- O eleitor comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a juntada de comprovante de residência em nome da avó de sua esposa.
- Recurso Desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600165-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a transferência quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
- O eleitor comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI com a juntada de comprovante de residência em nome da avó de sua esposa.
- Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-76.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DOCUMENTOS APRESENTADOS. SUFICIÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, a eleitora comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a juntada de cópia de conta de energia elétrica de sua genitora, bem como a apresentação da declaração da escola em que se encontra matriculada no município.

4. Mantida a decisão de deferimento do alistamento eleitoral.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600077-26.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar o alistamento pretendido.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a inscrição

- A eleitora comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a juntada de comprovante de residência em nome de seu avô.

- Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-62.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor

residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, a eleitora não comprovou qualquer vínculo com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, uma vez que juntou, tão somente, comprovante de residência em nome de terceiro, sem demonstrar qualquer laço afetivo ou familiar com esse terceiro.

- Recurso provido.

-Extração e envio dos autos ao Ministério Público junto a 28ª ZE/PI.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-88.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDO INDEFERIDO.

1 – Fatura de energia elétrica e de IPTU em nome de terceira pessoa em relação à qual não há como se estabelecer qualquer liame com o eleitor não são provas aptas a viabilizar a transferência de domicílio eleitoral.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600248-80.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EMITIDA EM NOME DO AVÔ DO ELEITOR COM ENDEREÇO NO MUNICÍPIO PRETENDIDO - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Fatura de energia elétrica emitida em nome do avô do recorrido demonstra a existência de vínculo familiar entre o eleitor e o município.

2 - Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral art. 118 da Res. TSE nº 23.659/2021.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600257-42.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 - Consta nos autos RG da recorrida, segundo o qual ela é natural de Santo Antônio de Lisboa/PI, fato que comprova os vínculos afetivo e comunitário com o citado município, a respaldar o deferimento da transferência eleitoral.

2 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-37.2023.6.18.0072. ORIGEM: FLORES DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL – ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2022. RESOLUÇÃO Nº 23.604/2019. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS. REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU AS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS. CONTAS APROVADAS. RECURSO PROVIDO.

1 - Presente nos autos declaração de que o órgão partidário municipal não movimentou recursos financeiros ou bens estimáveis em dinheiro no exercício financeiro, seguida de pareceres técnico e ministerial favoráveis à aprovação das contas, “deve ser determinado o imediato arquivamento da declaração apresentada pelo órgão partidário, considerando, para todos os efeitos, prestadas e aprovadas as respectivas contas” – art. 44, VIII, a, da Resolução nº 23.604/19.

2 - Recurso provido. Contas aprovadas.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600216-75.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – ALEGATIVA DE VÍNCULO RESIDENCIAL – ATESTADO DE RESIDÊNCIA FIRMADO POR TERCEIRO - DECLARAÇÃO PESSOAL UNILATERAL NÃO FAZ PROVA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO - DOMICÍLIO ELEITORAL NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – PEDIDO INDEFERIDO

1 – Declaração de residência firmada por terceiro com o qual não se demonstrou qualquer grau de parentesco com o eleitor, ainda que autenticada em cartório, consiste em documento produzido unilateralmente que não faz prova de residência para fins de transferência de domicílio eleitoral.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE ABRIL E 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO – CRLV EM NOME DO ELEITOR INDICANDO ENDEREÇO NO MUNICÍPIO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Preliminar de inépcia da inicial. A inicial expõe os fatos de forma clara, contém pedidos específicos e veio acompanhada de documento que a parte entende relevante para a demonstração dos fatos. A avaliação da prova produzida nos autos, por outro lado, não é objeto de preliminar e deve ser feita quando da apreciação de mérito. Rejeição.

2 - O Certificado Digital de Licenciamento de Veículo emitido em nome do eleitor é um documento dotado de fé pública, hábil a comprovar o vínculo com o município pretendido, sobretudo porque, a princípio, no licenciamento de veículo deve constar a cidade onde proprietário reside (art. 3º, inciso IV, da Resolução CONTRAN nº 809/2020).

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600101-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. MÉRITO: FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PAI DA ELEITORA. RESIDÊNCIA E/OU VÍNCULO COMPROVADOS. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO COM DADOS SIGILOSOS SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. APURAÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Rejeita-se a preliminar de inépcia da inicial quando presentes seus elementos essenciais (partes, causa de pedir e pedido) e ausentes os vícios previstos no art. 330, § 1º, do CPC, de modo a possibilitar às partes o exercício do contraditório e da ampla defesa, bem como o esclarecimento dos fatos no curso da instrução processual.

- Verificado que os documentos acostados pela eleitora comprovam a residência e/ou o vínculo com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, é de se deferir a sua transferência.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

- Considerando a juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente, acolhe-se a manifestação do Procurador Regional Eleitoral pela extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público local para apurar eventual violação da Lei Geral de Proteção de Dados.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600098-02.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. VÍNCULO COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município é suficiente a demonstrar o vínculo com a localidade.

- Desprovido do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600108-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. VÍNCULO COM A ELEITORA NÃO DEMONSTRADO. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EM NOME DA IRMÃ. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- A fatura de energia em nome da mãe do companheiro da recorrida não é documento apto a comprovar sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio, pois não juntou, a título de comprovação de vínculo, certidão de casamento ou prova de união estável.

- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600093-77.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. VÍNCULO COM A ELEITORA NÃO DEMONSTRADO. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EM NOME DO FILHO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Faturas de IPTU e da concessionária Agespisa em nome de terceiros não são documentos aptos a comprovar residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio, não se podendo aferir qual o vínculo com a recorrida.

- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600079-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DE TERCEIRO. VÍNCULO COM O ELEITOR NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia elétrica em nome de terceiros não é documento apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio, não se podendo aferir qual o vínculo com o recorrido.

- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600007-09.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO FÁGIL E CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Boleto de pagamento, emitido por empresa local, prestadora de serviços de internet, é considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais da interessada, não sendo apto a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Determinação de extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público para apurar eventual violação à Lei Geral de Proteção de Dados, tendo em vista a juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600014-98.2024.6.18.0028 . ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO FÁGIL E CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Boleto de pagamento, emitido por empresa local, prestadora de serviços de internet, é considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais da interessada, não sendo apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Determinação de extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público para apurar eventual violação à Lei Geral de Proteção de Dados, tendo em vista a juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600178-63.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documentos precários e unilaterais ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600245-28.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR ORIGINÁRIO: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. RELATOR DESIGNADO: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIRMADA PELA GENITORA DA ELEITORA. DOCUMENTO UNILATERAL. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Declaração de residência subscrita pela genitora da eleitora, de natureza unilateral, não se revela documento suscetível a comprovar o domicílio, mormente quando não aliada a outros documentos.
- Recurso provido para reformar a decisão de primeiro grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600284-25.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR ORIGINÁRIO: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. RELATOR DESIGNADO: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 38, III DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

-A apresentação de documento que não satisfaça o prazo mínimo de três meses de residência, conforme o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600122-30.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR ORIGINÁRIO: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. RELATOR DESIGNADO: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento que não satisfaça o prazo mínimo de três meses de residência, conforme o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600306-83.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR ORIGINÁRIO: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. RELATOR DESIGNADO: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento que não satisfaça o prazo mínimo de três meses de residência, conforme o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600110-16.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e a certidão de quitação eleitoral em nome da irmã também não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com Santo Antônio de Lisboa/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600253-05.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA E DA COMPANHIA TELEFÔNICA E CONTRATO DE COMODATO RURAL EM NOME DA SOGRA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO/FAMILIAR COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Cópias de fatura de energia elétrica e da companhia telefônica e do contrato de comodato rural em nome da sogra da eleitora - constando o endereço no Município para o qual se requer a transferência eleitoral – são hábeis a demonstrar o vínculo afetivo/familiar com a localidade.
2. Desprovimento do Recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600064-27.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE DA ELEITORA. DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA EM ESCOLA NO MUNICÍPIO PARA O QUAL REQUER TRANSFERÊNCIA. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Verificado que os documentos acostados pela eleitora comprovam a residência e/ou o vínculo com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55, § 1º do CE, é de se deferir sua transferência.
- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600085-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. MÉRITO: FATURA DE PROVEDOR DE INTERNET EM NOME DE TERCEIRO. RESIDÊNCIA E/OU VÍNCULO NÃO COMPROVADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

-A fatura de provedor de internet em nome do terceiro, mas desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com o eleitor, não é documento apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

- A juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente dá ensejo à extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público local para apurar eventual violação da Lei Geral de Proteção de Dados.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600175-11.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600126-67.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600134-44.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS

VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600097-17.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – ALEGATIVA DE VÍNCULO RESIDENCIAL – ATESTADO DE RESIDÊNCIA FIRMADO POR TERCEIRO - DECLARAÇÃO PESSOAL UNILATERAL NÃO FAZ PROVA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO - BOLETO EMITIDO POR FORNECEDOR DE SERVIÇO DE INTERNET – DOCUMENTO FRÁGIL QUE NÃO FAZ PROVA DE DOMICÍLIO ELEITORAL DADAS AS PECULIARIDADES DO CASO – DOMICÍLIO ELEITORAL NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – PEDIDO INDEFERIDO

1 – Declaração de residência firmada por terceiro com o qual não se demonstrou qualquer grau de parentesco com o eleitor, ainda que autenticada em cartório, consiste em prova produzida unilateralmente que não faz prova de residência para fins de transferência de domicílio eleitoral.

2 - No caso, o boleto de pagamento de mensalidade de serviço de internet não se mostra capaz de, por si só, comprovar a residência para fins de transferência de domicílio eleitoral.

3 – Peculiaridades do caso:

3.1 – Município em que deferido recente pedido de revisão de eleitoral, uma vez que o número de eleitores corresponde a, aproximadamente, 88% da população atual, índice bem superior aos percentuais estabelecidos na Resolução TSE nº 23.659/2021 como parâmetros para recomendar a realização de correção e revisão do eleitorado.

3.2 - Segundo consulta ao PJe, observou-se que, em 2024, foram distribuídos 63 (sessenta e três) recursos eleitorais advindos dessa municipalidade, nos quais se discute a legitimidade de requerimentos de alistamento ou transferência eleitoral.

3.3 - Dentre esses recursos, em mais de vinte, os eleitores requerentes são procedentes de outros estados e apresentaram tão somente o mesmo carnê de pagamento de serviços de internet do mesmo fornecedor.

3.4 – Em alguns processos, verificou-se que os eleitores apresentaram os mesmos boletos com informações duvidosas, pois, embora processados e supostamente pagos em 2023, fazem referência a datas futuras (setembro, outubro e novembro de 2024).

3.5 – O município segue com aumento expressivo de requerimentos de alistamento/transferência eleitoral, sobretudo em anos de eleições municipais, exigindo da Justiça Eleitoral um olhar atento a tal situação.

4 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600244-43.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULOS PROFISSIONAL, AFETIVO E COMUNITÁRIO COMPROVADOS - RECURSO DESPROVIDO.

1 – O recorrido demonstrou a existência de vínculos profissional, afetivo e comunitário com o município onde deseja exercer sua cidadania, ao juntar RG, segundo o qual é natural da cidade de Picos/PI, que dista apenas 41 km de Santo Antônio de Lisboa/PI, e da qual esta última foi desmembrada; e alvarás de licença para funcionamento de bar e restaurante em Santo Antônio de Lisboa emitidos pela Prefeitura do município.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-67.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL – PRELIMINARES DE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO E INÉPCIA DA INICIAL – REJEIÇÃO - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR DEVIDAMENTE COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Preliminar de intempestividade do recurso. Na aferição acerca da tempestividade do recurso contra decisão que defere pedido de transferência eleitoral, deve-se observar o disposto no art. 18 da Resolução TSE nº 21.538/2003 e no art. 27 do CPC. Rejeição.

2 – Preliminar de inépcia da inicial. A inicial expõe os fatos de forma clara, contém pedidos específicos e veio acompanhada de documento que a parte entende relevante para a demonstração dos fatos. A avaliação da prova produzida nos autos, por outro lado, não é objeto de preliminar. Rejeição.

3- Havendo nos autos provas de que a irmã e o sobrinho do eleitor são naturais do município onde deseja fixar seu domicílio eleitoral, considera-se comprovado o vínculo familiar com o município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 23.659/2021.

4 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600106-76.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EMITIDA EM NOME DO ELEITOR - VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Fatura de energia elétrica emitida em nome do eleitor é documento hábil a comprovar vínculo residencial com o município onde pretender exercer sua cidadania.

2 - Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 23.659/2021.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600243-58.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Faturas de energia elétrica e cópia de registro de imóvel em nome da irmã do eleitor, além de consulta extraída do sistema eleitoral, na qual consta que a irmã do recorrente tem domicílio eleitoral em Santo Antônio de Lisboa desde 1986, são documentos hábeis a demonstrar a existência de vínculo familiar entre o eleitor e o município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 21.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600084-18.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – ALEGATIVA DE VÍNCULO RESIDENCIAL – BOLETO EMITIDO POR FORNECEDOR DE SERVIÇO DE INTERNET – DOCUMENTO FRÁGIL QUE NÃO FAZ PROVA DE DOMICÍLIO ELEITORAL DADAS AS PECULIARIDADES DO CASO – DOMICÍLIO ELEITORAL NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – PEDIDO INDEFERIDO

1 – No caso, o boleto de pagamento de mensalidade de serviço de internet não se mostra capaz de, por si só, comprovar a residência para fins de transferência de domicílio eleitoral.

2 – Peculiaridades do caso:

2.1 – Município em que deferido recente pedido de revisão de eleitoral, uma vez que o número de eleitores corresponde a, aproximadamente, 88% da população atual, índice bem superior aos percentuais estabelecidos na Resolução TSE nº 23.659/2021 como parâmetros para recomendar a realização de correição e revisão do eleitorado.

2.2 - Segundo consulta ao PJe, observou-se que, em 2024, foram distribuídos 63 (sessenta e três) recursos eleitorais advindos dessa municipalidade, nos quais se discute a legitimidade de requerimentos de alistamento ou transferência eleitoral.

2.3 - Dentre esses recursos, em mais de vinte, os eleitores requerentes são procedentes de outros estados e apresentaram tão somente o mesmo carnê de pagamento de serviços de internet do mesmo fornecedor.

2.4 – Em alguns processos, verificou-se que os eleitores apresentaram os mesmos boletos com informações duvidosas, pois, embora processados e supostamente pagos em 2023, fazem referência a datas futuras (setembro, outubro e novembro de 2024).

2.5 – O município segue com aumento expressivo de requerimentos de alistamento/transferência eleitoral, sobretudo em anos de eleições municipais, exigindo da Justiça Eleitoral um olhar atento a tal situação.

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600315-45.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Faturas de energia elétrica em nome da mãe da eleitora na qual consta o endereço de São Luiz do Piauí, são documentos hábeis a demonstrar a existência de vínculo familiar entre o eleitor e o município, impondo-se o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral respectivo art. 118 da Res. TSE nº 23.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600173-41.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - A recorrida apresentou documentos que não se prestam a demonstrar quaisquer dos vínculos previstos na legislação, razão por que a decisão merece ser reformada. São eles: a) comprovante de pagamento de fatura de internet emitida pela empresa MaxLink Telecom, em nome da eleitora, com endereço no Povoado Milhos, em São Luís do Piauí; b) comprovante de compra presencial de material escolar em estabelecimento situado em São Luís do Piauí, emitidos em nome do Sr. Vandson Silva Santos (genitor da filha da eleitora); c) contrato particular de arrendamento rural para fins de exploração agrícola de imóvel situado em São Luís do Piauí/PI, tendo como arrendador o Sr. Vandson; d) certidões de nascimento de filhas da eleitora, as quais são naturais de Picos/PI e Limeira/SP; e) RG da eleitora, no qual consta que é natural de Valença do Piauí/PI; e f) comprovante de compra na Shopee (ADYEN BR LTDA.) em nome da eleitora.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600146-58.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) faturas de internet emitidas pela empresa ASAAS (Francisco Maycon Araújo Lima – ME), em nome da eleitora, com endereço em São Luís do Piauí/PI, referentes ao período de março a dezembro de 2024, acompanhadas do comprovante de pagamento de uma dessas parcelas, datado de 21/03/2024, efetuado em agência da Caixa Econômica Federal em São Luís do Piauí; b) fatura de internet emitida pela empresa START CELL LTDA., em nome da mãe da eleitora, com endereço no município, com data de 25/01/2024 e paga em agência da Caixa Econômica Federal em São Luís do Piauí/PI; e c) RGs da eleitora e de sua mãe, demonstrando que ambas nasceram na vizinha cidade de Picos/PI. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600281-70.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – COMPROVANTE DE COMPRA AVULSA REALIZADA TRÊS DIAS ANTES DO REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA, EM MUNICÍPIO DIVERSO DO PRETENDIDO E EMITIDO EM NOME DE TERCEIRO – AUSÊNCIA DE PROVA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – O endereço indicado em um simples comprovante de compra avulsa, realizada em município diverso do pretendido, apenas 3 (três) dias antes do requerimento de transferência, em valor diminuto e em nome de terceiro, não é suficiente para demonstrar vinculação entre o eleitor e o município respectivo.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600305-98.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte (RG e fatura de internet junto à empresa Star Cell Ltda) são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600320-67.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: boleto de compra realizada junto à empresa Start Cell LTDA, localizada na cidade de Picos-PI em nome do filho da eleitora (Francisco de Assis Veloso) pago e acompanhado da declaração de recebimento de produto; b) RG da eleitora na qual consta que nasceu na vizinha cidade de Picos/PI; e c) CNH do filho. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600230-59.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: RG e fatura de internet emitida pela empresa START CELL LTDA, com data de 20/02/2024, os quais são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600142-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) RG no qual consta a informação de que é natural da vizinha cidade de Picos/PI; e b) fatura de internet emitida pela empresa START CELL LTDA., em nome do eleitor, com endereço em São Luís do Piauí/PI, e paga em agência da Caixa Econômica Federal do citado município. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600139-66.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) documento extraído do Sistema ELO - Cadastro Eleitoral, segundo o qual o eleitor nasceu na vizinha cidade de Picos/PI; b) boleto emitido pela Empresa Start Cell em nome do eleitor referente à compra de display de telefone celular, acompanhado do respectivo comprovante bancário de pagamento realizado em agência bancária de São Luís do Piauí, no valor de R\$ 650,00; e c) faturas de internet emitidas pela empresa ASAAS (Francisco Maycon Araújo Lima – ME), em nome do eleitor, com endereço em São Luís do Piauí/PI, referentes ao período de março a dezembro de 2024. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-12.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 30 DE ABRIL DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Comprovados os vínculos afetivo e familiar do eleitor no município, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600254-87.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Os documentos juntados pelo recorrido são: seu RG e fatura de energia elétrica referente ao mês de janeiro de 2024, emitida em nome de sua mãe (Marizete de Lima Reis), constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI (ID 22123683 e 22123678). Documentos hábeis a comprovar elo familiar com o município pretendido.

2 – Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600217-60.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: faturas de energia elétrica referentes aos meses de fevereiro e abril de 2024 emitidas em nome da própria eleitora. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 21.659/2021 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA – NO MÉRITO - VÍNCULOS COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. O recorrente trouxe aos autos documento relativo à pessoa homônima em relação à recorrida. O equívoco do recorrente, contudo, não prejudica em nada a compreensão de quem se trata efetivamente a pessoa da recorrida, tendo em vista que a inscrição eleitoral inserta no edital de RAE e na qualificação da parte na peça recursal é exatamente a mesma. Além disso, a intimação da eleitora deu-se de forma válida e efetiva, tanto que apresentou contrarrazões ao recurso

2 – MÉRITO. Os documentos apresentados pela parte são: fatura de energia elétrica referente ao mês de setembro de 2023, fatura de água referente ao mês de janeiro de 2024, comprovante de pagamento de IPTU, todos emitidos em nome do pai da eleitora (Antônio Manoel de Barros), com endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI; bem como declaração de matrícula do filho da recorrida em escola municipal do referido município. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

3 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

4 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-63.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG do recorrido e de sua esposa; b) certidão de casamento; c) certidão da Justiça Eleitoral declarando que a esposa é eleitora de Santo Antônio de Lisboa desde 2004; d) declaração de matrícula escolar dos filhos do eleitor em instituição situada no município; e) fatura de água emitida em nome do sogro do eleitor com endereço no mesmo município; f) alvará de localização e funcionamento de comércio do sogro do eleitor em Santo Antônio de Lisboa/PI; e g) ficha cadastral do comércio do sogro do eleitor na Secretaria Estadual de Fazenda. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600289-47.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL – AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 – PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG da eleitora; b) faturas de *internet* e boleto, respectivamente, emitidos pelas empresas ASAAS e Start Cell em nome da eleitora com endereço em São Luís do Piauí. Tais documentos não são idôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600154-35.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) RG; e b) fatura de internet emitida em nome do irmão da eleitora, com endereço em São Luís do Piauí/PI, e paga em agência da Caixa Econômica Federal do citado município. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600129-22.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) e RG e; b) fatura de internet emitida pela empresa Star Cell Ltda. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600140-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) RG; e b) boleto emitido pela empresa Start Cell em nome do eleitor, referente à compra de display de telefone celular no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais), acompanhado do respectivo comprovante bancário de pagamento realizado em agência bancária de São Luís do Piauí. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600163-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) RG; e b) fatura de *internet* emitida pela empresa ADYEN BR LTDA, em nome do pai da eleitora. Documentos inaptos a justificar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600004-54.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Guilardo Cesá Medeiros Graça.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600221-97.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Comprovados os vínculos, residencial e familiar do eleitor no município, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600107-61.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O art. 38, III. Da Resolução TSE nº 23.659/2021 exige, para o deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral, o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral.
3. Da análise da documentação acostada ao RAE, verifica-se que a esposa do recorrido é natural do município, circunstância apta a demonstrar o vínculo familiar e afetivo do recorrido com a urbe.
4. Recurso conhecido e desprovido para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600224-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. RECIBO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL DE IMÓVEL EM NOME DA ELEITORA. DECLARAÇÃO DO ITR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam o vínculo residencial com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600229-74.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação apenas de boletos emitidos por fornecedor ou prestador de serviços, documentos precários e unilaterais ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se prestam a comprovar, isoladamente, a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600226-22.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. “FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO”. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Folha Resumo Cadastro Único, isoladamente, não constitui prova indubitável de vínculo da eleitora com o no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600072-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos apresentados pela parte foram: a) carteira de vacinação; b) cadastro em Programas Sociais do Governo Federal; c) boletos de pagamento em seu nome; d) documento de arrecadação (DAR) emitido pela Secretaria de Fazenda; e) contrato de locação de imóvel no qual consta como locatária e; f) fatura de energia elétrica em nome do locador, todos com endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600112-83.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo familiar entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado.

3. Recurso conhecido e provido.

4. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600179-48.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com a cidade de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600219-30.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DECLARAÇÃO FIRMADA PELO EMPREGADOR. DOCUMENTO UNILATERAL. DOCUMENTO DE CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA EM NOME DO ELEITOR E COM MESMO ENDEREÇO DECLARADO NO RAE. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A declaração firmada pelo empregador, ainda que com firma reconhecida em cartório, por se tratar de documento unilateral, sem força probante, é insuficiente para autorizar a fixação do domicílio eleitoral com fundamento em vínculo profissional.
- Documento de concessionária de serviços de abastecimento de água acostado aos autos em nome do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE comprova a residência e/ou o vínculo com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, é de se deferir a sua transferência.
- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600237-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600272-11.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600233-14.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600227-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.

1. Fatura de energia elétrica em nome da mãe do eleitor, constando o endereço no município para o qual se pleiteia a transferência, é suficiente para comprovar o domicílio eleitoral.
2. Desprovimento do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600301-61.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA AVÓ. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documento acostado aos autos em nome da avó do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE comprova o vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.
- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600070-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PARENTESCO NÃO DEMONSTRADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO

DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia em nome do terceiro, mas desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com a eleitora, não é documento apto a comprovar sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio eleitoral.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600116-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600114-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência data de 25/01/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foram boletos bancários tendo como beneficiário a empresa Denilson de Sousa Rocha-ME- SALCONETE dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024. Os aludidos documentos não são meios hábeis para caracterização da residência uma vez que constituídos com base em mera declaração unilateral da parte interessada. 2 Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-45.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

Apresentação de documentos que não são meios hábeis para caracterização da residência uma vez que constituídos com base em mera declaração unilateral da parte interessada. 2 Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600118-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-50.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência data de 09/01/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foram boletos bancários tendo como beneficiário a empresa Denilson de Sousa Rocha-ME- SALCONETE dos meses de setembro, outubro e novembro de 2024. Os aludidos documentos não são meios hábeis para caracterização da residência uma vez que constituídos com base em mera declaração unilateral da parte interessada. 2 Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600090-25.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais. 2. No caso vertente, foi apresentada fatura de energia da Equatorial Piauí em nome genitora do ora recorrido, com endereço no município pretendido. Vínculo familiar comprovado. 3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600171-71.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE-Operação Transferência (ID 22115641) data de 25/01/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 29/12/23, com vencimento em 30/12/23 e pagamento datado de 29/12/23, tendo como beneficiário a empresa Nilo Informática – CNPJ: 36.216.310.0001-95. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

2. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Com efeito, o período entre o processamento do boleto (29/12/23) e a formulação do RAE (25/01/2024), não compreende sequer 30 (trinta) dias.

3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600279-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE-Operação Transferência (ID 22120751) data de 16/02/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 16/02/2023, com vencimento em 16/02/2023 e pagamento datado de 16/02/2023, tendo como beneficiário a empresa Start Cell Ltda – CNPJ: 039.886.119.0001-49. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

2. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Com efeito, o período entre o processamento do boleto (16/02/2023) e a formulação do RAE (16/02/2024), não compreende sequer 2 dias.

3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

4. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600295-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE-Operação Transferência (ID 22115641) data de 16/02/2024 é o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 09/02/2024, com vencimento em 10/02/2024 e pagamento datado de 09/02/2024, tendo como beneficiário a empresa Star Cell – CNPJ: 39.886.119/0001-49. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada. 2. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. 3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600132-74.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE (ID 22115641) data de 26/01/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 25/01/2024, com vencimento em

30/01/2024 e pagamento datado de 25/01/2024, tendo como beneficiário a empresa Star Cell – CNPJ: 39.886.119/0001-49. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada. Do mesmo modo, os documentos trazidos aos autos em sede de contrarrazões se caracterizam pela unilateralidade das informações. 2. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. 3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

- Preliminar de inépcia da inicial rejeitada, por se confundir com o mérito.
- De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
- O eleitor não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, vez que o único documento juntado, concernente a prova unilateral, não é hábil a corroborar sua pretensão de transferência de domicílio eleitoral para o município pretendido. Precedente desta Corte.
- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

- Preliminar de inépcia da inicial rejeitada, por se confundir com o mérito.
- De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- A eleitora não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, vez que o único documento juntado, concernente a prova unilateral, não é hábil a corroborar sua pretensão de transferência de domicílio eleitoral para o município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-98.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO/FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso, para comprovar o vínculo com o município, foi apresentado apenas um carnê de pagamento, emitido por empresa local, prestadora de serviços de internet, em nome da suposta companheira, documento esse de valor probante questionável. (Precedente).

3. Considerando que o eleitor não logrou êxito na demonstração dos vínculos afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600080-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada, por se confundir com o mérito.

2. De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

4. A eleitora não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, vez que não demonstrou qualquer vínculo com os titulares dos comprovantes de residência apresentados. Ademais, consta prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência de domicílio eleitoral para o município pretendido. Precedente desta Corte.

5. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-82.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL E AFETIVO COMPROVANTE DE NASCIMENTO NA CIDADE E DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada, por se confundir com o mérito.
2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegação de que mantém vínculos residencial e afetivo com o município, apresentando, para comprovar a residência, documento de identidade que comprova ter nascido em Santo Antônio de Lisboa, assim como declaração de matrícula em escola daquela municipalidade.
4. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
5. Dessa forma, no caso vertente, como restou comprovado o vínculo residencial entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser deferido o pleito respectivo.
6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600092-92.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO.

1. Nos termos do artigo 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021, "para a fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município".
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Na hipótese, o eleitor não comprovou qualquer vínculo com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, uma vez que juntou, tão somente, comprovante de residência em nome de terceiro, sem demonstrar qualquer laço afetivo ou familiar com esse terceiro.
4. Dessa forma, no caso, como o eleitor não comprovou o vínculo com o município, seja afetivo, familiar ou residencial, a transferência eleitoral pretendida deve ser indeferida.
5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-47.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DOCUMENTOS APRESENTADOS. SUFICIÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE VÍNCULO COMUNITÁRIO, AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, a eleitora comprovou vínculo comunitário, afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a apresentação da declaração da escola em que se encontra matriculada no município, bem como com a certidão de quitação eleitoral de seu genitor, comprovando que este é eleitor do município desde 2016.

4. Mantida a decisão de deferimento do alistamento eleitoral.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600211-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EM NOME DE TERCEIROS. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

- De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, o eleitor não comprovou qualquer vínculo com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI. As certidões de quitação em nome de seu irmão e de sua cunhada demonstram que os mesmos se tornaram eleitores do município no mesmo dia em que o recorrido solicitou sua transferência, podendo, inclusive, ter havido indeferimento ou recurso em face da transação. Ademais, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de alistamento eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600259-12.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EM NOME DA ESPOSA.

PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

- De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, o eleitor não comprovou qualquer vínculo com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI. A certidão de quitação em nome de sua esposa demonstra que ela se tornou eleitora do município no mesmo dia em que o recorrido solicitou sua transferência, podendo, inclusive, ter havido indeferimento ou recurso em face da transação. Ademais, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de alistamento eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600247-95.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- A eleitora comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a juntada de comprovante de residência em nome de seu irmão.

- Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600246-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome da sua esposa.

4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de Santo Antônio de Lisboa-PI.

5. Recurso Desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600161-27.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. TÍTULO DA MÃE EMITIDO NO DIA DO REQUERIMENTO. PROVA FRÁGIL. RECURSO PROVIDO.

- Consoante os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a operação pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, a eleitora não comprovou qualquer vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. O título eleitoral em nome de sua mãe foi emitido no mesmo dia de seu requerimento de alistamento podendo, inclusive, ter sido indeferido. Ademais, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de alistamento eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600292-02.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, a eleitora não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu domicílio eleitoral, juntando somente um extrato bancário de pagamento em favor da

empresa START CELL LTDA. Prova frágil. Ausência de outros elementos de provas que demonstrem o vínculo com a municipalidade.

4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600311-08.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, a eleitora não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu domicílio eleitoral, juntando somente um boleto bancário e o extrato bancário de pagamento em favor da empresa START CELL LTDA. Prova frágil. Ausência de outros elementos de provas que demonstrem o vínculo com a municipalidade.

4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600313-75.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

- De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, o eleitor não comprovou qualquer vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. De fato, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de alistamento eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600088-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Boleto de provedor de internet emitido em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo familiar entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido.
4. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-80.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de provedor de internet, em nome de terceiros, são carentes de fidedignidade e não tem o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600318-97.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e, portanto, não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com São Luís do Piauí/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600228-89.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes do documento juntado não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com São Luís do Piauí/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600309-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo familiar entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado.

3. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e, portanto, não tem o condão de comprovar o vínculo da eleitora com São Luís do Piauí/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

4. Recurso conhecido e provido.

5. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600149-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e, portanto, não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com São Luís do Piauí/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600176-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS RESIDENCIAL E PATRIMONIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial e patrimonial com a cidade de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600303-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e, portanto, não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o município para o qual pleiteia a transferência de seu domicílio eleitoral. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
4. Recurso conhecido e provido.
5. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600298-09.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes do documento juntado comprovam o vínculo residencial do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600282-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600170-86.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade e, portanto, não tem o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido.

4. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600167-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE E DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA IN LOCO NO ENDEREÇO INFORMADO NO RAE. FACULDADE DO JUIZ. ART. 119 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Por expressa previsão do art. 119, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “na análise das declarações do eleitor ou da eleitora e da documentação comprobatória da identidade e do domicílio eleitoral, o juiz ou a juíza adotará a interpretação mais benéfica ao cidadão, sendo-lhe facultado, todavia, determinar realização de diligências, inclusive verificação in loco, antes de decidir.”

2. Na espécie, o eleitor logrou êxito em comprovar o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí-PI, porquanto apresentou fatura da Companhia de Águas e Esgoto do Piauí (AGESPISA) em seu nome, com endereço no município pretendido. A comprovação de residência foi corroborada por diligência feita posteriormente a pedido do Ministério Público Eleitoral da 28ª ZE, não restando dúvidas acerca do direito do eleitor de ter seu domicílio eleitoral no município de São Luís do Piauí.

3. Comprovado o vínculo residencial do eleitor no município pretendido, nos termos do art. 23, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais requisitos exigidos pela legislação de regência, o pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso desprovido. Sentença mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600276-48.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA ELEITORAL.

1. O eleitor teve seu requerimento deferido pelo Juiz Eleitoral da 28ª ZE, após apresentação de RAE, RG e um boleto de empresa privada, sediada na cidade de Picos/PI, onde consta o endereço do eleitor como sendo situado na cidade de São Luís do Piauí – PI.
2. Compulsando os autos, constatou-se a inexistência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade de forma a justificar a manutenção o deferimento do pedido, pois o recorrente não demonstrou de forma cabal sua residência no novo local em que pretende exercer a sua cidadania ativa, nem tampouco eventuais vínculos afetivos, familiares, patrimoniais, comunitários ou político.
3. Aceitar a apresentação de documentos frágeis e inaptos a comprovarem o domicílio, como o do presente caso, fere a integridade do cadastro eleitoral e, por conseguinte, de todo o processo eleitoral.
4. Assim, no presente caso, o eleitor não atendeu os pressupostos para a efetivação da transferência eleitoral, disciplinados no art. 38, III da Resolução TSE nº 23.659/2021, porquanto não apresentou os documentos aptos a comprovar residência e/ou vínculos afetivos, políticos, econômicos, sociais ou familiares com o município.
5. Recurso provido. Reforma da sentença. Indeferimento da transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-15.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS AOS AUTOS. ADMISSÃO (ART. 435, CPC). RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE COMPROVADA EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- São admissíveis, como prova nos autos, documentos novos, produzidos após a concessão de prazo para contrarrazões, conforme dispõe o art. 435 do CPC.
- Comprovada a residência da eleitora no endereço indicado no RAE, conforme diligência realizada mediante requisição do Ministério Público Eleitoral, restam atendidos os requisitos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021 para a transferência de domicílio eleitoral.
- Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600159-57.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTOS JUNTADOS PELO ELEITOR NO TRIBUNAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O recorrido apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, §1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. 13 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO A LGPD. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. JUNTADA DE CONTRATO DE TRABALHO. DOCUMENTO UNILATERAL. INIDÔNEO PARA PROVAR O DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação a Lei Geral de Proteção aos Dados são matérias que se confundem com o mérito e, portanto, são analisadas em conjunto com o mesmo.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo familiar entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado.

4. Contrato de trabalho firmado com um terceiro, é documento inidôneo para fazer a comprovação de domicílio, visto sua unilateralidade.

5. Recurso conhecido e provido.

6. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600317-15.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO POR CERTIDÃO DE CASAMENTO E FATURA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA EM NOME DA SOGRA DA ELEITORA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral é feita mediante a apresentação de documentos idôneos (dotados de presunção de veracidade, ainda que relativa, em razão da fé pública deferida a quem o expede) que atestem a sua residência ou a manutenção de vínculos admitidos pela legislação e/ou pela jurisprudência do TSE, os quais habilitem a fixação do seu domicílio eleitoral no município pretendido.

2. No caso dos autos, a eleitora logrou êxito em demonstrar vínculo com a municipalidade, pois apresentou fatura de energia elétrica em nome da sogra e certidão de casamento, os quais comprovam ligação familiar e afetiva com o município de São Luís do Piauí.

3. O recorrente não fez prova de suas alegações, de forma a afastar a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pela eleitora e de demonstrar a inidoneidade dos documentos por esta apresentados.

4. Recurso desprovido. Decisão de deferimento da transferência mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600255-72.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR DESIGNADO: LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO POR DOCUMENTO COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS. PRESUNÇÃO LEGAL RELATIVA DE VERACIDADE. RECORRENTE NÃO FAZ PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. LEI 7.115 DE 1983. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1 – Em se comprovando que a eleitora recorrida possui vínculo residencial com o município pretendido, por meio de documento que goza de presunção de veracidade, incumbe ao recorrente desconstituí-lo, apresentado provas adequadas, não bastando a mera alegação genérica.

2 – O recorrente não fez prova de suas alegações, de forma a afastar a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pela eleitora recorrida e de demonstrar a inidoneidade dos documentos por esta apresentados.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600002-24.2024.6.18.0048. ORIGEM: TANQUE DO PIAUÍ/PI (48ª ZONA ELEITORAL – ELESBÃO VELOSO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. RECORRENTE MENOR. GENITORA É ELEITORA DO MUNICÍPIO EM QUESTÃO. TÍTULO DE ELEITOR. PROVA DE VÍNCULOS FAMILIARES E AFETIVO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Verificado que a mãe do recorrente, que é menor, tem domicílio eleitoral há bastante tempo no município para o qual requereu seu alistamento, é de se reconhecer os vínculos familiar e afetivo deste para com o município, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e se deferir o alistamento do eleitor.

- Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600262-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CADASTRO EM PROGRAMA SOCIAL COM DATA IDÊNTICA AO DO RAE. DOCUMENTO ISOLADO NÃO É APTO À COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 23 E 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Comprovante de cadastro em programa social, além de apresentar endereço divergente do declarado no RAE, foi emitido na mesma data do pedido de transferência eleitoral em 19/02/2024, o que isoladamente não serve para abonar a residência ou vínculo do eleitor para com o município para o qual pretende transferência.

- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600249-65.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIRMADA POR TERCEIRO. DOCUMENTO UNILATERAL. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 23 E 38 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Declaração de residência subscrita por terceiro, por sua natureza unilateral, não se revela documento apto a comprovar o domicílio quando não aliada a outros documentos.

- Recurso provido para reformar a decisão de primeiro grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600239-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte são: a) RG da recorrida e declaração de sua mãe (Daci Rodrigues de Sousa) de que reside em Santo Antônio de Lisboa/PI há 09 (nove) meses. Tais documentos são inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600344-95.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) certidão de nascimento e RG, nos quais constam a informação de que o requerente é natural de Santo Antônio de Lisboa/PI; b) RG de sua mãe; c) RG de sua irmã, que também é natural de Santo Antônio de Lisboa/PI; e d) fatura de energia elétrica emitida pela Equatorial em nome de sua irmã, referentes aos meses de abril/2022 e janeiro/2024, com endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600251-35.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Os documentos apresentados para subsidiar o pedido de transferência de domicílio foram: a) RG da eleitora e seu filho (Francisco Marcelo de Andrade); e b) alvarás de localização e funcionamento de comércio em nome do filho da eleitora, expedidos pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa, nos anos de 2023 e 2024. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600241-88.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da recorrida; b) comprovante de matrimônio na Diocese de Santo Antônio de Lisboa/PI; c) certidão de nascimento do filho no citado município; d) RAE do esposo com a informação de ele ser natural de Santo Antônio de Lisboa/PI; e e) ficha da eleitora no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal também em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600382-10.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO -RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) certidão de casamento, seu RG e o RG de sua esposa nos quais constam a informação de que o requerente e o cônjuge são naturais de Santo Antônio de Lisboa/PI; e

b) registro de imóvel, recibo de entrega de ITR, escritura pública de compra e venda de imóvel, além de comprovante de entrega de declaração para cadastro de imóvel rural, relativos a um imóvel localizado no município de Santo Antônio de Lisboa/PI de propriedade de sua esposa (Maria Jovani Teixeira Rocha) - ID 22129353 e 22129356 e ID 22129359 a 22129362. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600333-66.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) certidão de casamento; b) contrato de comodato rural em propriedade localizada em Santo Antônio de Lisboa/PI, com firmas reconhecidas em cartório, tendo como uma das partes o esposo da eleitora; e c) comunicação de decisão do INSS sobre pedido de aposentadoria da recorrida, constando como endereço o multicitado município. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600353-57.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 - Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: faturas de energia elétrica referentes aos meses de novembro/2019, novembro/2023 e janeiro e abril/2024 emitidas pela Equatorial, todas em nome da própria recorrida, constando endereço em São Luís do Piauí/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600297-24.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, o eleitor não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o Município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu domicílio eleitoral, juntando somente um comprovante de pagamento em favor da empresa START CELL LTDA. Prova frágil. Ausência de outros elementos de provas que demonstrem o vínculo com a municipalidade.

4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-36.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600076-41.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600325-89.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Faturas de energia elétrica em nome da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600346-65.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600215-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Comprovante de matrícula da filha menor em instituição de ensino na municipalidade. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600348-35.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA UNILATERALMENTE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pela recorrida é frágil e insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI. Vínculo familiar não comprovado.
4. A declaração de venda apresentada não é apta a comprovar a união estável, bem assim a certidão de nascimento de um filho. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
5. Recurso conhecido e provido.
6. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600185-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO PRODUZIDA UNILATERALMENTE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Declaração de venda de imóvel. Prova produzida unilateralmente. A documentação apresentada pela recorrida é frágil e insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600155-20.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Os documentos apresentados pela recorrida se apresentam como provas frágeis para comprovar o vínculo com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, vez que foram produzidos unilateralmente, mesmo com reconhecimento de firma em cartório.

3. Ademais, não restou demonstrada nos autos a existência de qualquer relação entre a recorrida e a pessoa que consta como o titular da fatura de energia elétrica apresentada como comprovante de domicílio.

4. Recurso conhecido e provido.

5. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600144-88.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTOS JUNTADOS PELO ELEITOR NO TRIBUNAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O recorrido apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600143-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTO JUNTADO PELA ELEITORA NO TRIBUNAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. A recorrida apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Comprovação de residência por meio de boleto de *internet* em nome de terceiro. Diligência realizada para comprovar o endereço da eleitora declarado no citado boleto, cuja informação foi prestada e assinada por terceiro. Documentos que carecem de fidedignidade e não comprovam o vínculo da eleitora com o Município de São Luís do Piauí/PI. Provas frágeis. Precedente.

4. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600314-60.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE (ID 22123047) data de 21/02/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 07/02/2024, com vencimento em 25/02/2024 e pagamento datado de 21/02/2024, tendo como beneficiário pessoa física. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.
2. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 4. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-78.2024.6.18.0010. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600283-40.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600291-17.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600231-44.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município, suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600236-66.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise do documento acostado afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município, suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600053-95.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo Residencial, Afetivo e Familiar comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600304-16.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo residencial comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600268-71.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600121-45.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise do documento acostado afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600302-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600300-76.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600235-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600273-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise do documento acostado afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600269-56.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).
3. No caso, a eleitora, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome da sua genitora.
4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para a cidade de São Luís do Piauí/PI.
5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600086-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EM NOME DA MÃE. PROVA UNILATERAL. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO/FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas

relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, foi apresentada a certidão de quitação em nome de sua genitora que demonstra que ela se tornou eleitora do município no mesmo dia em que a recorrida solicitou sua transferência, podendo, inclusive, ter havido indeferimento ou recurso em face da transação. Ademais, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

4. Considerando que a eleitora não logrou êxito na demonstração dos vínculos, residencial, afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600058-20.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. CARNÊ DE INTERNET EM NOME DA AVÓ DE SUA FILHA. PROVA UNILATERAL. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO/FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou boletos de internet em nome da avó de sua filha. Prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral no município pretendido. Precedente desta Corte.

4. Considerando que o eleitor não logrou êxito na demonstração dos vínculos, residencial, afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600214-08.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas

relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- A eleitora comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI com a juntada de comprovante de residência em nome de seu sogro.

- Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600234-96.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos Declaração de Lotação na Polícia Militar de São Luís do Piauí-PI.

4. Dessa forma, restou devidamente comprovado os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de São Luís do Piauí-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600307-68.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA.

- De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

- Entretanto, o eleitor não comprovou qualquer vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. De fato, o boleto de internet consiste em prova frágil, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral para município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600296-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. BOLETOS DE INTERNET. DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. PROVAS UNILATERAIS. RECURSO PROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a operação

- Entretanto, o eleitor não comprovou de maneira convincente o vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. O boleto de internet consiste em prova unilateral, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral ao município pretendido. Precedente desta Corte. De igual forma deve ser tratado o documento auxiliar de nota fiscal eletrônica, posto que o eleitor apenas declara o endereço para emissão da referida nota quando da compra.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600288-62.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. BOLETO E RECIBO DE COMPRA. PROVAS UNILATERAIS. RECURSO PROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a operação

- Entretanto, a eleitora não comprovou de maneira convincente o vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. O boleto e recibo de compra consiste em prova unilateral, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral ao município pretendido. Precedente desta Corte.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600274-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. BOLETO E RECIBO DE COMPRA. PROVAS UNILATERAIS. RECURSO PROVIDO.

- Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

- Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a operação
- Entretanto, a eleitora não comprovou de maneira convincente o vínculo com o município de São Luís do Piauí/PI. O boleto e recibo de compra consiste em prova unilateral, não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral ao município pretendido. Precedente desta Corte.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600286-92.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, a eleitora não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu domicílio eleitoral, juntando somente um boleto bancário e o comprovante de pagamento em favor da empresa START CELL LTDA. Prova frágil. Ausência de outros elementos de provas que demonstram o vínculo com a municipalidade.
4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600290-32.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, o eleitor não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu

domicílio eleitoral, juntando somente um comprovante de pagamento em favor da empresa START CELL LTDA. Prova frágil. Ausência de outros elementos de provas que demonstrem o vínculo com a municipalidade.

4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600287-77.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, a eleitora, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome de sua genitora.

4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para a cidade de São Luís do Piauí-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-08.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Boleto de provedor de internet emitido em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo familiar entre a eleitora e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido.

4. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600258-27.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, PATRIMONIAL E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, patrimonial e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600332-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E PATRIMONIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e patrimonial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600280-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600285-10.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600322-37.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial e patrimonial com a cidade de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600278-18.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600264-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CÉSA MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE E DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA IN LOCO NO ENDEREÇO INFORMADO NO RAE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL POR DOCUMENTO UNILATERAL E SEM A DEMONSTRAÇÃO DO PERÍODO MÍNIMO DE TRÊS MESES DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Consoante se extrai das disposições do art. 23, c/c o art. 38, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021, dentre outros requisitos, a transferência só será admitida se comprovada existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra

natureza que justifique a escolha do município, pelo tempo mínimo de três meses, com o município pretendido.

2. Na espécie, o eleitor não logrou êxito em comprovar o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí - PI, porquanto apresentou documentos de compra e venda de produto realizada em outra urbe, em data que não atende aos três meses de antecedência da apresentação do requerimento, com entrega na própria loja, contendo declaração unilateral de seu endereço. Além disso, não houve demonstração de outros vínculos hábeis a mitigar o vínculo residencial, na forma da legislação aplicada.

3. Não comprovado, por documento hábil, o vínculo residencial do eleitor no município pretendido, nem demonstrada a existência de vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza, que justifique a escolha do novo município, a transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferida.

4. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600312-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CÉSA MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 21.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO SOGRO. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, meditante a juntada de fatura de energia em nome do sogro, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600267-86.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CÉSA MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE E DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA IN LOCO NO ENDEREÇO INFORMADO NO RAE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL POR DOCUMENTO UNILATERAL E SEM A DEMONSTRAÇÃO DO PERÍODO MÍNIMO DE TRÊS MESES DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA REFORMADA.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. No caso, o eleitor não logrou êxito em demonstrar vínculo com a municipalidade, porquanto apresentou documentos de compra e venda de produto realizada em outra urbe, em data que não atende aos três meses de antecedência da apresentação do

requerimento, com entrega na própria loja, contendo declaração unilateral de seu endereço, sem agregar a prestação de serviços domiciliares. Não houve demonstração de outros vínculos hábeis a mitigar o vínculo residencial, na forma da legislação aplicada.

3. Não comprovado, por documento hábil, o vínculo residencial do eleitor no município pretendido, nem demonstrada a existência de vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza, que justifique a escolha do novo município, a transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferida.

4. Recurso provido. Reformada a decisão de primeiro grau, para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600255-72.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR ORIGINÁRIO: JUIZ GUILARDO CÉSA MEDEIROS GRAÇA. RELATOR DESIGNADO: LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO POR DOCUMENTO COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS. PRESUNÇÃO LEGAL RELATIVA DE VERACIDADE. RECORRENTE NÃO FAZ PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. LEI 7.115 DE 1983. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1 – Em se comprovando que a eleitora recorrida possui vínculo residencial com o município pretendido, por meio de documento que goza de presunção de veracidade, incumbe ao recorrente desconstituí-lo, apresentado provas adequadas, não bastando a mera alegação genérica.

2 – O recorrente não fez prova de suas alegações, de forma a afastar a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pela eleitora recorrida e de demonstrar a inidoneidade dos documentos por esta apresentados.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-96.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Fatura da companhia de abastecimento de água emitida em nome do eleitor, constando o endereço declarado no RAE, demonstra o vínculo residencial com o município para o qual requereu sua transferência de domicílio eleitoral, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do Código Eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600345-80.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA IRMÃ. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome da irmã da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600383-92.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município e os documentos acostados aos autos em nome da mãe do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam seus vínculos afetivo e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600218-45.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. VÍNCULO COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município é suficiente a demonstrar o vínculo com a localidade.

- Desprovimento do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600374-33.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. VÍNCULO COM O ELEITOR NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de concessionária de energia elétrica em nome de terceiro, sem que se possa aferir qual o vínculo com o eleitor, não é documento apto a comprovar a sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio eleitoral.

- Recurso provido para reformar a decisão recorrida e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. DEFERIMENTO. CERTIDÃO DE NASCIMENTO. NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município para o qual requer alistamento, além de declaração de matrícula em escola no município, são suficientes a demonstrar o vínculo com a localidade.
- A juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente dá ensejo à extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público local para apurar eventual violação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Desprovisionamento do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-43.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA SOGRO. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome da sogra da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE, comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.
- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600390-84.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. FATURAS DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM NOME DA SOGRO. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome da sogra do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE, comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, *caput*, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.
- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600137-96.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS AOS AUTOS. ADMISSÃO (ART. 435, CPC). RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE COMPROVADA EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- São admissíveis, como prova nos autos, documentos novos, produzidos após a concessão de prazo para contrarrazões, conforme dispõe o art. 435 do CPC.

- Comprovada a residência da eleitora no endereço indicado no RAE, conforme diligência realizada mediante requisição do Ministério Público Eleitoral, restam atendidos os requisitos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021 para a transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600133-59.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS AOS AUTOS. ADMISSÃO (ART. 435, CPC). RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE COMPROVADA EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- São admissíveis, como prova nos autos, documentos novos, produzidos após a concessão de prazo para contrarrazões, conforme dispõe o art. 435 do CPC.

- Comprovada a residência da eleitora no endereço indicado no RAE, conforme diligência realizada mediante requisição do Ministério Público Eleitoral, restam atendidos os requisitos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021 para a transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600036-59.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA INCOMPLETO. DILIGÊNCIA *IN LOCO*. ELEITOR NÃO ENCONTRADO. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA. INDÍCIO DE CRIME DO ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. APURAÇÃO.

- Fatura de companhia de abastecimento de água sem o nome do consumidor não é documento apto a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- Recurso provido para reformar a decisão de primeiro grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

- Havendo indícios de cometimento do ilícito do art. 289 do Código Eleitoral por parte da recorrida, deve ser enviada cópia dos autos para a apuração pelo Promotor Eleitoral da 28ª Zona Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600232-29.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). RECIBO DE PAGAMENTO DE SERVIÇO PREENCHIDO A MÃO. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600323-22.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. PETIÇÃO. JUNTADA DE PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS PESSOAIS DA PARTE. REPETIÇÃO DE DOCUMENTO JUNTADO COM O RAE. NÃO ADMISSÃO DE DOCUMENTO JUNTADOS NA FASE RECURSAL. PRECLUSÃO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DE TERCEIRO. VÍNCULO COM A ELEITORA NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. FRAGILIDADE. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia elétrica em nome de terceiros não é documento apto a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio, não se podendo aferir qual o vínculo com o recorrido.
- Recurso provido para reformar a sentença de 1º grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600135-29.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS AOS AUTOS. ADMISSÃO (ART. 435, CPC). RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE COMPROVADA EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- São admissíveis, como prova nos autos, documentos novos, produzidos após a concessão de prazo para contrarrazões, conforme dispõe o art. 435 do CPC.
- Comprovada a residência do eleitor no endereço indicado no RAE, conforme diligência realizada mediante requisição do Ministério Público Eleitoral, restam atendidos os requisitos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021 para a transferência de domicílio eleitoral
- Recurso conhecido, mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600127-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS NOVOS JUNTADOS AOS AUTOS. ADMISSÃO (ART. 435, CPC). RESIDÊNCIA NA LOCALIDADE COMPROVADA EM DILIGÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- São admissíveis, como prova nos autos, documentos novos, produzidos após a concessão de prazo para contrarrazões, conforme dispõe o art. 435 do CPC.
- Comprovada a residência do eleitor no endereço indicado no RAE, conforme diligência realizada mediante requisição do Ministério Público Eleitoral, restam atendidos os requisitos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021 para a transferência de domicílio eleitoral.
- Recurso conhecido, mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600319-82.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) certidão de casamento, no qual consta que a esposa do eleitor é natural de São Luís do Piauí/PI; e b) fatura de energia elétrica em nome de sua sogra. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600336-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RGs da eleitora e de seu companheiro; b) declaração de união estável; c) folha do Cadastro Único, em nome do companheiro da eleitora, na qual consta endereço de residência em Santo Antônio de Lisboa/PI c) contrato de comodato rural registrado em cartório, em nome do companheiro da eleitora, referente a imóvel localizado em Santo Antônio de Lisboa/PI; e d) declarações de matrículas escolares da eleitora e do seu companheiro – ID 22132393 (fls. 06/26) e ID 22132395 (fls. 02/06). Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600363-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO.

1 – Os documentos juntados pelo recorrido são: a) RG e certidão de nascimento do eleitor; e b) recibo de declaração de ITR exercício 2023, em nome do avô do eleitor, referente a imóvel situado em Santo Antônio de Lisboa/PI (ID 22134871). Tais documentos são idôneos para comprovar elo familiar com o município pretendido.

2 – Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600357-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) fatura de energia elétrica emitida pela Equatorial em nome de seu irmão (Edvaldo Rodrigues Gomes), referentes aos meses de outubro/2023 e janeiro/2024; e b) certidão quitação eleitoral na qual consta que o irmão da eleitora vota em Santo Antônio de Lisboa/PI, desde 03/04/2008. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-88.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pelo recorrido são: a) certidão de nascimento e RG da eleitora; b) carteira de inscrição junto ao sindicato dos trabalhadores rurais de Assunção do Piauí/PI; e c) fatura de energia elétrica referente ao mês de março de 2024, emitida em nome de sua mãe (Maria Miguel da Silva), constando endereço em Assunção do Piauí/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600342-28.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: fatura da AGESPISA do município de Santo Antônio de Lisboa/PI em nome de terceira pessoa (Luis Carlos Rodrigues), com a qual não se comprovou qualquer liame em relação ao eleitor (ID 22135036) e RG do recorrido com naturalidade no município de Francisco Santos-PI (ID 22135038). Tais documentos não são suficientes para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600335-36.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ELEITOR NATURAL DO MUNICÍPIO. COMPROVANTES DE ENDEREÇO EM NOME PRÓPRIO E DA ESPOSA. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido apresentou o seu RG, com a naturalidade em Santo Antônio de Lisboa; contrato de comodato rural; certidão de casamento e documentação de CNIS e INSS em nome de sua esposa.
4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo residencial e afetivo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600392-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido apresentou fatura de energia em nome de sua mãe.
4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600223-67.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME PRÓPRIO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO RESIDENCIAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou comprovantes de endereço em seu próprio nome, consistentes em correspondências recebidas e a folha do resumo cadastro único do programa Bolsa Família.
4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo residencial, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600362-19.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA ESPOSA. REGISTRO DE EMPRESA SEDIADA NO MUNICÍPIO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido apresentou a sua certidão de casamento e comprovantes de residência em nome de sua esposa (o registro de empresa sediada no município e boleto de compra).
4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600367-41.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA IRMÃ. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido apresentou seus documentos pessoais, de seus genitores e de sua irmã; e comprovante de endereço em nome desta, consistente em fatura de energia.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600437-58.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ELEITORA NATURAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA IRMÃ. RECIBO DE DECLARAÇÃO DE IR EM NOME DO GENITOR COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a recorrida apresentou seu documento de identidade que prova ser natural de Santo Antônio de Lisboa; comprovante de endereço em nome da irmã, consistente em fatura de energia; e recibo de declaração do ITR de propriedade rural em nome do seu genitor.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600007-73.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome de seu pai.

4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de Assunção do Piauí-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-58.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, a eleitora, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome de sua genitora.

4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para a cidade de São Luís do Piauí-PI.

5. Recurso Desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600270-41.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de provedor de internet são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600266-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de São Luís do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600152-65.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Os documentos apresentados pela recorrida se apresentam como provas frágeis para comprovar o vínculo com o município de Santo Antônio de Lisboa/PI, vez que foram produzidos unilateralmente, mesmo com reconhecimento de firma em cartório.
3. Ademais, não restou demonstrada nos autos a existência de qualquer relação entre a recorrida e a pessoa que consta como o titular da fatura de energia elétrica apresentada como comprovante de domicílio.
4. Recurso conhecido e provido.
5. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600256-57.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS A FASE RECURSAL. DOCUMENTOS JÁ EXISTENTES AOS TEMPO DO RAE. ACOLHIMENTO. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO PARA INDEFERIR O PEDIDO.

1. Preliminar de inadmissibilidade de juntada de documentos após a fase recursal. Documentos preexistentes. Juntada tardia de documentos. Preclusão.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo entre a eleitora e o titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.
4. Recurso conhecido e provido.
5. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600124-97.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTO JUNTADO PELO ELEITOR NO TRIBUNAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O recorrido apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, §1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Diligência realizada no endereço informado pelo eleitor. Eleitor localizado no endereço indicado, porquanto o relatório de diligência foi assinado pelo próprio eleitor. Vínculo residencial comprovado no município para o qual solicitou a transferência.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600075-56.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600005-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO PARA INDEFERIR O PEDIDO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida, consistente em boleto de pagamento de provedor de internet é insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI.

4. Diligência realizada. Eleitora não localizada no endereço informado no RAE. Informações prestadas por terceiros. Vínculo com o município não comprovado.

5. Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão para indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-24.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E VIOLAÇÃO DE DADOS SIGILOSOS. MATÉRIAS QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO PARA INDEFERIR O PEDIDO.

1. As preliminares suscitadas de inépcia da inicial e violação de dados sigilosos são matérias que se confundem com o mérito. Preliminares rejeitadas.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pelo recorrido, consistente em boleto de pagamento de provedor de internet é insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI.
4. Diligência realizada. Eleitora não localizada no endereço informado no RAE. Informações prestadas por terceiros. Vínculo com o município não comprovado.
5. Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão para indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600387-32.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600340-58.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600391-69.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600384-77.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA. MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Documentos comprobatórios: fatura de energia elétrica e nome do genitor do eleitor e registro de identidade e certidão de nascimento que demonstram que o eleitor é natural do Município de Santo Antônio de Lisboa/PI. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600385-62.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600360-49.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600271-26.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL POR DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO E SEM A DEMONSTRAÇÃO DO PERÍODO MÍNIMO DE TRÊS MESES DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO REFORMADA.

1. Consoante se extrai das disposições do art. 23, c/c o art. 38, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021, dentre outros requisitos, a transferência só será admitida se comprovada existência de vínculo residencial, pelo tempo mínimo de três meses, ou vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município pretendido.
2. Na espécie, o eleitor não logrou êxito em comprovar sua residência no município de São Luís do Piauí - PI, porquanto apresentou fatura de internet em nome de terceira pessoa, sem comprovação de vínculo, além de não atender aos três meses de antecedência da apresentação do requerimento.

3. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600130-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE. SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL CONFIÁVEL E SEM A DEMONSTRAÇÃO DO PERÍODO MÍNIMO DE TRÊS MESES DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO REFORMADA.

1. Consoante se extrai das disposições do art. 23, c/c o art. 38, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021, dentre outros requisitos, a transferência só será admitida se comprovada existência de vínculo residencial, pelo tempo mínimo de três meses, ou vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município pretendido.

2. Na espécie, o eleitor não logrou êxito em comprovar o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí - PI, porquanto apresentou documento frágil e inidôneo, que não atendia ao tempo mínimo de três meses de antecedência à apresentação do requerimento. Além disso, percebe-se que os documentos acostados aos autos posteriormente, relativos a uma diligência realizada pela Polícia Militar a fim de comprovar o seu endereço, denotam que o levantamento de informações diz respeito a outro eleitor.

3. Assim, não comprovado, por documento hábil, o vínculo residencial do recorrido no município pretendido, nem demonstrada a existência de vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza, que justifique a escolha, a transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferida.

4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada, para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600349-20.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

1. Por expressa previsão do art. 119 da Resolução TSE nº 23.659/2021, “na análise das declarações do eleitor ou da eleitora e da documentação comprobatória da identidade e do domicílio eleitoral, o juiz ou a juíza adotará a interpretação mais benéfica ao cidadão, sendo-lhe facultado, todavia, determinar realização de diligências, inclusive verificação in loco, antes de decidir.”

2. Na espécie, o eleitor logrou êxito em comprovar o vínculo residencial e familiar com o município de São Luís do Piauí-PI, porquanto apresentou fatura da Companhia de Águas e Esgoto do Piauí (AGESPISA) em nome de seu genitor, da competência 11/2023, com endereço no município pretendido, não restando dúvidas idoneidade dos documentos apresentados originalmente.

3. Comprovados os vínculos residencial e familiar do eleitor no município pretendido, nos termos do art. 23, c/c o art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais

requisitos exigidos pela legislação de regência, o pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso desprovido. Decisão mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600372-63.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600169-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL E AFETIVO. COMPROVAÇÃO POR DILIGÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO DESPROVIDO.

1. De acordo com o art. 38, III da Resolução TSE nº 23.659/2021, a transferência do domicílio do eleitor só será admitida se atendida os seguintes pressupostos: "a transferência só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências: (...) tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral, nos termos do art. 23 desta Resolução, pelo tempo mínimo de três meses, declarado, sob as penas da lei, pela própria pessoa".

2. No caso vertente, o vínculo residencial da eleitora foi confirmado por meio de diligência feita pelo Ministério Público Eleitoral com representação na 28ª Zona Eleitoral, afastando eventuais dúvidas quanto à comprovação originalmente trazida aos autos.

3. Comprovado o vínculo residencial da eleitora no município pretendido, nos termos do art. 23, c/c o art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais requisitos exigidos pela legislação de regência, o requerimento de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600361-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 20 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO FALSO E DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE. APRESENTAÇÃO DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA AVÓ DO ELEITOR. REGULAR COMPROVAÇÃO

DE VÍNCULO FAMILIAR NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

1. Por expressa previsão do art. 119, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “na análise das declarações do eleitor ou da eleitora e da documentação comprobatória da identidade e do domicílio eleitoral, o juiz ou a juíza adotará a interpretação mais benéfica ao cidadão, sendo-lhe facultado, todavia, determinar realização de diligências, inclusive verificação in loco, antes de decidir.”

2. Na espécie, o eleitor logrou êxito em comprovar o vínculo familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa-PI, porquanto apresentou fatura da concessionária dos serviços de fornecimento de energia elétrica (Equatorial Piauí), em nome de sua avó, da competência 10/2023, com endereço no município pretendido, não restando dúvidas quanto à idoneidade dos documentos originalmente apresentados.

3. Comprovado o vínculo familiar do eleitor no município pretendido, nos termos do art. 23, c/c o art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais requisitos exigidos pela legislação de regência, o requerimento de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600145-73.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. BOLETOS DE INTERNET. DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. PROVAS UNILATERAIS. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA.

1. Merece conhecimento a documentação juntada posteriormente ao prazo de contrarrazões, visto que se tratam de documentos novos, na forma do artigo 435 do Código de Processo Civil.

2. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

4 Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou boleto da empresa START CELL LTDA. Prova frágil e unilateral não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral. Precedente desta Corte. De igual forma deve ser tratado o documento auxiliar de nota fiscal eletrônica, visto que o eleitor apenas declara o endereço para emissão da referida nota quando da compra pela internet.

5. Quanto à documentação juntada *a posteriori*, de igual forma, não é suficiente para comprovar o domicílio. O que se percebe da análise da ficha de levantamento de informações é que a diligência, realizada com o intuito de que a polícia verificasse se o recorrido residia no local informado, apenas trouxe como resultado o fato de que um terceiro prestou a informação positivamente. Trata-se de uma prova inábil para atestar o domicílio.

6. Considerando que o eleitor não logrou êxito na demonstração do vínculo, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600138-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DILIGÊNCIA. ELEITOR ENCONTRADO NO DOMICÍLIO INFORMADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Merece conhecimento a documentação juntada posteriormente ao prazo de contrarrazões, posto que se tratam de documentos novos, na forma do artigo 435 do Código de Processo Civil.

2. De acordo com o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

4. A partir de diligência realizada pela Polícia com o intuito de verificar se o recorrido residia naquele endereço informado, foi produzida a ficha de levantamento de informações prestada e assinada por ele mesmo. Trata-se de documento hábil a atestar o domicílio, posto que o próprio eleitor foi localizado no endereço e prestou pessoalmente as informações.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600275-63.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 23 E 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação apenas de boleto e pedido de compra emitidos por fornecedor ou prestador de serviços, documentos precários e unilaterais ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar, isoladamente, a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se são hipóteses de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600330-14.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Faturas da companhia de abastecimento de água emitidas em nome do eleitor, constando o endereço declarado no RAE, demonstram o vínculo residencial com o município para o qual requereu sua transferência de domicílio eleitoral, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do Código Eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600331-96.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. ESPOSA DO ELEITOR É NATURAL DO MUNICÍPIO. DECLARAÇÃO DO ITR EM NOME DO SOGRO. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome do sogro do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE, além da comprovação de que a esposa do eleitor é natural do município, comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600213-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO AVÔ. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome do avô da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600329-29.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURAS DE ENERGIA E DE ÁGUA EM NOME DO PAI DO ELEITOR E COM ENDEREÇO DECLARADO NO RAE. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E

VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Verificado que os documentos acostados pelo eleitor comprovam a residência e/ou o vínculo com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, é de se deferir a transferência do eleitor.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600328-44.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PAI DO ELEITOR E COM MESMO ENDEREÇO DECLARADO NO RAE. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Verificado que os documentos acostados pelo eleitor comprovam a residência e/ou o vínculo com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, é de se deferir a transferência do eleitor.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-44.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURAS DE ENERGIA EM NOME DO PADRASTO. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome do padrasto da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do CE, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600373-48.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E PATRIMONIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município é suficiente a demonstrar o vínculo com a localidade.

- Recibo de entrega da declaração do ITR do exercício de 2023, Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, emitido no exercício de 2021, referente ao mesmo imóvel declarado no ITR, bem como escritura pública de compra e venda e respectivo registro do

referido imóvel, todos em nome da eleitora recorrida, são documentos hábeis a comprovar o seu vínculo patrimonial com o município para o qual requereu sua transferência de domicílio eleitoral, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do Código Eleitoral, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600184-70.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. BOLETO DE PROVEDOR DE INTERNET. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se são hipóteses de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600293-84.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) fatura emitida pela AGESPISA, em nome da irmã da eleitora com endereço em São Luís do Piauí/PI; e b) RG da referida irmã. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600242-73.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte foram: a) RG no qual consta a informação de que o eleitor é natural da própria cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI; b) fatura de água; c) documento de veículo (CRLV) e d) registro de imóvel de sua propriedade, todos com endereço no citado município. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600386-47.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600380-40.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600299-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600261-79.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600021-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600389-02.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600308-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600324-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência data de 06/03/2024 e alguns dos documentos apresentados para fins de comprovação do domicílio eleitoral foram boletos bancários tendo como beneficiário a empresa Denilson de Sousa Rocha-ME- SALCONETE. Os aludidos documentos não são meios hábeis para caracterização da residência uma vez que constituídos com base em mera declaração unilateral da parte interessada. 2. Faturas da Equatorial no nome Adaliana Maria da Silva, também, não servem como comprovantes de residência 3 Vínculo eleitoral com o município não comprovado. 3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600327-59.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA ESPOSA. CERTIDÃO DE CASAMENTO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO RESIDENCIAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou comprovante de endereço em nome de sua esposa (conta de energia da Equatorial Distribuidora), os documentos pessoais de ambos e a certidão de casamento.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo residencial, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600222-82.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVA FRÁGIL. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO PROVIDO. REFORMA DA SENTENÇA

1. De acordo com os artigos 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, o eleitor não comprovou sua residência, nem qualquer vínculo afetivo e familiar com o município de São Luís do Piauí/PI, uma vez que pretendeu demonstrar o seu domicílio eleitoral, juntando somente documentos relacionados à compra de item de informática junto à empresa START CELL LTDA, e carnê de prestação de serviço de internet junto ao provedor Francisco Maycon Araújo Lima, com a demonstração do pagamento da parcela referente ao mês de março de 2024. Diante da ausência de outros

elementos de provas que demonstram o vínculo com a municipalidade, entende-se que tal documentação consiste em prova unilateral, frágil, e não hábil a corroborar sua pretensão de transferência eleitoral ao município pretendido. Precedente desta Corte.

4. Recurso provido, para reformar a sentença e indeferir o pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600177-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos comprovante de endereço em nome de sua avó e certidão de nascimento comprovando o parentesco.

4. Dessa forma, restou devidamente comprovado o vínculo familiar capaz de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para São Luís do Piauí-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600379-55.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. MÉRITO. VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Preliminar de inépcia da inicial. O recorrido debate questão ligada ao próprio mérito recursal, que deverá ser enfrentada no momento oportuno. Preliminar afastada.

2. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

3. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

4. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em seu próprio nome, além de RG demonstrando ser natural daquele município.

5. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos residencial e afetivo capazes de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de Santo Antônio de Lisboa-PI.

6. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600343-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. MÉRITO. VÍNCULO AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Preliminar de inépcia da inicial. O recorrido debate questão ligada ao próprio mérito recursal, que deverá ser enfrentada no momento oportuno. Preliminar afastada.

2. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

3. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

4. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos seus documentos pessoais e de sua esposa, certidão de casamento e comprovante de residência em nome de seu cunhado; bem como os documentos pessoais de seu cunhado, comprovando assim se tratar de irmão da sua esposa.

5. Dessa forma, restou devidamente comprovado o vínculo afetivo capaz de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de Santo Antônio de Lisboa-PI.

6. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600368-26.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o recibo de entrega da declaração do ITR, certificado de cadastro de imóvel rural e escritura pública de imóvel.

4. Dessa forma, restou devidamente comprovado o vínculo capaz de autorizar a transferência do domicílio do eleitor para a cidade de Santo Antônio de Lisboa-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600250-50.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO, SEM COMPROVAÇÃO DO PARENTESCO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou comprovante de residência em nome de terceiro, sob a alegação de ser seu tio. Todavia, mesmo após diligenciado, não apresentou o documento pessoal de sua mãe que pudesse demonstrar a relação de parentesco.
4. Considerando que o eleitor não logrou êxito na demonstração dos vínculos residenciais, afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600310-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PARENTESCO NÃO DEMONSTRADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. BOLETOS DE PAGAMENTO E DECLARAÇÃO PARTICULAR. DOCUMENTOS PRECÁRIOS E PRODUZIDOS COM BASE EM DECLARAÇÕES UNILATERAIS. INAPTIDÃO COMO DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE VÍNCULOS AUTORIZADORES DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia em nome do terceiro, desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com a eleitora, não é documento apto a comprovar sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio eleitoral.
- A apresentação de boletos emitidos por fintech, documentos precários e unilaterais ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar, isoladamente, a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- Também declaração de residência, firmada pela própria eleitora, constitui documento unilateral e inapto a, isoladamente, comprovar o vínculo da eleitora com o município.
- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600423-74.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO CÔNJUGE E

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Os documentos acostados aos autos em nome do cônjuge e do pai da eleitora comprovam seus vínculos residencial e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600409-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM NOME DO IRMÃO DA ELEITORA. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município e os documentos acostados aos autos em nome do irmão da eleitora comprovam seus vínculos afetivo e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600364-86.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO SOGRO. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome do sogro da eleitora e com o mesmo endereço declarado no RAE, comprovam seu vínculo familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600005-06.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR JUIZ BRUNNO CHRISTIANO CARVALHO CARDOSO. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: RG do recorrido e fatura do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do município de Assunção do Piauí/PI em nome de

terceira pessoa (Antônio Dias da Silva), com a qual não se demonstrou qualquer elo em relação ao recorrido (ID 22132978).

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600321-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS. INTEMPESTIVIDADE. ACOLHIMENTO. MÉRITO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO E FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO SEM DEMONSTRAÇÃO DE RELAÇÃO COM O ELEITOR. ALEGAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de não conhecimento de petição e documentos que a acompanham, juntados após a fase de contrarrazões. Acolhida. Não devem ser conhecidos documentos juntados a destempo, pois praticado o ato quando já operada a preclusão. Precedente nesta Corte.

2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e/ou mantém laços afetivos e familiares.

4. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

5. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos o comprovante de residência em nome de terceiro sem a demonstração de relação com a eleitora.

6. Dessa forma, no caso vertente, como não há comprovação da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo

7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600128-37.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOCUMENTO JUNTADO PELA ELEITORA NO TRIBUNAL. DOCUMENTO NOVO. ACOLHIMENTO. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. A recorrida apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, §1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Diligência realizada no endereço informado pela eleitora. Eleitora localizado no endereço indicado, porquanto o relatório de diligência foi assinado pela própria eleitora. Vínculo residencial comprovado no município no qual solicitou o alistamento.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600136-14.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTO JUNTADO PELO ELEITOR NO TRIBUNAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O recorrido apresentou documentos públicos nesta instância, os quais não tinha acesso no momento da apresentação das contrarrazões. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC e art. 62, §1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Diligência realizada no endereço informado pelo eleitor. Eleitor localizado no endereço indicado, porquanto o relatório de diligência foi assinado pelo próprio eleitor. Vínculo residencial comprovado no município para o qual solicitou a transferência.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600350-05.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM A MUNICIPALIDADE E DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIA IN LOCO NO ENDEREÇO INFORMADO NO RAE. FACULDADE DO JUIZ. ART. 119 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

1. Por expressa previsão do art. 119, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “na análise das declarações do eleitor ou da eleitora e da documentação comprobatória da identidade e do domicílio eleitoral, o juiz ou a juíza adotará a interpretação mais benéfica ao cidadão, sendo-lhe facultado, todavia, determinar realização de diligências, inclusive verificação in loco, antes de decidir.”

2. Na espécie, o eleitor logrou êxito em comprovar o vínculo residencial com o município de São Luís do Piauí-PI, porquanto apresentou fatura de energia (EQUATORIAL) em seu nome, com endereço no município pretendido.

3. Comprovado o vínculo residencial do eleitor, nos termos do art. 23, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais requisitos exigidos pela legislação de regência, o pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600238-36.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO. Documentos que não comprovam vínculo eleitoral com o município. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

Documentos que não comprovam vínculo eleitoral com o município. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600147-43.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

Documentos que não comprovam vínculo eleitoral com o município. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600376-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600341-43.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600347-50.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600375-18.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600326-74.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600435-88.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600220-15.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

Documentos que comprovam vínculo eleitoral com o município. Recurso desprovido para deferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600067-79.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600381-25.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600358-79.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-65.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-40.2024.6.18.0020. ORIGEM: JOÃO COSTA/PI (20ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral. 2. Vínculo familiar e afetivo comprovado. 3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600240-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600370-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600260-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS A FASE DE CONTRARRAZÕES. ACOLHIMENTO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO/FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados após a fase de contrarrazões: acolhimento.

1.1. Embora o art. 435 do Código de Processo Civil permita que, excepcionalmente, ocorra a juntada posterior de documentos quando "destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos", esta não é a hipótese dos autos, vez que a recorrida deixou transcorrer o prazo das contrarrazões sem manifestação, e a petição ID 22124469 não alega qualquer justificativa para a apresentação intempestiva, de forma que não se configura a exceção prevista no referido dispositivo processual.

2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso, para comprovar o vínculo com o município, foi apresentado apenas um carnê de pagamento, emitido por empresa local, prestadora de serviços de internet Denilson de Sousa Rocha – ME (SALCONNECTE), em nome da recorrida, documento esse de valor probante questionável, conforme precedentes reiterados nesta Corte Regional (RE 0600004-54.2024.6.18.0028, Relator Dr. Guilardo Cesa Medeiros Graça, julgado dia 16/04/2024)

3. Considerando que a eleitora não logrou êxito na demonstração dos vínculos afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-75.2024.6.18.0013. ORIGEM: CORONEL JOSÉ DIAS/PI (13ª ZONA ELEITORAL – SÃO RAIMUNDO NONATO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos familiar e patrimonial com a cidade de Coronel José Dias/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600388-17.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 03 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO. DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE EM NOME DA FILHA. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos declaração da Secretaria Municipal de Educação com a informação de que sua filha está cursando o 6º ano do Ensino Fundamental em escola do município de Santo Antônio de Lisboa, bem como o documento de identidade da mesma.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600109-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 10 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto colacionado ao RAE são carentes de fidedignidade e não tem o condão de comprovar o vínculo da eleitora com Santo Antônio de Lisboa/PI. Assim, a prova juntada aos autos é frágil para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600377-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 13 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: declaração de residência firmada por terceiro com o qual a eleitora não comprovou vínculo, acompanhado de fatura de energia elétrica em nome do declarante. Tais documentos não são suficientes para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600403-83.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CONTRATO DE COMODATO RURAL. DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO PRONAF. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral mediante apresentação de folha de cadastro único, contrato de comodato rural, em que ela figura como comodatária, declaração de aptidão ao Pronaf e declaração subscrita por técnico da Secretaria de Assistência Técnica e Defesa Agropecuária.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-11.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA TIA DO ELEITOR. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de certidão de nascimento e cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de sua tia, cujo grau de parentesco foi demonstrado por meio da juntada de cópia da carteira de identidade dela.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600406-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DA IRMÃ DA ELEITORA. NATURALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em nome da sua irmã e recibo de entrega de declaração do ITR em nome do seu genitor.

2. A eleitora é natural do município de Santo Antônio de Lisboa – PI, o que, por si só, é capaz de estabelecer o seu domicílio eleitoral naquela urbe.

3. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600427-14.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO AVÔ DO ELEITOR. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço do seu avô, cujo grau de parentesco foi demonstrado por meio da juntada de cópia de certidão de nascimento.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600455-79.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de consumo de água, na qual consta o seu endereço.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600414-15.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE ÁGUA EM NOME DA SOGRA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de consumo de água, na qual consta o endereço de sua sogra.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-06.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTES DE ENDEREÇO EM NOME DO GENITOR DO ELEITOR. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovado o vínculo familiar, mediante a juntada de contrato de aluguel e faturas de energia em nome do genitor do eleitor, deve ser reformada a decisão que indeferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-85.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 17 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PAI DA ELEITORA. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de seu pai, cujo grau de parentesco foi demonstrado por meio de carteira de identidade acostada aos autos.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600394-24.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E PATRIMONIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos familiar e patrimonial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600359-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos familiar e afetivo com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600433-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA GENITORA DA ELEITORA. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Comprovado o vínculo familiar, mediante a juntada de faturas de energia em nome de sua genitora, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600491-24.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA GENITORA DA ELEITORA. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovado o vínculo familiar, mediante a juntada de fatura de energia em nome de seu sogro e certidão de casamento, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600408-08.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600417-67.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600359-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos familiar e afetivo com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-84.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. REJEIÇÃO. DESISTÊNCIA PARCIAL DO RECURSO. HOMOLOGAÇÃO. MÉRITO: DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS DE ALGUNS ELEITORES COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- Rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso quando não delineados os fundamentos que embasam o pedido.
- Homologa-se o pedido de desistência parcial do recurso ante a inexistência de óbice legal e previsão expressa no instrumento procuratório para tal fim.
- A apresentação de documentos precários e unilaterais ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021 dá ensejo ao indeferimento do requerimento de transferência de domicílio eleitoral.
- Devem ser mantidas as decisões que deferiram os pedidos de transferência de domicílio eleitoral nos casos em que os eleitores demonstraram residir ou possuir outros vínculos com o município, nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
- Recurso parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-60.2024.6.18.0013. ORIGEM: CORONEL JOSÉ DIAS/PI (13ª ZONA ELEITORAL – SÃO RAIMUNDO NONATO/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO PATRIMONIAL, RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo patrimonial e residencial comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600420-22.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO AFETIVO E RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, a eleitora, para comprovar o vínculo com a municipalidade, apresentou certidão de casamento contendo a informação que a recorrida e seu marido eram residentes em Santo Antônio de Lisboa, bem como que este é natural do município; e comprovante de residência (fatura de energia) em nome de sua mãe

4. Dessa forma, restou devidamente comprovado o vínculo afetivo e residencial capaz de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para a cidade de Santo Antônio de Lisboa-PI.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600439-28.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de consumo de água, na qual consta o seu endereço.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600421-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E COMUNITÁRIO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município e os documentos pessoais acostados aos autos comprovam seus vínculos afetivo e comunitário com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600023-27.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). PROVA UNILATERAL. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-69.2024.6.18.0047. ORIGEM: PAU D'ARCO DO PIAUÍ/PI (32ª ZONA ELEITORAL – ALTOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DA SOGRA DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de sua sogra.

2. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600453-12.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA CUNHADA DO RECORRIDO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução n.º 23.659/2021 do TSE.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos comprovante de residência em nome de sua cunhada, bem como demais documentos que comprovam o parentesco.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600413-30.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ART. 38, INC. III, C/C ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 DO TSE,. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA RESIDENCIAL E FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM SEU GENRO. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução 23.659/2021 do TSE.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. No caso, para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos fatura de água em nome de seu genro.
4. Dessa forma, como a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo familiar e afetivo com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600068-40.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA. MÉRITO. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA AVÓ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. Preliminar de ilegitimidade ativa.
 - 2.1. Na peça recursal, é informado que o recorrente age na qualidade de Presidente do Partido, e não como pessoa física. Preliminar rejeitada.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos fatura de energia em nome de sua avó. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.
4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-63.2024.6.18.0036 ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ART. 38, INC. III, C/C ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021 DO TSE. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA FAMILIAR E AFETIVA. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE SUA AVÓ. COMPROVAÇÃO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução 23.659/2021 do TSE.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. No caso, para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos fatura de energia em nome de sua avó.
4. Dessa forma, como a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo familiar e afetivo com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600079-69.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO 23.659/2021 DO TSE. DOCUMENTOS APRESENTADOS. SUFICIÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, a eleitora comprovou vínculo afetivo e familiar com o município de Tamboril do Piauí/PI com a juntada de cópia da fatura de energia elétrica em nome de sua genitora.
4. Mantida a decisão de deferimento do alistamento eleitoral.
5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600070-10.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DA RESIDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas

relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3.1. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos fatura de energia em seu nome e comprovante de matrícula de sua filha em escola no município pretendido. Resta comprovado, portanto, a residência e o vínculo familiar com o município.

4. Determinação de remessa dos autos ao Ministério Público, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600091-83.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. FOLHA DE RESUMO CADASTRO ÚNICO. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

4. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

4.1. Com efeito, a eleitora juntou aos autos comprovante de inscrição de sua mãe no Cadastro Único, que não comprova, isoladamente, o vínculo da recorrida com o município.

5. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

6. Determinação de remessa dos autos ao Ministério Público, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.

7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600097-90.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DOCUMENTOS UNILATERAIS. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos um boleto de internet. Trata-se de prova unilateral, que não tem o condão de comprovar a residência, consoante a jurisprudência sedimentada deste Regional. Precedentes. Além disso, como informado pelo recorrente, o boleto possui caráter deveras duvidoso, merecendo melhor apuração por parte do Ministério Público Eleitoral.
4. Em sede de contrarrazões, apresentou diversos documentos com a intenção de demonstrar vínculo com um terceiro, entretanto, todos de natureza unilateral, consubstanciando a fragilidade probatória.
5. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.
6. Determinação de remessa dos autos ao Ministério Público, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.
7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600401-16.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600434-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600410-75.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600426-29.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600419-37.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS RESIDENCIAL E FAMILIAR. COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600527-66.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 24 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. VÍNCULOS RESIDENCIAL E FAMILIAR CONSTATADOS. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA COMPANHEIRA DO ELEITOR. DOCUMENTAÇÃO HÁVIL COMPROVADA. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos residencial e familiar do eleitor com o município pretendido, mediante a juntada de faturas de energia em nome de sua companheira, além do correspondente contrato de união estável, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido, para manter a decisão recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600418-52.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVAÇÃO DE NATURALIDADE NO MUNICÍPIO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO PAI DO ELEITOR. DOCUMENTOS PESSOAIS RATIFICAM O PARENTESCO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município e os documentos acostados aos autos em nome do pai do eleitor e com o mesmo endereço declarado no RAE comprovam seus vínculos afetivo e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600399-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CÓPIA DE FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de consumo de água, na qual consta o seu endereço.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600063-18.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DE TERCEIRO. CADERNETA DE VACINAÇÃO COM PREENCHIMENTO MANUAL E DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SEM REGISTRO EM CARTÓRIO E SEM RECONHECIMENTO DE FIRMA. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de energia em nome de terceiro, caderneta de vacinação preenchida manualmente e declaração de compra e venda de imóvel sem registro em cartório e sem reconhecimento de firma dos subscritores constituem documentos inaptos a comprovar residência ou outros vínculos com a localidade.
2. Inobservância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
3. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-74.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. BOLETO BANCÁRIO EM NOME DA ELEITORA. DECLARAÇÕES DE ALUGUEL SEM CONTRATO, DE TRABALHO E DE RESIDÊNCIA. NOTA FISCAL DE COMPRA EM NOME DA ELEITORA. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Boleto bancário, declaração de aluguel sem contrato, declaração de trabalho, declaração de residência e nota fiscal de compra em nome da eleitora configuram provas frágeis e unilaterais, produzidas com base em informações e declarações da própria eleitora, e, portanto, inaptas à comprovação do domicílio eleitoral da recorrida no município para o qual requereu a transferência.
2. Inobservância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
3. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600115-14.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ÁGUA EM NOME DA IRMÃ DO RECORRIDO. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULOS FAMILIARES COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de água em nome da irmã do eleitor constitui documento apto a demonstrar seu vínculo familiar com o município para o qual requereu a transferência. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
2. Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-94.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ÁGUA EM NOME DA FILHA DA RECORRIDA. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULOS FAMILIARES COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de água em nome da filha da eleitora constitui documento apto a demonstrar seu vínculo familiar com o município para o qual requereu a transferência. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.

2. Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600460-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada, em conjunto, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600404-68.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600508-60.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600415-97.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 21.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA SOGRA. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo do eleitor no município, mediante a juntada de fatura de energia em nome da sogra, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600400-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO POR IDENTIDADE E FATURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA A CASA DO GENITOR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

- 1 – Em se comprovando que o eleitor possui vínculo familiar com o município pretendido, por meio de documento que goza de presunção de veracidade, incumbe ao recorrente desconstituí-lo.
- 2 – No caso dos autos, o eleitor comprovou o vínculo familiar documentos idôneos sob os quais não restam indagações acerca de sua veracidade: identidade e documento residencial do genitor.
- 3 – O recorrente não fez prova de suas alegações, de forma a afastar a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pelo eleitor.
- 4 – Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600429-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.659/2021. VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO ESPOSO DA ELEITORA. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovado o vínculo residencial e familiar, mediante a juntada de faturas da companhia de águas e esgotos do Piauí em nome de seu esposo, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600398-61.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO. RECURSO INTERPOSTO POR AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE FRAUDE NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA GENITORA DA ELEITORA. ATENDIMENTO AOS DEMAIS REQUISITOS REGULAMENTARES. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Na espécie, a eleitora logrou êxito em comprovar o vínculo familiar com o município de Santo Antônio de Lisboa-PI, porquanto apresentou fatura da AGESPISA, em nome de sua mãe, da competência 12/2023, com endereço no município pretendido, não restando dúvidas quanto à idoneidade dos documentos originalmente apresentados.

3. Comprovado o vínculo familiar da eleitora no município pretendido, nos termos do art. 23, c/c o art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e atendidos os demais requisitos exigidos pela legislação de regência, o requerimento de transferência de domicílio eleitoral deve ser deferido.

4. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600073-62.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO. RECURSO INTERPOSTO POR AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO

PRETENDIDO. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR. RECURSO DESPROVIDO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e social com a cidade de Tamboril/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600089-16.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI).. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. O VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO NÃO PODE SER PROVADO COM DOCUMENTOS ELABORADOS UNILATERALMENTE. RECURSO PROVIDO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento desses dados se dá exclusivamente pelo emissor do documento. No caso dos autos, o boleto de pagamento cujo beneficiário é uma instituição bancária, constitui documento unilateral e não se presta à comprovação de vínculo residencial com a municipalidade, pois os dados residenciais são facilmente alterados no aplicativo da instituição.

2 – O instrumento contratual de serviços advocatícios não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial da eleitora no município pretendido, mormente quando não se constata a efetiva prestação dos serviços nele discriminados, por consulta aos Sistemas de Processos da respectiva Justiça nele identificada.

3 – Ausente documentação apta a demonstrar quaisquer dos vínculos admitidos pela legislação e jurisprudência do TSE, o pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferido.

4 – Recurso provido. Sentença reformada, para indeferir o requerimento da eleitora.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-23.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. O VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO NÃO PODE SER PROVADO COM DOCUMENTOS ELABORADOS UNILATERALMENTE. VÍNCULO FAMILIAR NÃO COMPROVADO. REFORMA DA SENTENÇA. RECURSO PROVIDO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras na *internet*, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – O instrumento contratual de serviços advocatícios não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial com o município. No caso dos autos, o contrato firmado para ajuizamento de ação previdenciária não goza de presunção de verossimilhança pois não há nenhum processo, em nome do eleitor, em trâmite na Justiça Federal da 1ª Região.

3 – O documento de inscrição de terceiro no Cadastro Único não atesta o domicílio eleitoral do recorrido, porquanto, não há, nos autos, prova da relação matrimonial com a subscritora do referido documento.

4 – Recurso provido. Sentença reformada, para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-64.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM A IRMÃ COMPROVADO PELA FILIAÇÃO CONSTANTE DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. VÍNCULO PATRIMONIAL DA IRMÃ COM O MUNICÍPIO PROVADO COM O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO.

1 – Em se comprovando que o eleitor possui vínculo familiar com o município pretendido, por meio de documento que goza de presunção de veracidade, incumbe ao recorrente desconstituí-lo.

2 – No caso dos autos, o eleitor comprovou o vínculo familiar documentos idôneos sob os quais não restam indagações acerca de sua veracidade: carteira nacional de habilitação de sua irmã, constando a respectiva filiação, e certificado de registro e licenciamento de veículo de sua irmã.

3 – Na ausência de provas que afastem a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pelo eleitor, o recurso da agremiação deve ser desprovido.

4 – Recurso desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-25.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. INDEFERIMENTO. RECURSO INTERPOSTO PELA ELEITORA. ALEGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULOS COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO OPORTUNA DE QUAISQUER DOS VÍNCULOS ADMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA E JURISPRUDÊNCIA DO TSE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela eleitora, na fase de instrução, não foi suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial ou quais outros que, a teor do art. 118, da Resolução TSE 23.659/2021, habilite a fixação do seu domicílio eleitoral no município pretendido.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que indeferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600473-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 25 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO. RECURSO INTERPOSTO POR AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. REGULAR COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR. RECURSO DESPROVIDO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter fixado o seu domicílio eleitoral nesse município.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-20.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA. PROVA UNILATERAL. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-58.2024.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. O eleitor, na ocasião do pedido de transferência de domicílio eleitoral, como forma de atestar seu vínculo com o município, juntou comprovante de endereço em nome de terceira pessoa com a qual não demonstrou qualquer relação. Intimado a complementar a documentação, manteve-se inerte. Por ocasião do recurso, alegou liame afetivo com o município de União/PI, anexando certidão de casamento e título de eleitor do suposto filho. Tais documentos não se enquadram na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil, razão por que não devem ser conhecidos. Precedente: TRE/PI - RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. Os documentos juntados aos autos tempestivamente para subsidiar o pedido de transferência foram: RG e certidão de casamento em nome do eleitor; e b) fatura de energia elétrica em nome de terceira pessoa (Maria do Socorro Sousa Costa), com a qual não se demonstrou qualquer elo em relação ao recorrente.

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600342-28.2024.6.18.0028. – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis.

4 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-73.2024.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTO JUNTADO COM O RECURSO – COMPLEMENTAÇÃO DE PROVA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FALTANTE - ADMISSIBILIDADE - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Na fase instrutória, o eleitor juntou aos autos o RG de sua genitora e, com o recurso, apresentou fatura de energia elétrica em nome da mãe com endereço no município de União.

2 – Aplicação do art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, segundo o qual, ao se constatar a existência de falha que possa ser sanada por simples juntada de documento, poderá o eleitor ou a eleitora apresentar o documento faltante mesmo que em fase recursal.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-23.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos apresentados pela parte foram: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu pai (José Alves da Silva Neto), constando endereço em Miguel Leão/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600432-36.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RGs da eleitora e de sua filha e b) faturas da Equatorial, nas quais constam a filha, Maria das Graças Cardoso Pereira, como residente em Santo Antônio de Lisboa/PI (ID 22150518). Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600014-65.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – O recorrente juntou fatura de energia elétrica em nome de sua tia, filha de seus avós maternos. Tal documento é idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600010-28.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDO INDEFERIDO.

1 – Cópia da CNH demonstrando local de nascimento em outro Estado e fatura de compra de materiais de pintura emitida em nome do eleitor não são hábeis para demonstrar o alegado vínculo entre o recorrido e o município.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600405-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica em nome de seu pai, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600397-76.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG do eleitor; e b) faturas de energia elétrica emitidas em nome de sua mãe, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600402-98.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica em seu nome, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600353-57.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 14 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-05.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; e b) Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE). Tais documentos não são aptos a comprovar conexão relevante entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido, uma vez que de caráter unilateral.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600494-76.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu pai, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600337-06.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica em nome de sua mãe, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-32.2024.6.18.0039. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – O recorrido juntou fatura de energia elétrica em seu próprio nome. Tal documento é idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600465-26.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – O recorrido juntou fatura de energia elétrica em nome de seu pai. Tal documento é idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600265-19.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI(28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise do documento acostado afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.

2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-80.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22148337 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (com informação de que o eleitor é natural de Assunção do Piauí-PI), acompanhado de Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Consta, ainda, fatura de energia da empresa Equatorial em nome de Maria de Lourdes Silva. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido é natural de Assunção do Piauí e filho de Maria de Lourdes Silva em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo afetivo e familiar — por nascimento e parentesco — a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-53.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação de ID 22146070 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e faturas de energia da empresa Equatorial. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido é filho de Antônio Raimundo Pereira Veras em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município de Miguel Leão-PI, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600459-19.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600436-73.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL - PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Do exame dos documentos apresentados, resta comprovado o vínculo residencial alegado uma vez que o comprovante de endereço alusivo ao mês de janeiro de 2024 e com histórico de consumo dos últimos seis meses foi emitido em nome próprio da eleitora recorrida. Admitido, portanto, o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Vínculo eleitoral com a urbe, demonstrado.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600416-82.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-70.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22148650 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e boleto bancário. Consta, ainda, certidão de nascimento da eleitora e fatura de energia da empresa Equatorial em nome de Maria Soares da Silva Meneses. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é natural de Assunção do Piauí e neta de Maria Soares da Silva Meneses em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo afetivo e familiar — por nascimento e parentesco — a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-49.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação de ID 22148526 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e fatura de energia da empresa Equatorial. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é filha de Letícia Francisca da Silva em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município de Assunção do Piauí – PI, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600431-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo Residencial, Afetivo e Familiar comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600430-66.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação de ID 22150313 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e fatura de energia da empresa Equatorial. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é filha de Francisca Alves de Melo em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município de Santo Antônio de Lisboa – PI, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência..

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600493-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação de ID 22150370 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e fatura de energia da empresa Equatorial. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é filha de Débora Barros de Sousa em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município de Santo Antônio de Lisboa – PI, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-38.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, o eleitor, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou aos autos o comprovante de residência em nome de seu genitor.

4. Dessa forma, restaram devidamente comprovados os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para a cidade de Miguel Leão-PI.

5. Recurso Desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-36.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. RECURSO PROVIDO.

1. Consoante o artigo 23 da Resolução TSE 23.659/2021, para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município.

2. No caso, o eleitor apresentou comprovante de residência em seu nome para comprovar o vínculo com o município,
3. Comprovado o vínculo residencial do eleitor com o município pretendido, deve ser deferido o requerimento de transferência eleitoral.
4. Recurso Provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-71.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO POR PROVA UNILATERAL. PROVA FRÁGIL E NÃO CONVINCENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou unicamente a sua CNH e uma DANFE de loja em que consta o endereço no município de Assunção do Piauí.
4. Sobre o tema, essa Corte Eleitoral já se manifestou por diversas vezes, firmando o entendimento de que documento unilateral, isoladamente, não serve para provar a residência, posto ser prova frágil e não convincente. Precedentes.
5. Considerando que o eleitor não logrou êxito na demonstração dos vínculos residenciais, afetivos ou familiares alegados, em razão da fragilidade do acervo probatório encartado aos autos, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-87.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ÁGUA EM NOME DA IRMÃ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de água em nome de sua irmã, bem como demais documentos para comprovação do referido parentesco.
4. Comprovado o vínculo familiar/social com o município.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-11.2024.6.18.0013. ORIGEM: CORONEL JOSÉ DIAS/PI (13ª ZONA ELEITORAL – SÃO RAIMUNDO NONATO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. ACOLHIMENTO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA AFETIVO / FAMILIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso: acolhimento.
2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. No caso dos autos, a recorrente solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.
- 2.1. Com efeito, a recorrente juntou, ao tempo de seu pedido de transferência, um documento de registro de imóvel que diz respeito a terreno localizado em município diverso. Ademais, apesar de alegar que seu esposo é natural do município pretendido, a certidão de casamento juntada demonstra que ele nasceu em outra cidade.
3. Considerando que a eleitora não logrou êxito na demonstração dos vínculos afetivos ou familiares alegados, a manutenção do indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600512-97.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO. NATURAL DO MUNICÍPIO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO PAI E DO IRMÃO. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido, além de demonstrar que é natural de Santo Antônio de Lisboa, juntou aos autos comprovante de residência em nome de seu pai e de seu irmão, bem como documentos de identidade dos mesmos.
4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600424-59.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO. NATURAL DO MUNICÍPIO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO PAI. COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução n.º 23.659/2021 do TSE.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a recorrida, além de demonstrar que é natural de Santo Antônio de Lisboa, juntou aos autos comprovante de residência em nome de seu pai, bem como documento de identidade do mesmo.
4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido

RECURSO ELEITORAL Nº 0600396-91.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA IRMÃ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a recorrida apresentou fatura de energia em nome de sua irmã, bem como documentação que comprova o parentesco
4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo familiar com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-21.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL - MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DOCUMENTOS JUNTADOS EM FASE RECURSAL. DOCUMENTOS NOVOS. ACOLHIMENTO. VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O recorrente apresentou documentos nesta instância, destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, para o qual não teve oportunidade de manifestação. Documentos novos acolhidos com fundamento no art. 435 do CPC.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. Fatura de energia elétrica emitida em nome do esposo. Vínculo residencial comprovado no município para o qual solicitou a transferência.
4. Recurso conhecido e provido.
5. Reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-79.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes na nota fiscal eletrônica (DANFE) são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Assunção do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600021-57.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes na nota fiscal eletrônica (DANFE) são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Assunção do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600015-50.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes na nota fiscal eletrônica (DANFE) são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Assunção do Piauí/PI. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-43.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-78.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS EM NOME DA GENITORA DO RECORRIDO. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULO FAMILIAR COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Cópia de documento de arrecadação de tributos municipais de Município de Tamboril do Piauí em nome da genitora do eleitor constitui documento apto a comprovar seu vínculo familiar com a localidade.

2. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-04.2024.6.18.0069. ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. CONTRATO DE PROVEDOR DE INTERNET. DECLARAÇÃO UNILATERAL. DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos da eleitora com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-80.2024.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. JUNTADA DE DOCUMENTO COM O RECURSO. INADMISSIBILIDADE. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- Não é admitida a juntada de documentos com o recurso se o magistrado de primeiro grau conferiu à eleitora a oportunidade, em diligência realizada pelo Cartório, de apresentar documentos e assim não o fez.
- Fatura de energia em nome do terceiro, desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com a eleitora, não é documento apto a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600422-89.2024.6.18.0028 ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG do eleitor constando que ele é natural de Santo Antônio de Lisboa/PI; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu pai (Pedro Raimundo da Silva), constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-78.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ (52ª ZONA ELEITORAL - ÁGUA BRANCA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIAS DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL - INDEFERIMENTO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. Trata-se de fatos relacionados a todos os recorridos, os quais foram nomeadamente identificados, o que possibilita o exame do mérito em sua inteireza. Indeferimento da preliminar.

2 – MÉRITO. Os documentos juntados pelas partes são aptos apenas em parte para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

3 - Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-77.2024.6.18.0037. ORIGEM: SOCORRO DO PIAUÍ (37ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; b) declaração de residência firmada pelo próprio recorrente, no qual consta que reside com a sogra; c) fatura da equatorial em nome de Leonilda Araújo Ibiapino, suposta sogra do recorrente; e d) RG de Arlinda Victor de Sá Neta (filha de Leonilda Araújo Ibiapino) com a qual o recorrente não comprovou vínculo matrimonial ou união estável.

2 – Não havendo como se atestar nos autos que Leonilda Araújo Ibiapino é, de fato, sogra de Luiz Cunha Nogueira Neto, considera-se não comprovado o alegado vínculo familiar entre o eleitor e o município.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-48.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; b) Certidão de Casamento religioso; e c) fatura de energia elétrica em nome de sua esposa. Tais documentos são aptos a comprovar conexão relevante entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600015-86.2024.6.18.0027. ORIGEM: JOCA MARQUES/PI (27ª ZONA ELEITORAL – LUZILÂNDIA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - PEDIDO INDEFERIDO.

1 – Os documentos juntados foram: recibos da Associação Beneficente da Comunidade Jocarquense em nome próprio (fls. 4-7 do ID 22153624), documentos insuficientes e inidôneos para sustentar pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo a disciplina da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600086-61.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DE TERCEIROS–

AUSÊNCIA DE PROVA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – A recorrida juntou aos autos faturas de energia elétrica emitidas pela Equatorial em nome de Raimundo de Aguiar Sousa e Laurentina Maria de Aguiar, os quais alega serem parentes de seu marido. No entanto, segundo a certidão de casamento de ID 22152783, a eleitora divorciou-se em 2011 de Bartolomeu dos Santos Neto. Desse modo, não foi demonstrada vinculação entre a eleitora e o município respectivo.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600061-48.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA REJEITADA - NO MÉRITO - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO TRANSFERÊNCIA.

1 – A condição de presidente do referido partido recorrente pode ser aferida em consulta pública ao SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias) no site do TRE-PI. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada.

2 – O documento juntado pela parte foi uma fatura de água do município de Tamboril do Piauí/PI emitida em nome da própria recorrida (ID 22151408). Tal documento é idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021. Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600051-04.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG do eleitor; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu pai (Euclides Pereira dos Santos), constando endereço em Tamboril do Piauí/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600112-59.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora, na qual consta que é natural de Tamboril do Piauí/PI; e b) fatura de IPTU emitida em sua mãe (Maria de Jesus de Paula), constando endereço em Tamboril do Piauí/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar

o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-39.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) certidão de nascimento da filha da eleitora, Yane Maria da Silva; b) declaração emitida por estabelecimento municipal de ensino, atestando que a última está matriculada em escola situada em Tamboril do Piauí/PI; e c) fatura de energia elétrica em nome do pai da filha da eleitora (Romário Pereira da Silva – suposto companheiro da recorrida), constando o endereço em Tamboril do Piauí/PI. Tais documentos, analisados conjuntamente, são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600058-93.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA REJEITADA - NO MÉRITO - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. A condição de presidente do partido pode ser aferida em consulta pública ao SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias) no site do TRE-PI. Preliminar rejeitada.

2 – MÉRITO. Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) fatura de água do município de Tamboril do Piauí/PI emitida em nome do próprio recorrido (ID 22151116); b) título eleitoral de Abdimar Nonato Nunes, pai do eleitor, com endereço no município em Tamboril do Piauí/PI (ID 22151112). Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-11.2024.6.18.0094. ORIGEM: CAJAZEIRAS DO PIAUÍ (94ª ZONA ELEITORAL – OEIRAS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: faturas de energia elétrica em nome de Maria Aparecida Ferreira Costa e Silva, tia da eleitora, com endereço em Cajazeiras do Piauí/PI, conforme se verificam nos ID's 22154551 ao 22154553. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 - Precedente TRE/PI: RE 600002-92.2024.6.18.0090 – Relator: Juiz José Maria de Araújo Costa. Julgado em 12 de março de 2024.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-26.2024.6.18.0094. ORIGEM: OEIRAS/PI (94ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Comprovado o vínculo familiar entre o eleitor e o município, pois a titular do comprovante de endereço juntado aos autos é tia da esposa do recorrente.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-61.2024.6.18.0040. ORIGEM: FRONTEIRAS/PI (40ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. A eleitora, na ocasião do pedido de transferência de domicílio eleitoral, como forma de atestar seu vínculo com o município, juntou fatura de energia elétrica, cuja autenticidade foi negada pela empresa prestadora do serviço. Nas razões recursais, alegou liame afetivo com o município de Fronteiras/PI. Os documentos juntados com o recurso não se enquadram na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil, razão por que não devem ser conhecidos. Precedente: TRE/PI - RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora juntou originalmente fatura de energia elétrica, cuja autenticidade foi negada pela prestadora do serviço, em resposta a diligência do juízo eleitoral, não restando demonstrado, portanto, o vínculo alegado com o município.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-47.2024.6.18.0047. ORIGEM: BENEDITINOS/PI (47ª ZONA ELEITORAL – ALTOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE DE RECURSO. POSSIBILIDADE. VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade,

mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Conheço dos documentos anexos ao recurso já que a falha pode ser sanada por simples juntada de documento, e considerada a disposição regulamentar de que cabe à Relatora ou ao Relator intimar a eleitora ou o eleitor para que apresente o documento faltante, nos termos do art. 62, §1º da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Anexos ao ID 22150878 constam: a) comprovante de endereço (fatura de energia da empresa Equatorial) de Maria Francisca da Silva no Município de Beneditinos-PI; b) certidão de nascimento de André Marcos Pires da Silva tendo como pai: Lucimar Pires da Silva, e como mãe: Maria Francisca da Silva; e c) Títulos de Eleitor de André Marcos Pires da Silva e Maria Francisca da Silva, ambos com domicílio eleitoral em Beneditinos-PI. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrente é pai de André Marcus Pires da Silva, este com domicílio eleitoral em Beneditinos, como se vê do título de eleitor de ID 22150883, sendo tal suficiente para comprovação do vínculo familiar com o Município a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

4. Recurso provido para deferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-79.2024.6.18.0036 ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22151758 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de certidão de nascimento e fatura de água em nome de Maria de Jesus de Paula. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é filha de Maria de Jesus de Paula em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de água) no município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600113-44.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22153136 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de Folha Resumo do Cadastro Único – V7. A apresentação

exclusiva do Cadastro Único – CADÚNICO é insuficiente para comprovação do vínculo residencial pretendido, dado o caráter unilateral do lançamento das informações nele constantes.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600109-07.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos apresentados, resta comprovado o vínculo residencial alegado uma vez que o comprovante de endereço alusivo ao mês de fevereiro de 2024 foi emitido em nome próprio da eleitora recorrida. Admitido, portanto, o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Vínculo eleitoral com a urbe, demonstrado.

4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600087-46.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Ao tempo da formulação do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22152764) a ora recorrida apresentou fatura de internet da empresa MARTEL TELECOMUNICAÇÕES e um boleto do Bradesco tendo como beneficiário JCS BRASIL ELETRODOMÉSTICOS para fins de comprovação de residência. Os boletos anexos ao RAE não são meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada e sequer tiveram demonstrados os respectivos pagamentos. Do mesmo modo, os documentos trazidos aos autos em sede de contrarrazões se caracterizam pela unilateralidade das informações, sem reconhecimento de firma e carentes de comprovação da execução/prestação dos serviços correspondentes.

3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

4. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600407-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação de ID 22154325 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de carteira de identidade e fatura de energia da empresa Equatorial. O conteúdo dos documentos acima revela que a recorrida é natural de Santo Antônio de Lisboa e filha de ROSA DOS SANTOS COTAS em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município de Santo Antônio de Lisboa – PI, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo afetivo e familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-71.2024.6.18.0027. ORIGEM: JOCA MARQUES/PI (27ª ZONA ELEITORAL – LUZILÂNDIA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. DOCUMENTOS. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO SEM A PROVA DO PARENTESCO. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrente solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos fatura de energia em nome de terceiro em relação ao qual não restou provado o efetivo vínculo de parentesco.

4. Considerando que não há comprovação da residência nem existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-50.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA TIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos fatura de energia em nome de sua tia. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.
4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-10.2024.6.18.0037. ORIGEM: SOCORRO DO PIAUÍ/PI (37ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. ACOLHIMENTO. MÉRITO. RESOLUÇÃO 23.659/2021 DO TSE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA RESIDENCIAL, AFETIVO OU FAMILIAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso: acolhimento.
2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
3. No caso dos autos, o recorrente, ao tempo do requerimento de transferência eleitoral, não apresentou quaisquer documentos que comprovam o seu vínculo residencial, afetivo ou familiar com o Município de Socorro do Piauí-PI.
4. A manutenção do indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600058-57.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES ACOLHIDA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTO APRESENTADO A DESTEMPO ACOLHIDA. MÉRITO. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA COM A DATA ILEGÍVEL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de intempestividade das contrarrazões. A recorrida sustenta a tempestividade de contrarrazões, aduzindo que o prazo corre em dias úteis.
 - 1.1. Apesar da inovação trazida pelo Código de Processo Civil de 2015, que em seu artigo 219 dispôs que se dá em dias úteis, legislação posterior e específica, qual seja, a Resolução TSE nº 23.478/2016, afirma que aquele dispositivo não se aplica aos feitos eleitorais.
 - 1.2. Intimado em 05/06, o prazo teve o seu primeiro dia em 06/06 e findou no dia 15/06, que por ser um sábado, prorrogou-se para o primeiro dia útil subsequente – segunda-feira, dia 17/06. No entanto, as contrarrazões foram apresentadas tão somente em 18 de junho, portanto, fora do prazo legal.

1.3. Não conheço das contrarrazões e documentos que a acompanham.

2. Preliminar de não conhecimento – documento diverso do solicitado em diligência.

2.1. O recorrente afirma que a certidão negativa de débito apresentada quando do RAE não atende ao requisito de tempo mínimo de três meses de vínculo eleitoral com a localidade.

2.2. Não foi possível fazer tal aferição, haja vista que a data se encontrava ilegível. Por esse motivo, converteu-se o feito em diligência para fins da reapresentação do referido documento.

2.3. A recorrida, devidamente intimada, não encaminhou o mesmo comprovante, e sim documento diverso.

2.4. Trata-se de documento novo apresentado a destempo, e que não merece ser conhecido, nos termos dos diversos precedentes desta Corte.

3. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

4. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

5. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora apresentou unicamente uma certidão negativa de débito da Agespisa, em que não é possível identificar com precisão a data.

6. Não demonstrado o vínculo, o indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe..

7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600114-29.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes na fatura de cartão de crédito são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Tamboril do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-69.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PARA INDEFERIR O PEDIDO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Comprovante de endereço em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo familiar não comprovado.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-71.2024.6.18.0069. ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento e no termo de adesão são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Pedro Laurentino. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e desprovido. Indeferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-42.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 4 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES. ACOLHIDA. MÉRITO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. Preliminar de intempestividade das contrarrazões. Nos processos que tramitam na Justiça Eleitoral, não há a contagem de prazos em dias úteis, mas sim em dias corridos, por expressa disposição do art. 7º, caput, da Resolução n.º 23.478/16 do TSE. Contrarrazões apresentadas fora do prazo legal. Preliminar acolhida.
2. Mérito. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. O documento apresentado pelo recorrido, isoladamente, apresenta-se como prova frágil para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral, pois não comprova o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município.
4. Recurso conhecido e provido.
5. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-75.2024.6.18.0043. ORIGEM: JARDIM DO MULATO/PI (43ª ZONA ELEITORAL - REGENERAÇÃO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. JUNTADA DE DOCUMENTO COM O RECURSO. INADMISSIBILIDADE. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- Não é admitida a juntada de documentos com o recurso se o magistrado de primeiro grau conferiu ao eleitor a oportunidade, em diligência realizada pelo Cartório Eleitoral, de apresentar documentos e assim não o fez.
- Fatura de energia em nome do terceiro, desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com o eleitor, não é documento apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-46.2024.6.18.0040. ORIGEM: FRONTEIRAS/PI (40ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO ELEITOR. CONTA CONTRATO NÃO LOCALIZADA. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA REJEITADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º DO CÓDIGO ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- Fatura de energia em nome do eleitor sem existência de conta contrato junto à concessionária do respectivo serviço, não é documento apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio,
- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos do eleitor com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600048-13.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. EXTRATO DE DÉBITO DE FATURA DE ÁGUA EM NOME DA AVÓ DA ELEITORA. DOCUMENTO EMITIDO NA MESMA DATA DO RAE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE TRÊS MESES EXIGIDO NO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Extrato de débito de fatura de água em nome da avó da eleitora, mas emitido na mesma data do RAE, não é apto a demonstrar o vínculo há pelo menos três meses com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-20.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS APÓS CONTRARRAZÕES. ACOLHIDA. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO NA AGESPISA EM NOME DO ELEITOR. DOCUMENTO EMITIDO NA MESMA DATA DO RAE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE TRÊS MESES EXIGIDO NO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Embora tenha sido concedido prazo para o recorrido se manifestar acerca do recurso interposto, ele permaneceu inerte, tendo se operado a preclusão. Os documentos juntados posteriormente não devem ser conhecidos. Preliminar de inadmissibilidade dos documentos juntados após contrarrazões acolhida.

2. O recorrido não comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, pois apresentou certidão negativa de débito de fatura de água em seu nome, mas emitida na mesma data do RAE.

3. O documento juntado pelo recorrido não é apto a demonstrar o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Provimento do recurso e reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600061-12.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. NATURALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A eleitora é natural do município de Elesbão Veloso – PI, o que, por si só, é capaz de estabelecer o seu domicílio eleitoral naquela urbe.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600064-03.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. REJEITADA. MÉRITO. VÍNCULO PATRIMONIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de ilegitimidade ativa. Da análise dos autos, verifica-se que o recorrente é, de fato, a agremiação partidária municipal, representado, nesse ato, pelo presidente da agremiação. Preliminar rejeitada.

2. Mérito. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo patrimonial com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-43.2024.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS A FASE RECURSAL. DOCUMENTOS JÁ EXISTENTES AO TEMPO DO RAE. ACOLHIMENTOLÇ. VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PARA INDEFERIR O PEDIDO.

1. Preliminar de inadmissibilidade de juntada de documentos após a fase recursal. Documentos preexistentes. Juntada tardia de documentos. Preclusão.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo entre a eleitora e o titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.
4. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600438-43.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA. MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Documentos comprobatórios: fatura de energia elétrica em nome do genitor e registro de identidade que demonstram que o eleitor é natural do Município de Santo Antônio de Lisboa/PI. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600472-18.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA. MÉRITO. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO.

1. A preliminar suscitada de inépcia da inicial é matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Documentos comprobatórios: fatura de energia elétrica em nome dos seus genitores e registro de identidade que demonstram que o eleitor é natural do Município de Santo Antônio de Lisboa/PI. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-59.2024.6.18.0048. ORIGEM: VÁRZEA GRANDE/PI (48ª ZONA ELEITORAL – ELESBÃO VELOSO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Várzea Grande. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-63.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ/PI (52ª ZONA ELEITORAL – ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. NÃO ACOLHIDA. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS COMPROVADOS POR PARTE DOS RECORRIDOS. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REJEITADO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

1. Preliminar de inépcia da inicial. No presente caso, observa-se que o partido deixou claro qual era o fundamento da insurgência, de modo que foi possível aos eleitores, que foram nomeados e especificados, o exercício do contraditório e da ampla defesa, não havendo o que se falar em inépcia da inicial. Preliminar não acolhida.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. O conjunto probatório apresentado apenas por parte dos eleitores é suficiente para demonstrar a existência de vínculo com a municipalidade, o que lhes concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

4. Porém, as provas juntadas aos autos pela outra parte dos eleitores são frágeis e/ou produzidas unilateralmente, de modo que não conseguiram demonstrar que possuem vínculos com a municipalidade. Portanto, a decisão deve ser reformada nesse aspecto.

5. Pedido de litigância de má-fé. Contrariamente ao afirmado pelos recorridos, não vislumbro a ocorrência de nenhuma das situações elencadas no art. 80 do CPC, não cabendo a aplicação de multa por litigância de má-fé em desfavor do recorrente. No caso,

o partido, ao interpor o presente recurso, se utilizou do direito de ação e apresentou a petição inicial com os devidos requisitos exigidos pela lei. Constatou-se também que foi assegurado aos recorridos o exercício da ampla defesa e do contraditório. Pedido rejeitado.

6. Provimento parcial do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600136-87.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Tamboril do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600034-29.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Elesbão Veloso/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-58.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo com a cidade de Elesbão Veloso/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-88.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. O documento apresentado pela recorrida, isoladamente, apresenta-se como prova frágil para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral, pois não comprova o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município.

3. Recurso conhecido e provido.

4. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600168-92.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE SERVIÇO DE TELEFONIA EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. CONTRATO DE COMODATO RURAL FIRMADO PELO TIO DA ELEITORA COM REGISTRO EM CARTÓRIO. DOCUMENTOS APTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de serviço de telefonia em nome do genitor da eleitora e contrato de comodato rural firmado pelo tio da eleitora, com registro em cartório, atestam o domicílio eleitoral da recorrida no município para o qual requereu a transferência, porquanto comprovam vínculos familiares com a localidade.

2. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600149-86.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE SERVIÇO DE TELEFONIA EM NOME DO GENITOR DO ELEITOR. CONTRATO DE COMODATO RURAL FIRMADO PELO TIO DO ELEITOR COM REGISTRO EM CARTÓRIO. DOCUMENTOS APTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de serviço de telefonia em nome do genitor do eleitor e contrato de comodato rural firmado pelo tio do eleitor, com registro em cartório, atestam o domicílio eleitoral do recorrido no município para o qual requereu a transferência, porquanto comprovam vínculos familiares com a localidade.

2. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600057-72.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DE FATURA DE ÁGUA EM NOME DA IRMÃ DO ELEITOR. DOCUMENTO EMITIDO QUATRO DIAS ANTES DA DATA DO RAE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE TRÊS MESES EXIGIDO NO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E CERTIDÃO DE CASAMENTO DO FILHO DO ELEITOR COM REGISTRO DE RESIDÊNCIA EM MUNICÍPIO DIVERSO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Certidão negativa de débito de fatura de água em nome da irmã do eleitor, mas emitido apenas quatro dias antes da formalização do RAE, não é apto a demonstrar o vínculo há pelo menos três meses com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- Declaração de união estável e certidão de casamento religioso, ambos os documentos referentes ao filho do eleitor, constando como residente em município diverso, não são aptos a comprovar residência ou outros vínculos do eleitor com a localidade para a qual requereu a transferência de domicílio eleitoral.
- Inobservância dos requisitos exigidos para a transferência eleitoral do recorrido, conforme preceitua o art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- RECURSO PROVIDO.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600523-29.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NATURALIDADE. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O eleitor é natural do município de Santo Antônio de Lisboa – PI, o que, por si só, é capaz de estabelecer o seu domicílio eleitoral naquela urbe.
2. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de sua mãe, cujo grau de parentesco foi demonstrado por meio da juntada de cópia de carteira de identidade.
3. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600522-44.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PAI DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço do seu pai, cujo grau de parentesco foi demonstrado por meio da juntada de cópia de carteira de identidade.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600497-31.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DA SOGRA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de sua sogra.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-35.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DA SOGRA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de sua sogra.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-74.2024.6.18.0026. ORIGEM: PARNAGUÁ/PI (26ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. JUNTADA DE DOCUMENTO COM O RECURSO. INADMISSIBILIDADE. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIRO. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- Não é admitida a juntada de documentos com o recurso se o magistrado de primeiro grau conferiu à eleitora a oportunidade, em diligência realizada pelo Cartório, de apresentar documentos e assim não o fez.

- Envelope de correspondência em nome do terceiro, desacompanhado de qualquer outro documento que comprove o vínculo com a eleitora, não é documento apto a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos da eleitora para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600066-70.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA GENITORA DA RECORRIDA. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULO FAMILIAR COM A LOCALIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de energia elétrica em nome da genitora da eleitora constitui documento apto a comprovar seu vínculo familiar com a localidade.
2. Observância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-38.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Tamboril do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600103-97.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência dos vínculos familiar e afetivo com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-27.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O conjunto probatório apresentado pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência dos vínculos familiar e afetivo com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600502-53.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o município para o qual solicita a sua transferência eleitoral, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-82.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. O documento apresentado pela recorrida, isoladamente, apresenta-se como prova frágil para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral, pois não comprova o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município.
3. Recurso conhecido e provido.
4. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600108-22.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. O conjunto probatório apresentado pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com a cidade de Tamboril do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600127-28.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. BOLETO BANCÁRIO E DECLARAÇÃO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DOCUMENTOS UNILATERAIS E INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE TRÊS MESES EXIGIDO NO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Boleto bancário emitido na antevéspera da formalização do RAE constitui documento frágil e unilateral, porque emitido com base apenas em informações declaradas pelo pagador do boleto, e inapto a demonstrar o vínculo há pelo menos três meses com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Declaração de prestação de serviço de segurança particular, subscrita pelo contratante, configura documento frágil e unilateral, portanto insuficiente para comprovar os vínculos do eleitor com o município.

3. Provimento do recurso para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600490-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DO PRÓPRIO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de consumo de água em seu nome.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600555-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUIS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. DECLARAÇÃO DE ITR EM NOME DO SOGRO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de recibo de entrega de declaração de ITR, na qual consta o endereço do seu sogro.

3. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600586-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DE AVÓ DO COMPANHEIRO. DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL SEM REGISTRO EM CARTÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrente não comprovou o vínculo com o município para o qual requereu seu alistamento eleitoral, pois apresentou declaração de união estável sem registro em cartório. Por corolário, ela não possui valor probante, sendo apenas documento unilateral.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que indeferiu o alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600540-65.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DECLARAÇÃO DE ITR EM NOME DO PAI DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de declaração de ITR, na qual consta o endereço do seu genitor.

2. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600534-58.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. BOLETO DE PROVEDOR DA INTERNET. PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Ademais, o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23.659/2021 permite a juntada de documento faltante em grau de recurso. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

3. O título eleitoral do marido e filha da recorrente carreados aos autos comprovam tão somente o vínculo dos respectivos titulares com o município, mas não demonstra o vínculo da eleitora com a localidade.

4. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que indeferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600566-63.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. DECLARAÇÃO DE ITR E FATURA DE CONSUMO DE ÁGUA EM NOME DO PAI DOS ELEITORES. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida aos eleitores, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida nos RAEs para apresentarem os documentos que instruem a petição recursal. Ademais, o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23. 659/2021 permite a juntada de documento faltante em grau de recurso. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. Os recorrentes comprovaram o vínculo com o município para o qual requereram sua transferência eleitoral, mediante apresentação de recibo de entrega de declaração de ITR e fatura de consumo de água, nas quais consta o endereço do seu pai.

3. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir os requerimentos de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600159-33.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL EM NOME DO PAI DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de certificado de cadastro de imóvel rural emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em nome do seu genitor.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600371-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia emitida em nome de terceiro. Ausência de comprovação de vínculo entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.
3. Recurso conhecido e provido.
4. Reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600074-47.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Os documentos apresentados pela recorrida apresentam-se como provas frágeis para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral. Precedentes.
3. Recurso conhecido e provido.
4. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600145-49.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Fatura de energia elétrica em nome de terceiro, que possui vínculo familiar com o recorrido. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Tamboril do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600163-70.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Fatura de energia elétrica em nome da genitora da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a

cidade de Tamboril do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido para manter o deferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600141-12.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Tamboril do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.

3. Recurso conhecido e provido.

4. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600482-62.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura da Agespisa em nome da genitora do recorrido. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-95.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é frágil e insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar com o Município de Elesbão Veloso/PI.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-66.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 16 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES. ACOLHIDA. MÉRITO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. Preliminar de intempestividade das contrarrazões. Nos processos que tramitam na Justiça Eleitoral, não há a contagem de prazos em dias úteis, mas sim em dias corridos, por expressa disposição do art. 7º, caput, da Resolução n.º 23.478/16 do TSE. Contrarrazões apresentadas fora do prazo legal. Preliminar acolhida.

2. Mérito. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. O documento apresentado pela recorrida, isoladamente, apresenta-se como prova frágil para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral, pois não comprova o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município.

4. Recurso conhecido e provido.

5. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600053-35.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 16 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES. ACOLHIDA. MÉRITO. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. Preliminar de intempestividade das contrarrazões. Nos processos que tramitam na Justiça Eleitoral, não há a contagem de prazos em dias úteis, mas sim em dias corridos, por expressa disposição do art. 7º, caput, da Resolução n.º 23.478/16 do TSE. Contrarrazões apresentadas fora do prazo legal. Preliminar acolhida.

2. Mérito. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. O documento apresentado pelo recorrido, isoladamente, apresenta-se como prova frágil para deferir o seu pedido de transferência de domicílio eleitoral, pois não comprova o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município.

4. Recurso conhecido e provido.

5. Reforma da sentença para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-65.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados inicialmente aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) título eleitoral da interessada; e b) boleto bancário em seu nome,

em favor de "Jaicós Telecom". Tais documentos não são aptos a comprovar conexão relevante entre a eleitora e o domicílio eleitoral de destino.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Nazareno César Moreira Reis – julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-19.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar seu pedido de transferência, o eleitor anexou ao RAE fatura de água emitida em nome de sua mãe com endereço no município. Documento idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-75.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR DESIGNADO: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS NAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO. COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. DEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. No caso dos autos, a eleitora, para comprovar o vínculo com a municipalidade, juntou, em sede de contrarrazões, a fatura de energia em nome do seu cunhado. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar com o município.(Precedentes).

4. Dessa forma, comprovado o vínculo familiar, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-85.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA REJEITADA - NO MÉRITO - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE. O exercício da presidência do partido pode ser aferido (e o foi) por meio de simples consulta pública ao SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias) no site do TRE-PI. Quanto à procuração constante no ID 22165297, Luelzo da Costa Miranda vem qualificado como presidente do Partido e agindo em nome dele. Preliminar rejeitada.

2 – MÉRITO. Os documentos juntados pela parte foram: a) RG; b) Folha Resumo Cadastro Único em nome próprio de 05/04/2024 constando endereço em Tamboril do Piauí-PI; c) fatura equatorial em nome de Manoel do Carmo Neto, com o qual a eleitora não comprovou vínculo (ID 22165306 e ID 22165311).

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

4 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-67.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI em seu nome. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-72.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) CNH do eleitor; b) fatura de energia elétrica em nome de sua irmã (Maria das Dores de Lima Costa Batista), constando endereço em Massapê do Piauí/PI; e c) RG que comprova o vínculo familiar com a titular da referida fatura. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-89.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI em

seu nome. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-22.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES - VÍNCULO NÃO COMPROVADO – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – O descumprimento do prazo legal de 10 dias a contar da respectiva intimação ocasiona o reconhecimento da intempestividade das contrarrazões.

2 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurado na esfera competente.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600541-50.2024.6.18.0028.. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados inicialmente aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG da eleitora; e b) fatura de internet em nome de terceira pessoa, com a qual não se comprovou nenhum elo. Tais documentos não são aptos a comprovar conexão relevante entre a eleitora e o domicílio eleitoral de destino.

2 - Precedente TRE/PI: RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Nazareno César Moreira Reis – julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600584-84.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora e de sua irmã; e b) declaração e ficha de matrícula emitidas pela Secretaria Municipal de Educação do município, atestando que a irmã da recorrente está matriculada em escola situada em São Luís do Piauí/PI (ID 22162088).. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021..

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-45.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, o eleitor anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-20.2024.6.18.0016. ORIGEM: UNIÃO/PI (16ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – INDEFERIMENTO.

1 - Na fase instrutória, o eleitor juntou aos autos comprovante de endereço em nome de terceira pessoa, estranha ao feito. Já com o recurso, alegou que possui vínculos afetivos e familiares com o município de União/PI, pois seu irmão é morador e eleitor daquela cidade, bem como Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores. Tais documentos não se enquadram na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil e no art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, razão por que não devem ser conhecidos. Precedente: TRE/PI - RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer.

2 – Como o eleitor não comprovou qualquer liame com a pessoa titular do comprovante de endereço anexado ao RAE, o recurso deve ser desprovido, para manter o indeferimento do pedido inicial.

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600342-28.2024.6.18.0028. – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis

4 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600542-35.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. Os documentos juntados inicialmente aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) CNH do eleitor; b) fatura de internet em seu nome, emitida pela empresa ASAAS (Francisco Maycon Araújo Lima – ME); e c) Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) emitida por empresa situada no citado município. Com o recurso, juntou boleto de IPTU e declaração de doação de terreno em seu favor, ambos relacionados ao município de São Luís do Piauí/PI. Tais documentos não se enquadram na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil ou no art. 62, §

1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, razão por que não devem ser conhecidos. Precedente: TRE/PI - RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. A documentação juntada com o RAE, segundo a jurisprudência consolidada desta Corte (RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 06 de maio de 2024) e a disciplina legal da matéria, não é apta a comprovar conexão relevante entre o eleitor e o domicílio eleitoral de destino.

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Nazareno César Moreira Reis – julgado em 06 de maio de 2024.

4 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-43.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. A eleitora juntou aos autos em contrarrazões certidão de casamento que não tem qualquer elo com a documentação apresentada em primeiro grau. Inaplicável, portanto, o art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021 porque não se trata de mera complementação de provas em fase recursal, haja vista que na etapa instrutória não houve início de efetiva prova.

2 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-84.2024.6.18.0047. ORIGEM: ALTOS/PI (47ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTO JUNTADO COM O RECURSO – COMPLEMENTAÇÃO DE PROVA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FALTANTE - ADMISSIBILIDADE - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Na fase instrutória, os eleitores juntaram aos autos fatura da Agespisa em nome de Albertino de Arêa Leão Costa com endereço no município de Beneditinos/PI e, com o recurso, apresentaram a CNH e a certidão de casamento de Lúcia de Fátima Ibiapina Costa Lima (filha do titular da fatura água anexada ao RAE), mãe dos recorrentes ALBERTINO DE AREA LEÃO COSTA NETO e MIRON STENIO DE MACEDO LIMA FILHO.

2 – Aplicação do art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, segundo o qual, ao se constatar a existência de falha que possa ser sanada por simples juntada de documento, poderá o eleitor ou a eleitora apresentar o documento faltante mesmo que em fase recursal

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600558-86.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; b) contrato de locação de imóvel, sem firma reconhecida em cartório; e c) fatura da Equatorial em nome do suposto locador (Marcelino Barros Montanha), além de autodeclaração de vínculo juntada na fase recursal. Tais documentos não são aptos a comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido, uma vez que de caráter unilateral.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600551-94.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - DEFERIMENTO.

1 – A documentação juntada com o RAE foram: a) RG da eleitora; b) RG e certidão de casamento do irmão da eleitora; e c) fatura de fornecimento de água (AGESPISA) com, endereço no município, em nome de Ivone de Sousa e Silva, cunhada da eleitora. Tais documentos são aptos a comprovar conexão relevante entre a eleitora e o domicílio eleitoral de destino.

2 – Precedente: TRE/PI: RE 0600248-80.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 29 de abril de 2024,

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-15.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar seu pedido de transferência, o eleitor anexou ao RAE os seguintes documentos: a) RG; b) certidão de casamento; e c) boleto bancário emitido em nome de sua esposa, em favor de "Top Giga Telecom". Tais documentos são aptos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Nazareno César Moreira Reis – julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600125-58.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: a) RG; b) boleto da empresa JCS BRASIL ELETRODOMÉSTICOS SA de 02/05/2024, emitida em nome próprio, com endereço em Tamboril do Piauí (ID 22165446 ao ID 22165449).

2 – Sobre o aludido boleto, trata-se de prova baseada em declaração unilateral, de valor questionável e sobre a qual recai forte suspeita de fraude, considerando que o mesmo documento foi utilizado em vários processos no mesmo município. Determinação de envio dos autos ao Ministério Público para adoção das providências que entender cabíveis.

3 – Insuficiência da documentação apresentada para comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o município para onde pretende transferir o domicílio eleitoral. Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

4 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-56.2024.6.18.0061. ORIGEM: FLORIANO/PI (61ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. O eleitor, na ocasião do pedido de transferência de domicílio eleitoral, como forma de atestar seu vínculo com o município, juntou fatura de energia elétrica em nome de terceira pessoa, com a qual não se comprovou nenhum elo. Tal documento não diz respeito à complementação de prova produzida na fase de conhecimento, de modo que, segundo a disciplina legal da matéria e a jurisprudência consolidada desta Corte (RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer), não se enquadra na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil ou no art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021. Preliminar deferida. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. Para subsidiar o pedido de transferência, o eleitor juntou originalmente fatura de energia elétrica em nome de terceira pessoa, com a qual não comprovou ter qualquer elo

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-71.2024.6.18.0019..ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: a) CNH; b) boleto da empresa Jaicós Telecom, emitida em nome próprio, com endereço em Massapê do Piauí-PI (ID 22166970).

2 – Insuficiência da documentação apresentada para comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o município para onde pretende transferir o domicílio eleitoral. Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

4 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600036-96.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE “extrato de débito” emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-05.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA em nome de Conceição de Maria Gomes de Jesus, sua filha, não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Ademais, o fato de Conceição de Maria Gomes de Jesus, filha da recorrida, ser natural de Elesbão Veloso — sem comprovação de que a mesma é eleitora da Zona em questão —, não induz, por si só, o vínculo eleitoral pretendido..

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-81.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos acima, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600563-11.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. Os documentos juntados inicialmente aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; e b) comprovante de endereço em nome de terceira pessoa, com a qual não se comprovou nenhum elo com o recorrente. Com o recurso, juntou declaração de residência emitida pela citada estranha pessoa. Tal documento não se enquadra na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil ou no art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, razão por que não deve ser conhecido. Precedente: TRE/PI - RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. A documentação apresentada com o RAE, segundo a jurisprudência consolidada desta Corte (RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 06 de maio de 2024) e a disciplina legal da matéria, não é apta a comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o domicílio eleitoral de destino.

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600277-33.2024.6.18.0028 – Relator: Nazareno César Moreira Reis – julgado em 06 de maio de 2024.

4 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600023-87.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22159634 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, acompanhado de certidão de nascimento e fatura de energia da empresa Equatorial em nome de José Inácio Teles Dias. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido é filho de José Inácio Teles Dias em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de energia) no município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600023-97.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, o recorrido apresentou, em anexo ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22163295), uma certidão negativa de débito, em nome de Maria das Graças Silva, emitida pela AGESPISA. Do exame do documento, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-52.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, a recorrida apresentou, em anexo ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22163377), uma certidão negativa de débito, em nome de próprio, emitida pela AGESPISA. Do exame do documento acima, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052-50.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA em nome de Antônio Rodrigues da Silva, sua mãe, não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Ademais, o fato de Conceição de Maria Gomes de Jesus ser mãe da recorrida — sem comprovação de que a mesma é eleitora da Zona em questão —, não induz, por si só, o vínculo eleitoral pretendido.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600035-14.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos acima, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que extrato de débito da AGESPISA, em nome próprio, não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600150-71.2024.6.18.0036. ORIGEM: CANTO DO BURITI/PI (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22159249 — apresentada no momento do Requerimento de Alistamento Eleitoral — consta documento de identificação e fatura da empresa Telefônica Brasil S.A (IDs 22159253 e 221569254) com endereço em Tamboril do Piauí. Consta, ainda, dos anexos ao ID 22159236, título de eleitor e contrato de comodato rural, com firmas reconhecidas, ambos em nome de Anedino de Sousa, cunhado do recorrido. No contexto dos autos, o conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido possui endereço no município, bem como seu cunhado é residente na cidade de Tamboril e eleitor da urbe, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo residencial e familiar a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600513-82.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600042-06.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos acima, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021. Ademais, o fato de Carlos Henrique Rodrigues de Andrade, filho da recorrida, ser natural de Elesbão Veloso — sem comprovação de que o mesmo é eleitor da Zona em questão —, não induz, por si só, o vínculo eleitoral pretendido.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-55.2024.6.18.0020. ORIGEM: JOÃO COSTA/PI (20ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação apresentada os eleitores comprovaram parcialmente os vínculos eleitorais alegados.

3. Recurso parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-24.2024.6.18.0090. ORIGEM: CONCEIÇÃO DO CANINDÉ/PI (90ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO. MULTA ELEITORAL PAGA

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Após a tramitação do feito ficou superado o único impeditivo para o deferimento da transferência do eleitor.

4. O comprovante de pagamento da multa consta nos autos. Recurso provido para deferir do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-27.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO RESIDENCIAL, FAMILIAR OU AFETIVO. DOCUMENTO FRÁGIL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. No caso, para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora apresentou unicamente uma certidão negativa de débito da Agespisa. Prova frágil, incapaz de isoladamente comprovar o vínculo residencial, familiar ou afetivo com o município pretendido. Precedente.
4. Recurso provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.
5. Determinação de remessa dos autos à Procuradoria Eleitoral da 48ª Zona Eleitoral, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-44.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. MÃE DA ELETORA É NATURAL DO MUNICÍPIO. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR E AFETIVA COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.
3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
- 3.1. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos documento de identidade de sua mãe, no qual se constata que é natural da referida cidade. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.
4. Determinação de remessa dos autos ao Ministério Público, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600533-73.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. ACOLHIMENTO. MÉRITO. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso: acolhimento.
2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. No caso dos autos, a recorrente solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.
3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. 1. Na hipótese, todavia, a recorrente juntou, ao tempo de seu pedido de transferência, além da sua carteira de identidade e título eleitoral, os documentos apresentados dizem respeito a uma “Declaração de Doação” de terreno cedido pela Prefeitura Municipal de São Luis do Piauí, em junho de 2023, junto com o registro do referido imóvel, Documento de Arrecadação Municipal referente a IPTU, com vencimento em fevereiro de 2024, e boleto de pagamento daquele imposto, todos em nome da recorrente.
- 3.2. Cabe observar que aludida declaração é datada de junho de 2023, de modo que não se sabe se o terreno está ou não na posse da eleitora.
- 3.3. Nesse contexto, entende-se que tais documentos são precários e insuficientes para comprovar o vínculo da eleitora com o município pretendido, nos termos do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- 3.4. Ademais, quanto ao Documento de Arrecadação Municipal referente a IPTU, consta o vencimento e pagamento daquele imposto em fevereiro de 2024, portanto, não supriria o tempo mínimo de residência, exigido no art. 55, § 1º, III, do Código Eleitoral, c/c art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, já que o requerimento de transferência foi formulado em abril do corrente ano.
- 3.5. Não prosperam os argumentos da recorrente de que reside no município em questão, com seu suposto esposo, pois além de não haver prova da relação matrimonial ou familiar, consta diligência efetuada por Oficial de Justiça na qual se constatou que a recorrente “não reside e nem tem vínculos com o município”
4. Considerando que não há comprovação da residência nem existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, a manutenção do indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600500-83.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). PRELIMINAR DE INÉPCIA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROVADA A

RESIDÊNCIA E OS VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Preliminarmente, e conforme opinativo do Ministério Público Eleitoral, entende-se que a preliminar de inépcia por formulação de pedido genérico, deduzida pela recorrida, trata-se de matéria que se confunde com o mérito, razão pela qual deve ser rejeitada, vez que o tema será abordado no momento oportuno, conforme precedente deste Tribunal (RE 0600039-14.2024.6.18.0028. SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI - 28ª ZE - PICOS/PI, Relator Juiz Lirton Nogueira Santos, julgado dia 22/4/2024).

2. No mérito, nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso, além do requisito da naturalidade, vez que sua carteira de identidade demonstra que a recorrida nasceu em Santo Antônio de Lisboa-PI, em sede de RAE apresentou faturas da Equatorial em seu nome, que são considerados suficientes para comprovar a residência e o vínculo familiar e afetivo.

4. Dessa forma, restou devidamente comprovada a residência, bem como os vínculos afetivo e familiar capazes de autorizar a transferência do domicílio da eleitora para o município pretendido.

5. Recurso Desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600492-09.2024.6.18.0028.ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. CERTIDÃO QUE COMPROVA VÍNCULO PROFISSIONAL

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução n.º 23.659/2021 do TSE.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos certidão emitida pelo comandante da 3ª Companhia de Polícia de Santo Antônio de Lisboa informando que o eleitor é ali lotado.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-06.2024.6.18.0033. ORIGEM: BURITI DOS LOPES/PI (33ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO. CERTIDÃO DO FILHO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE SUA SÓGRA

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos certidão de nascimento do seu filho, na qual consta que ele residia em Caxingó-PI, bem como comprovantes de residência em nome de sua sogra.
4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo familiar com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-85.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE AUTORA REJEITADA - NO MÉRITO - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PARTE. O exercício da presidência do partido pode ser aferido (e o foi) por meio de simples consulta pública ao SGIP (Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias) no site do TRE-PI. Quanto à procuração constante no ID 22165297, Luelzo da Costa Miranda vem qualificado como presidente do Partido e agindo em nome dele. Preliminar rejeitada.

2 – MÉRITO. Os documentos juntados pela parte foram: a) RG; b) Folha Resumo Cadastro Único em nome próprio de 05/04/2024 constando endereço em Tamboril do Piauí-PI; c) fatura equatorial em nome de Manoel do Carmo Neto, com o qual a eleitora não comprovou vínculo (ID 22165306 e ID 22165311).

3 - Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

4 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-80.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com o Município de Massapê do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600506-90.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Faturas de energia elétrica em nome da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600496-46.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Fatura de energia elétrica em nome da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-88.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. BOLETOS DE PAGAMENTO. PREENCHIMENTO DE DADOS DE MANEIRA UNILATERAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. REFORMA DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

- 1 – A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
- 2 – Boletos de pagamento de compra de produtos consistem em documentos precários e unilaterais, em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e, por isso, não se prestam a comprovar, isoladamente, a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

3 – A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos da eleitora com o município é hipótese de indeferimento do RAE.

4 – Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600456-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 21.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO IRMÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia em nome de seu irmão, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600516-37.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COM A GENITORA COMPROVADO PELA FILIAÇÃO CONSTANTE NO DOCUMENTO DE IDENTIDADE. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA GENITORA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE DEFERIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1 – O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

2 – No caso dos autos, o eleitor comprovou o vínculo familiar com documentos idôneos: documento de identidade, constando a respectiva filiação e fatura de energia elétrica em nome de sua genitora.

3 – Na ausência de provas que afastem a presunção de veracidade das declarações prestadas no RAE pelo eleitor, o recurso da agremiação deve ser desprovido.

4 – Recurso desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600503-38.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida, quais sejam documentos pessoais de seu companheiro, declaração de união estável com firma reconhecida em cartório, certidão de nascimento de seu filho, declaração e ficha de matrícula de seu filho em creche municipal, ficha de cadastro no CADÚnico são suficientes para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Santo Antônio de Lisboa/PI, o que lhe concede o direito de ter neste município o seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral mantido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600583-02.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR NÃO COMPROVADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DE TERCEIROS. DOCUMENTAÇÃO UNILATERAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Na linha do entendimento desta Corte, os documentos juntados pela eleitora, quais sejam fatura de energia em nome de terceiro e contrato particular de união estável sem registro em cartório, não são considerados aptos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

3. Não comprovados os vínculos residencial e familiar da eleitora no município, deve ser mantida a decisão que indeferiu seu requerimento.

4. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600474-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar domicílio eleitoral, a recorrida apresentou comprovante de residência em nome da mãe.

4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo familiar com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600554-49.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. ACOLHIMENTO. MÉRITO. RESOLUÇÃO 23.659/2021 DO TSE. COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. DECLARAÇÃO DE ITR. PROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso: acolhimento.
2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
3. No caso dos autos, o recorrente, ao tempo do requerimento de transferência eleitoral, apresentou declaração do ITR em nome de seu avô.
4. A transferência foi indeferida sob o argumento de não ter sido comprovado o tempo mínimo de 3 (três) meses no domicílio. Entretanto, o vínculo a ser observado não diz respeito ao residencial, e sim ao familiar.
5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-48.2024.6.18.0052. ORIGEM: OLHO D'AGUA DO PIAUÍ (52ª ZONA ELEITORAL – ÁGUA BRANCA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIAS DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. DOCUMENTOS UNILATERAIS NÃO SÃO SUFICIENTES PARA PROVAR O DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. Todos os recorridos foram nomeadamente identificados no recurso e os argumentos trazidos pelo recorrente permitiram que eles exercessem o contraditório e a ampla defesa, não havendo justificativa para considerar inepta a inicial. Rejeição da preliminar.
2. MÉRITO. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
3. Trata-se de recurso eleitoral interposto em face do deferimento da transferência eleitoral de onze eleitores. Dentre eles, seis apresentaram documentos considerados aptos para sustentar os seus pedidos, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021, para os quais deve ser mantido o deferimento da transferência eleitoral requerida.
4. Na linha do entendimento desta Corte, documentos unilaterais, como boletos bancários de compra em internet e faturas de energia em nome de terceiro, não são considerados idôneos para comprovar o domicílio eleitoral.
5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600138-57.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUI (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja conta de energia elétrica em nome de sua filha, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Tamboril do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste município seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral mantido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-78.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 19 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – O único documento juntado aos autos para subsidiar o pedido de transferência em RAE foi uma fatura de energia elétrica em nome de Valdirene de Jesus Costa, mãe do eleitor, constando endereço em Massapê do Piauí/PI. Tal documento é idôneo para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600053-25.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 19 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - Os documentos juntados pela parte foram: a) RG da eleitora; e b) boleto da empresa Jaicós Telecom, emitida em nome próprio, com endereço em Massapê do Piauí-PI.

2 – Insuficiência da documentação apresentada para comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o município para onde pretende transferir o domicílio eleitoral. Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600075-32.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PADRASTO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em nome do seu padraсто.
2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600152-41.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Tamboril do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600107-37.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. BOLETO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA. PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
2. Provimento do recurso e reforma da decisão para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600075-32.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PADRASTO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO

COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em nome do seu padasto.
2. Desprovemento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600152-41.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da eleitora com o Município de Tamboril do Piauí. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrida com a municipalidade. Precedente.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600545-87.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTO NO RECURSO. REJEITADA. GUIA DE PAGAMENTO DE IPTU E DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE TERRENO EM NOME DA SOGRA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Ademais, o art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23. 659/2021 permite a juntada de documento faltante em grau de recurso. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.
2. A recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de guia de pagamento de IPTU e declaração de doação de terreno emitida pela Prefeitura Municipal de São Luís do Piauí – PI, ambas em nome da sogra.
3. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600134-20.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURAS DE CARTÃO DE CRÉDITO EM NOME DA IRMÃ DA

ELEITORA. DOCUMENTOS PESSOAIS. DOCUMENTOS INAPTOS A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO. SUPOSTO USO DE DOCUMENTO FALSO. APURAÇÃO.

1. As informações constantes em faturas de cartão de crédito em nome da irmã da eleitora são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo da recorrida com o município para o qual requereu a transferência de seu domicílio eleitoral.
2. Inobservância do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.
4. Determinação de envio de cópia dos autos à Promotoria da 36ª Zona Eleitoral para apuração criminal relativa à possível falsificação de documento.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600571-85.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ENTRE A ELEITORA E O TITULAR DOS DOCUMENTOS. DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO E DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTO MUNICIPAL EM NOME DO ELEITOR. VÍNCULO PATRIMONIAL DEMONSTRADO. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Autodeclarações de vínculo” anexadas ao recurso, preenchidas manualmente e sem qualquer registro em cartório, não comprovam que os recorrentes são casados nem que convivem em união estável.
- Documentos apresentados pela recorrente em nome de terceiro, com o qual não demonstrou possuir vínculo familiar, não são aptos a comprovar o atendimento dos requisitos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, exigidos para sua transferência eleitoral.
- Declaração de doação de terreno contendo condição de realização de benfeitorias no prazo máximo de dois anos, sob pena do imóvel retornar ao patrimônio público, prazo esse que ainda se encontra em curso, e apresentação de Documento de Arrecadação Municipal da Prefeitura referente a IPTU em nome do eleitor comprova pelo menos seu vínculo patrimonial com o município de São Luís do Piauí.
- Recurso parcialmente provido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral da eleitora recorrente e para deferir o requerimento de domicílio eleitoral do eleitor recorrente.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600010-64.2024.6.18.0027. ORIGEM: LUZILÂNDIA/PI (27ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA SUPOSTAMENTE FALSIFICADO. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA E INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA. INDÍCIO DE CRIME. ELEITORAL. APURAÇÃO.

- Constatada, após diligência, que a titularidade da fatura de energia apresentada em nome da eleitora para comprovar sua residência pertence a terceiro, impõe-se o reconhecimento da inexistência de vínculo a autorizar o pedido de transferência.
- Recurso provido para reformar a decisão de primeiro grau e indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.
- Havendo indícios de cometimento de crime eleitoral por parte da recorrida, deve ser enviada cópia dos autos para a apuração pelo Promotor da 27ª Zona Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600549-27.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTO NO RECURSO. REJEITADA. GUIA DE PAGAMENTO DE IPTU E DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE TERRENO EM NOME DO IRMÃO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.
2. O recorrente comprovou o vínculo familiar com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de guia de pagamento de IPTU e declaração de doação de terreno emitida pela Prefeitura Municipal de São Luís do Piauí – PI, ambas em nome do irmão.
3. Provimento do recurso para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600552-79.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE JUNTADA DE DOCUMENTO NO RECURSO. REJEITADA. GUIA DE PAGAMENTO DE IPTU E DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE TERRENO EM NOME DA GENITORA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.
2. O recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de guia de pagamento de IPTU e declaração de doação de terreno emitida pela Prefeitura Municipal de São Luís do Piauí – PI, ambas em nome de sua genitora.
3. Recurso conhecido e provido para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600151-56.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PARENTESCO NÃO DEMONSTRADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia em nome do terceiro, desacompanhada de qualquer outro documento que comprove o vínculo com o eleitor, não é documento apto a comprovar sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio eleitoral.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-57.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. DECADÊNCIA. REJEITADA. DECLARAÇÃO DE CONTA DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PROVA UNILATERAL. FATURA EM NOME DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Esta Corte e outros Tribunais admitem o recebimento da impugnação como recurso. Preliminar de decadência rejeitada.

2. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

3. Fatura de energia em nome de terceiro é insuficiente para atestar domicílio eleitoral.

4. Provimento do recurso e reforma da decisão para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-78.2024.6.18.0057. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINOPÓLIS). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. UNIÃO ESTÁVEL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos de propriedade de imóvel em nome da genitora do suposto companheiro da recorrida, sem comprovação de união estável ou casamento entre ambos, são insuficientes para demonstrar os vínculos da eleitora com o município para o qual pleiteou a transferência.

- Inobservância do disposto no art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021.

- Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-92.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em seu nome.
2. Recurso conhecido, mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-73.2024.6.18.0033. ORIGEM: BURITI DOS LOPES/PI (33ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. BOLETO DE PROVEDOR DA INTERNET. PROVA UNILATERAL. FATURA DE ENERGIA COM INDÍCIO DE FRAUDE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.
2. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência ou a existência de outros vínculos da eleitora com município para o qual pretende transferir seu domicílio.
4. Recurso conhecido, mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600036-02.2024.6.18.0047. ORIGEM: BENEDITINOS/PI (47ª ZONA ELEITORAL – ALTOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. MATRÍCULA DE FILHOS MENORES EM ESCOLA MUNICIPAL. VÍNCULO FAMILIAR. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de comprovantes de matrícula de seus filhos em unidade escolar do município.
2. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-39.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO DE DOZE ELEITORES. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DOCUMENTOS

UNILATERAIS. HIPÓTESE DE INDEFERIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Doze eleitores comprovaram o vínculo com o município. Contudo, oito eleitores juntaram documentos que não demonstram o elo com o município para o qual requereram transferência.

2. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência de eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

3. O título eleitoral da companheira comprova tão somente o vínculo dela com o município, mas não demonstra o vínculo do eleitor com a localidade. Isso porque, o domicílio eleitoral de uma pessoa não se estende à outra, notadamente por já ser um conceito bastante flexível que sequer exige que a própria titular tenha residência no local onde exerce sua cidadania. Assim, presumir um laço afetivo apenas pelo domicílio eleitoral de outra pessoa - ainda que familiar - é forçar o elastecimento de um conceito por demais amplo.

4. A naturalidade demonstra o vínculo tão somente de quem nasceu no município. Nesse toar, o fato do companheiro da recorrida ser natural de Campinas do Piauí-PI não estende o seu vínculo a ela. Por conseguinte, os documentos acostados são insuficientes para atestar o domicílio eleitoral da recorrida naquela urbe.

5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600557-04.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. RELAÇÃO DE PARENTESCO. INSUFICIENTE PARA CARACTERIZAR O VÍNCULO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida aos eleitores, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. Fatura de energia em nome de terceiro, cuja relação com os recorrentes não restou comprovada nos autos, e sem observar o prazo mínimo de 3 (três) meses previsto no art. 55, § 1º, inciso III, do Código Eleitoral e no art. 38, inciso III, da Resolução do TSE nº 23.659/2021, não é documento apto a comprovar vínculos entre os recorrentes e o município para o qual requereram a transferência de seus domicílios eleitorais.

3. Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-86.2024.6.18.0069. ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; b) contrato de prestação de serviços de internet; e c) boleto de pagamento em favor

da empresa Megaweb Telecom Network Ltda. Tais documentos não são aptos a comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600537-13.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTO JUNTADO COM O RECURSO – COMPLEMENTAÇÃO DE PROVA – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FALTANTE - ADMISSIBILIDADE - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA – DEFERIMENTO DO PEDIDO INICIAL.

1 – Na fase instrutória, a eleitora, como forma de atestar seu vínculo com o município, anexou ao RAE declaração de doação de imóvel localizado no município de São Luís do Piauí/PI, em favor de sua mãe, bem como boleto de IPTU referente ao aludido bem. Já com o recurso, a interessada anexou cópia de título eleitoral que comprova que sua mãe é efetivamente eleitora e, portanto, domiciliada em São Luís do Piauí/PI.

2 - Aplicação do art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021, segundo o qual, ao se constatar a existência de falha que possa ser sanada por simples juntada de documento, poderá o eleitor ou a eleitora apresentar o documento faltante mesmo que em fase recursal.

3 – Precedente TRE/PI: RE 0600031-73.2024.6.18.0016. Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 27 de junho de 2024.

4 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600498-16.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL – REJEITADA - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Inépcia da inicial. Alegação de ausência de provas. Matéria que se confunde com o mérito. Preliminar rejeitada.

2 – Mérito: Os documentos juntados pela parte são: a) RG do eleitor, constando que ele é natural de Santo Antônio de Lisboa/PI; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu mãe, constando endereço no aludido município. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

3 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

4 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600015-93.2024.6.18.0057. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINÓPOLIS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIAS DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULOS COMPROVADOS - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – PEDIDOS DEFERIDOS.

1 - Os eleitores anexaram aos autos os seguintes documentos: a) recibos de declaração de ITR (Imposto Territorial Rural), em nome de Evandro de Sousa Pereira, no qual consta que ele é proprietário de imóvel denominado Jiboia, localizado no Povoado Data Sítio do Meio, município de Vera Mendes/PI; b) declaração de Posse de Imóvel Rural emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Mendes/PI, atestando que Evandro de Sousa Pereira é posseiro do citado imóvel desde 02/12/2017; e c) certidão de nascimento de dois filhos de ambos os recorridos.

2 - Documentos aptos a comprovar a necessária conexão entre os eleitores e o domicílio eleitoral pretendido, pois, como se comprovou o vínculo residencial e patrimonial de Evandro de Sousa Pereira no município, atestou-se, por tabela, o vínculo afetivo de Tanise Maria de Freitas, uma vez que, embora não haja a comprovação de união estável entre ambos, ela é mãe de dois filhos do primeiro recorrido.

3 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600363-04.2024.6.18.0028. Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 20 de maio de 2024.

4 - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-26.2024.6.18.0069. ORIGEM: CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA/PI (69ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - DEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitoral anexou, inicialmente, aos autos: certidão de interior teor de imóvel, emitida pelo cartório de São João do Piauí-PI, atestando que AGOSTINHO DE JESUS MOREIRA (avô materno da eleitora), era proprietário de imóvel desde de 2016 na localidade (ID 22164939 ao ID 22164941).

2 - Em complementação, a interessada apresentou com o recurso certidão de óbito do referido avô, além de certidão de nascimento e RG de sua mãe, a fim de comprovar o parentesco com o proprietário daquele imóvel (ID 22164930 e ID 22164935). Essa documentação, por se referir à prova inicialmente produzida na fase de conhecimento, é admissível ainda que em grau recursal, a teor do art. 62, § 1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3- Tais documentos são aptos a comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o domicílio eleitoral de destino.

4 – Precedente: TRE/PI: RE 0600248-80.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 29 de abril de 2024,

5 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-07.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 – Para subsidiar o pedido de transferência, a eleitora anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores

requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-69.2024.6.18.0059. ORIGEM: CRISTINO CASTRO/PI (59ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO – INADMISSIBILIDADE - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - INDEFERIMENTO.

1 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. Como forma de atestar seu vínculo com o município, por ocasião do pedido de transferência, o eleitor apresentou: a) CNH; e b) fatura equatorial em nome de terceira pessoa (Juliene Ferreira Magalhães) com endereço em Palmeira do Piauí (ID 22157232). Tais documentos, contudo, não devem ser conhecidos porque não constituem complementação da prova produzida na primeira instância. Segundo a disciplina legal da matéria e a jurisprudência consolidada desta Corte (RE nº 0600022-12.2020.6.18.0062 – Relator: Juiz Thiago Mendes de Almeida Férrer), não se enquadram na definição daqueles previstos no art. 435 do Código de Processo Civil ou no art. 62, § 1º, da Res. TSE nº 23.659/2021. Preliminar deferida. Preliminar deferida.

2 – MÉRITO. Para subsidiar o pedido de transferência, o eleitor juntou originariamente fatura de energia elétrica em nome de terceira pessoa, com a qual não comprovou ter qualquer elo. Documento insuficiente para demonstrar o alegado domicílio eleitoral.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600019-60.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES - VÍNCULO NÃO COMPROVADO – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – O descumprimento do prazo legal contado da respectiva intimação ocasiona o reconhecimento da intempestividade das contrarrazões.

2 – Para subsidiar o pedido de transferência, o eleitor anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Tal documento, porém, é insuficiente para demonstrar vínculo com município e apresenta fortes indícios de fraude, a ser apurada na esfera competente.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-15.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – INTEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES - VÍNCULO NÃO COMPROVADO – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA REFORMADA – INDEFERIMENTO.

1 – O descumprimento do prazo legal contado da respectiva intimação ocasiona o reconhecimento da intempestividade das contrarrazões.

2 – Para subsidiar o pedido de transferência, o eleitor anexou ao RAE certidão negativa de débito emitida em seu nome pela Agespisa, referente a imóvel localizado em Elesbão Veloso/PI. Modelo semelhante de tal documento serviu de suporte para diversos eleitores requererem pedidos de transferência de domicílio eleitoral para Elesbão Veloso/PI, com fortes indícios de fraude, caso a ser apurado na esfera competente.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-17.2024.6.18.0037. ORIGEM: SIMPLÍCIO MENDES/PI (37ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) contrato de locação de imóvel de propriedade de Flávio Leal Rodrigues; b) fatura da equatorial em nome de Flávio Leal Rodrigues; c) contrato de trabalho com a empregadora Larissa Cristine Dias dos Santos. Tais documentos não são aptos a comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o domicílio eleitoral pretendido, uma vez que de caráter unilateral.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600066-24.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOEIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - O único documento juntado pela parte foi um boleto da empresa Jaicós Telecom, emitida em nome do eleitor, com endereço em Massapê do Piauí-PI (ID 22166970).

2 – Insuficiência da documentação apresentada para comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o município para onde pretende transferir o domicílio eleitoral. Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600048-03.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOEIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte foram: a) certidão de casamento do pai do eleitor; b) fatura de energia elétrica em nome de Verlane da Silva Lima, esposa do pai do eleitor, constando endereço em Massapê do Piauí/PI; e c) RG do eleitor. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600064-54.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOEIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - O único documento juntado pela parte foi um boleto da empresa Jaicós Telecom, emitida em nome do eleitor, com endereço em Massapê do Piauí-PI.

2 – Insuficiência da documentação apresentada para comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o município para onde pretende transferir o domicílio eleitoral. Precedente TRE/PI: RE 0600245-28.2024.6.18.0028 – Relator: Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-27.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência em RAE foram: a) fatura de energia elétrica em nome de Filomena Maria da Conceição, tia do eleitor, irmã de sua mãe, constando endereço em Massapê do Piauí/PI, b) documentos pessoais (RGs da Tia e da genitora) que comprovam o parentesco (ID 22174298). Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-18.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA REIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram : a) fatura de energia elétrica em nome de Rafaela de Assis Lacerda, companheira do eleitor, constando endereço em Massapê do Piauí/PI; b) Declaração de União Estável entre o recorrido e Rafaela de Assis Lacerda, autenticada em cartório; c) fatura de pagamento em nome do eleitor com endereço no referido município; e d) RG do eleitor. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600142-94.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22166379, apresentada quando do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, consta documento de identificação do recorrido e fatura de energia da empresa Equatorial em nome de Elenilda Pereira de Sousa. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido é filho de Elenilda Pereira de Sousa em nome de quem foi emitido o comprovante de residência (fatura de água) no município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar/residencial a ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600587-39.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida a justificar a Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso provido para deferir o pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600568-33.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente das eleitoras com a cidade pretendida a justificar a Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso provido para deferir os pedidos de Transferências Eleitorais.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600489-54.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600528-51.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.
2. No caso vertente, o recorrido apresentou, em anexo ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22162135), documento de identificação próprio, documento de identificação e título eleitoral de Maria Cristina Leal, bem como fatura de energia da empresa Equatorial em nome de João de Deus Filho. Quanto ao comprovante de endereço (fatura da Equatorial), há aparente divergência entre o nome do titular da conta (João de Deus Filho) e o nome do pai do recorrido (Júlio de Deus Filho). Entretanto, do exame dos demais documentos acima, resta comprovado o vínculo familiar do recorrido uma vez que sua mãe (Maria Cristina Leal) é eleitora do Município de Bocaina, conforme título eleitoral datado de 27/03/2023.
3. Vínculo eleitoral com a urbe demonstrado.
4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600511-15.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600570-03.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUIS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida a justificar a Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso provido para deferir o pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600505-08.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600499-98.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600478-25.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo profissional suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo profissional comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600143-79.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.
2. Na documentação anexa ao ID 22166397, apresentada quando do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, consta documento de identificação do recorrido e de Ana Luíza Pereira de Sousa Neres Valente, bem como fatura da Caixa Econômica Federal. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido é irmão de Ana Luíza Pereira de Sousa Neres Valente em nome de quem foi emitido o comprovante de residência no

município pretendido, sendo tais suficientes para comprovação do vínculo familiar/residencial a ensejar o deferimento do pleito de transferência..

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600458-34.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, SOCIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-85.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-94.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600079-23.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-77.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600045-48.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência data de 07/05/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário tendo como beneficiário a empresa Jaicos Telecom do mês de abril de 2024. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.
- 2 Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600013-26.2024.6.18.0057. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINÓPOLIS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-63.2024.6.18.0057. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINÓPOLIS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM NOME DA COMPANHEIRA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos contrato de compra e venda de imóvel devidamente registrado em Cartório, referente a terreno comprado pela sua companheira, relação esta comprovada por meio de declaração de união estável autenticada em Cartório.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600481-77.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos faturas da Agespisa em nome de sua mãe, bem como os documentos pessoais desta, provando tratar-se de sua genitora.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo familiar com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600581-32.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR. CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. REJEIÇÃO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DECLARAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL EM NOME MÃE DA ELEITORA. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DA ELEITORA EXPEDIDA NO MUNICÍPIO. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA PATRIMONIAL, FAMILIAR E AFETIVA COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Rejeição da preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso. Precedente desta Corte.

2. No mérito, a matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

3. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

4. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas

relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

5. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos, em sede de RAE, além de sua carteira de identidade, uma Declaração de compra e venda de imóvel situado no município pretendido, registrada em cartório, em nome de sua mãe, e datada de agosto de 2023. Ademais, constata-se na carteira de identidade da recorrente que sua certidão de nascimento foi expedida no município pretendido, o que também externa o vínculo afetivo da recorrente com a cidade.

5.1. Dessa forma, tais documentos lhe conferem vínculo patrimonial, familiar e afetivo com o município pretendido, além de estar demonstrado o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município para o deferimento do pedido de transferência eleitoral, conforme exige o art. 38, III, da Resolução TSE n.º 23.659/2021.

6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600585-69.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR. CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. REJEIÇÃO. MÉRITO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. MÃE DA RECORRENTE ELEITORA NO MUNICÍPIO. DECLARAÇÃO DE ITR EM NOME DO BISAVÔ DA ELEITORA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULOS DE NATUREZA PATRIMONIAL, FAMILIAR E AFETIVA COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Rejeição da preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso. Precedente desta Corte

2. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

3. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

4. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

5. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos, em sede de RAE, além de sua carteira de identidade, os títulos eleitorais de sua mãe e de seu avô, que demonstram que os familiares da recorrente são eleitores do município de Bocaina. Ademais, consta também declaração de ITR de 2023 em nome de seu bisavô, referente a imóvel no município pretendido, o que também externa o vínculo da recorrente com o município.

6.1. Dessa forma, tais documentos lhe conferem vínculo patrimonial, familiar e afetivo com o município pretendido, além de estar demonstrado o tempo mínimo de três meses de vínculo com a urbe para o deferimento do pedido de transferência eleitoral, conforme exige a Resolução TSE n.º 23.659/2021, art. 38, III.

7. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-36.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DOCUMENTO COM MENOS DE TRÊS MESES. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO. RECURSO PROVIDO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No então, a recorrida não apresentou documento hábil a comprovar seu domicílio. O comprovante em seu nome se mostra frágil e não há comprovação de vínculo em relação ao comprovante em nome de terceira.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-21.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. MARIDO DA ELETORA É NATURAL DO MUNICÍPIO. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR E AFETIVA COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. De acordo com os artigos 23 e 118 da Resolução TSE 23.659/2021, a comprovação de domicílio poderá ser feita mediante um ou mais documentos dos quais se infira ser o eleitor residente ou ter vínculo profissional, patrimonial ou comunitário no município a justificar a transferência pretendida.

3. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para o alistamento quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3.1. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos documento de identidade de seu marido, no qual se constata que é natural da referida cidade. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.

4. Determinação de remessa dos autos ao Ministério Público, para análise acerca da conveniência em instauração de procedimento apuratório.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600526-81.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar domicílio eleitoral, a recorrida apresentou comprovante de residência em seu nome.
4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo residencial com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600160-18.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DA RESIDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a recorrida juntou aos autos faturas da Equatorial em nome de sua mãe.
4. Considerando que a eleitora logrou êxito na demonstração do vínculo com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-33.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA TIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos fatura de energia em nome de sua tia. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.

4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que a eleitora efetivamente resida naquele endereço.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-28.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (88ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR E AFETIVO. GENITORA NATURAL DA CIDADE PRETENDIDA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos certidão negativa de débito da Agespisa em nome de sua mãe. Ademais, apresentou documento de identidade de sua genitora, para comprovar o vínculo de parentesco e onde se constata que a mesma é natural de Elesbão Veloso-PI, situação que lhe confere vínculo familiar e afetivo com o município pretendido.

4. Recurso desprovido.

5. Encaminhe-se cópia dos autos à Procuradoria Eleitoral da 48ª Zona Eleitoral para apuração criminal eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600155-93.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE BOLETO BANCÁRIO EM NOME DA TIA DO ELEITOR. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos, além dos documentos pessoais do eleitor, apenas um boleto bancário em nome da tia do recorrido, que esta Corte entende se tratar de documento unilateral, sem força probante.

4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600162-85.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE COMPROVANTES BANCÁRIOS DE PAGAMENTO, DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO E FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DE TERCEIRO. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, além dos documentos pessoais do eleitor, um dos documentos diz respeito a uma fatura da Equatorial em nome de Adriana Silva Costa, em relação à qual não ficou provada a relação de parentesco.

3. 2. Ademais, a Declaração de Residência apresentada por Adriana Silva Costa, com firma reconhecida e os comprovantes bancários de pagamento também configuram provas unilaterais e insuficientes para provar o vínculo alegado. Com efeito, esta Corte firmou o entendimento de que esse tipo de comprovante é frágil e inservível para demonstrar o vínculo eleitoral, por ser documento unilateral.

4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600137-72.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE PROCURAÇÃO JUDICIAL, CONTRATO DE ALUGUEL E FATURA DE TELEFONIA. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, além dos documentos pessoais da eleitora, foram apresentados procurações judiciais, contrato de aluguel sem firma reconhecida e fatura de telefonia, que configuram provas unilaterais e insuficientes para provar o vínculo alegado. Com efeito, esta Corte firmou o entendimento de que esse tipo de comprovante é frágil e inservível para demonstrar o vínculo eleitoral, por ser documento unilateral.

4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600144-64.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE BOLETO BANCÁRIO EM NOME DA IRMÃ. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, a recorrida juntou aos autos apenas um carnê bancário da empresa Top Giga Telecom, em nome de sua irmã.

4. Esta Corte firmou o entendimento de que esse tipo de comprovante é frágil e inservível para demonstrar o vínculo eleitoral, por ser documento unilateral.

5. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

6. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-12.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. MÉRITO. DOMICÍLIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. ELEITOR NATURAL DO MUNICÍPIO. COMPROVANTE DA RESIDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido juntou aos autos o seu documento de identidade, que demonstra ser natural de Tamboril do Piauí; e comprovante de residência em nome de sua avó.

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600036-86.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE BOLETO BANCÁRIO EM NOME DA MÃE DA ELEITORA. PROVA UNILATERAL E INSUFICIENTE. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. NÃO COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, o único documento apresentado não comprova os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos apenas um boleto bancário em nome da mãe da recorrida, que esta Corte entende se tratar de documento unilateral, sem força probante.

4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-92.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. BOLETO DE INTERNET. PROVA UNILATERAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos unicamente um boleto da empresa Jaicós Telecom, em nome de sua filha.

3.1. Trata-se de documento unilateral que, isoladamente, não serve para provar a residência ou domicílio, por conformar prova frágil e não convincente, nos termos da consolidada Jurisprudência desta Corte Eleitoral (Precedentes: RE 0600004-54.2024.6.18.0028, julgado em 16/04/2024, relatoria Juiz Guilardo Cesá medeiros Graça).

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600582-17.2024.6.18.0028. ORIGEM: BOCAINA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DE DOCUMENTOS JUNTADOS AO RECURSO. REJEIÇÃO. MÉRITO. DOCUMENTOS UNILATERAIS. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. FRAGILIDADE DO ACERVO PROBATÓRIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Rejeitada a preliminar de não conhecimento de documentos juntados ao recurso. Precedentes deste Tribunal.

2. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, a recorrente solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, a recorrente juntou, ao tempo de seu pedido de transferência, apenas uma declaração pessoal de residência, a qual é considerada prova frágil e unilateral, portanto, inábil para corroborar a pretensão de transferência eleitoral, uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada. Precedentes desta Corte.

3.2. Outro documento anexado, refere-se a documentos pessoais de pessoa, em relação à qual não ficou provada a relação de parentesco. Portanto, também se trata de documento inservível para demonstrar o vínculo pretendido com o município, nos termos do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Considerando que não há comprovação da residência nem existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, a manutenção do indeferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600080-08.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA TIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos fatura de energia em nome de sua tia. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar e afetivo com o município.
4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-49.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO PAI. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos fatura de energia em nome de seu pai. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar com o município.
4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600068-91.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO SOGRO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.
2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos fatura de energia em nome de seu sogro. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar com o município.
4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600072-31.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA PROFISSIONAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM A CÂMARA MUNICIPAL. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. *Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos contrato de prestação de serviço junto à Câmara Municipal, datado de janeiro de 2023, com respectivas notas fiscais. Resta comprovado, portanto, o vínculo profissional com o município.*

4. *Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.*

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600042-93.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG da eleitora; b) declaração de união estável da eleitora com Henrique da Costa, devidamente autenticada em cartório; c) fatura equatorial em nome de Zenaide da Costa, mãe de Henrique da Costa, com endereço em Massapê do Piauí/PI; e d) CNH de Henrique da Costa. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-64.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA FAMILIAR. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO SOGRO. PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos comprovante de endereço (fatura de energia da empresa Equatorial) em nome de seu sogro, conforme documentos pessoais e declaração de união estável, devidamente registrada em cartório e assinada por duas testemunhas. Resta comprovado, portanto, o vínculo familiar com o município.

4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que a eleitora efetivamente resida naquele endereço.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052-40.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. BOLETO DE INTERNET. PROVA UNILATERAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos unicamente um boleto da empresa Jaicós Telecom.

3.1. Trata-se de documento unilateral que, isoladamente, não serve para provar a residência ou domicílio, por conformar prova frágil e não convincente, nos termos da consolidada Jurisprudência desta Corte Eleitoral (Precedentes: RE 0600004-54.2024.6.18.0028, julgado em 16/04/2024, relatoria Juiz Guilardo Cesá medeiros Graça).

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600176-69.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Tamboril do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido para manter o deferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600119-51.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. ALEGADO VÍNCULO FAMILIAR, AFETIVO, RESIDENCIAL E

PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. COMPROVANTES DE ENDEREÇO EM NOME DE TERCEIROS. DOCUMENTAÇÕES EM SEU NOME NÃO SÃO APTAS E DIVERGEM ENTRE SI. INDEFERIMENTO. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Apresentação de documentos em nome de terceiros. Além da ausência de comprovação do vínculo familiar alegado, percebe-se divergência entre a declaração de endereço por ela prestada no momento do requerimento de transferência e o único comprovante que, em tese, poderia ser apto a comprovar o vínculo com o município, qual seja fatura de cartão de crédito em seu nome.

3. Tais dados, embora não evidenciem, por si só, fraude ou falsidade, refletem indícios de que a documentação apresentada pela eleitora não é apta a comprovar os vínculos afetivo, familiar e residencial com o município para o qual pleiteou a transferência eleitoral, porquanto suas informações não convergem entre si.

4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052-11.2024.6.18.0061. ORIGEM: FLORIANO/PI (61ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO RESIDENCIAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ELABORADOS UNILATERALMENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos produzidos unilateralmente, tais como declaração unilateral de residência, não servem para comprovar a residência de eleitor, porquanto o preenchimento desses dados se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – O “contrato de trabalho sem vínculo empregatício” apresentado revela apenas que o eleitor foi contratado temporariamente para prestação de serviços de consultoria e assessoria, “sem horário e sem cargo oficial”, o que não tem o condão de, por si só, provar o seu vínculo no município pretendido.

3 – Ausente documentação apta a demonstrar quaisquer dos vínculos admitidos pela legislação e jurisprudência do TSE, o pedido de transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferido.

4 – Recurso provido. Decisão mantida para indeferir o requerimento do eleitor.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-41.2024.6.18.0061. ORIGEM: FLORIANO/PI (61ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. JUNTADA DE DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SEDIADA NO MUNICÍPIO. VÍNCULO DA ELEITORA COMPROVADO. RECURSO PROVIDO.

1. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário

ou de outra natureza que justifique a escolha do município. Inteligência do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. De acordo com a Resolução de regência, é possível a juntada de documentos em sede de recurso, nos feitos pertinentes ao alistamento e à transferência de domicílio eleitoral.

3. Comprovado o vínculo da eleitora com o Município de Floriano/PI por meio de declaração de matrícula em instituição de ensino sediada na municipalidade.

4. Recurso conhecido e provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600565-78.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO. FATURA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA EM NOME DO FILHO DOS ELEITORES EM RESIDÊNCIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. REFORMA DA DECISÃO. RECURSO PROVIDO.

1 – A apresentação de documentos que comprovam o domicílio do filho no município é suficiente para validar a transferência eleitoral de seus genitores, em razão do vínculo familiar.

2 – Recurso provido. Reforma da decisão que indeferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-43.2024.6.18.0033. ORIGEM: BURITI DOS LOPES/PI (33ª ZONA ELEITORA). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VIZINHANÇA DESCONHECE A RECORRENTE NO ENDEREÇO APRESENTADO NO REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. FATURAS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA COM DADOS DISSONANTES COM O BANCO DE INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELA EQUATORIAL/PI. RECURSO DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

1 – A eleitora apresentou fatura de fornecimento de energia elétrica com dados incompatíveis com os constantes na Equatorial/PI, não sendo essa documentação idônea para reconhecer o vínculo com o município.

2 - Em sede de RAE, a eleitora juntou apenas boleto para pagamento de serviços de internet, matéria sobre a qual esta Corte já firmou o entendimento de que é documento unilateral, inapto, portanto, para comprovar o domicílio alegado. Ademais, na diligência realizada in loco pelo Cartório Eleitoral, a eleitora não foi localizada e nem reconhecida pela vizinhança.

3 - Além do indício de prática de fraude ou falsidade em relação a documento apresentado pela eleitora, a mesma não logrou êxito em comprovar a manutenção de qualquer outro vínculo com o município que lhe garanta o direito de exercer seus direitos políticos no local.

4 – Recurso desprovido. Manutenção da decisão que indeferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600124-73.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, fatura de energia elétrica em nome de sua mãe, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Tamboril do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600121-21.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja, fatura de energia elétrica em nome de terceiro com quem não comprovou vínculo, é insuficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Tamboril do Piauí/PI, o que lhe não lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e provido. Indeferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600076-68.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido, consistentes em documentos pessoais próprios e da companheira, declaração de união estável (com firmas reconhecidas em cartório) e faturas de energia elétrica em nome do sogro, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar no município pretendido, o que habilita a fixação do seu domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600033-34.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, consistentes em extrato do cadastro eleitoral (ELO) de sua mãe e fatura da empresa fornecedora de energia elétrica em nome de sua avó, com endereço no município pretendido, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar no município pretendido, o que habilita a fixação do seu domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600106-52.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS APTOS AO DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, comprovante de inscrição de imóvel rural em nome de sua esposa, com demarcação das terras e devidas matrículas, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Tamboril do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-17.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – No caso, os boletos bancários apresentados não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial com o município pretendido pelo eleitor, pois os dados neles

consignados são lançados a partir de informações unilaterais e, assim, não gozam de presunção de verossimilhança.

3. Insubsistente a comprovação do vínculo residencial declarado no RAE e ausente a demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral no município pretendido, o requerimento de transferência do eleitor deve ser indeferido.

4 – Recurso provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-79.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. JUNTADA DE DOCUMENTO EMITIDO UNILATERALMENTE. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras na internet, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – No caso, o boleto bancário apresentado não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial com o município pretendido pelo eleitor, pois os dados nele consignado são lançados a partir de informações unilaterais.

3. Insubsistente a comprovação do vínculo residencial declarado no RAE e ausente a demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral no município pretendido, o requerimento de alistamento do eleitor deve ser indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-39.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras na internet, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – No caso, os boletos bancários apresentados não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial com o município pretendido pela eleitora, pois os dados neles consignados são lançados a partir de informações unilaterais e, assim, não gozam de presunção de verossimilhança.

3. Insubsistente a comprovação do vínculo residencial declarado no RAE e ausente a demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral no município pretendido, o requerimento de transferência da eleitora deve ser indeferido.

4 – Recurso provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600051-55.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras na *internet*, não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – No caso, o boleto bancário apresentado não tem o condão de, por si só, provar o vínculo residencial com o município pretendido pelo eleitor, pois os dados nele consignados são lançados a partir de informações unilaterais.

3. Insubsistente a comprovação do vínculo residencial declarado no RAE e ausente a demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral no município pretendido, o requerimento de transferência do eleitor deve ser indeferido.

4 – Recurso provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-12.2024.6.18.0096. ORIGEM: NOSSA SENHORA DE NAZARÉ/PI (96ª ZONA ELEITORAL – CAMPO MAIOR/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE VÍNCULO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que documentos unilaterais, tais como boletos de pagamento de compras na internet e declaração de residência firmada por terceiros não servem para comprovar a residência do eleitor, porquanto o preenchimento se dá exclusivamente pelo emissor do documento.

2 – Insubsistente a comprovação do vínculo residencial declarado no RAE e ausente a demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral no município pretendido, o requerimento de transferência do eleitor deve ser mantido indeferido.

3 – Recurso desprovido. Sentença mantida, para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-49.2024.6.18.0027. ORIGEM: LUZILÂNDIA (27ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. ALEGADO VÍNCULO RESIDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DE TERCEIRO. INDÍCIOS DE FALSIDADE DOCUMENTAL. INDEFERIMENTO. RECURSO PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela

pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. A eleitora apresentou fatura de energia elétrica em seu nome e, após consulta ao banco de dados da Equatorial, verificou-se estar em nome de outra pessoa.

3. Além da evidência de prática de fraude ou falsidade em relação ao documento apresentado pela eleitora por ocasião do seu requerimento de transferência, a mesma não logrou êxito em comprovar a manutenção de qualquer outro vínculo com o município que lhe garantisse o direito de exercer seus direitos políticos no local.

4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência eleitoral. Determinação de remessa de cópia dos autos à Promotoria Eleitoral oficiante na 27ª Zona.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600550-12.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. DOCUMENTOS FRÁGEIS. FATURA EM NOME DE TERCEIROS. DILIGÊNCIA. NÃO LOCALIZAÇÃO DO REQUERENTE NO ENDEREÇO INDICADO. INFORMAÇÃO DE VIZINHO DECLARANDO QUE O ELEITOR NÃO RESIDE NO LOCAL. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor com o município no qual pretende alistar-se, é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-34.2024.6.18.0027. ORIGEM: LUZILÂNDIA (27ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO ELEITOR. CERTIFICADA PELA DISTRIBUIDORA A VERACIDADE DA CONTA DE ENERGIA APRESENTAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral mediante apresentação de cópias de faturas de energia elétrica em seu nome.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-79.2024.6.18.0027. ORIGEM: LUZILÂNDIA (27ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA ELEITORA. INFORMAÇÃO DA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ACERCA DE INEXISTÊNCIA DE CONTA DE ENERGIA EM NOME DA ELEITORA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO DEMONSTRADO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida não comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, porquanto a fatura de energia elétrica apresentada pela eleitora não é verdadeira.

2. Provimento do recurso para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

3. Determinação de envio de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral para apuração criminal.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-90.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA IRMÃ DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de sua irmã.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600070-61.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO TIO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de seu tio.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-10.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO FRÁGIL E CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Boleto de pagamento é considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais da interessada, não sendo apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Determinação de extração de cópia dos autos e envio ao Ministério Público para apurar eventual violação à Lei Geral de Proteção de Dados, tendo em vista a juntada de documento de natureza sigilosa pelo recorrente.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600061-02.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA TIA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de sua tia.

2. Desprovemento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600073-16.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE CONTRATO DE COMODATO RURAL EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de contrato de comodato rural em nome de seu genitor.

2. Desprovemento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-12.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO IRMÃO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de seu irmão.

2. Desprovemento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-27.2024.6.18.0096. ORIGEM: NOSSA SENHORA DE NAZARÉ/PI (96ª ZONA ELEITORAL – CAMPO MAIOR/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL. BOLETO BANCÁRIO E

FATURA DE ENERGIA EM NOME DE TERCEIROS. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA PREENCHIDA MANUALMENTE POR TERCEIRO. DOCUMENTOS FRÁGEIS E UNILATERAIS. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 23 E 38 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO MANTIDA.

- Documento auxiliar de nota fiscal, Boleto bancário e fatura de energia em nome de terceiros, bem como declaração de residência preenchida manualmente por terceiro constituem documentos frágeis e unilaterais, sem força probante para autorizar a fixação do domicílio eleitoral.

- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600035-04.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA PROFISSIONAL. CONTRACHEQUE EMITIDO PELO GOVERNO ESTADUAL ONDE CONSTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou um contracheque emitido pelo Governo Estadual onde consta a prestação de serviço junto a uma unidade escolar na cidade pretendida. Resta comprovado, portanto, o vínculo profissional com o município.

4. Desnecessidade de realização de diligência, haja vista que o vínculo familiar não pressupõe que o eleitor efetivamente resida naquele endereço.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-65.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL – MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVANTE DE DOMICÍLIO EM NOME DO ELEITOR. EXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE NATUREZA PATRIMONIAL COM A CIDADE PRETENDIDA. DEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE Nº 23.659/2021.

2. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos profissionais, comunitários, familiares, políticos, sociais, patrimoniais ou familiares com o município.

3. Para comprovar seu vínculo com o município, o eleitor juntou aos autos faturas de energia em seu nome, situação que lhe confere vínculo patrimonial com o município pretendido.

4.No caso vertente, considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo patrimonial, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600564-93.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. As provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo da recorrente com a municipalidade.

4. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600559-71.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida aos eleitores, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Os recorrentes comprovaram o vínculo afetivo e familiar com o município para o qual requereram suas transferências eleitorais.

4. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir os requerimentos de transferências eleitorais.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600538-95.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. A recorrente comprovou o vínculo afetivo e familiar com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral.

4. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-92.2024.6.18.0037. ORIGEM: SOCORRO DO PIAUÍ (37ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO PARA DEFERIR O PEDIDO.

1. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada. Aplicação do art. 62, §1º, da Resolução TSE nº 23.659/2021, porquanto os documentos apresentados em sede recursal se tratam de documentos faltantes capazes de suprir falhas identificadas neste tribunal.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Fatura de energia emitida em nome do sogro. Marido natural do município. Vínculo afetivo e familiar comprovados.

4. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600529-36.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. O recorrente comprovou o vínculo afetivo e familiar com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral.

4. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-26.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia elétrica emitida pela Equatorial em nome da genitora da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo familiar da eleitora com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600077-53.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Apenas o contrato de comodato rural em nome da irmã da recorrida não tem força suficiente para comprovar a existência de vínculos da eleitora com a municipalidade. Precedentes. Assim, a recorrida não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.

3. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença e indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600026-42.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com a municipalidade. Precedente. Assim, o recorrido não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600082-75.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Contrato de união estável e contrato de comodato rural em nome da sogra, ambos registrados em cartório, são suficientes para comprovar a existência de vínculos da eleitora com a municipalidade. A recorrida tem o direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.
3. Recurso conhecido e desprovido para manter a sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600553-64.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.
2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
3. As provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrente com a municipalidade.
4. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-41.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Apenas o contrato de comodato rural em nome da irmã da recorrida não tem força suficiente para comprovar a existência de vínculos da eleitora com a municipalidade. Precedentes. Assim, a recorrida não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.

3. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença e indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-56.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia elétrica em nome de terceiro, que possui vínculo familiar com o recorrido, sendo sua avó paterna. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral do recorrido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600543-20.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. As provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrente com a municipalidade.

4. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600075-83.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Apenas o contrato de comodato rural não tem força suficiente para comprovar a existência de vínculos da eleitora com a municipalidade. Precedentes. Assim, a recorrida

não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.

3. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença e indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600078-38.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada, quando analisada em conjunto, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a municipalidade, o que concede o direito ao recorrido de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral do recorrido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600544-05.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida à eleitora, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Ausência de comprovação de vínculo entre a eleitora e o titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.

4. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-50.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL – MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO PATRIMONIAL COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Em que pese a diligência realizada evidenciar que a eleitora não reside no endereço informado, fato é que a recorrente comprovou o vínculo patrimonial do seu genitor com o

município para o qual requereu a transferência, o que lhe concede o direito de ter neste seu domicílio eleitoral. Precedentes.

3. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600530-21.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. PRELIMINAR. INADMISSIBILIDADE DE DOCUMENTOS JUNTADOS COM O RECURSO. REJEITADA. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. No caso dos autos, não há que se falar em preclusão, porquanto não foi concedida ao eleitor, mediante diligência, oportunidade anterior à decisão proferida no RAE para apresentar os documentos que instruem a petição recursal. Preliminar de inadmissibilidade de documentos juntados com o recurso rejeitada.

2. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

3. Ausência de comprovação de vínculo entre o eleitor e a titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.

4. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-32.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. BOLETO BANCÁRIO DE PAGAMENTO. PREENCHIMENTO DE DADOS DE MANEIRA UNILATERAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. REFORMA DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1 – A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2 – Boletos bancários de pagamento consistem em documentos precários e unilaterais, em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, e, por isso, não se prestam a comprovar, isoladamente, a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

3 – A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos do eleitor com o município é hipótese de indeferimento do RAE.

4 – Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600021-30.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. ALEGADO VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA EM PRAZO MÍNIMO DE 3 MESES. INEXISTÊNCIA DE OUTROS VÍNCULOS COM O MUNICÍPIO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NA INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO SISTEMA DA AGESPISA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Na linha de entendimento desta Corte Eleitoral, para fins de requerimento de transferência, o comprovante de residência apresentado pelo eleitor deve demonstrar o tempo mínimo de três meses de vínculo eleitoral com a localidade, conforme exigido pelo art. 38, inciso III, da Resolução TSE nº 21.659/2021.

3. No caso dos autos, a eleitora apresentou certidão negativa de débito, emitida no mesmo dia do seu requerimento, documento que se mostra inservível para comprovar o vínculo alegado. Diante da ausência de demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral da eleitora no município pretendido, a decisão de primeiro grau deve ser reformada.

4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência eleitoral. Determinação de envio de cópia dos autos ao MPE da 48ª Zona para apurar o cometimento de crime eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600062-84.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO FRÁGIL E CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Boleto de pagamento é considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais da interessada, não sendo apto a comprovar a residência para fins de alistamento eleitoral.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos com o município para o qual pretende alistar-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600057-62.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO FRÁGIL E CONSIDERADO INIDÔNEO PARA A COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Boleto de pagamento é considerado um documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações

unilaterais do interessado, não sendo apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A naturalidade demonstra o vínculo tão somente de quem nasceu no município.
- A ausência de prova de residência, bem como de outros vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600069-76.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA EM NOME DO AVÔ DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de seu avô.
2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-87.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO NA AGESPISA EM NOME DA ELEITORA. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE TRÊS MESES EXIGIDO PELO ART. 38, III, DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O documento juntado pela recorrida não é apto a demonstrar o tempo mínimo de três meses de vínculo com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Provimento do recurso e reforma da sentença para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-02.2024.6.18.0037. ORIGEM: SIMPLÍCIO MENDES/PI (37ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DE TRABALHO SEM REGISTRO EM CARTÓRIO. PROVA UNILATERAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A apresentação de documento precário e unilateral ou em desacordo com o disposto no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021, não se presta a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que indeferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600140-27.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. Fatura de serviços telefônicos emitida em nome da própria recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral do recorrido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-80.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DE FATURA DE ÁGUA EM NOME DA ESPOSA DO ELEITOR. DOCUMENTO EMITIDO NA MESMA DATA DO RAE. INOBSERVÂNCIA DOS ARTS. 23 E 38, III DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Certidão negativa de débito de fatura de água em nome da esposa do eleitor, mas emitido no mesmo dia da formalização do RAE, não é apto a demonstrar o vínculo há pelo menos três meses com o município, conforme exigido pelo art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- Inobservância dos requisitos exigidos para a transferência eleitoral do recorrido, conforme preceitua o art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600051-35.2024.6.18.0058. ORIGEM: MIGUEL LEÃO/PI (58ª ZONA ELEITORAL – MONSENHOR GIL/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. MEMBROS DA MESMA FAMÍLIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. RECURSO PROVIDO.

1. Os eleitores comprovaram o vínculo com o município para o qual requereram transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o endereço de uma das recorrentes, membro da mesma família.
2. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir os pedidos de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600428-96.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA EM NOME DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O

MUNICÍPIO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Fatura de energia em nome de terceiro é insuficiente para atestar domicílio eleitoral.
2. Provimento do recurso e reforma da decisão para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600009-87.2024.6.18.0089. ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL – VALENÇA DO PIAUÍ). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO DE DEZ ELEITORES COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DOCUMENTOS UNILATERAIS. HIPÓTESE DE INDEFERIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Dez eleitores comprovaram o vínculo com o município. Contudo, um eleitor juntou documentos que não demonstram o elo com o município para o qual requereu transferência.
2. Cópia de fatura de energia, em nome do eleitor ou do seu esposo, irmã ou padrasto é apta para comprovar o domicílio eleitoral no município.
3. A naturalidade no município para o qual se requer a transferência eleitoral é suficiente a demonstrar o vínculo com a localidade.
4. Boleto de pagamento é considerado documento frágil, de valor probante questionável, porquanto confeccionado manualmente, baseando-se exclusivamente em declarações unilaterais do interessado, não servindo, portanto, a comprovar a residência de eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
5. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600067-09.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes no boleto de pagamento são carentes de fidedignidade, não tendo o condão de comprovar o vínculo do eleitor com a municipalidade. Precedente. Assim, a parte recorrida não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600560-56.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 05 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. VÍNCULOS RESIDENCIAL, AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. PROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrente é suficiente para demonstrar a existência de vínculos residencial, afetivo e familiar com o Município de São Luís do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-91.2024.6.18.0059. ORIGEM: CRISTINO CASTRO/PI (59ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO EMITIDO PELA PREFEITURA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrente comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de recibo de pagamento de salário emitido pela Prefeitura em seu nome como exercente de cargo comissionado.

2. Provimento do recurso e reforma da sentença para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600518-07.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados pela parte são: a) RG da eleitora; b) fatura de energia elétrica emitida em nome de Leidiane Lopes da Silva, irmã da eleitora, constando endereço em Santo Antônio de Lisboa/PI; e c) documentos pessoais que comprovam o parentesco mencionado (ID 22165014 e 22165018). Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-54.2024.6.18.0059. ORIGEM: CRISTINO CASTRO/PI (59ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA - DEFERIMENTO.

1 – O único documento juntado inicialmente aos autos para subsidiar o pedido de transferência foi uma fatura de telefone da Empresa Vivo, com endereço no município de Santa Luz/PI, em nome próprio. Tal documento é apto a comprovar conexão relevante entre a eleitora e o domicílio eleitoral de destino.

2 – Precedente: TRE/PI: RE 0600248-80.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 29 de abril de 2024,

3 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600051-65.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos dos autos, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

4. Transferência indeferida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600014-11.2024.6.18.0057. ORIGEM: VERA MENDES/PI (57ª ZONA ELEITORAL – ITAINÓPOLIS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Em todos os casos, o conjunto dos documentos apresentados permite aferir o vínculo eleitoral do recorrido e das recorridas, uma vez que ficou demonstrada a prestação de serviços pelo município de Vera Mendes-PI ao eleitor e cada uma das eleitoras em período não isolado, ou seja, com habitualidade e nos limites da urbe.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600536-28.2024.6.18.0028. ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE DE RECURSO. POSSIBILIDADE. VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Conhecimento dos documentos anexos ao recurso já que a falha pode ser sanada por simples juntada de documento e considerada a disposição regulamentar de que cabe à Relatora ou ao Relator intimar a eleitora ou o eleitor para que apresente o documento faltante, nos termos do art. 62, §1º da Resolução TSE nº 23.659/2021. Ademais, examinado o conteúdo dos documentos em questão verifica-se que são os mesmos apresentados em sede Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE.

3. A recorrente apresentou os seguintes documentos como prova de vínculo eleitoral anexos ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE: a) Carteira de Identidade, b) boleto de IPTU em nome próprio e respectivo comprovante de pagamento, c) declaração de doação de imóvel firmada pelo Município de São Luís do Piauí, e d) certidão do Registro de Imóveis. Do exame dos documentos acima, resta comprovado o vínculo eleitoral alegado uma vez que os documentos acostados demonstram a relação patrimonial da recorrente com município pretendido.

4. Recurso provido para deferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600023-34.2024.6.18.0069. ORIGEM: CAMPO ALEGRE DO FIDALGO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE DE RECURSO. POSSIBILIDADE. VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. A recorrente não apresentou provas de vínculo eleitoral alegado.

4. Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-51.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, o recorrido apresentou, em anexo ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22176598), extrato de débito em nome próprio, emitido pela AGESPISA. Do exame do documento acima, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600535-43.2024.6.18.0028.ORIGEM: SÃO LUÍS DO PIAUÍ/PI. (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). DOCUMENTOS JUNTADOS EM SEDE DE RECURSO. POSSIBILIDADE. VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Conheço dos documentos anexos ao recurso já que a falha pode ser sanada por simples juntada de documento, e considerada a disposição regulamentar de que cabe à Relatora ou ao Relator intimar a eleitora ou o eleitor para que apresente o documento faltante, nos termos do art. 62, § 1º da Resolução TSE nº 23.659/2021. Ademais, examinado o conteúdo dos documentos em questão verifica-se que são os mesmos apresentados em sede Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22162273).

3. O recorrente apresentou os seguintes documentos como prova de vínculo eleitoral anexos ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22162273): a) Carteira Nacional de Habilitação - CNH, b) boleto de IPTU em nome próprio e respectivo comprovante de pagamento, c) declaração de doação de imóvel firmada pelo Município de São Luís do Piauí e d) Certidão do Registro de Imóveis. Do exame dos documentos acima, resta comprovado o vínculo eleitoral alegado uma vez que os documentos acostados demonstram a relação patrimonial do recorrente com município pretendido.

4. Recurso provido para deferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600034-19.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas a intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. O Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE (ID 22175022) data de 07/05/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto bancário com data de processamento em 29/04/2024, vencimento em 20/04/2024 e sem comprovação de pagamento, tendo como beneficiário a empresa Jaicós Telecom. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

4. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600501-68.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-70.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência data de 03/05/2024 e os únicos documentos apresentados para fins de comprovação do domicílio eleitoral foram boletos tendo como beneficiário a empresa Jaicós Telecom. Os aludidos documentos não são meios hábeis para caracterização da residência uma vez que constituídos com base em mera declaração unilateral da parte interessada.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600042-42.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ/PI (36ª ZONA ELEITORAL – CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. O *Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE- Operação Transferência* data de 15/04/2024 e o único documento apresentado para fins de comprovação do domicílio eleitoral foi um boleto SICOOB tendo como beneficiário a empresa Top Giga Telecom no nome de Maria Alcení dos Santos. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência pois além de está em nome de terceiro foi constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.
2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.
3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-37.2024.6.18.0048. ORIGEM: ELESBÃO VELOSO/PI (48ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade,

mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos dos autos, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a certidão negativa de débito da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso provido.

4. Transferência indeferida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600014-09.2024.6.18.0090. ORIGEM: CAMPINAS DO PIAUÍ/PI (90ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Apenas em parte dos casos foi possível aferir o vínculo eleitoral dos recorridos.

3. Recurso parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600098-75.2024.6.18.0036. ORIGEM: TAMBORIL DO PIAUÍ (36ª ZONA ELEITORAL - CANTO DO BURITI/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.

2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

3. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600015-29.2024.6.18.0046. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Do exame dos documentos dos autos, é impossível constatar o vínculo residencial alegado uma vez que a fatura da AGESPISA não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3. Recurso desprovido.

4. Transferência indeferida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-56.2024.6.18.0069. ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.

2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o indeferimento do pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600051-26.2024.6.18.0061. ORIGEM: FLORIANO/PI (9ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.

2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o indeferimento do pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-84.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados afere-se não comprovado o vínculo eleitoral com o município suficiente ao deferimento do pedido de transferência.

2. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o indeferimento do pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-09.2024.6.18.0059. ORIGEM: CRISTINO CASTRO/PI (59ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Ausência de comprovação de vínculo entre o eleitor e o titular do endereço constante no documento. Vínculo não comprovado.
3. Desprovimento do recurso para manter a decisão de indeferimento do requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-73.2024.6.18.0021. ORIGEM: SÃO JOÃO DA FRONTEIRA/PI (21ª ZONA ELEITORAL – PIRACURUCA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 12 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As provas presentes nos autos não são capazes de atestar o domicílio eleitoral do recorrente no município. A fatura de energia está em nome de terceiro, que não se comprovou qual relação de parentesco possui com o eleitor. Além disso, a ficha médica expedida pelo hospital municipal é considerado documento frágil e produzido unilateralmente, não sendo capaz de comprovar o vínculo pretendido. Assim, o recorrido não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral para a cidade.
3. Recurso conhecido e desprovido para manter o indeferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-76.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 12 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes na carteira de vacinação e no documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE) são carentes de fidedignidade e são insuficientes para comprovar o vínculo do eleitor com o município. Assim, as provas juntadas aos autos são frágeis para comprovar o vínculo do recorrido com a cidade, de forma que o eleitor não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600074-38.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 13 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE) é carente de fidedignidade e é insuficiente para comprovar o vínculo da eleitora com o município. Assim, a prova presente aos autos é frágil para comprovar o vínculo da recorrida com a cidade, de forma que a eleitora não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-88.2024.6.18.0021. ORIGEM: SÃO JOÃO DA FRONTEIRA/PI (21ª ZONA ELEITORAL – PIRACURUCA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. INDEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DE TERCEIRO. FICHA GERAL DE HOSPITAL MUNICIPAL PREENCHIDA MANUALMENTE. DOCUMENTOS FRÁGEIS E UNILATERAIS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Fatura de energia em nome de terceiro, sem relação demonstrada com a eleitora, e cópia de ficha de serviços prestados por hospital municipal, preenchida de forma manuscrita, não se prestam a comprovar a residência da eleitora no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- Recurso desprovido para manter a decisão que indeferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600036-26.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDO INDEFERIDO.

1 – Nota fiscal de compra de mercadoria em nome do genitor da eleitora não é documento hábil para demonstrar o alegado vínculo entre a recorrida e o município.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600016-35.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos fatura de energia elétrica emitida em seu nome, com endereço no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral. Trata-se de documento idôneo para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-34.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI).RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDO INDEFERIDO.

1 – Simples nota fiscal de compra de mercadoria emitida em nome da eleitora não é documento hábil para demonstrar o alegado vínculo com o município.

2 – Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600118-57.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR NÃO COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, consistente apenas em documento de identificação de seu irmão, não é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar no município pretendido.

3. Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-65.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, fatura de água em nome de sua genitora, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Assunção do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600011-13.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DO RAE. COMPROVANTE DE POSTAGEM DOS CORREIOS EM NOME DE SUPOSTA NORA DO ELEITOR. DOCUMENTO PREENCHIDO A PARTIR DE INFORMAÇÕES UNILATERAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO PRETENDIDO. REFORMA DA DECISÃO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1 – A teor do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “a comprovação do domicílio poderá ser feita por meio de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos.”

2 – Na espécie, com o intuito de comprovar o vínculo residencial declarado no RAE, o eleitor apresentou apenas um comprovante de postagem, nos Correios, de correspondência destinada à suposta nora do eleitor, datado de 22.03.2023.

3 – Consoante jurisprudência desta Corte Regional, a apresentação apenas de comprovante de endereço preenchido a partir de informações unilaterais não é hábil a abonar a fixação do domicílio eleitoral. Precedentes.

4 – Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-75.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, consistente em fatura de energia elétrica em nome de sua genitora, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo e familiar no município pretendido, o que habilita a fixação do seu domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600068-31.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; e b) fatura de energia elétrica emitida em seu nome, com indicação de residência em Assunção do Piauí/PI e histórico de consumo anterior. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600088-22.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI).RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG da eleitora; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de seu pai, com indicação de residência em Assunção do Piauí/PI. Tais documentos são aptos a comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600083-97.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; e b) fatura de energia elétrica emitida em nome de sua mãe, com indicação de residência em Assunção do Piauí/PI. Tais documentos são aptos a comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-29.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA – DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para subsidiar o pedido de transferência em RAE foram: a) RG da eleitora; b) RG de sua mãe; e c) RG e fatura de fornecimento de água emitida em nome de seu tio, constando endereço em Assunção do Piauí/PI. Tais documentos são idôneos para sustentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600014-65.2024.6.18.0039 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 27 de junho de 2024 .

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600120-27.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em Assunção do Piauí/PI, emitida em nome de Lusineide Ferreira de Alencar, sogra do eleitor; b) Certidão de Casamento do eleitor com Ísmene Ferreira da Silva, filha de Lusineide Ferreira de Alencar. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600076-08.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram: a) RG do eleitor; e b) fatura de energia elétrica em nome de sua mãe, com indicação de residência em Assunção do Piauí/PI. Tais documentos são aptos a comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600078-75.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço no município, emitida em nome de Maria das Graças Lima Silva, avó paterna do filho da eleitora, José Ítalo Bento Pereira; b) RG's da eleitora, do filho mencionado e de Lucilano Pereira da Silva, o pai. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600114-20.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de água, com endereço em Assunção do Piauí/PI, emitida em nome de Raimundo Nonato da Silva Júnior, filho da eleitora; b) documentos pessoais que comprovam o vínculo de parentesco. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-30.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em Assunção do Piauí/PI, emitida em nome de Santa Inácio da Silva, genitora do eleitor; b) RG do eleitor,

em que consta naturalidade no município referido. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600063-09.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em Assunção do Piauí/PI, emitida em nome de Lourival Denis Lima Campelo, genitor do eleitor; b) RG do eleitor. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600093-44.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021 - PROVIMENTO DO RECURSO - SENTENÇA REFORMADA - INDEFERIMENTO.

1 - O eleitor juntou aos autos: a) cadastro individual de saúde em nome da recorrida, realizado de maneira unilateral; b) fatura de energia elétrica em nome de Rita Carlos da Silva, terceira pessoa com a qual não se comprovou vínculo com a eleitora. Tais documentos não são aptos a comprovar a necessária conexão entre a eleitora e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada. Pedido inicial indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600089-07.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em Assunção do Piauí/PI, emitida em nome de Lourival Denis Lima Campelo, filho da eleitora; b) documentos pessoais que comprovam o aludido parentesco. Tratam-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600069-16.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DE TERCEIRO RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome de terceiro, sem a comprovação da relação de parentesco com o recorrido.

4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600129-86.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações econômicas, sociais e/ou familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. No caso, para comprovar o vínculo com o município, o recorrido apresentou fatura de energia em nome de sua mãe, bem como documentação que comprova o parentesco

4. Considerando que o eleitor logrou êxito na demonstração do vínculo familiar com o município, o deferimento da transferência eleitoral é medida que se impõe.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-95.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ÁGUA EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de água em nome de sua mãe, bem como demais documentos para comprovação do referido parentesco.
4. Comprovado o vínculo familiar/social com o município.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600042-33.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE BOLETO BANCÁRIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA E DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.
3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.
3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos boleto bancário, que é considerado prova frágil e inservível para a demonstração do vínculo eleitoral.
4. Considerando que não há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo.
5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-69.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA IRMÃ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de sua irmã, bem como demais documentos para comprovação do referido parentesco.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-64.2024.6.18.0039 ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam os alegados vínculos.

3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da mãe do eleitor, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral.

4. Considerando que há comprovação da existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600107-28.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de energia em seu próprio nome.

4. Comprovado o vínculo residencial com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600087-37.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA IRMÃ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de sua irmã, bem como demais documentos para comprovação do referido parentesco.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-78.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO PAI. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de seu pai.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600085-67.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou uma fatura de energia em nome de Maria Laide Fernandes da Silva, genitora de sua filha. Contudo, não acostou qualquer prova de união estável ou casamento para demonstrar o vínculo com aquela. Assim, não resta comprovado o vínculo com o município.

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600057-02.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de energia em nome de sua mãe, bem como demais documentos para comprovação do referido parentesco.

4. Comprovado o vínculo familiar/social com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600127-19.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM NOME DE PESSOAS QUE NÃO COMPROVARAM VÍNCULO COM O ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DE PESSOA SEM RELAÇÃO COM A ELEITORA. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora juntou aos autos contrato de locação de imóvel que tem como locador e locatário terceiras pessoas com quem não comprovou qualquer vínculo, bem como fatura de energia em nome de pessoa também sem relação com a recorrida.

4. Não comprovado vínculo com o município.

5. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600100-36.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. APENAS DOCUMENTO PESSOAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou apenas cópia de seu documento pessoal, onde se comprova que é natural de Campo Maior/PI. Assim, não resta comprovado o vínculo com o município.

4. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600101-21.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA AVÓ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de sua avó.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600065-50.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. VÍNCULO PROFISSIONAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas

relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou documentação que comprova ser professor da rede municipal de ensino de São João do Arraial.

4. Comprovado o vínculo profissional com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-83.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Fatura de energia elétrica emitida pela Equatorial em nome da genitora e do avô da recorrida. A documentação apresentada é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar da eleitora com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral da recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-06.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 15 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de Assunção do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-21.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA IRMÃ DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em nome de sua irmã.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600058-58.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA AVÓ DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em nome de sua avó.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600079-60.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR. CONCEITO ELÁSTICO DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pela eleitora, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de sua genitora, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

3.3. Jurisprudência relevante: TSE - RvE: 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, julg. em 02/09/2021.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Recurso conhecido e desprovido.

4.2. A tese fixada é que o conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600150-36.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600099-51.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso ELEITORAL.

TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. DOCUMENTO INIDÔNEO. RECURSO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral formulado por eleitor.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. A questão principal é a validade da transferência do domicílio eleitoral, considerando a exigência de comprovação de vínculo com o município.

2.2. A suficiência e idoneidade dos documentos apresentados pelo recorrido para comprovar tal vínculo são igualmente discutidas.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. A jurisprudência eleitoral admite a transferência de domicílio eleitoral, desde que comprovado vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza com o município, conforme previsto no art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021.

3.2. No caso em análise, o documento apresentado (boleto de pagamento de internet) não comprova de forma idônea o vínculo do eleitor com o município, sendo considerado frágil e produzido unilateralmente.

3.3. Cita-se o precedente do TSE no RvE 06005131120206180000 e do TRE-PI no REI 0600296-39.2024.6.18.0028 como relevantes para fundamentar a decisão de indeferimento da transferência de domicílio eleitoral baseada em documentos inidôneos.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Recurso provido.

4.2. *Tese de julgamento:* “A transferência de domicílio eleitoral requer comprovação de vínculo idôneo e suficiente com o município, sendo inadmissível a aceitação de documentos frágeis ou unilaterais como prova desse vínculo”.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TSE nº 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada TSE, RvE 06005131120206180000, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, julgado em 02/09/2021; TRE-PI, REI 0600296-39.2024.6.18.0028, Rel. Des. Lirton Nogueira Santos, julgado em 14/05/2024.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600074-12.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculos com o município. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A questão central discutida é a adequação dos vínculos apresentados pelo eleitor para fins de transferência de domicílio eleitoral, conforme a legislação vigente e a jurisprudência eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é elástico, pois conforme o art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021, abrange vínculos residenciais, afetivos, familiares, profissionais ou de outra natureza que justifiquem a escolha do município.

3.2. O eleitor comprovou sua residência no município, mediante cadastro no e-SUS e declaração de atividade profissional como professor em escola localizada no município.

3.3. Os vínculos apresentados são suficientes para a configuração do domicílio eleitoral no referido município.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral é amplo e se satisfaz com a demonstração de quaisquer dos vínculos elencados no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021”.

Dispositivo relevante citado: Resolução do TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600144-29.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 20 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculo residencial comprovado. Documentos idôneos. Desprovimento.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral de eleitora.

II. Questões em discussão

2.1. A principal questão em debate é a existência ou não de vínculo residencial da eleitora com o município, necessário para a transferência de domicílio eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. De acordo com o art. 23, caput, da Resolução TSE n.º 23.659/2021, é necessário comprovar vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional ou comunitário para fins de alistamento ou transferência de domicílio eleitoral.

3.2. A eleitora apresentou fatura de energia elétrica em seu nome, documento que é considerado idôneo para comprovar vínculo residencial com o município.

3.3. O vínculo da eleitora com o município foi devidamente comprovado, não havendo razão para modificar a decisão de primeira instância.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O vínculo residencial comprovado por meio de documentação idônea (fatura de energia elétrica) legitima a transferência de domicílio eleitoral, nos termos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021”.

Dispositivo relevante citado: Resolução TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600166-87.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o seu endereço.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600077-64.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. PRESTADORA DE SERVIÇO PARA O MUNICÍPIO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de documentos que demonstram o exercício de atividade profissional naquela urbe.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-37.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE

VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia, na qual consta o seu endereço.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600034-56.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em nome de sua genitora.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600084-82.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em nome do seu genitor.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600119-42.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE SERVIÇO DE AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO EM NOME DO FILHO DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de serviço autônomo de água e esgoto em nome do seu filho.

2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600108-13.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em nome de sua genitora.

2. Desprovidimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600136-52.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em seu próprio nome; e b) seu título de eleitor. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600034-30.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em nome da própria eleitora; b) título eleitoral da recorrida. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600169-42.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em nome da própria eleitora; b) título eleitoral da recorrida; e c) ficha de cadastro no e-SUS em nome próprio, subscrita pelo Secretário Municipal de Saúde de São João do Arraial/PI. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-57.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em nome da própria eleitora; e b) título eleitoral da recorrida. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600181-56.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) ficha de saúde e-SUS, emitida em nome da eleitora, subscrita pelo Secretário Municipal de Saúde de São João do Arraial/PI; b) e título eleitoral da recorrida. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600064-65.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) a) declaração da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Arraial-PI, constando que a eleitora exerce a profissão de fisioterapeuta no município; b) nota de empenho e de liquidação do Fundo Municipal de São João do Arraial-PI, relativo ao pagamento da eleitora; c) ficha profissional da recorrida no mencionado município; e d) comprovantes de transferência bancária do município para a eleitora.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600158-13.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) documentos pessoais do eleitor; e b) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em nome do seu genitor. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600176-34.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA ELEITORA. COMPROVANTE DE MATRÍCULA DO FILHO EM ESCOLA NO MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULOS COM O MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (RESpe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam a alegada residência e os vínculos.

3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da eleitora, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral. Ademais, a recorrida comprovou a matrícula de seu filho em escola no município.

4. Considerando que há comprovação da residência e da existência de vínculos entre a eleitora e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600170-27.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA ELEITORA. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam a alegada residência e os vínculos.

3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da eleitora, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral.

4. Considerando que há comprovação da residência da eleitora no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600032-60.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. VÍNCULO FAMILIAR. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou comprovante de residência em nome de seu sogro e de sua esposa.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600037-82.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. VÍNCULO FAMILIAR. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou comprovante de residência em nome de seu avô.
4. Comprovado o vínculo familiar com o município.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-29.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DO AVÔ DA ELEITORA. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
- 1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).
3. No caso dos autos, a recorrida solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam a existência dos alegados vínculos.
3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome do avô da eleitora, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral. Precedentes desta Corte.
4. Considerando que há comprovação da residência da eleitora no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-22.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR

MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam os alegados vínculos.

3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da mãe do eleitor, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral.

4. Considerando que há comprovação da residência do eleitor no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600147-81.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. VÍNCULO FAMILIAR. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o cartão do e-SUS em seu nome.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600163-35.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam os alegados vínculos.

3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da mãe do eleitor, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral.

4. Considerando que há comprovação do vínculo eleitoral do eleitor com o município para onde pretende transferir seu domicílio, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-72.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes no documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE) é carente de fidedignidade e é insuficiente para comprovar o vínculo da eleitora com o município. Assim, a prova presente aos autos é frágil para comprovar o vínculo da recorrida com a cidade, de forma que a eleitora não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600066-61.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes na nota fiscal avulsa é carente de fidedignidade e é insuficiente para comprovar o vínculo do eleitor com o município. Assim, a prova presente aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a cidade, de forma que o eleitor não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600098-66.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. As informações constantes na nota fiscal avulsa é carente de fidedignidade e é insuficiente para comprovar o vínculo do eleitor com o município. Assim, a prova presente aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a cidade, de forma que o eleitor não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-14.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de Assunção do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600125-49.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de Assunção do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600116-87.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600168-57.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia de sua titularidade, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600073-53.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, fatura de energia em nome de seu filho, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Assunção do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600126-34.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. As informações constantes na nota fiscal avulsa é carente de fidedignidade e é insuficiente para comprovar o vínculo do eleitor com o município. Assim, a prova presente aos autos é frágil para comprovar o vínculo do recorrido com a cidade, de forma que o eleitor não tem direito ao deferimento do seu pedido de transferência de domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600082-15.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO COM O MUNICÍPIO NÃO COMPROVADO. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. Apenas o documento pessoal apresentado pelo recorrido não é hábil para atestar o seu domicílio na cidade de Assunção do Piauí/Pi, uma vez que o eleitor não é natural da localidade. Ausência de comprovação de quaisquer dos vínculos elencados no art. 23 da Res. TSE nº 23.659/2021 entre o recorrido e o Município de Assunção do Piauí/PI.

3. Recurso conhecido e provido para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600177-19.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-83.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600178-04.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com o Município de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600097-81.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO CONSTATADOS. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA MÃE DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A teor do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “a comprovação do domicílio poderá ser feita por meio de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos.”

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município pretendido, mediante a apresentação de fatura de energia elétrica de titularidade da mãe da eleitora, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600091-74.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.659/2023. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO CONSTATADOS. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO SOGRO DO ELEITOR RECORRIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A teor do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “a comprovação do domicílio poderá ser feita por meio de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos.”

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo do eleitor no município pretendido, mediante a apresentação de fatura de energia elétrica de titularidade do sogro do eleitor, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600156-43.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja o cadastro no e-SUS assinado pelo Secretário de Saúde Municipal, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600068-05.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja, fatura de energia elétrica em nome de seu genitor, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600113-35.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja a fatura de fornecimento de água emitida pela Prefeitura Municipal, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Assunção do Piauí/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600070-98.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 23.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULOS FAMILIAR E AFETIVO CONSTATADOS. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA SOGRA DO ELEITOR RECORRIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A teor do art. 118, da Resolução TSE nº 23.659/2021, “a comprovação do domicílio poderá ser feita por meio de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos.”

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo do eleitor no município pretendido, mediante a apresentação de fatura de energia elétrica de titularidade de sua sogra, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão recorrida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600049-96.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja cartão do SUS e fatura de água em seu nome, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-19.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Consoante se extrai das disposições do art. 23, c/c o art. 38, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021, dentre outros requisitos, a transferência só será admitida se comprovada existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município, pelo tempo mínimo de três meses, com o município pretendido.

2. Não comprovado, por documento hábil, o vínculo residencial da eleitora no município pretendido, nem demonstrada a existência de vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza, que justifique a escolha do novo município, a transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferida.

3. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600067-46.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. INSUBSISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS VÍNCULOS HÁBEIS À FIXAÇÃO DO DOMICÍLIO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Consoante se extrai das disposições do art. 23, c/c o art. 38, II, da Resolução TSE nº 23.659/2021, dentre outros requisitos, a transferência só será admitida se comprovada existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município, pelo tempo mínimo de três meses, com o município pretendido.

2. Não comprovado, por documento hábil, o vínculo residencial da eleitora no município pretendido, nem demonstrada a existência de vínculo afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza, que justifique a escolha do novo município, a transferência de domicílio eleitoral deve ser indeferida.

3. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para indeferir a transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-03.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RES. TSE Nº 21.659/2021. VÍNCULO FAMILIAR CONSTATADO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO IRMÃO. DOCUMENTAÇÃO COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo do eleitor no município, mediante a juntada de fatura de energia em nome do irmão, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600092-59.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculo com o município. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A questão central discutida é a adequação do vínculo apresentado pelo eleitor para fins de transferência de domicílio eleitoral, conforme a legislação vigente e a jurisprudência eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é elástico, pois conforme o art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021, abrange vínculos residenciais, afetivos, familiares, profissionais ou de outra natureza que justifiquem a escolha do município.

3.2. O eleitor comprovou sua residência no município, mediante posse de imóvel rural.

3.3. O vínculo apresentado é suficiente para a configuração do domicílio eleitoral no referido município.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral é amplo e se satisfaz com a demonstração de quaisquer dos vínculos elencados no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021”._____

Dispositivos relevantes citados: Resolução do TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600062-24.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Comprovação de vínculo afetivo e familiar. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso conhecido e desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pela eleitora, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de sua avó, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo”.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600063-80.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR. CONCEITO ELÁSTICO DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE n.º 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pelo eleitora, em especial a fatura de conta de telefone emitida em nome de seu genro, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo”.

Dispositivo relevante citado: Resolução do TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada: TSE, RvE 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, plenário, j. 2.9.2021.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600031-04.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600110-80.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-93.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DA GENITORA DO ELEITOR. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULO FAMILIAR COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Fatura de energia elétrica emitida em nome da genitora do eleitor é documento apto a comprovar seu vínculo familiar com o município para o qual pretende transferir seu domicílio.

Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-17.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO FILHO DA ELEITORA. DOCUMENTO APTO A COMPROVAR VÍNCULO FAMILIAR COM A LOCALIDADE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Fatura de energia elétrica emitida em nome do filho da eleitora é documento apto a comprovar seu vínculo familiar com o município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- Recurso conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600175-49.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral mediante apresentação de fatura de energia em nome próprio.
2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600157-28.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral mediante apresentação de fatura de energia em nome próprio.
2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600061-39.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO SEM COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O ELEITOR. RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE NÃO COMPROVADOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. PROVIMENTO DO RECURSO.

- Comprovante de residência em nome de terceiro sem demonstração de vínculo com o eleitor, desacompanhado de qualquer outro documento, não é apto a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.
- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.
- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600165-05.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA GENITORA DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de fatura de energia em nome de sua genitora.
2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600142-59.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CARTAO e-SUS. DECLARAÇÃO DE MATRÍCULA DE FILHO DA ELEITORAL EM ESCOLA MUNICIPAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 118, § 2º DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cartão e-SUS e certidão de matrícula de filho em escola municipal.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600159-95.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CARTAO e-SUS. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 118, § 2º DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cartão e-SUS em nome próprio e com o mesmo endereço declarado no RAE.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600075-23.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL ELETRÔNICA (DANFE). DOCUMENTO INAPTO A COMPROVAR RESIDÊNCIA OU OUTROS VÍNCULOS COM A LOCALIDADE. PROVIMENTO DO RECURSO.

- A apresentação de documento precário e unilateral não se presta a comprovar a residência do eleitor no município para o qual pretende transferir seu domicílio.

- A ausência de prova de residência, bem como de vínculos do eleitor para com o município para o qual pretende transferir-se é hipótese de indeferimento do RAE.

- Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600086-52.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PARENTESCO NÃO DEMONSTRADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO

DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Fatura de energia em nome mãe da filha do eleitor, desacompanhada de prova de união estável ou casamento, não é documento apto a comprovar sua residência no município para o qual pretende transferir seu domicílio eleitoral.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600504-23.2024.6.18.0028. ORIGEM: SANTO ANTÔNIO DE LISBOA/PI (28ª ZONA ELEITORAL – PICOS/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. NATURALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A eleitora é natural do município de Santo Antônio de Lisboa – PI, o que, por si só, é capaz de estabelecer o seu domicílio eleitoral naquela urbe.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600064-91.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. DANFE EM NOME DE TERCEIRO. RELAÇÃO DE PARENTESCO NÃO DEMONSTRADA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE é inservível para demonstrar que o recorrido possui vínculo eleitoral com o município, pois baseado exclusivamente em informações fornecidas pela própria interessada (no caso, o suposto cônjuge ou a suposta companheira do eleitor), o que faz exsurgir a fragilidade dessa prova.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-46.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CARTÃO DO E-SUS EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cartão do e-SUS em seu nome.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600183-26.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica em nome de Manuela do Nascimento Pereira, filha da eleitora; b) e documentos pessoais que comprovam o parentesco. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600172-94.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) ficha de saúde e-SUS, emitida em nome da eleitora, subscrita pelo Secretário Municipal de Saúde de São João do Arraial/PI; b) e título eleitoral da mãe da recorrida, Cecília Mesquita de Oliveira, em que ela consta como eleitora do município desde 20/06/2017. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600137-37.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fatura de energia elétrica, com endereço em São João do Arraial/PI, emitida em nome de Inácio Mendes da Silva, pai do eleitor; e b) seu título de eleitor. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600062-22.2024.6.18.0072. ORIGEM: PAVUSSU/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 - VÍNCULO NÃO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - INDEFERIMENTO.

1 – Os documentos juntados aos autos para o pedido de transferência foram a) RG, certidão de nascimento e certidão de casamento do recorrente, os quais demonstram que o interessado e sua esposa não são naturais de Pavussu/PI; e b) fatura da Equatorial em nome da Igreja do Evangelho Quadrangular, com endereço em Pavussu/PI, mas sem comprovação de vínculo do recorrente com a referida congregação religiosa. Tais documentos não são aptos a comprovar a necessária conexão entre o eleitor e o domicílio eleitoral pretendido.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600277-33.2024.6.18.0028. O – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 – Recurso conhecido e desprovido. Pedido indeferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600038-67.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A parte juntou aos autos: a) fichas de consultas realizadas na Unidade Básica de Saúde – UBS de São João do Arraial/PI, datadas de maio e junho de 2024, subscritas pelo médico da Estratégia da Saúde Familiar; e b) ficha cadastral de saúde e-SUS, emitida em nome da eleitora, com carimbo e assinatura do Secretário Municipal de Saúde de São João do Arraial/PI. Trata-se de documentos idôneos para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600164-20.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL - TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL - RES. TSE Nº 23.659/2021 – VÍNCULO COMPROVADO - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - DEFERIMENTO.

1 – A eleitora juntou aos autos uma fatura de energia elétrica com endereço em São João do Arraial/PI emitida em nome de seu sogro. Trata-se de documento idôneo para sustentar o pedido exordial, segundo disciplina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

2 – Precedente TRE/PI: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028 – Relator: Juiz Nazareno César Moreira Reis. Julgado em 06 de maio de 2024.

3 - Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida. Pedido inicial deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600111-63.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. PROVA DE VÍNCULO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Ribeira do Piauí/PI contra decisão que deferiu a transferência de domicílio eleitoral de Patrício Pereira da Silva para Ribeira do Piauí-PI.

2. A sentença foi baseada em uma fatura de energia elétrica, emitida em nome do eleitor, comprovando endereço no município de Ribeira do Piauí.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

Âncora 3. A questão em discussão consiste em saber se a documentação apresentada comprova vínculo com o município, nos termos da Resolução TSE n. 23.659/21.

III. RAZÕES DE DECIDIR

4. Fatura de energia elétrica emitida em nome do eleitor, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21.

5. A jurisprudência desta Corte Regional reconhece a aptidão desse documento para a transferência de domicílio eleitoral (Precedente: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028, Rel. Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 0600254-87.2024.6.18.0028).

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Recurso conhecido e desprovido.

7. Fatura de energia elétrica emitida em nome do eleitor, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21 e fundamentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600102-04.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. PROVA DE VÍNCULO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Ribeira do Piauí/PI contra decisão que deferiu a transferência de domicílio eleitoral de Maria das Mercês Chagas de Oliveira para Ribeira do Piauí-PI.

2. A sentença foi baseada em uma fatura de energia elétrica, emitida em nome da eleitora, comprovando endereço no município de Ribeira do Piauí.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

3. A questão em discussão consiste em saber se a documentação apresentada comprova vínculo com o município, nos termos da Resolução TSE n. 23.659/21.

III. RAZÕES DE DECIDIR

4. Fatura de energia elétrica emitida em nome da eleitora, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21.

5. A jurisprudência desta Corte Regional reconhece a aptidão desse documento para a transferência de domicílio eleitoral (Precedente: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028, Rel. Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 0600254-87.2024.6.18.0028).

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Recurso conhecido e desprovido.

7. Fatura de energia elétrica emitida em nome da eleitora, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21 e fundamentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600097-79.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO TIO DA ELEITORA. PROVA DE VÍNCULO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Ribeira do Piauí/PI contra decisão que deferiu a transferência de domicílio eleitoral de Maria das Mercês Chagas de Oliveira para Ribeira do Piauí-PI.

2. A sentença foi baseada em uma fatura de energia elétrica, emitida em nome do tio da eleitora, comprovando endereço no município de Ribeira do Piauí.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

3. A questão em discussão consiste em saber se a documentação apresentada comprova vínculo com o município, nos termos da Resolução TSE n. 23.659/21.

III. RAZÕES DE DECIDIR

4. Fatura de energia elétrica emitida em nome do tio da eleitora, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21.

5. A jurisprudência desta Corte Regional reconhece a aptidão desse documento para a transferência de domicílio eleitoral (Precedente: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028, Rel. Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 0600254-87.2024.6.18.0028).

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Recurso conhecido e desprovido.

7. Fatura de energia elétrica emitida em nome do tio da eleitora, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21 e fundamentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-44.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/P (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. VÍNCULO PROFISSIONAL. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Comprovado o vínculo profissional com o município.

4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-43.2024.6.18.0044. ORIGEM: RIBEIRO GONÇALVES/PI (44ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. INDEFERIMENTO. DOCUMENTOS. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE TERCEIROS SEM A PROVA DO PARENTESCO. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESIDÊNCIA OU DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. No caso dos autos, o recorrente solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali mantém laços afetivos e familiares. No entanto, os documentos apresentados não comprovam os alegados vínculos.

3. A jurisprudência tem se posicionado no sentido de que o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares.

3. 1. Na hipótese, todavia, foram colacionados aos autos faturas de energia e água em nome de terceiros, não sendo provados os vínculos de parentesco.

4. Considerando que não há comprovação da residência nem existência de vínculos entre o eleitor e o município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser indeferido o pleito respectivo

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600083-95.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO SOGRO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de seu sogro e documentos que comprovam o vínculo familiar.

4. Comprovado o vínculo familiar com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600146-96.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida (cadastro no e-SUS) é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a municipalidade, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600072-68.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULOS AFETIVO E FAMILIAR COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, conta de energia elétrica em nome de sua avó materna, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo afetivo e familiar com a cidade de Assunção do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600056-88.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DECISÃO DE DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.
2. A documentação apresentada pela recorrida, consistente em declarações de prestação de serviço expedidas pela Secretaria de Saúde e pela Prefeitura do município, além de ficha do contribuinte, emitido pelo Sistema de Gerenciamento de Tributos do município, fichas da SGP – Programa Mais Médicos, relações de empenho, informações obtidas no Portal da Transparência da Prefeitura, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo profissional no município pretendido.
3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600115-05.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja fatura de telefone da empresa TIM em seu nome, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Assunção do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600106-43.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ (39ª ZONA ELEITORAL – SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO PRETENDIDO. VÍNCULO RESIDENCIAL COMPROVADO. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja, fatura de água de sua titularidade, é suficiente para demonstrar a existência de vínculo residencial com a cidade de Assunção do Piauí, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Manutenção da decisão que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600139-07.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pelo recorrido, qual seja cadastro do e-SUS assinado pelo Secretário de Saúde, em seu próprio nome, as certidões de nascimento de seus filhos,

nas quais consta o seu endereço no município, fatura de energia em nome da mãe de seus filhos, ficha de matrícula de seu filho em creche municipal e a ficha de cadastro do núcleo familiar onde constam os nomes dos membros familiares, assinada por servidor municipal, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de São João do Arraial/PI, o que lhe concede o direito de ter neste seu respectivo domicílio eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600067-20.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. VÍNCULOS AFETIVO, FAMILIAR E RESIDENCIAL COMPROVADOS. DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O conceito de domicílio eleitoral pode ser demonstrado não só pela residência no local com ânimo definitivo, mas também pela constituição de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares. Precedentes.

2. A documentação apresentada pela recorrida, qual seja cartão do e-SUS assinado pelo Secretário de Saúde Municipal e as declarações de matrícula dos filhos, é suficiente para demonstrar a existência de vínculos afetivo, familiar e residencial com a cidade de Assunção do Piauí/PI.

3. Recurso conhecido e desprovido. Deferimento do pedido de transferência do domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600138-22.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculo residencial comprovado. Documentos idôneos. Desprovimento.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral de eleitora.

II. Questões em discussão

2.1. A principal questão em debate é a existência ou não de vínculo residencial da eleitora com o município, necessário para a transferência de domicílio eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. De acordo com o art. 23, caput, da Resolução TSE n.º 23.659/2021, é necessário comprovar vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional ou comunitário para fins de alistamento ou transferência de domicílio eleitoral.

3.2. A eleitora apresentou comprovante de cadastro do e-SUS em seu nome, documento que é considerado idôneo para comprovar vínculo residencial com o município.

3.3. O vínculo da eleitora com o município foi devidamente comprovado, não havendo razão para modificar a decisão de primeira instância.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O vínculo residencial comprovado por meio de documentação idônea legitima a transferência de domicílio eleitoral, nos termos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021”.

Dispositivo relevante citado: Resolução TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600030-90.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculo com o município. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A questão central discutida é a adequação dos vínculos apresentados pelo eleitor para fins de transferência de domicílio eleitoral, conforme a legislação vigente e a jurisprudência eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é elástico, pois conforme o art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021, abrange vínculos residenciais, afetivos, familiares, profissionais ou de outra natureza que justifiquem a escolha do município.

3.2. A eleitora comprovou sua residência no município declaração de atividade profissional como professora em escola localizada no município.

3.3. O vínculo apresentado é suficiente para a configuração do domicílio eleitoral no referido município.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral é amplo e se satisfaz com a demonstração de quaisquer dos vínculos elencados no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021”.

Dispositivos relevantes citados: Resolução do TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600059-43.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Comprovação de vínculo afetivo e familiar. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso conhecido e desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE n.º 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pelo eleitor, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de seu avó, demonstram o vínculo afetivo e familiar deste com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo”.

Dispositivo relevante citado: Resolução do TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada: TSE, RvE 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, plenário, j. 2.9.2021.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600151-21.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculo residencial comprovado. Documentos idôneos. Desprovimento.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A principal questão em debate é a existência ou não de vínculo residencial da eleitora com o município, necessário para a transferência de domicílio eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. De acordo com o art. 23, caput, da Resolução TSE n.º 23.659/2021, é necessário comprovar vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional ou comunitário para fins de alistamento ou transferência de domicílio eleitoral.

3.2. O eleitor apresentou comprovante de cadastro do e-SUS em seu nome, documento que é considerado idôneo para comprovar vínculo residencial com o município.

3.3. O vínculo do eleitor com o município foi devidamente comprovado, não havendo razão para modificar a decisão de primeira instância.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O vínculo residencial comprovado por meio de documentação idônea legitima a transferência de domicílio eleitoral, nos termos do art. 23 da Resolução TSE nº 23.659/2021”.

Dispositivo relevante citado: Resolução TSE nº 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600112-50.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL EM NOME DA ELEITORA. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE é inservível para demonstrar que a recorrida possui vínculo eleitoral com o município, pois baseado exclusivamente em informações fornecidas pela própria interessada, o que faz exsurgir a fragilidade dessa prova.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600101-19.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO IRMÃO DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de seu irmão.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600110-78.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica, na qual consta o endereço de seu genitor.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600122-94.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. NOTA FISCAL AVULSA EM NOME DO ELEITOR. RESIDÊNCIA OU VÍNCULO NÃO DEMONSTRADOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021 E NO ART. 55, § 1º, DO CÓDIGO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO. INDEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA.

- Nota fiscal avulsa é inservível para demonstrar que o recorrido possui vínculo eleitoral com o município, pois baseado exclusivamente em informações fornecidas pelo próprio interessado, o que faz exsurgir a fragilidade dessa prova.

- Recurso provido para indeferir o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600104-73.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em seu nome e com o mesmo endereço declarado no RAE.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600143-44.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CARTÃO DO E-SUS EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cartão do e-SUS em seu nome.

2. Desprovimento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-45.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO ELEITOR. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O recorrido comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica em seu nome, na qual consta o endereço declarado no RAE.
2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-32.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. RECIBO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) DE IMÓVEL EM NOME DA ELEITORA. DECLARAÇÃO DO ITR EM NOME DO PAI. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO RESIDENCIAL E FAMILIAR COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23, DA RESOLUÇÃO 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Documentos acostados aos autos em nome da eleitora e de seu pai, com o mesmo endereço declarado no RAE, comprovam os vínculos residencial e familiar com o município para o qual pleiteou a transferência, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021 e no art. 55 § 1º do Código Eleitoral, devendo ser deferida a sua transferência de domicílio eleitoral.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600140-16.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE ALISTAMENTO ELEITORAL. DEFERIMENTO. ELEITORA NATURAL DO MUNICÍPIO. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVO E COMUNITÁRIO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A naturalidade no município e os documentos pessoais acostados aos autos comprovam seus vínculos afetivo e comunitário com o município para o qual pleiteou o alistamento, conforme disposto no art. 23, caput, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

- Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600106-41.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DEFERIMENTO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO TIO DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia em nome do seu tio.
2. Desprovisionamento do recurso e manutenção da sentença que deferiu o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600050-08.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. CÓPIA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA NO NOME DA ELEITORA. COMPROVAÇÃO DE

VÍNCULO COM O MUNICÍPIO. OBSERVÂNCIA DO ART. 23 DA RESOLUÇÃO TSE 23.659/2021. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A recorrida comprovou o vínculo com o município para o qual requereu sua transferência eleitoral, mediante apresentação de cópia de fatura de energia elétrica em seu nome.
2. Recurso conhecido, mas desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-53.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NOME DO PRÓPRIO ELEITOR. PROVA DE VÍNCULO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso de Diretório Municipal de Partido contra decisão que deferiu pedido de transferência de domicílio eleitoral formulado por eleitor.
2. A sentença foi baseada em uma fatura de energia elétrica, emitida em nome do próprio eleitor, comprovando endereço no município pretendido.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

3. A questão em discussão consiste em saber se a documentação apresentada comprova vínculo com o município, nos termos da Resolução TSE n. 23.659/21.

III. RAZÕES DE DECIDIR

4. Fatura de energia elétrica emitida em nome do próprio eleitor, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21.
5. A jurisprudência desta Corte Regional reconhece a aptidão desse documento para a transferência de domicílio eleitoral (Precedente: RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028, Rel. Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 06/05/2024).

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Recurso conhecido e desprovido.
7. Fatura de energia elétrica emitida em nome do próprio eleitor, com endereço no município onde pretende fixar seu domicílio eleitoral, é documento hábil a comprovar o necessário vínculo a que se refere a Resolução TSE n. 23.659/21 e fundamentar o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

Precedente citado: TRE-PI/ RE nº 0600254-87.2024.6.18.0028, Rel. Juiz Nazareno César Moreira Reis, julgado em 06/05/2024.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600099-49.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO SOGRO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.
3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou faturas de energia em nome de seu sogro e documentos que comprovam o vínculo familiar.
4. Comprovado o vínculo familiar com o município.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600071-81.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EQUATORIAL EM NOME DA MÃE DO ELEITOR. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021, ART. 38, INC. III, C/C ART. 23. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.
- 1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.
2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).
3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam a existência dos alegados vínculos.
3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da equatorial em nome da mãe do eleitor, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral. Precedentes desta Corte.
4. Considerando que há comprovação da residência do eleitor no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.
5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600120-25.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA ELEITORAL. DOMICÍLIO ELEITORAL. DEFERIMENTO. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA POR MEIO DE FATURA DA EMPRESA CLARO EM SEU NOME. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E VÍNCULO ELEITORAL NO MUNICÍPIO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.1.1. Nos termos do art. 23 da Resolução

TSE 23.659/2021, “para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha do município”.

2. Consoante pacífica jurisprudência, “o conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que no Direito Civil e se satisfaz com a demonstração de vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares” (REspe 374-81/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, DJE de 4/8/2014).

3. No caso dos autos, o recorrido solicitou a mudança de domicílio eleitoral, sob a alegativa de que ali reside e mantém laços afetivos e familiares. Com efeito, os documentos apresentados comprovam a residência e os alegados vínculos.3. 1. Na hipótese, foram colacionados aos autos fatura da empresa Claro, concessionária de telefonia móvel, em nome do eleitor, que é considerada prova idônea para a demonstração do vínculo eleitoral.

4. Considerando que há comprovação da residência do eleitor no município para onde pretende transferir seu domicílio eleitoral, deve ser mantido o deferimento do pleito respectivo.5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600087-35.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de energia em nome de sua mãe e documentos que comprovam o vínculo familiar.

4. Comprovado o vínculo com o município.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600081-28.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DA MÃE. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente à transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município *juntou aos contrato de locação de imóvel com firma reconhecida em cartório, em que aparece como locatária, bem como talão de energia em nome do locador*

4. *Comprovado o vínculo residencial com o município.*

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600139-31.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO LOCADOR. CONTRATO DE LOCAÇÃO REGISTRADO EM CARTÓRIO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, o eleitor apresentou fatura de energia em nome de terceiro, mas acompanhada de contrato de locação devidamente registrado em cartório.

4. *Comprovado o vínculo residencial com o município.*

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600136-76.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021. DEFERIMENTO PELO JUIZ A QUO. COMPROVAÇÃO DE DOMICÍLIO. FATURA DE ENERGIA EM NOME DO LOCADOR. CONTRATO DE LOCAÇÃO REGISTRADO EM CARTÓRIO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. A matéria referente a transferência de domicílio eleitoral está disciplinada no Código Eleitoral e na Resolução TSE nº 23.659/2021.

2. Consoante pacífica jurisprudência, o conceito de domicílio eleitoral vai além do domicílio civil, sendo devida a autorização para a operação quando estiverem comprovadas relações afetivas, sociais e familiares entre o cidadão e o município para o qual se pretenda a transferência.

3. Para comprovar o vínculo com o município, a eleitora apresentou fatura de energia em nome de terceiro, mas acompanhada de contrato de locação devidamente registrado em cartório.

4. *Comprovado o vínculo residencial com o município.*

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-98.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Recurso eleitoral. DIREITO ELEITORAL. Transferência de domicílio eleitoral. Comprovação de vínculo afetivo e familiar. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso conhecido e desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE n.º 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pela eleitora, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de seu genitor, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo”.

Dispositivo relevante citado: Resolução do TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada: TSE, RvE 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, plenário, j. 2.9.2021.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600039-52.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Vínculos com o município. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do juiz eleitoral que deferiu o requerimento de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A questão central discutida é a adequação dos vínculos apresentados pela eleitora para fins de transferência de domicílio eleitoral, conforme a legislação vigente e a jurisprudência eleitoral.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é elástico, pois conforme o art. 23 da Resolução do TSE n.º 23.659/2021, abrange vínculos residenciais, afetivos, familiares, profissionais ou de outra natureza que justifiquem a escolha do município.

3.2. A eleitora comprovou vínculo residencial e afetivo com o município para o qual pleiteia a sua transferência, mediante cadastro no e-SUS e comprovação de que seus genitores são eleitores da cidade.

3.3. Os vínculos apresentados são suficientes para a configuração do domicílio eleitoral no referido município.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral é amplo e se satisfaz com a demonstração de quaisquer dos vínculos elencados no art. 23 da Resolução do TSE n.º 23.659/2021”.

Dispositivos relevantes citados: Resolução do TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600131-54.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Comprovação de vínculo com o município. Documento inidôneo. Recurso provido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra decisão do juiz eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral formulado por eleitor.

II. Questões em discussão

2.1. A questão principal é a validade da transferência do domicílio eleitoral, considerando a exigência de comprovação de vínculo com o município.

2.2. A suficiência e idoneidade dos documentos apresentados pelo recorrido para comprovar tal vínculo são igualmente discutidas.

III. Razões de decidir

3.1. A jurisprudência eleitoral admite a transferência de domicílio eleitoral, desde que comprovado vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza com o município, conforme previsto no art. 23 da Resolução TSE n.º 23.659/2021.

3.2. No caso em análise, o documento apresentado (Folha Resumo Cadastro Único - V7) não comprova de forma idônea o vínculo do eleitor com o município, sendo considerado frágil.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso provido.

4.2. Tese de julgamento: “A transferência de domicílio eleitoral requer comprovação de vínculo idôneo e suficiente com o município, sendo inadmissível a aceitação de documentos frágeis como prova desse vínculo”.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada TRE-PI, REI 0600226-22.2024.6.18.0028, Rel. Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, julgado em 7/5/2024.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600089-05.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO AFETIVO E FAMILIAR. CONCEITO ELÁSTICO DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral de eleitora.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pela eleitora, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de sua avó materna, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

3.3. Jurisprudência relevante: TSE - RvE: 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, julg. em 02/09/2021.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Recurso conhecido e desprovido.

4.2. A tese fixada é que o conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600027-38.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

Ementa. Direito eleitoral. Recurso eleitoral. Transferência de domicílio eleitoral. Comprovação de vínculo afetivo e familiar. Conceito elástico de domicílio eleitoral. Recurso conhecido e desprovido.

I. Caso em exame

1.1. Recurso eleitoral interposto por partido político contra a decisão do Juiz Eleitoral que deferiu o pedido de transferência de domicílio eleitoral.

II. Questões em discussão

2.1. A possibilidade de deferimento de transferência de domicílio eleitoral com base em vínculo afetivo e familiar com o município pretendido.

III. Razões de decidir

3.1. O conceito de domicílio eleitoral é mais elástico do que o conceito de domicílio civil, abrangendo vínculos políticos, econômicos, sociais ou familiares, conforme entendimento consolidado na jurisprudência eleitoral e previsão no art. 23 da Resolução do TSE nº 23.659/2021.

3.2. Os documentos apresentados pela eleitora, em especial a fatura de energia elétrica emitida em nome de seu genitor, demonstram o vínculo afetivo e familiar desta com o município, justificando a manutenção do deferimento da transferência de seu domicílio eleitoral.

IV. Dispositivo e tese

4.1. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: “O conceito de domicílio eleitoral abrange vínculos afetivos e familiares, o que permite a transferência do domicílio eleitoral quando comprovado tal vínculo”.

Dispositivo relevante citado: Resolução do TSE n.º 23.659/2021, art. 23.

Jurisprudência relevante citada: TSE, RvE 06005131120206180000, Rel. Min. Sérgio Silveira Banhos, plenário, j. 2.9.2021.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600122-92.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL – ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia no nome de seu genitor, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600119-40.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL – ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DA GENITORA DO ELEITOR. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo do eleitor no município, mediante a juntada de fatura de energia no nome de sua genitora, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de alistamento eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600023-98.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DE CUNHADA DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia no nome de sua cunhada, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600141-98.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL – ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e afetivo da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia no nome de seu genitor, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida para deferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-16.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL – ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO GENITOR DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Comprovados os vínculos familiar e residencial do eleitor no município, mediante a juntada de fatura de energia no seu nome, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de alistamento eleitoral.

3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600094-27.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. COMPROVAÇÃO DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO. VÍNCULO FAMILIAR ESTABELECIDO. COMPROVANTE DE ENDEREÇO EM NOME DO TIO DA ELEITORA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Comprovados os vínculos familiar e residencial da eleitora no município, mediante a juntada de fatura de energia no nome de seu tio, irmão de seu pai, deve ser mantida a decisão que deferiu seu requerimento de transferência eleitoral.
3. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-77.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. ALEGADO VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA RESIDÊNCIA EM PRAZO MÍNIMO DE 3 MESES. INEXISTÊNCIA DE OUTROS VÍNCULOS COM O MUNICÍPIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.
2. Na linha de entendimento desta Corte Eleitoral, para fins de requerimento de transferência, o comprovante de residência apresentado pela eleitora deve demonstrar o tempo mínimo de três meses de vínculo eleitoral com a localidade, conforme exigido pelo art. 38, inciso III, da Resolução TSE nº 21.659/2021.
3. No caso dos autos, a eleitora apresentou fatura de empresa de telefonia em seu nome, emitida em data que não evidencia período mínimo de residência exigido pela norma de regência. Diante da ausência de demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral da eleitora no município pretendido, a decisão de primeiro grau deve ser reformada.
4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-44.2024.6.18.0040. ORIGEM: FRONTEIRAS/PI (40ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR COM PEDIDO DE LIMINAR. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.600/2019. DIVULGAÇÃO DA PESQUISA DE MUNICÍPIO DIVERSO DO INFORMADO NO SISTEMA PESQUELE. AUSÊNCIA DE CORREÇÃO/EXCLUSÃO NO SISTEMA DA PESQUISA PELA EMPRESA RESPONSÁVEL. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O §3.º do art. 8.º da Resolução TSE n.º 23.600/2019 determina: “(...) devendo em caso de erro em relação a esse campo, a pesquisa ser cancelada pela própria usuária ou pelo próprio usuário, sem prejuízo da apresentação de um novo registro.” Ou seja, em que pese não ser permitida a correção da Unidade Federativa, o usuário do sistema PesqEle pode cancelar a inserção da pesquisa e apresentar, sem prejuízo, um novo registro.

2. Conforme prevê o §5.º do art. 2.º da citada Resolução, a integridade e o conteúdo dos arquivos e das informações inseridos no PesqEle são de inteira responsabilidade da entidade ou empresa realizadora do registro da pesquisa eleitoral.

3. Uma vez constatado o erro na inserção da pesquisa eleitoral, cabia à empresa o imediato cancelamento no sistema da pesquisa equivocadamente inserida e a inclusão da pesquisa correta. Tendo persistido no sistema a pesquisa erroneamente incluída e, sendo da responsabilidade da empresa a correção ou a complementação do registro da pesquisa eleitoral, a pesquisa deve ser considerada como não registrada, conforme disposto no já citado §6.º do art. 8.º da Resolução n.º 23.600/2019.

4. Recurso conhecido e desprovido do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600105-56.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL. RESOLUÇÃO TSE Nº 21.659/2021. ALEGADO VÍNCULO RESIDENCIAL COM O MUNICÍPIO. FRAGILIDADE DA PROVA APRESENTADA. INEXISTÊNCIA DE OUTROS VÍNCULOS COM O MUNICÍPIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A comprovação do domicílio eleitoral se faz mediante a apresentação de um ou mais documentos dos quais se infira a existência de vínculo residencial, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da localidade pela pessoa para nela exercer seus direitos políticos, nos termos da Resolução TSE nº 21.659/2021.

2. Na linha de entendimento desta Corte, para fins de requerimento de transferência, o comprovante de residência apresentado pelo eleitor não é suficiente para comprovar vínculo e apresenta fragilidade.

3. No caso dos autos, o eleitor apresentou fatura telefônica da empresa Claro, emitida no mesmo dia do seu requerimento e sem o campo de validação do boleto, documento que se mostra inservível para comprovar o vínculo alegado. Diante da ausência de demonstração de outros vínculos hábeis à fixação do domicílio eleitoral do eleitor no município pretendido, a decisão de primeiro grau deve ser reformada.

4. Recurso conhecido e provido. Decisão reformada para indeferir o requerimento de transferência eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600046-68.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Nos IDs 22195658 e 22195661 constam, documento de identificação do recorrido e fatura de energia elétrica da Equatorial — em nome do genitor do eleitor —, com endereço no município em questão. O conteúdo dos documentos acima revela o vínculo familiar do recorrido com a urbe, sendo tal suficiente para ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600028-23.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa ao ID 22191885, apresentada quando do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE, consta edital de convocação, declaração e recibos de pagamento de salário pelo município de São João do Arraial-PI, aptos a demonstrar o vínculo profissional do eleitor com o município, na condição de professor. Também consta do ID 22191890, a apresentação de declaração de prestação de serviços no município em questão — como professor — firmada pelo Diretor da Escola Agrícola dos Cocais-EFA Cocais, de modo a caracterizar vínculo profissional suficiente para fixação do domicílio eleitoral.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600161-65.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, o recorrido apresentou, em anexo ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22191640), fatura de energia da empresa Equatorial. Do exame dos documentos acima, resta comprovado o vínculo residencial alegado uma vez que o comprovante de endereço alusivo ao mês de janeiro de 2024 foi emitido em nome próprio do eleitor recorrido. Admitido, portanto, o referido documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/202.

3. Vínculo eleitoral com a urbe, demonstrado.

4. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600021-31.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600055-06.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600035-41.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. ALISTAMENTO. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, a ora recorrida anexou ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22190353) uma nota fiscal de venda de mercadoria emitida em 28/12/2023. Do exame do documento acima, constato não ser possível aferir o vínculo residencial alegado.

O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

3. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

5. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600040-63.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600124-64.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo residencial e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600123-79.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600109-95.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo residencial e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600117-72.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo residencial e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600121-12.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados, não resta devidamente comprovado o vínculo eleitoral suficiente ao deferimento da transferência Eleitoral.

2. Vínculo eleitoral não comprovado.

3. Recurso provido para reformar a r. sentença de primeiro grau e indeferir o pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600090-89.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados, não resta devidamente comprovado o vínculo eleitoral suficiente ao deferimento da transferência Eleitoral.

2. Vínculo eleitoral não comprovado.

3. Recurso provido para reformar a r. sentença de primeiro grau e indeferir o pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-94.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, a ora recorrida anexou ao Requerimento de Alistamento Eleitoral-Operação Transferência – RAE (ID 22191265) uma nota fiscal de venda de mercadoria

emitida em 26/02/2024. Do exame do documento acima, constato não ser possível aferir o vínculo residencial alegado. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

3. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

5. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600058-84.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, a ora recorrida anexou ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22192504) uma nota fiscal de venda de mercadoria emitida em 02/01/2024. Do exame do documento acima, constato não ser possível aferir o vínculo residencial alegado. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

3. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

5. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600024-12.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, a ora recorrida anexou ao Requerimento de Alistamento Eleitoral-Operação Transferência – RAE (ID 22190667) uma nota fiscal de venda de mercadoria emitida em 19/02/2024. Do exame do documento acima, constato não ser possível aferir o vínculo residencial alegado. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

3. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

5. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-42.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. No caso vertente, o ora recorrido anexou ao Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE (ID 22190635) uma nota fiscal de venda de mercadoria emitida em 21/02/2024. Do exame do documento acima, constato não ser possível aferir o vínculo residencial alegado. O aludido documento não é meio hábil para caracterização da residência uma vez que constituído com base em mera declaração unilateral da parte interessada.

3. Ademais, ainda que se pudesse admitir o referido tipo de documento para fins de comprovação de endereço, o mesmo não revela o prazo mínimo de 3 (três) meses de vínculo com o município, exigido no art. 38, III, da Resolução TSE nº 23.659/2021.

4. Vínculo eleitoral com o município não comprovado.

5. Recurso provido para indeferir o pedido de transferência.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600035-15.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima. Outrossim, a apresentação declaração de prestação de serviços no município em questão caracteriza vínculo profissional suficiente para fixação do domicílio eleitoral.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600080-45.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Em anexo ao ID 22190935 consta documentação complementar ao RAE em que a eleitora apresentou documentos de identificação e comprovante de residência — fatura de energia da Equatorial — em nome de Angelina Oliveira de Araújo Chaves, sendo esta sua tia. O conteúdo dos documentos acima revela o vínculo familiar da recorrida com o município, sendo tal suficiente para ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-11.2024.6.18.0019. ORIGEM: MASSAPÊ DO PIAUÍ/PI (19ª ZONA ELEITORAL – JAICÓS/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Em ID 22197072 consta em anexo ao RAE, certidão de nascimento do recorrido e fatura de energia elétrica da Equatorial — em nome da avó do eleitor —, com endereço no município em questão. O conteúdo dos documentos acima revela o vínculo familiar do recorrido com a urbe, sendo tal suficiente para ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600060-54.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Em ID 22192490 consta em anexo ao RAE documento de identificação da recorrida e fatura de energia elétrica da Equatorial — em nome do genitor da eleitora —, com

endereço no município em questão. O conteúdo dos documentos acima revela o vínculo familiar da recorrida com a urbe, sendo tal suficiente para ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600105-58.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Em ID 22192218 consta anexo ao RAE documento de identificação do recorrido, certidão de casamento e fatura de energia elétrica da Equatorial — em nome da esposa do eleitor —, com endereço no município em questão. O conteúdo dos documentos acima revela o vínculo residencial e familiar do recorrido com a urbe, sendo tal suficiente para ensejar o deferimento do pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600057-73.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral

RECURSO ELEITORAL Nº 0600029-08.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente do eleitor com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo residencial e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600152-06.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600069-87.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO FAMILIAR E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.

2. Vínculo familiar e afetivo comprovado.

3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600171-12.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima. Outrossim, a apresentação declaração de matrícula do seu filho na rede municipal de São João do Arraial-PI caracteriza vínculo suficiente para fixação do domicílio eleitoral.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600141-74.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL E AFETIVO COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos constata-se a existência de vínculo suficiente da eleitora com a cidade pretendida, a justificar a manutenção da Transferência Eleitoral.
2. Vínculo residencial e afetivo comprovado.
3. Recurso desprovido para manter o deferimento do pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600048-14.2024.6.18.0080. ORIGEM: SÃO JOÃO DO ARRAIAL/PI (80ª ZONA ELEITORAL - MATIAS OLÍMPIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.
2. Por expressa disposição do regulamento de regência (art. 118, §2º da Resolução TSE nº 23.659/21), a apresentação de cartão do usuário do Serviço Único de Saúde – SUS é documento hábil para comprovação do vínculo eleitoral diverso do residencial, não se exigindo, por consequência, residência mínima.
3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600096-96.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ELEITORAL COM O MUNICÍPIO.

1. Da análise dos documentos acostados, não resta devidamente comprovado o vínculo eleitoral suficiente ao deferimento da transferência Eleitoral.
2. Vínculo eleitoral não comprovado.
3. Recurso provido para reformar a r. sentença de primeiro grau e indeferir o pedido de Transferência Eleitoral.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600077-90.2024.6.18.0039. ORIGEM: ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI (39ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO TAPUIO/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.
2. Na documentação anexa ao ID 22190471 consta o Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE acompanhado de comprovante de endereço — fatura do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do município de Assunção do Piauí/PI — em nome de terceiro sem comprovação de relação de parentesco com a eleitora. O conteúdo dos

documentos acima revela que a recorrida não comprovou vínculo eleitoral com a urbe, devendo ser indeferido o pleito de transferência.

3. Recurso provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600095-12.2024.6.18.0072. ORIGEM: RIBEIRA DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI). RELATOR: JUIZ SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO. JULGADO EM 29 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO ELEITORAL. (RESOLUÇÃO TSE Nº 23.659/2021). VÍNCULO RESIDENCIAL, PATRIMONIAL, FAMILIAR, AFETIVO OU PROFISSIONAL COM O MUNICÍPIO.

1. Segundo a jurisprudência do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, o domicílio eleitoral diz respeito não apenas à intenção de fixar residência em uma determinada localidade, mas também aos vínculos patrimoniais, culturais, afetivos ou comunitários que se firmam entre o cidadão e o município no qual pretende desempenhar seus compromissos eleitorais.

2. Na documentação anexa às contrarrazões (ID 22196032), consta documento de identificação do eleitor e de seu pai, certidão de casamento de sua avó e fatura de energia da Equatorial com endereço no município pretendido, tendo como titular Ana Mesquita Cronemberger, sendo este o nome de solteira de sua avó. O conteúdo dos documentos acima revela que o recorrido comprovou vínculo eleitoral — familiar — com a urbe, devendo ser deferido o pleito de transferência.

3. Recurso desprovido.

17 RECURSO CRIMINAL ELEITORAL

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000027-57.2010.6.18.0087. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JANEIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – ACÓRDÃO – FALSIDADE IDEOLÓGICA OU INSCRIÇÃO FRAUDULENTA DE ELEITOR – ARTIGOS 350 E 289 DO CÓDIGO ELEITORAL – DOMICÍLIO ELEITORAL – NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Recurso eleitoral contra sentença que julgou improcedente ação penal por falsidade ideológica eleitoral. Admissibilidade do recurso confirmada. Mérito: análise da alegação de falsa declaração de domicílio eleitoral pela ré para transferência junto à 87ª Zona Eleitoral do Estado do Piauí (Município de Marcos Parente–PI). Inexistência de provas de aliciamento ou finalidade ilícita na mudança do local de votação. Diferenciação entre domicílio civil e eleitoral conforme legislação eleitoral e Resolução TSE nº 23.659/21. Constatada a residência prévia da ré em Marcos Parente–PI e ausência de elementos que comprovem a prática de crime nos termos dos artigos 350 e 289 do Código Eleitoral. Sentença mantida por sua consonância com a interpretação atual do conceito de domicílio eleitoral. Recurso Conhecido e Desprovido.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000024-05.2010.6.18.0087. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE JANEIRO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – ACÓRDÃO – FALSIDADE IDEOLÓGICA OU INSCRIÇÃO FRAUDULENTA DE ELEITOR – ARTIGOS 350 E 289 DO CÓDIGO ELEITORAL – TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO ELEITORAL – NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Recurso conhecido.
2. O domicílio eleitoral não se confunde com o domicílio civil, e vários são os vínculos reconhecidos pela legislação eleitoral para permitir a mudança do local de votação (ver art. 118 da Resolução TSE nº 23.659/21, incidente na hipótese, por ser norma posterior mais benéfica).
3. O recorrido (Nielsen Gomes Lopes de Souza) é nascido em Floriano–PI, que dista pouco mais de 100 Km do Município de Marcos Parente–PI, o que aponta para a existência de vínculos afetivos com a região. Ademais, não há qualquer indício nos autos de que tenha havido algum tipo de aliciamento, por candidato ou cabo eleitoral, para que ele tenha pedido a modificação do domicílio para Marcos Parente–PI.
4. Para que a transferência de domicílio seja considerada um ato passível de persecução penal, é indispensável que se demonstre concretamente a existência de alguma finalidade ilícita na mudança do local de votação, pois a legislação eleitoral atual oferece relativa liberdade ao eleitor para escolher esse local.
5. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0600002-55.2020.6.18.0083. ORIGEM: SIMPLÍCIO MENDES/PI (37ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO EM AÇÃO PENAL. CRIME ELEITORAL. ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. AUSÊNCIA DE PROVA. ABSOLVIÇÃO.

- Para a configuração do tipo previsto no artigo 299 do Código Eleitoral, é indispensável a abordagem ao eleitor com o fim de obtenção da promessa de que o voto será dado ou de que haverá abstenção em decorrência da oferta feita.
- Depoimentos de testemunhas que não confirmam a ocorrência do ilícito apontado.

- Provas insuficientes para demonstrar a configuração do ilícito previsto no art. 299 do Código Eleitoral.
- Improcedência da pretensão condenatória consignada na denúncia e consequente absolvição dos réus por falta de provas, nos termos do inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000007-66.2010.6.18.0087. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO CRIMINAL. ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. INSCRIÇÃO FRAUDULENTA. TIPICIDADE DA CONDUTA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DO DELITO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA. ABSOLVIÇÃO

1. O magistrado de 1º grau declarou atipicidade da conduta por entender que inscrição fraudulenta não abrangia transferência eleitoral. Ocorre que a matéria já havia sido enfrentada por esta Corte e não cabe mais discussão sobre a tipicidade formal.
2. Não restou comprovada, entretanto, a materialidade do delito.
3. De fato, observo haver indícios da prática do crime de inscrição fraudulenta pelo acusado. Todavia, não foram produzidas provas suficientes que corroborassem a tese da acusação
4. Dessa forma, vendo que as declarações incriminatórias e os documentos em que se baseiam o Ministério Público não podem sustentar um decreto condenatório, eis que ausente prova segura e produzida sob o crivo da mais ampla defesa. Penso restar dúvida e que esta deve militar em favor do acusado.

6. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO

7. CAUSA MADURA. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO PUNITIVA.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000016-28.2010.6.18.0087. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 06 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO. CRIME DE INSCRIÇÃO FRAUDULENTA. ART. 289 DO CÓDIGO ELEITORAL. SENTENÇA. IMPROCEDÊNCIA. DENÚNCIA CALCADA EM CERTIDÕES. PROVAS INDICIÁRIAS. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA INSUFICIENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Para configurar o crime eleitoral do art. 289 do CE, a inscrição ou transferência deve ocorrer de modo fraudulento, ou seja, a ação criminosa deve ser desenvolver por meio de artifício ou artil que induza em erro a serventia cartória, quando da aferição dos requisitos exigidos para as respectivas operações no cadastro eleitoral.
2. Nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a condenação da ré não poderia calcar-se exclusivamente em certidão referente à diligência no endereço declarado no RAE, devendo ser cotejada com outras provas produzidas durante a instrução processual.
3. Inexistência de prova robusta a ensejar a condenação pleiteada. Aplicação do princípio in dubio pro reo.
4. Recurso desprovido.

RECURSO CRIMINAL ELEITORAL Nº 0000010-90.2019.6.18.0059. ORIGEM: PALMEIRA DO PIAUÍ (59ª ZONA ELEITORAL – CRISTINO CASTRO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 19 DE AGOSTO DE 2024.

ELEIÇÕES 2012. RECURSO CRIMINAL. DELITOS TIPIFICADOS NO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. SENTENÇA QUE ABSOLVEU OS RECORRIDOS. INEXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS DOS FATOS NARRADOS NA DENÚNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO PARA MANTER A ABSOLVIÇÃO DOS RÉUS.

1. A condenação pelo crime previsto no art. 299 do Código Eleitoral deve amparar-se em prova robusta pela qual se demonstre, de forma inequívoca, a prática de todos os elementos do fato criminoso imputado aos réus, conforme precedentes desta Justiça Especializada.

2. Caso em que as declarações apresentadas no curso das investigações não foram corroboradas na instrução da ação penal eleitoral por outros elementos de prova, de modo a demonstrar, de forma inequívoca, a ocorrência dos crimes eleitorais narrados na denúncia.

3. Recurso conhecido, mas desprovido.

18 RECURSO / REPRESENTAÇÃO

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-79.2023.6.18.0063. ORIGEM: TERESINA/PI (1ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 13 DE MAIO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR CONDUTA VEDADA E ABUSO DE PODER – ALEGATIVA DE USO DE IMÓVEL, SERVIDORES E BENS MÓVEIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM PROL DE PRÉ-CANDIDATURA – PRELIMINARES: INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E FALTA DE INTERESSE, INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA, INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA E CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA AO CONTRADITÓRIO POR AUSÊNCIA DE DEGRAVAÇÃO DE VÍDEO – REJEIÇÃO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PROVAS - DESPROVIMENTO DO RECURSO

1 – PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. O art. 73, I, da Lei das Eleições, no entanto, não fixa termo inicial para o ajuizamento de demandas que versem sobre a apuração de tal prática. Ao contrário do que fez em outros incisos do mesmo dispositivo, o legislador optou por não restringir a configuração dessa espécie de conduta vedada aos três meses antes da eleição ou mesmo ao ano eleitoral. Rejeição.

2 – PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA. A análise da inicial demonstra que os fatos foram narrados de forma clara e objetiva, sendo que os representados são os parlamentares que participaram do ato que se deseja ver reconhecido como conduta vedada, dentre eles, o recorrido que suscitou a preliminar. Rejeição.

3 – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. A peça recursal, ainda que reiterando os argumentos da inicial, trouxe elementos que revelam os motivos da inconformidade da parte em relação à decisão recorrida. Na tentativa de evidenciar o equívoco da sentença, embora de modo raso, o recorrente reafirmou a tese de que os ilícitos anunciados estão devidamente comprovados nos autos. Em casos tais, não incide a Súmula 26 do TSE, conforme a jurisprudência daquela própria Corte. Precedente: (Recurso Ordinário Eleitoral nº060290230, Acórdão, Min. Floriano De Azevedo Marques, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 16/10/2023). Rejeição.

4 – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA/OFENSA AO CONTRADITÓRIO POR AUSÊNCIA DE DEGRAVAÇÃO DE VÍDEO. No caso, viabilizou-se aos demandados acesso pleno e imediato ao inteiro teor da matéria jornalística mencionada na inicial, a qual é, na verdade, pública. Não há, por outro lado, qualquer registro de impedimento ao direito de defesa ou ao exercício do contraditório por parte dos recorridos. Rejeição.

5 – MÉRITO.

5.1 – No caso, não se vislumbrou afronta à isonomia que deve existir entre os futuros concorrentes da próxima disputa eleitoral municipal.

5.2 - Quase um ano antes das eleições de 2024, a Assembleia Legislativa foi palco para o anúncio de uma aliança política entre atuais membros daquela Casa, sem qualquer elemento extraordinário a denotar quebra de paridade de armas entre pré-candidatos de uma eleição ainda tão longínqua ao tempo dos fatos. Não se vislumbrou efetivo viés de campanha eleitoral no aludido evento, uma vez que consistiu em um movimento de

organização prévia envolvendo pactos de pré-campanha, tão comuns na vida política, especialmente, dentro dos parlamentos estaduais.

5.3 - Mesmo que a moldura fática se enquadrasse em propaganda tipicamente eleitoral em data próxima ao pleito, seria preciso avaliar a especificidade em relação ao local do evento, em que se relativiza o uso dos bens públicos em contextos de campanha, pois, segundo o art. 37, § 3º, da Lei das Eleições, “nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da mesa diretora”.

5.4 - As Assembleias Legislativas são espaços eminentemente voltados ao debate político e não há nos autos qualquer alegativa de impedimento a que os próprios recorrentes realizassem o mesmo tipo de evento naquele parlamento.

5.5 - Para a condenação pelas práticas de conduta vedada e captação ilícita de sufrágio requer-se a existência de prova harmônica e robusta acerca da ocorrência dos atos anunciados.

5.6 - Quando a parte autora não consegue comprovar cabalmente a ocorrência dos ilícitos narrados, deve-se reconhecer a improcedência da demanda.

5.7 - Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600008-39.2024.6.18.0013. ORIGEM: DIRCEU ARCOVERDE/PI (13ª ZONA ELEITORAL - SÃO RAIMUNDO NONATO/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2024. PESQUISA ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA RESOLUÇÃO DE REGÊNCIA. SENTENÇA. JULGAMENTO IMPROCEDENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO.

1.1. A sentença foi publicada no DJE nº 58/2024, de 04 de abril do corrente ano, enquanto o recurso foi protocolado na data de 08 de abril.

1.2. A Resolução 23.608/2019 e a Lei das Eleições trazem o prazo de 1 (dia) para recurso e contrarrazões na representação, o que, em princípio, poder-se-ia entender que o prazo recursal fora descumprido.

1.3. Consoante demonstrado em manifestação pelo recorrente, o mesmo foi induzido a erro pelo PJE, que informou o prazo recursal de três dias. Diante de tal fato, há que se ponderar a aparente intempestividade, consoante pacificada jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral.

1.4. “No caso em exame, observa-se que houve equívoco na indicação do término do prazo recursal contido no sistema eletrônico mantido exclusivamente por esta Justiça especializada (...) não se pode apenar as partes, em respeito aos princípios da boa-fé, da cooperação processual de todos os que participam do processo judicial e, notadamente, da proteção da confiança, ante a legítima expectativa, dos sujeitos do processo, da fidedignidade das informações fornecidas pelo sistema processual gerido pela Justiça Eleitoral. Precedente. Embargos de Declaração no Recurso na Representação nº 060085552, Acórdão, Min. Raul Araujo Filho, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 28/06/2023”.

1.5. Afasto a preliminar e conheço do recurso.

2. MÉRITO. Afirma o recorrente que a pesquisa de nº PI-01021/2024, registrada em 07/03/2024, não reuniu todas as informações obrigatórias, haja vista não ser observada a indicação das fontes de dados públicos utilizados, além de constar descrição genérica dos

mecanismos de controle e fiscalização, o que conduziria à conclusão de serem inexistentes.

3. No que tange aos dados públicos, o instituto de pesquisa demonstrou a utilização de dados expedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo IBGE. Acostou ainda aos autos o mapa contendo os pontos GPS das entrevistas realizadas.

4. Quanto à alegação de descrição genérica dos mecanismos de controle e fiscalização, em consulta ao site do TSE, no campo de consulta às pesquisas registradas, observa-se que não houve descumprimento do requisito. Consta dos autos, ainda, relatório de conferência e fiscalização de coletas de dados assinado pelo Coordenador de pesquisa.

5. Acertada a sentença pela improcedência da representação, ante a pesquisa ter sido devidamente registrada e ter preenchidos os requisitos necessários.

6. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600012-52.2024.6.18.0021. ORIGEM: PIRACURUCA/PI (21ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

ELEIÇÕES 2024. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PRÉ-CANDIDATO. EXALTAÇÃO DAS QUALIDADES. OFENSA À ESPOSA DE EX-PREFEITO. DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES. SENTENÇA QUE JULGA IMPROCEDENTE A DEMANDA. RECURSO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTOS OU EQUIVALENTE. COMPROVAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Quanto ao momento de sua realização, a propaganda pode ser tempestiva ou intempestiva: a tempestiva é aquela realizada a partir de 16 de agosto do ano das Eleições; a intempestiva, a realizada antes dessa data. No entanto, deve-se observar as condutas previstas no artigo 36-A da Lei 9.504/1997 e outras formas de manifestação que vêm sendo ampliadas pela legislação e pela jurisprudência em homenagem à liberdade de expressão. Nesses casos, não se configura a propaganda eleitoral antecipada.

2. Dentre as formas que não caracterizam o ilícito, aponta-se a do inciso V do artigo 36 da Lei 9.504/1997 e artigo 3º da Resolução TSE nº 23.610/2019, que possibilita aos pré-candidatos exaltarem suas qualidades pessoais e fazerem menção a sua pretensa candidatura.

3. É certo que as contendas político-eleitorais exigem maior respeito às liberdades de expressão e pensamento. Por outro lado, cabe a esta Justiça Especializada coibir os abusos com base nos parâmetros legais e jurisprudenciais. Isso posto, em que pese a liberdade de expressão largamente privilegiada pelo Tribunal Superior e por esta Corte, além do pedido explícito de votos, o uso de “palavras mágicas” (magic words) que a ele se equiparem continuam proscritos no período de pré-campanha.

4. Pela análise dos vídeos, jingle e prints trazidos aos autos não foi possível verificar qualquer pedido explícito de voto, tampouco o uso das palavras mágicas indicadas pelo Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 9-24/SP, que serve de parâmetro para a classificação da propaganda antecipada.

5. Suposta ofensa à honra de terceira que, ao que tudo indica não é pré-candidata no pleito que se avizinha, deve ser apurada na Justiça Comum.

6. Por outro lado, outra baliza que a legislação e o Tribunal Superior Eleitoral impõem para a configuração de propaganda antecipada é a utilização de meio, forma ou instrumento proibido em campanha eleitoral. No presente caso, com base no material utilizado como prova, é possível perceber a utilização, por diversas pessoas, de boné padronizado, na

cor azul, com a inscrição “JATOBÁ”; além de camisetas padronizadas, também na cor azul, com a inscrição “EU AMO JATOBÁ”.

7. Ressalta-se, também, que nos referidos vídeos e postagens os recorridos se faziam presentes, inclusive abraçando as pessoas que se encontravam com os bonés e camisetas com alusão ao candidato “Marcelo Jatobá”, não havendo que se falar em desconhecimento. Outrossim, não se pode dizer que a padronização está sendo utilizada por pessoas que trabalham na campanha, a ensejar a permissão no § 2º do artigo 18 da Resolução 23.610/2019.

8. Resta clara, portanto, a distribuição, com autorização dos recorridos Eduardo Felipe de Lima Melo Sampaio e Francisco Marcelo Carvalho Nunes, de camisetas e bonés, em claro descumprimento ao disposto nos artigos 3º-A da Resolução TSE 23.610/2019 c/c 39, § 6º da Lei 9.504/97.

8.1. Multa de R\$ 10.000,00 aos pré-candidatos, ora recorridos, aplicada com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando-se a quantidade de bens distribuídos, a perpetuidade da propaganda e a quantidade de eventos em que houve a utilização dos bens, com a presença dos recorridos.

9. Recurso conhecido e parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600004-29.2024.6.18.0004. ORIGEM: PARNAÍBA/PI (4ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 03 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. DIVULGAÇÃO DE VÍDEO PELA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTOS E DE UTILIZAÇÃO DE PALAVRAS MÁGICAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O c. TSE já decidiu que “é lícito ao cidadão explicitar, em rede social, as qualidades pessoais que o qualificam para o exercício de cargo eletivo futuro, podendo enfatizar a sua prévia experiência na política, pontuar compromissos a serem assumidos e rogar apoio político. Previsão expressa, por opção legislativa, no art. 36–A, V, § 2º, da Lei n. 9.504/97. (TSE - AREspEI: 060004983 BARRA DOS COQUEIROS - SE, Relator: Min. Carlos Horbach, Data de Julgamento: 07/10/2021, Data de Publicação: 08/11/2021)”

2. Vídeo contendo diálogo entre Vereador e pré-candidato divulgado na rede social Instagram. Divulgação pelo Vereador de apoio a pré-candidato a Prefeito, bem como de ações e propostas a serem desenvolvidas caso este seja eleito, como também manifestação da sua posição pessoal do parlamentar sobre a atuação de correligionários que já exercem cargos eletivos (Governador e Presidente). Anúncio de pré-candidatura, bem como das áreas que terão prioridade, caso venha a gerir o município. Atos permitidos em período de pré-campanha, a teor do art. 36-A da Lei das Eleições.

3. Inexistência de pedido expresso de votos ou utilização de palavras mágicas.

4. Desprovimento do recurso.

5. Manutenção da sentença para julgou improcedente o pedido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-23.2023.6.18.0089. ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. SENTENÇA MANTIDA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO.

- Mensagens que não configuram propaganda extemporânea, pois de “acordo com o atual entendimento deste Tribunal Superior, desde que inexistente pedido expresso de votos, a menção à possível candidatura, acompanhada da divulgação do número com o qual pretende concorrer o pré-candidato em rede social (Facebook), não configura propaganda eleitoral antecipada. (...). - (Recurso Especial Eleitoral nº 3793, Acórdão, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 29/05/2017) - Publicação que não configura propaganda irregular. - Não configurada propaganda extemporânea, o recurso deve ser conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600021-38.2023.6.18.0089. ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ). RELATOR DESIGNADO: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULALIO DANTAS. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. SENTENÇA MANTIDA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO.

1. Postagem em rede social contendo referência direta ao pleito vindouro ou cargo em disputa e o pedido explícito de voto, de não voto ou o uso de "palavras mágicas" para esse fim, configuram propaganda eleitoral extemporânea irregular.
2. Reconhecida a ocorrência de propaganda eleitoral antecipada irregular, impõe-se a aplicação das sanções fixadas no art. 36, § 3º, da Lei nº 9.504/1997.
3. Recurso eleitoral conhecido mas não provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-53.2023.6.18.0089. ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 20 DE JUNHO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE VOTO. SENTENÇA REFORMADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.

- Mensagens que não configuram propaganda extemporânea, pois de “acordo com o atual entendimento deste Tribunal Superior, desde que inexistente pedido expresso de votos, a menção à possível candidatura, acompanhada da divulgação do número com o qual pretende concorrer o pré-candidato em rede social (Facebook), não configura propaganda eleitoral antecipada. (...). - (Recurso Especial Eleitoral nº 3793, Acórdão, Relator(a) Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Data 29/05/2017) - Publicação que não configura propaganda irregular. - Não configurada propaganda extemporânea, o recurso deve ser conhecido e provido para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-84.2023.6.18.0038. ORIGEM: PAULISTANA/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSOS ELEITORAIS. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. ARTS. 36 E 36-A DA LEI 9.504/97. PRIMEIRO RECURSO CONHECIDO. SEGUNDO RECURSO NÃO CONHECIDO POR INTEMPESTIVIDADE. MÉRITO. VEÍCULO DE SOM. PROPAGAÇÃO DE "PALAVRAS MÁGICAS". ADESIVO DO CANDIDATO. CUSTEIO DA PROPAGANDA COM RECURSOS DA PREFEITURA. PRÉVIO CONHECIMENTO. CONFIGURAÇÃO. MULTA. DESPROVIMENTO.

1. O prazo recursal em representação por propaganda eleitoral é de 24 horas, nos termos do art. 96, § 8º da Lei nº 9.504/97 e não de 3 (dias) aplicável a outras ações eleitorais, devendo não ser conhecido o recurso interposto além desse prazo.

2. O fato descrito na representação configura propaganda eleitoral antecipada, pois, conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, embora não haja pedido explícito de voto, há utilização de “palavras mágicas” equivalentes ao pedido de voto e o lançamento antecipado do nome do atual prefeito às eleições vindouras.

3. Caso em que a propaganda impugnada não se insere nas hipóteses de exclusão de propaganda antecipada, elencadas nos incisos I a VI do art. 36-A da Lei nº 9.504/97, pois o veículo de som não divulgava a realização de encontro ou congresso partidário, prévias partidárias para divulgação de ideias, objetivos ou propostas partidárias, ao revés, vocalizava atributos do recorrente, que exerce o cargo de prefeito e provável candidato à reeleição nas eleições vindouras, em afronta à paridade de armas.

4. O prévio conhecimento está demonstrado tanto pela circulação do veículo de som, adesivado com a foto do pré-candidato recorrente, pelas ruas da cidade de pequeno porte, quanto pelo suposto custeamento do combustível do citado veículo pela prefeitura municipal.

5. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600001-86.2024.6.18.0097. ORIGEM: TERESINA/PI (97ª ZONA ELEITORAL/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 9 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR CONDUTA VEDADA E ABUSO DE PODER – ALEGATIVA DE USO DE IMÓVEL, SERVIDORES E BENS MÓVEIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM PROL DE PRÉ-CANDIDATURA – PRELIMINARES: INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, INÉPCIA DA INICIAL E INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA – REJEIÇÃO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PROVAS - DESPROVIMENTO DO RECURSO.

PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. A peça recursal, ainda que reiterando os argumentos da inicial, trouxe elementos que revelam os motivos da inconformidade da parte em relação à decisão recorrida. Na tentativa de evidenciar o equívoco da sentença, embora de modo repetitivo, o recorrente reafirmou a tese de que os ilícitos anunciados estão devidamente comprovados nos autos. Em casos tais, não incide a Súmula 26 do TSE, conforme a jurisprudência daquela própria Corte. Precedente: Recurso Ordinário Eleitoral nº060290230, Acórdão, Min. Floriano De Azevedo Marques, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 16/10/2023. Rejeição.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. A alegativa de que a inicial não se fez acompanhar de prova robusta dos ilícitos anunciados pelo autor deve ser apreciada quando na análise de mérito do recurso. Rejeição.

PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. O art. 73, I, da Lei das Eleições não fixa termo inicial para o ajuizamento de demandas que versem sobre a apuração da prática vedada a que se refere. Ao contrário do que fez em outros incisos do mesmo dispositivo, o legislador optou por não restringir a configuração dessa espécie de conduta vedada aos três meses antes da eleição ou mesmo ao ano eleitoral. Rejeição.

4 - MÉRITO.

4.1 – No caso, não se vislumbrou afronta à isonomia que deve existir entre os futuros concorrentes da próxima disputa eleitoral municipal.

4.2 - O evento a que se refere a exordial consistiu em nítido um ato parlamentar oficial de visita às instalações do Hospital Universitário. As provas constantes dos autos demonstram que, com antecedência, foi enviado pela Comissão de Saúde, Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí um ofício ao HU, solicitando uma data para a aludida visita.

4.3 - De acordo com os slides exibidos na ocasião pelo superintendente do hospital (Paulo Márcio), houve uma apresentação na oportunidade, sobre os avanços da instituição, o cumprimento de metas de 2019 a 2023, além de dados sobre contratações, captação de recursos, pesquisas realizadas e outros temas afins.

4.4 - As imagens constantes do processo provam que se fizeram presentes ao evento outros parlamentares piauienses, dentre eles, o Presidente da aludida comissão; bem como apenas uma quantidade razoável de pessoas, reunidas num auditório, não se podendo sequer afirmar quantas e quais faziam parte do corpo funcional da instituição. Não se demonstrou a alegada paralisação das atividades do hospital por conta do evento.

4.5- Nas mídias constantes dos autos, em momento algum se observou tom eleitoral nos pronunciamentos e manifestações dos interlocutores. Não se demonstrou que houve qualquer menção a candidatura, aliança política ou muito menos, pedido de voto. Quando se anunciou o direcionamento de emenda parlamentar para o HU, inclusive, manteve-se a mesma postura isenta de referências a pré-candidaturas.

4.6-Não se verificou, portanto, uso eleitoral ou a presença de qualquer elemento extraordinário a denotar quebra de paridade de armas entre os concorrentes da próxima eleição.

4.7- Para a condenação pelas práticas de conduta vedada e captação ilícita de sufrágio requer-se a existência de prova harmônica e robusta acerca da ocorrência dos atos anunciados.

4.8- Quando a parte autora não consegue comprovar cabalmente a ocorrência dos ilícitos narrados, deve-se reconhecer a improcedência da demanda.

4.9 - Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600007-75.2024.6.18.0006. ORIGEM: BARRAS/PI (6ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. CONFECÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES A ELEITORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. DIVULGAÇÃO DE EVENTO PELA REDE SOCIAL INSTAGRAM. ATO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1.Confecção e distribuição de brindes (camisas e adesivos personalizados) a eleitores. Ausência de comprovação da responsabilidade do pré-candidato pela confecção, utilização ou distribuição de benesses a eleitores. Propaganda eleitoral antecipada não configurada.

2. Com a edição da Lei nº 13.165/2015, a propaganda eleitoral passou a ser relativizada, sendo permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

3. Pequeno grupo de apoiadores políticos do pré-candidato, manifestando-se pelo uso de camisetas e adesivos em carros com o nome deste. Quantidade módica do material, o que sugere se tratar de indiferente eleitoral.

4. Divulgação de evento na rede social Instagram. A divulgação de apoio político e pré-candidatura em redes sociais é ato permitido pela legislação. Segundo o art. 38, caput e

§1º, da Resolução nº 23.610/2019 do TSE, a atuação da Justiça Eleitoral em relação aos conteúdos divulgados na internet deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático, a fim de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura.

5. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600018-94.2024.6.18.0074. ORIGEM: BARRO DURO/PI (74ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA EM PARTE. DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO OU NÃO VOTO. VEICULAÇÃO EM SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL. ART. 3º-A, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.610/2019. MEIO PROSCRITO. ART. 57-C, § 1º, II, DA LEI DAS ELEIÇÕES. CONFIGURAÇÃO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 3º, DO ART. 36, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Por força do disposto no § 3º, do art. 36, da Lei nº 9.504/97, a divulgação de propaganda eleitoral antecipada “...sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado o seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.”

2. Na espécie, ao analisar as postagens noticiadas em 06.02.2024, com conteúdo eleitoral divulgadas em conta pessoal do representado no Instagram, o MM. Juiz Eleitoral entendeu circunscritas no permissivo do art. 36-A, da Lei nº 9.504/97. Contudo, por ter vinculado a sua conta pessoal com a da Prefeitura Municipal de Barro Duro-PI, o pré-candidato representado, na condição de Secretário daquele Município, acabou por infringir o art. 3º-A, da Resolução TSE nº23.610/2019, pelo que divulgou conteúdo eleitoral em meio proscrito (art. 57-C, §1º, II, da Lei Eleitoral).

3. Consoante jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, “o emprego de meio proscrito na pré-campanha é apto a configurar a propaganda eleitoral antecipada, ainda que não haja pedido explícito de votos.” (Agravamento Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 060001856, Acórdão, Min. Ricardo Lewandowski, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 21/03/2023.)

4. Recurso provido. Sentença reformada apenas para incluir a sanção pecuniária aplicada ao representado.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600047-36.2024.6.18.0013. ORIGEM: SÃO RAIMUNDO NONATO (13ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA NEGATIVA ANTECIPADA – POSTAGENS EM STORIES DE INSTAGRAM – MONTAGENS DE IMAGEM DE PRÉ-CANDIDATO COM NARIZ DE PINÓQUIO, AFIRMAÇÕES DE QUE ELE SERIA MENTIROSO, FIGURINHAS DE RISOS E FRASES DESACREDITANDO EM PESQUISA ELEITORAL IMPUGNADA – EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DE PESSOA COMUM DO POVO – AUSÊNCIA DE ABUSO OU EFETIVA OFENSA À HONRA OU IMAGEM DO PRÉ-CANDIDATO - PROVIMENTO DO RECURSO – REFORMA DA SENTENÇA – IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA

1 – No caso, o representado publicou em seu Instagram pessoal três stories contendo montagens de fotos do pré-candidato com o nariz do personagem Pinóquio, afirmações de que o mesmo seria mentiroso, figurinhas de risos e menções de descrédito a uma pesquisa eleitoral que o classificava como primeiro colocado na intenção de votos dos munícipes.

2 - Não se verificou conduta que desborde do permissivo legal que regula a atuação de pessoas naturais na internet. Trata-se tão-somente de livre manifestação de pensamento do eleitor, veiculada em sua própria rede social, sob a modalidade de postagem mais efêmera do Instagram (story), que dura apenas 24 (vinte e quatro) horas.

3 - Classificam-se os posts como meros comentários de internet, sem pedido explícito de não voto, com apelo crítico e cômico, exprimindo por meio de montagens pueris a opinião do eleitor sobre o resultado de uma pesquisa na qual, particularmente, desacreditou.

4 - Um dos pilares da democracia é exatamente a liberdade de expressão, de opinião, de manifestação das pessoas. Desde que não se veicule fatos notoriamente inverídicos, não se extrapole o limite do razoável e não se ofenda, de modo direto, a honra e a imagem do candidato, não há falar em ilícito eleitoral.

5 - “Não é qualquer crítica contundente a candidato ou ofensa à honra que caracteriza propaganda eleitoral negativa antecipada, sob pena de violação à liberdade de expressão” (REspe nº 0600057-54/MA, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe de 22.6.2022 – grifei). ”.

6 – Ausência de plausibilidade para responsabilização eleitoral do requerido, quanto mais mediante imposição de uma multa que excede em muito o mínimo legal, uma vez que as publicações objeto dos autos encontram-se inegavelmente protegidas pela liberdade constitucional de expressão.

7 - Recurso provido. Reforma da sentença. Improcedência da demanda.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-35.2024.6.18.0089. ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL - VALENÇA DO PIAUÍ). RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. PESQUISA REGISTRADA. AUSÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO TEMPESTIVA. APLICAÇÃO DE MULTA. SENTENÇA MANTIDA. DESPROVIMENTO.

- Irregularidade da pesquisa restou incontroversa na medida em que o recorrente admitiu não ter complementado tempestivamente os dados referente ao número de eleitores entrevistados por cada setor censitário.

- Não merece prosperar a alegação de que “não houve qualquer tipo de prejuízo a população ou aos candidatos, a breve ausência dos dados censitários no sistema PesqEle pelo período de 08 dias, em que o sistema ficou sem o arquivo anexado”. O fato é que na linha do entendimento firmado pelo TSE, a “juntada tardia da informação faltante não afasta a irregularidade detectada, tendo em vista o prejuízo à ampla fiscalização da pesquisa pelos interessados. (...)” (Ac. de 17.2.2022 no AgR-REspEI nº 060042883, rel. Min. Edson Fachin.) - Sentença mantida.

- Aplicação de multa. - Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600025-18.2024.6.00.0000. ORIGEM: MARCOS PARENTE/PI (46ª ZONA ELEITORAL – GUADALUPE/PI). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE JULHO DE 2024.

RECURSO EM REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2024. PESQUISA ELEITORAL. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA RESOLUÇÃO DE REGÊNCIA. SENTENÇA. JULGAMENTO IMPROCEDENTE. PRELIMINARES. LITISPENDÊNCIA. CONSTATAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 485, I E VI, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA: reconhecida no outro processo, o qual foi julgado extinto sem julgamento do mérito.

2. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA: ACOLHIMENTO.

2.1. Consoante art. 15, Resolução TSE n. 23.600/2019, figuram como legitimados ativos da representação voltada para a impugnação da pesquisa apenas o Ministério Público, as candidatas e os candidatos, os partidos políticos, as coligações e as federações de partidos.

2.2. No caso, ficou patente a ilegitimidade ativa do recorrente, que não demonstrou a qualidade de representante do partido. Com efeito, em consulta ao Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias do Tribunal Superior Eleitoral, é possível perceber na certidão de composição do órgão partidário municipal representante que é presidida por outra pessoa e nela o nome do recorrente não figura como membro partidário.

3. Ante a constatação da ausência de legitimidade ativa, incide a regra prevista no art. 485, I e VI, do CPC, que define o julgamento sem resolução de mérito para os casos de ocorrência do fenômeno processual.

3.1. Porém, o juiz, apesar de reconhecer a ausência de comprovação da legitimidade do autor, que impõe o indeferimento da inicial e extinção do processo sem análise do mérito com fulcro no art. 321, c/c art. 485, I, do CPC, adentrou no mérito e julgou improcedente o pedido, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

3.2. Nesse aspecto, a sentença deve ser reformada, pois, ante a ausência de legitimidade ativa, nos termos do art. 15, Resolução TSE n. 23.600/2019 cominado com o art. 485, VI, do CPC, o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito.

4. Ante o acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa a decisão recorrida deve ser reformada para que, com a extinção do processo sem resolução do mérito, com espeque no art. 485, I e VI, do CPC, afastando-se a sanção de litigância de má-fé prevista no art. 80, I, do CPC.

5. Reforma da sentença da improcedência da representação, para indeferir a petição inicial e julgar extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 321 e art. 485, VI, do CPC.

6. Recurso parcialmente provido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-26.2024.6.18.0022. ORIGEM: CORRENTE/PI (22ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR. PESQUISA REALIZADA POR EMPRESA SEM REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL ESTATÍSTICA - LEGALIDADE - DESPROVIMENTO DO RECURSO – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

1- Não se exige que a empresa realizadora de pesquisa eleitoral seja registrada em conselho regional de estatística, sendo tal registro mera faculdade - art. 5º, IV, da Resolução TSE nº 23.600/2016. Assim, não cabe à Justiça Eleitoral ampliar o rol de exigências para divulgação de pesquisas eleitorais, em detrimento do que determina a legislação.

2- Recurso desprovido. Sentença mantida.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600041-54.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 30 DE JULHO DE 2024.

ELEIÇÕES 2024. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA. PRÉ-CANDIDATO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE BRINDES. RECURSO DESPROVIDO.

1. Quanto ao momento de sua realização, a propaganda pode ser tempestiva ou intempestiva: a tempestiva é aquela realizada a partir de 16 de agosto do ano das Eleições; a intempestiva, a realizada antes dessa data. No entanto, deve-se observar as condutas previstas no artigo 36-A da Lei 9.504/1997 e outras formas de manifestação que vêm sendo ampliadas pela legislação e pela jurisprudência em homenagem à liberdade de expressão. Nesses casos, não se configura a propaganda eleitoral antecipada.

2. Dentre as formas que não caracterizam o ilícito, aponta-se a do inciso V do artigo 36 da Lei 9.504/1997 e artigo 3º da Resolução TSE nº 23.610/2019, que possibilita aos pré-candidatos exaltarem suas qualidades pessoais e fazerem menção a sua pretensa candidatura.

3. Por outro lado, outra baliza que a legislação e o Tribunal Superior Eleitoral impõem para a configuração de propaganda antecipada é a utilização de meio, forma ou instrumento proibido em campanha eleitoral. No presente caso, com base no material utilizado como prova, não restou configurada a distribuição de camisetas, a ensejar desobediência ao disposto no §6º do artigo 36-A da Resolução TSE 23.610/2019.

4. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-96.2024.6.18.0013. ORIGEM: SÃO RAIMUNDO NONATO/PI (13ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 12 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO – IMPUGNAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL – SENTENÇA BASEADA EM PREMISSE FÁTICA EQUIVOCADA – IDENTIFICADOR DA PESQUISA DEVIDAMENTE APONTADO NA EXORDIAL – ERRO DE JULGAMENTO – NULIDADE DA SENTENÇA - PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO – RETORNO DOS AUTOS À ZONA DE ORIGEM PARA QUE SEJA PROFERIDA NOVA SENTENÇA.

1- A sentença padece de notória falha ao se basear em premissa fática equivocada, por considerar que “a representante sequer indicou o número da suposta pesquisa eleitoral e tampouco coligiu qualquer elemento probatório que permita, efetivamente, identificar a pesquisa impugnada e examinar os vícios apontados”.

2 - O identificador da pesquisa eleitoral impugnada foi apontado logo na primeira página da inicial.

3 – Ocorrência de erro de julgamento, que ocasionou a ausência de apreciação das alegativas da impugnante, tornando carente de fundamentação a sentença e prejudicando gravemente o exercício do contraditório no presente processo.

4 – Nulidade da sentença - arts. 93, IX, da Constituição Federal e 489 do CPC.

5- Recurso parcialmente provido. Determinação de retorno dos autos à zona de origem para que seja proferida nova sentença.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600043-96.2024.6.18.0013. ORIGEM: SÃO RAIMUNDO NONATO/PI (13ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 12 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO – IMPUGNAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL – SENTENÇA BASEADA EM PREMISSE FÁTICA EQUIVOCADA – IDENTIFICADOR DA PESQUISA DEVIDAMENTE APONTADO NA EXORDIAL – ERRO DE JULGAMENTO – NULIDADE DA SENTENÇA - PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO – RETORNO DOS AUTOS À ZONA DE ORIGEM PARA QUE SEJA PROFERIDA NOVA SENTENÇA.

1- A sentença padece de notória falha ao se basear em premissa fática equivocada, por considerar que “a representante sequer indicou o número da suposta pesquisa eleitoral e tampouco coligiu qualquer elemento probatório que permita, efetivamente, identificar a pesquisa impugnada e examinar os vícios apontados”.

2 - O identificador da pesquisa eleitoral impugnada foi apontado logo na primeira página da inicial.

3 – Ocorrência de erro de julgamento, que ocasionou a ausência de apreciação das alegativas da impugnante, tornando carente de fundamentação a sentença e prejudicando gravemente o exercício do contraditório no presente processo.

4 – Nulidade da sentença - arts. 93, IX, da Constituição Federal e 489 do CPC.

5- Recurso parcialmente provido. Determinação de retorno dos autos à zona de origem para que seja proferida nova sentença.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600020-29.2024.6.18.0021. ORIGEM: PIRACURUCA/PI (21ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 13 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO. REPRESENTAÇÃO ELEITORAL POR PROPAGANDA IRREGULAR. SUPOSTA PROPAGANDA ANTECIPADA VEICULADA NAS REDES SOCIAIS. AUSÊNCIA DE URL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. PRELIMINAR DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. REJEIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Inexiste violação ao princípio da dialeticidade quando, apesar de sucintas, forem indicadas as razões para alteração da decisão recorrida.

2. A petição inicial da representação relativa à propaganda irregular, nos casos de manifestação em ambiente de internet, será instruída com a identificação do endereço da postagem (URL ou, caso inexistente esta, URI ou URN) e a prova de que a pessoa indicada para figurar como representado é o seu autor, sob pena de não conhecimento.

3. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-09.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL - SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 13 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ELEITORAL IRREGULAR COM PEDIDO DE LIMINAR. PESQUISAS ELEITORAIS. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.600/2019. PRELIMINAR DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DA QUANTIDADE DE ELEITORES POR BAIRRO PESQUISADO. COMPROVADA A COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS NO REGISTRO NO SISTEMA DO TSE. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Preliminar arguida pelo Ministério Público Eleitoral de perda superveniente do objeto da liminar por ter o recorrente impetrado o Mandado de Segurança (MS n.º 0600344-82.2024.6.18.0000) com idêntico pedido de liminar que foi indeferido. Não se trata propriamente de matéria preliminar, mas sim questão prejudicial que se confunde com as razões do recurso, restando despicienda a análise do pedido de antecipação, porquanto analisada junto ao mérito recursal.

2. As informações relativas ao detalhamento do número de eleitores nos bairros onde a pesquisa foi realizada foram incluídas em campo específico no sistema do TSE, nos termos do art. 2º, §7º, IV, da Resolução nº 23.600/2019. O recorrente não trouxe outros

elementos de prova para demonstrar que as informações não estavam disponíveis no Sistema PesqEle, no prazo determinado pela Resolução.

3. Da análise dos autos, o que se verifica, em que pesem as alegações do recorrente acerca de suposta ausência de complementação dos dados, é que o registro da pesquisa impugnada atende a todos os requisitos para a divulgação.

4. Desprovimento do recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-17.2024.6.18.0015. ORIGEM: BOM JESUS/PI (15ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ DANIEL DE SOUSA ALVES. JULGADO EM 20 DE AGOSTO DE 2024.

DIREITO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2024. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL. CONDUTA VEDADA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MULTA. UTILIZAÇÃO DO RITO PROCEDIMENTAL PREVISTO NO ART. 96 DA LEI DAS ELEIÇÕES. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU PELA PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. INADEQUAÇÃO DO RITO UTILIZADO NO FEITO PARA PROCESSAR E JULGAR A ALEGADA CONDUTA VEDADA. DESATENÇÃO AO ART. 22 DA LC Nº 64/90. ACOLHIMENTO.

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA: Ao deixar de adotar o procedimento determinado pelo art. 22 da LC n.º 64/90, o julgador retirou a possibilidade de serem apresentados elementos probatórios com algum potencial para influir na sua convicção, ferindo, assim, o direito ao devido processo legal e à ampla defesa.

2. O rito sumaríssimo das representações por propaganda eleitoral irregular/antecipada é marcado pela celeridade, cognição limitada e oportunidades probatórias restritas, sendo incompatível a sua aplicação nas ações de representação por conduta vedada, captação ilícita de sufrágio e gastos ilícitos eleitorais, nas quais, por possuírem sanções mais gravosas, a instrução probatória deve ser mais ampla.

3. ACOLHIMENTO da preliminar de nulidade da sentença por adoção de procedimento incorreto/inadequado no que se refere à suposta prática de conduta vedada narrada na exordial, devendo os presentes autos serem devolvidos à origem, com a anulação de todos os atos posteriores à apresentação da contestação, passando a seguir, a partir de então, o procedimento do art. 22 da LC n.º 64/90.

4. Provimento parcial do Recurso.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600017-28.2024.6.18.0004. ORIGEM: PARNAÍBA/PI (4ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 22 DE AGOSTO DE 2024.

ELEIÇÕES 2024. PROPAGANDA ELEITORAL EXTEMPORÂNEA NEGATIVA. PRÉ-CANDIDATO. VÍDEO DE CARÁTER OFENSIVO. PEDIDO EXPLÍCITO DE NÃO VOTO. MAGIC WORDS. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE A DEMANDA. RECURSO. MULTA APLICADA EM PATAMAR MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE DE DIREITO DE RESPOSTA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Análise acerca da configuração de propaganda antecipada negativa ou irregular a atrair a multa prevista no § 3º do artigo 36 da Lei 9.504/1997. O legislador entendeu por fixar o pedido explícito de votos como caracterizador da propaganda. Por uma questão lógica, o Tribunal Superior Eleitoral entende que isso englobaria também o pedido explícito de não voto.

2. É certo que as contendas político-eleitorais exigem maior respeito às liberdades de expressão e de pensamento. Entretanto, cabe a esta Justiça Especializada coibir os abusos com base nos parâmetros legais e jurisprudenciais. Assim, em que pese a

liberdade de expressão largamente privilegiada pelo Tribunal Superior e por esta Corte, além do pedido explícito de voto/não voto, o uso de “palavras mágicas” (magic words) que a ele se equiparem também são proscritos no período de pré-campanha.

3. Configurado no vídeo objeto de discussão o pedido de não voto mediante magic words, especialmente no trecho “Agora está na hora de mandar ele embora”. Trata-se de uma frase que visa a aclamar ao interlocutor que não eleja o pré-candidato.

4. “A propaganda negativa é defendida como uma oportunidade de trazer à tona elementos que estavam secretos sobre determinados candidatos e que podem ser importantes para a apreciação e avaliação por parte da população. Em uma eleição em que apenas positivities são evidenciadas, há pouca sensibilização dos cidadãos e poucos elementos distintivos entre os candidatos. Dentro de um modelo de democracia que tem o cidadão como parte central de seu processo, é necessário possuir as ferramentas possíveis para que ele tenha acesso amplo às informações e possa, a partir de seu próprio juízo, determinar quais informações são relevantes para a sua tomada de decisão”. (RAIS, Diogo (Coord.). Direito eleitoral digital. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018).

5. A simples propaganda negativa, per si, não representa um ilícito eleitoral. No entanto, percebe-se facilmente da visualização do vídeo a ofensa proferida, trespassando os limites de uma publicidade negativa. Assim, não subsiste a alegação das recorrentes de que a mídia se trata de livre manifestação do pensamento. As imagens jocosas e a letra da música não deixam a menor dúvida quanto à ofensa proferida.

6. Pelo teor do vídeo apresentado, o mesmo seria vedado até mesmo no período eleitoral (a partir de 16 de agosto), motivo pelo qual também é vedado no período anterior.

7. Multa aplicada em sentença no valor mínimo, não subsistindo o argumento das recorrentes no sentido de que se trata de uma quantia desproporcional e desarrazoada.

8. Quanto ao pedido subsidiário de “restauração do conteúdo na rede social e assegurado ao Recorrido o direito de resposta”, não merece acolhimento, haja vista se tratar de hipótese não prevista na legislação.

9. Recurso conhecido e desprovido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600052-17.2024.6.18.0059. ORIGEM: SANTA LUZ/PI (59ª ZONA ELEITORAL – CRISTINO CASTRO/PI). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO. PESQUISA ELEITORAL. ERRO NO NOME DO MUNICÍPIO. SANTA FÉ EM VEZ DE SANTA LUZ. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME

1.1. **Ação e Sentença:** Leite & Nascimento Pesquisa e Consultoria Ltda interpôs recurso contra a sentença do Juízo da 59ª Zona Eleitoral, que julgou procedente a representação do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Santa Luz/PI, em face do recorrente e da Direção Estadual do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), determinando a não divulgação de pesquisa eleitoral. O Juízo de origem considerou relevante o erro no nome do município na pesquisa, decidindo pela proibição de sua divulgação.

1.2. **Resumo do Recurso:** A recorrente alegou que o erro de grafia do nome do município (Santa Fé em vez de Santa Luz) não comprometeria a idoneidade da pesquisa e que a proibição da divulgação da pesquisa violaria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. Relevância do Erro no Nome do Município: A questão central é determinar se o erro na grafia do nome do município é suficientemente grave para comprometer a confiabilidade e validade da pesquisa eleitoral.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3.1. Erro Grosseiro: Foi identificado que o erro na pesquisa não se limita a uma simples falha de digitação, mas envolve a substituição completa do nome do município. Esse tipo de erro é considerado suficientemente grave para interferir nos resultados da pesquisa, comprometendo sua confiabilidade.

3.2. Jurisprudência e Doutrina: A jurisprudência eleitoral sustenta que erros materiais em pesquisas eleitorais podem ser relevantes o suficiente para justificar a proibição de sua divulgação. Além disso, o princípio da transparência é um fator determinante, razão pela qual a ocorrência de dúvida sobre a confiabilidade da pesquisa autoriza a procedência da impugnação.

3.3. Ministério Público Eleitoral: Em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, que destacou a gravidade do erro e a falta de confiabilidade da pesquisa, foi decidido pelo desprovimento do recurso.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4.1. Conclusão do Julgamento: O recurso foi conhecido e desprovido, mantendo-se integralmente a sentença recorrida que proibiu a divulgação da pesquisa eleitoral.

4.2. Tese: Erro substancial na identificação do município em pesquisa eleitoral é causa suficiente para impedir a divulgação dos resultados, por comprometer a confiabilidade e a idoneidade da pesquisa.

DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS

- Art. 16, Lei nº 9.504/97
- Resolução TSE nº 23.600/2019

RECURSO ELEITORAL Nº 0600054-53.2024.6.18.0037. ORIGEM: PAES LANDIM/PI (37ª ZONA ELEITORAL – SIMPLÍCIO MENDES/PI). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 26 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. RECURSO EM REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. POSTAGENS EM REDES SOCIAIS E APLICATIVOS DE MENSAGENS. EXPRESSÕES "TÔ COM FM" E SEMELHANTES. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. EXERCÍCIO REGULAR DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. INEXISTÊNCIA DE ILÍCITO ELEITORAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso interposto por Diretório Municipal de Partido contra sentença que julgou improcedente Representação por Propaganda Eleitoral Antecipada, ajuizada em desfavor de um pré-candidato a prefeito e o respectivo partido.

2. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

3. Verificar se as postagens realizadas configuram propaganda eleitoral antecipada, nos termos do art. 36-A da Lei nº 9.504/97.

4. Analisar se as expressões utilizadas nas postagens, tais como "Tô com FM" e "Paes Landim tá com FM", constituem pedido explícito de voto, caracterizando ilícito eleitoral.

III. RAZÕES DE DECIDIR

1. A legislação eleitoral autoriza a pré-campanha, permitindo menção à pretensa candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e demais atos especificados nos incisos referido art. 36-A, desde que não envolvam pedido explícito de voto.
2. Jurisprudência do TSE entende que expressões semanticamente similares ao pedido explícito de voto também estão vedadas; contudo, no caso concreto, as expressões utilizadas nas postagens refletem mero apoio pessoal e não configuram pedido explícito de voto (Agravo de Instrumento nº 060009124, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE, 05/02/2020).
3. A interferência da Justiça Eleitoral em conteúdos de internet deve ser mínima, privilegiando a liberdade de expressão, conforme art. 38 da Lei nº 9.504/97 e a Resolução TSE n. 23.610/2019.

IV. DISPOSITIVO E TESE

4. Recurso conhecido e desprovido.
5. Tese: A utilização de expressões que indicam mero apoio pessoal em redes sociais e aplicativos de mensagens, sem apelo direto ao voto, não configura propaganda eleitoral antecipada, desde que respeitados os limites da liberdade de expressão e as regras eleitorais.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600022-50.2024.6.18.0004. ORIGEM: PARNAÍBA/PI (4ª ZONA ELEITORAL). RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 27 DE AGOSTO DE 2024.

DIREITO ELEITORAL. ELEIÇÃO 2024. RECURSO EM REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA NEGATIVA. PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL. CONOTAÇÃO CRÍTICA SEM OFENSA À HONRA. SENTENÇA PELA IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I. CASO EM EXAME

1. Recurso interposto por partido político e pré-candidato contra sentença que julgou improcedente a representação por propaganda eleitoral antecipada negativa ajuizada em razão de publicação crítica realizada em suas redes sociais no Instagram.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Há duas questões em discussão: (i) determinar se a publicação da recorrida configura propaganda eleitoral antecipada negativa; (ii) verificar se houve ofensa à honra do pré-candidato recorrente ou desbordo dos limites da liberdade de expressão.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. A publicação mencionada possui apenas conotação crítica, sem ofensa à honra ou à imagem do pré-candidato recorrente.
4. A postagem não contém pedido explícito de voto ou de não voto, tampouco discurso de ódio ou imputação de crime, configurando-se dentro dos limites da liberdade de expressão e do debate democrático.
5. A atuação da Justiça Eleitoral deve ocorrer com a menor interferência possível no debate democrático, conforme os artigos 27, §§ 1º e 2º, e 57-J da Lei nº 9.504/1997 e Resolução TSE 23.610/2019.
6. A nomeação da recorrida para cargo público não impede o exercício de sua liberdade de expressão em perfis pessoais de redes sociais.

IV. DISPOSITIVO E TESE

7. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: 1. Publicação em rede social com conotação crítica ao pré-candidato, sem ofensa à honra, não configura propaganda eleitoral antecipada negativa.

Dispositivos relevantes citados: Resolução TSE 23.610/2019, art. 27, §§ 1º e 2º; Lei nº 9.504/1997, art. 57-J.

Jurisprudência relevante citada: TSE, DR nº 060159170, Rel. Min. Cármen Lúcia, Sessão de 28.10.2022.

19 REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0600370-17.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 26 DE JANEIRO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. RESOLUÇÃO TSE nº 23.604/2019. CONTAS ORIGINALMENTE JULGADAS NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO DEFERIDO.

1. Pedido de regularização de contas apresentado após o trânsito em julgado da decisão que as julgou originalmente como não prestadas, referentes ao exercício financeiro de 2018.
2. As exigências regulamentares previstas nas disposições da Resolução TSE nº 23.604/2019 para regularização da situação de inadimplência foram atendidas.
3. O pedido foi instruído com documentação indispensável para a análise de contas.
4. A ausência de repasses de cotas de recursos do fundo partidário para o Partido em questão enseja pronta regularização da sua anotação perante este Regional.
5. Pedido deferido.

RECURSO ELEITORAL Nº 0600083-46.2023.6.18.0035. ORIGEM: GILBUÉS/PI (35ª ZONA LEITORAL). RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 11 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL - REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2020 - DEFERIMENTO. IMPEDIMENTO DE OBTER CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL DURANTE A LEGISLATURA RESPECTIVA - RECURSO DESPROVIDO.

- 1 – O deferimento de pedido de regularização de contas de campanha não implica o levantamento do impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral no transcurso da respectiva legislatura.
- 2 – Mesmo após a regularização da situação de inadimplência em relação às contas de campanha, somente após o término da legislatura correspondente ao mandato para o qual a interessada concorreu, é que será possível a obtenção do documento de quitação eleitoral art. 80, I, e § 5º, II, da Res. TSE nº 23.607/2019.
- 3 – Recurso desprovido.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600048-60.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 06 DE MAIO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO 2015. CONTAS ORIGINALMENTE JULGADAS NÃO PRESTADAS. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E PEÇAS EXIGIDOS PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO DEFERIDO.

1. Pedido de regularização de contas apresentado após o trânsito em julgado da decisão que as julgou originalmente como não prestadas, referentes ao exercício de 2015.
2. As exigências processuais previstas nas disposições da Resolução TSE nº 23.604/2019 para regularização da situação de inadimplência foram atendidas.
3. O pedido foi instruído com documentação exigida para a análise das contas.

4. A ausência de repasses de cotas de recursos do fundo partidário para o Partido em questão enseja pronta regularização da sua anotação perante este e. TRE/PI.

5. Pedido deferido.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL Nº 0600237-72.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DA OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO.

- A legislação de regência é clara quando afirma que a situação de inadimplência do candidato somente deve ser levantada após o efetivo recolhimento dos valores devidos. Art. 80, §§ 3º e 4º, c.c. §5º, I, da Resolução TSE nº 23.607/2019. A Seção de Programação e Execução Orçamentária – SEPEO não identificou o pagamento de GRU para o valor tratado nos autos e o ora requerente, mesmo intimado, não comprovou o recolhimento, uma vez que deixou transcorrer o prazo conferido para tanto sem manifestação. Pedido indeferido.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600375-39.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 8 DE JULHO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. CONTAS ORIGINALMENTE JULGADAS NÃO PRESTADAS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE DEVERIAM TER SIDO APRESENTADOS À ÉPOCA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AO ERÁRIO. PEDIDO INDEFERIDO.

1. Pedido de regularização de contas apresentado após o trânsito em julgado da decisão que as julgou originalmente como não prestadas, referentes ao exercício financeiro de 2022.

2. As exigências regulamentares previstas nas disposições da Resolução n.º 23.604/2019 do TSE, para regularização da situação de inadimplência, não foram atendidas.

3. O pedido não foi instruído com todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados à época da obrigação de prestar contas a que se refere o requerimento.

4. Ausência de comprovação de recolhimento de valores devidos ao erário. A situação de inadimplência do órgão partidário e dos seus dirigentes somente deve ser levantada após o efetivo recolhimento dos valores devidos.

5. Indeferimento do pedido.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0600180-20.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 18 DE JULHO DE 2024.

REGULARIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NÃO PRESTADAS. ELEIÇÕES 2018. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. ART. 56 DA RESOLUÇÃO TSE nº 23.553/2017. NÃO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NOS AUTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS RECOLHIMENTOS DOS VALORES PROVENIENTES DO RECEBIMENTO DE RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA E DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO.

1. O Partido não juntou aos autos a prestação de contas retificadora, mídia eletrônica respectiva, demonstrativos e peças contábeis extraídas do SPCE-Cadastro 2018 e documentos e informações previstos nos artigos 56 e 57 da Resolução TSE nº 23.553/2017.

2. Não demonstrou, ainda, o devido recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores determinados no Acórdão 060146728, quais sejam, R\$ 21.804,65 (vinte e um mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos) de gastos realizados com recursos do FEFC sem a comprovação adequada das respectivas despesas e R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais) a título de transferência de recursos de origem não identificada.

3. Não se desincumbindo de suas obrigações, não merece guarida o pleito de regularização das contas da agremiação partidária

4. Indeferimento da regularização.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600179-35.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 23 DE JULHO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXERCÍCIO FINANCEIRO. ANO DE 2019. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.546/2017. CONTAS ORIGINALMENTE JULGADAS NÃO PRESTADAS. PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS E AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS. INDEFERIMENTO.

1 – Nos termos do art. 58, § 1º, III, da Resolução TSE n. 23.604/2019, “o requerimento de regularização deve ser instruído com todos os dados e documentos que deveriam ter sido apresentados à época da obrigação de prestar contas a que se refere o requerimento”.

2 – Devidamente intimados acerca do parecer de diligência, a fim de que formalizassem o pedido de regularização via Sistema SPCA e apresentassem documentos tidos por ausentes, o partido e seus responsáveis mantiveram-se inertes, impondo-se, pois, o indeferimento do pedido de regularização da omissão, porque não observadas as formalidades legais e em razão da ausência de peças essenciais à sua análise (art. 29 da Resolução TSE nº 23.546/2017 – resolução que regulamentava a contabilidade dos partidos no ano de 2019).

3 – Indeferimento.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0600086-72.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 06 DE AGOSTO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2018. CONTAS ORIGINALMENTE JULGADAS NÃO PRESTADAS. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E PEÇAS EXIGIDOS PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS. AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. PEDIDO DEFERIDO.

1. Pedido de regularização de contas apresentado após o trânsito em julgado da decisão que as julgou originalmente como não prestadas, referentes às eleições de 2018.

2. As exigências processuais previstas nas disposições da Resolução TSE nº 23.604/2019 para regularização da situação de inadimplência foram atendidas.

3. O pedido foi instruído com documentação exigida para a análise das contas.

4. A ausência de repasses de cotas de recursos de fonte vedada e de origem não identificada para o partido, bem como ausência de movimentação financeira, ensejam pronta regularização da sua anotação perante este tribunal.

5. Pedido deferido.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL Nº 0600323-09.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXERCÍCIO FINANCEIRO. ANO DE 2022. RESOLUÇÃO TSE Nº 23.604/2019. OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A ANÁLISE DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA E RECURSOS DE FONTE VEDADA. PEDIDO DEFERIDO.

1. Trata-se de pedido de regularização de omissão de prestação de contas de partido, relativa ao exercício financeiro de 2022.

2. O art. 59 da Resolução n.º 23.604/2019 do TSE dispõe sobre os documentos e os procedimentos acerca da regularização das contas não prestadas.

3. O Partido apresentou todos os documentos necessários para análise das contas e não se constatou quaisquer qualquer recebimento pela agremiação, de recursos públicos, recursos de origem não identificada e recursos de fonte vedada, nem determinação de devolução de recursos provenientes de Fundo Partidário no acórdão que julgou as contas do Partido como não prestadas. Dessa forma, o deferimento do pedido de regularização da situação de inadimplência do partido é medida que se impõe.

4. Deferimento do pedido de regularização da omissão de prestação de contas.

20 SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600325–13.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 23 DE JANEIRO DE 2024.

SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. REGULARIZAÇÃO DA OMISSÃO JULGADA PROCEDENTE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO DO FEITO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 6.032, afastou qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente possa ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995.

2. Foi julgado procedente o pedido de regularização nos autos do Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais nº 0600338–12.2023.6.18.0000. Portanto, nos termos do inciso I do artigo 54–T, da Resolução TSE nº 23.662/2021, nada há mais a realizar nos presentes autos senão a extinção dos mesmos sem resolução de mérito.

3. Processo extinto sem resolução do mérito.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600296–60.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 25 DE JANEIRO DE 2024.

SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 6.032, afastou qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995.

2. As contas julgadas não prestadas que motivam a presente ação referem-se ao exercício financeiro de 2018. A Resolução TSE nº 23.546/2017, à época vigente, em seu artigo 48, § 2º, previa que “O órgão partidário, de qualquer esfera, que tiver as suas contas julgadas como não prestadas fica obrigado a devolver integralmente todos os recursos provenientes do Fundo Partidário que lhe forem entregues, distribuídos ou repassados, bem como terá suspenso o registro ou a anotação, no caso de órgão de direção estadual ou municipal”.

3. A suspensão do Órgão Partidário Estadual do Partido da Causa Operária – PCO é medida que se impõe.

4. Pedido julgado procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600310–44.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 30 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (Res. TSE 23.571/2018, ARTS. 54–N A 54–T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA.

1. A previsão da suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei nº 9.096/1995 e é materialmente compatível com a Constituição, conforme se infere da compreensão

manifestada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 6.032. De outra parte, a restrição é aplicável enquanto perdurar a situação de inadimplência, nos termos das normas de regência.

2. No caso, não há dúvida de que o representado deixou de apresentar seu balanço contábil relativo ao exercício financeiro de 2020, o que acarretou o julgamento das contas anuais da agremiação como não prestadas, conforme o teor do acórdão reproduzido nestes autos.

3. Manutenção da situação de inadimplência sem notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever–poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação do órgão inadimplente, nos termos da Resolução TSE nº 23.571/2018.

4. Acolhida a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial. Precedentes deste Regional.

5. Procedência do pedido.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600307–89.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2024.

ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. ELEIÇÕES DE 2020. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (Res. TSE 23.571/2018, ARTS. 54–N A 54–T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. A previsão da suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei nº 9.096/1995 e é materialmente compatível com a Constituição, conforme se infere da compreensão manifestada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 6.032. De outra parte, a restrição é aplicável enquanto perdurar a situação de inadimplência, nos termos das normas de regência.

2. No caso, não há dúvida de que o representado deixou de apresentar seu balanço contábil relativo à campanha eleitoral de 2020, o que acarretou o julgamento das contas da agremiação como não prestadas, conforme o teor do acórdão reproduzido nestes autos.

3. Manutenção da situação de inadimplência sem notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever–poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação órgão inadimplente, nos termos da Resolução TSE nº 23.571/2018.

4. Acolhida a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial. Precedentes deste Regional.

5. Procedência do pedido.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600311–29.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024.

ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54–N A 54–T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA.

1. A previsão da suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei nº 9.096/1995 e é materialmente compatível com a Constituição, conforme se infere da compreensão manifestada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 6.032. De outra parte, a restrição é aplicável enquanto perdurar a situação de inadimplência, nos termos das normas de regência.

2. No caso, não há dúvida de que o representado deixou de apresentar seu balanço contábil relativo ao exercício financeiro de 2019, o que acarretou o julgamento das contas anuais da agremiação como não prestadas, conforme o teor do acórdão reproduzido nestes autos.

3. Manutenção da situação de inadimplência sem notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever–poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação órgão inadimplente, nos termos da Resolução TSE nº 23.571/2018.

4. Acolhida a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial. Precedentes deste Regional.

5. Procedência do pedido.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600323–43.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

AÇÃO DE SUSPENSÃO DE ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. ELEIÇÕES DE 2018. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DA INADIMPLÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO. PROCESSO DE SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DO ÓRGÃO REPRESENTADO. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Consoante disposto no artigo 54–T da Resolução TSE nº 23.571/2018, a decisão que defere o pedido de regularização da situação de inadimplência do partido enseja a extinção do processo de suspensão da anotação partidária, sem análise do mérito.

2. Na espécie, havendo a Corte julgado procedente o pedido formulado no processo de regularização, para afastar a situação de inadimplência, resta claramente evidenciada a caracterização da perda superveniente de interesse processual na representação formulada no presente feito, impondo–se a sua extinção.

3. Extinção do processo, sem resolução de mérito.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600320–88.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 6.032, afastou qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995.

2. As contas julgadas não prestadas que motivam a presente ação referem–se ao exercício financeiro de 2020. A Resolução TSE nº 23.604/2019, vigente para o referido exercício, em seu artigo 47, prevê que “A decisão que julgar a prestação de contas não prestada acarreta ao órgão partidário: (...) II – a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa”.

3. A suspensão do Órgão Partidário Estadual do Partido Avante é medida que se impõe.

4. Pedido julgado procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600315–66.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2022. CONTAS DE CAMPANHA JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54–N A 54–T). INCORPORAÇÃO

DE PARTIDO POLÍTICO. SUCESSÃO DE DIREITOS E ÔNUS. RESPONSABILIDADE DO INCORPORADOR PELO DESCUMPRIMENTO DE DEVERES DO INCORPORADO. COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE AO CASO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. Trata-se de pedido de suspensão da anotação de órgão partidário regional formulado pelo Ministério Público Eleitoral atuante nesta Corte, em face do julgamento, com trânsito em julgado, de contas não prestadas alusivas ao pleito eleitoral de 2022.

2. Na hipótese dos autos, o órgão estadual do Partido Republicano da Ordem Social – PROS, incorporado ao Partido SOLIDARIEDADE, teve suas contas relativas às eleições de 2022 julgadas não prestadas por este e. TRE/PI, no bojo do processo nº 0601656 – 64.2022.6.18.0000, "com a determinação de suspensão de quotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, enquanto não regularizada a situação do Partido".

3. O partido político incorporador sucede a agremiação incorporada em todos os direitos e obrigações, inclusive no dever de prestar contas referentes ao período em que ainda estava em atividade (Resolução TSE nº 23.604/2019, art. 62), substituindo o partido incorporado nos direitos e deveres, inclusive no que tange às penalidades aplicáveis por descumprimento das obrigações do ente incorporado quando ainda em atividade (AgR–AI nº 0601017–29/SP, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 16.9.2020).

4. O procedimento para suspensão da anotação de órgão partidário estadual tem alicerce no rito estabelecido na Resolução TSE nº 23.571/2018. No caso, a situação de inadimplência perdura e não há notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever–poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação de órgão inadimplente, nos termos da referida Resolução.

5. Nessa perspectiva, é de se acolher a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado, visto que o acórdão no qual se esteia a pretensão ministerial alude às contas de campanha que o diretório regional do PROS, incorporado posteriormente ao Partido SOLIDARIEDADE, deveria ter apresentado em relação ao pleito de 2022, isto é, relativas a fatos posteriores do advento da Resolução TSE nº 23.571/2018.

6. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600304–37.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE. RESOLUÇÃO TSE 23.571/2018. ARTS. 54–N A 54–T. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO. MEDIDA JUDICIAL NECESSÁRIA À EFETIVAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL QUE IMPÕE AO PARTIDO POLÍTICO O DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS À JUSTIÇA ELEITORAL (ART. 17, III, DA CF/88). PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.

1. No caso em análise, restou observado o regular processamento de representação específica, constatou-se a inadimplência da agremiação em relação à prestação de contas do exercício financeiro de 2020, que teve julgamento como não prestadas por acórdão transitado em julgado, em 28.09.2022. Não se observou, até o presente momento, qualquer iniciativa em relação ao pedido de regularização dessas contas junto a esta Especializada.

2. Atendidos os pressupostos da Resolução TSE nº 23.571/2018, em harmonia com a tese firmada pelo STF no julgamento da ADI nº 6032, é de se deferir o pedido de suspensão da anotação do órgão partidário representado até a efetiva regularização da situação de inadimplência que motivou o ajuizamento da representação.

3. Representação julgada procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600301-82.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA. JULGADO EM 12 DE MARÇO DE 2024.

ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO REGIONAL. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. ELEIÇÕES DE 2018. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA.

1. A previsão da suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei nº 9.096/1995 e é materialmente compatível com a Constituição, conforme se infere da compreensão manifestada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADI 6.032. De outra parte, a restrição é aplicável enquanto perdurar a situação de inadimplência, nos termos das normas de regência.

2. No caso, não há dúvida de que o representado deixou de apresentar seu balanço contábil relativo às Eleições de 2018, o que acarretou o julgamento das contas da agremiação como não prestadas, conforme o teor do acórdão reproduzido nestes autos.

3. Manutenção da situação de inadimplência sem notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever-poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação órgão inadimplente, nos termos da Resolução TSE nº 23.571/2018.

4. Acolhida a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial. Precedentes deste Regional.

5. Procedência do pedido.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600297-45.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO EM 19 DE MARÇO DE 2024.

SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. ELEIÇÕES DE 2018. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 6.032, afastou qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995.

2. As contas julgadas não prestadas que motivam a presente ação referem-se às eleições de 2018. A Resolução TSE nº 23.553/2017, vigente para as referidas eleições, em seu artigo 83, prevê que “A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta: (...) II - ao partido político, a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário e a suspensão do registro ou da anotação do órgão de direção estadual ou municipal”.

3. Conforme precedentes deste TRE-PI e do Tribunal Superior Eleitoral, “O partido político incorporador sucede a agremiação incorporada em todos os direitos e obrigações, inclusive no dever de prestar contas referentes ao período em que ainda estava em atividade (Resolução TSE nº 23.604/2019, art. 62), substituindo o partido incorporado nos direitos e deveres, inclusive no que tange às penalidades aplicáveis por descumprimento das obrigações do ente incorporado quando ainda em atividade (AgR-AI nº 0601017-29/SP, Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 16.9.2020)”.

4. A suspensão do Órgão Partidário Estadual é medida que se impõe.

5. Pedido julgado procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600319-06.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA. JULGADO EM 21 DE MARÇO DE 2024.

SUSPENSÃO DE ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO REGIONAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO 2021. NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO. PEDIDO PROCEDENTE. 1 - As contas não prestadas que deram ensejo ao pedido de suspensão da anotação do órgão partidário regional referem-se ao exercício financeiro de 2021. Conforme previsto no art. 42 da Resolução TSE nº 23.465/15, *in verbis*: Art. 42. Será suspenso o registro ou a anotação do órgão de direção estadual ou municipal que tiver suas contas partidárias julgadas como não prestadas, até que seja regularizada a situação. 2 - Ao tempo dos fatos, a suspensão da anotação de órgão partidário regional diante de eventual julgamento de contas como não prestadas estava plenamente vigente, porém sua aplicação dependia de procedimento específico, garantido o contraditório e ampla defesa, em obediência ao julgado do c. STF na ADI 6032, como é o caso dos presentes autos. 3 - O órgão partidário ora representado, apesar de regularmente citado para apresentar defesa, não se manifestou e a certidão de trânsito em julgado do processo respectivo consta dos autos. 4 - Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600305-22.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 21 DE MARÇO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINAL 2018. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). FUSÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS. SUCESSÃO DE DIREITOS E ÔNUS. RESPONSABILIDADE DO PARTIDO RESULTANTE DA FUSÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE DEVERES DO PARTIDO FUSIONADO. COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE AO CASO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. Trata-se de pedido de suspensão da anotação de órgão partidário regional formulado pelo Ministério Público Eleitoral atuante nesta Corte, em face do julgamento, com trânsito em julgado, de contas não prestadas alusivas ao exercício financeiro de 2018.

2. Na hipótese dos autos, o órgão nacional do Partido PATRIOTA, fusionado ao Partido Renovação Democrática - PRD, teve suas contas relativas ao exercício financeiro de 2018 julgadas não prestadas por este e. TRE/PI, no bojo do processo nº 0600446-80.2019.6.18.0000, “com a determinação de suspensão de quotas do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, enquanto não regularizada a situação do Partido”.

3. O partido político resultante da fusão sucede a agremiação fusionada em todos os direitos e obrigações, inclusive no dever de prestar contas referentes ao período em que ainda estava em atividade (Resolução TSE nº 23.604/2019, art. 62), substituindo o partido fusionado nos direitos e deveres, inclusive no que tange às penalidades aplicáveis por descumprimento das obrigações do ente incorporado quando ainda em atividade (AgR-AI nº 0601017-29/SP, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 16.9.2020).

4. O procedimento para suspensão da anotação de órgão partidário estadual tem alicerce no rito estabelecido na Resolução TSE nº 23.571/2018. No caso, a situação de inadimplência perdura e não há notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever-poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação órgão inadimplente, nos termos da referida Resolução.

5. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600300-97.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ LIRTON NOGUEIRA SANTOS. JULGADO 16 DE ABRIL 2024.

SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 6.032, afastou qualquer interpretação que permita que a sanção de suspensão do registro ou anotação do órgão partidário regional ou municipal seja aplicada de forma automática, como consequência da decisão que julga as contas não prestadas, assegurando que tal penalidade somente pode ser aplicada após decisão, com trânsito em julgado, decorrente de procedimento específico de suspensão de registro, conforme o art. 28 da Lei 9.096/1995

2. As contas julgadas não prestadas que motivam a presente ação referem-se ao exercício financeiro de 2020. A Resolução TSE nº 23.604/2019, vigente para o referido exercício, em seu artigo 47, prevê que “A decisão que julgar a prestação de contas não prestada acarreta ao órgão partidário: (...) II - a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa”.

3. A suspensão do Órgão Partidário Estadual do Partido Comunista Brasileiro é medida que se impõe.

4. Pedido julgado procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600314-81.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO. SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS. ELEIÇÕES 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. A Resolução TSE 23.604/2019, no seu art. 47, II, estabelece que a decisão que julgar as contas como não prestadas acarreta ao Partido “a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa”.

2. O Ordenamento Jurídico autoriza a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, nas hipóteses de ausência de prestação de contas, desde o advento da Resolução TSE 23.432/2014.

3. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a aludida suspensão ou anotação como consequência da omissão na prestação de contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei 9096/95 e é materialmente compatível com a Constituição.

4. Caso em que o Partido representado teve suas contas referentes às eleições de 2022 julgadas não prestadas, com trânsito em julgado.

5. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600309-59.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 07 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTAS RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES 2020. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE

23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE AO CASO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. Trata-se de pedido de suspensão da anotação de órgão partidário regional formulado pelo Ministério Público Eleitoral atuante nesta Corte, em face do julgamento, com trânsito em julgado, de contas não prestadas alusivas à campanha de 2020.

2. O procedimento para suspensão da anotação de órgão partidário estadual tem alicerce no rito estabelecido na Resolução TSE nº 23.571/2018. No caso, a situação de inadimplência perdura e não há notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever-poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação do órgão inadimplente, nos termos da referida Resolução.

3. Atendidos os pressupostos da Resolução TSE nº 23.571/2018, em harmonia com a tese firmada pelo STF no julgamento da ADI nº 6032, é de se deferir o pedido de suspensão da anotação do órgão partidário representado até a efetiva regularização da situação de inadimplência que motivou o ajuizamento da representação.

4. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600308-74.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO. SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS. EXERCÍCIO 2021. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. A Resolução TSE 23.604/2019, no seu art. 47, II, estabelece que a decisão que julgar as contas como não prestadas acarreta ao Partido “a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa”.

2. O Ordenamento Jurídico autoriza a suspensão do registro ou da anotação do órgão partidário, nas hipóteses de ausência de prestação de contas, desde o advento da Resolução TSE 23.432/2014.

3. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a aludida suspensão ou anotação como consequência da omissão na prestação de contas resulta da interpretação sistemática das disposições pertinentes da Lei 9096/95 e é materialmente compatível com a Constituição.

4. Caso em que o Partido representado teve suas contas referentes ao exercício de 2021 julgadas não prestadas, com trânsito em julgado.

4. Pedido julgado procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600322-58.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO PARA SUSPENSÃO DA ANOTAÇÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO. CONTAS ELEITORAIS DE 2020 JULGADAS NÃO PRESTADAS COM TRÂNSITO EM JULGADO. SUPERVENIENTE DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DAS CONTAS NÃO PRESTADAS. PERDA DO OBJETO DA REPRESENTAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO DO FEITO.

1. O deferimento de pedido de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais dá ensejo à extinção da representação, sem resolução de mérito, em razão da insubsistência superveniente do interesse processual do representante.

2. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 54-T, parágrafo único, I, da Resolução TSE nº 23.571/2018 e do art. 485, VI, e § 3º, do Código de Processo Civil.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600012-18.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 14 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE AO CASO. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. Trata-se de pedido de suspensão da anotação de órgão partidário regional formulado pelo Ministério Público Eleitoral atuante nesta Corte, em face do julgamento, com trânsito em julgado, de contas não prestadas alusivas ao exercício financeiro de 2022.

2. O procedimento para suspensão da anotação de órgão partidário estadual tem alicerce no rito estabelecido na Resolução TSE nº 23.571/2018. No caso, a situação de inadimplência perdura e não há notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever-poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação do órgão inadimplente, nos termos da referida Resolução.

3. Atendidos os pressupostos da Resolução TSE nº 23.571/2018, em harmonia com a tese firmada pelo STF no julgamento da ADI nº 6032, é de se deferir o pedido de suspensão da anotação do órgão partidário representado até a efetiva regularização da situação de inadimplência que motivou o ajuizamento da representação.

4. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600306-07.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ GUILARDO CESÁ MEDEIROS GRAÇA. JULGADO EM 21 DE MAIO DE 2024.

REPRESENTAÇÃO ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINAL 2019. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). FUSÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS. SUCESSÃO DE DIREITOS E ÔNUS. RESPONSABILIDADE DO PARTIDO RESULTANTE DA FUSÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE DEVERES DO PARTIDO FUSIONADO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO JULGAMENTO EM RAZÃO DA SIMPLES APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO. INDEFERIMENTO. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA INICIAL.

1. A suspensão do processo (ou do julgamento) a que alude o art. 54-T, da Resolução TSE nº 23.571/2018, demanda a apresentação de documentos aptos a afastar, ainda que em juízo perfuntório, a inércia do prestador de contas (art. 54-S, § 3º, da Resolução TSE nº 23.571/2018). Questão preliminar rejeitada.

2. Trata-se de pedido de suspensão da anotação de órgão partidário regional formulado pelo Ministério Público Eleitoral atuante nesta Corte, em face do julgamento, com trânsito em julgado, de contas não prestadas alusivas ao exercício financeiro de 2019.

3. Na hipótese dos autos, o órgão nacional do Partido PATRIOTA, fusionado ao Partido Renovação Democrática – PRD, teve suas contas relativas ao exercício financeiro de 2019 julgadas não prestadas por este e. TRE/PI, no bojo do processo nº 0600317-41.2020.6.18.0000, “aplicando-se-lhe os efeitos do art. 48, caput, da Resolução TSE nº 23.546/2017.”.

4. O partido político resultante da fusão sucede a agremiação fusionada em todos os direitos e obrigações, inclusive no dever de prestar contas referentes ao período em que ainda estava em atividade (Resolução TSE nº 23.604/2019, art. 62), substituindo o partido fusionado nos direitos e deveres, inclusive no que tange às penalidades aplicáveis por descumprimento das obrigações do ente incorporado quando ainda em atividade (AgR-AI nº 0601017-29/SP, Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 16.9.2020).

5. O procedimento para suspensão da anotação de órgão partidário estadual tem alicerce no rito estabelecido na Resolução TSE nº 23.571/2018. No caso, a situação de inadimplência perdura e não há notícia de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do dever-poder atribuído ao Ministério Público Eleitoral para promover a suspensão da anotação órgão inadimplente, nos termos da referida Resolução.

6. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600316-51.2023.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CESÁR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 18 DE JUNHO DE 2024.

ELEITORAL. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. REPRESENTAÇÃO OBJETIVANDO A SUSPENSÃO DO ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T). COMPATIBILIDADE DA MEDIDA PERSEGUIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA ATÉ O PRESENTE MOMENTO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.

1. A suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas encontra-se prevista nos arts. 54-N e 54-T da Resolução TSE n. 23.571/2018.

2. No caso, transitou em julgado o acórdão que julgou não prestadas as contas anuais 2019 do partido e, embora lhe tenha sido ofertada oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa em processo próprio, restou mais uma vez patente a inércia da agremiação quanto ao dever respectivo.

3. É de se acolher, em tal contexto, a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial.

4. Representação acolhida. Pedido procedente.

SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO Nº 0600103-11.2024.6.18.0000. ORIGEM: TERESINA/PI. RELATOR: JUIZ NAZARENO CÉSAR MOREIRA RÊIS. JULGADO EM 08 DE AGOSTO DE 2024.

ELEITORAL. SUSPOP. PARTIDO POLÍTICO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. TRÂNSITO EM JULGADO DO RESPECTIVO ACÓRDÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO INADIMPLENTE (RES. TSE 23.571/2018, ARTS. 54-N A 54-T).

COMPATIBILIDADE DA MEDIDA COM O TEXTO CONSTITUCIONAL. PERSISTÊNCIA DA SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL.

1. A suspensão de órgãos partidários como consequência da omissão do dever de prestar contas encontra-se prevista nos arts. 54-N e 54-T da Resolução TSE n. 23.571/2018.

2. No caso, transitou em julgado o acórdão que julgou não prestadas as contas anuais 2022 do partido e, embora lhe tenha sido ofertada oportunidade para exercício do contraditório e da ampla defesa em processo próprio, restou mais uma vez patente a inércia da agremiação quanto ao dever respectivo.

3. É de se acolher, em tal contexto, a pretensão deduzida na inicial, com a suspensão da anotação do órgão partidário representado até a regularização da situação de inadimplência que motivou a atuação ministerial.

4. Representação acolhida. Pedido procedente.

Seção de Jurisprudência, Teresina-PI, 25 de outubro de 2024.

